

Luiz Carlos de Freitas
Leomar Rippel
Gracialino da Silva Dias
Sidemar Presotto Nunes
Organizadores

IMPERIALISMO, QUESTÃO AGRÁRIA E EDUCAÇÃO

IMPERIALISMO,
QUESTÃO AGRÁRIA
E EDUCAÇÃO

© 2021, dos Autores

Editoração

Alex Antônio Vanin

Álison Wagner Gomes da Silva

Capa

Alex Antônio Vanin

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Campus Erechim)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

- 134 Imperialismo, questão agrária e educação [recurso eletrônico] / organizadores Luiz Carlos de Freitas ... [et al.]. – Passo Fundo : Acervus Editora, 2021. 10 MB ; PDF.

Demais organizadores: Gracialino da Silva Dias, Leomar Rippel e Sidemar Presotto Nunes. Inclui bibliografia. ISBN 978-65-86000-85-6.

1. Agricultura e Estado. 2. Trabalhadores rurais - Educação. 3. Imperialismo. I. Freitas, Luiz Carlos de, org. II. Dias, Gracialino da Silva, org. III. Rippel, Leomar, org. IV. Nunes, Sidemar Presotto, org.

CDU: 981

Biblioteca responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo – 99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

Luiz Carlos de Freitas
Leomar Rippel
Gracialino da Silva Dias
Sidemar Presotto Nunes

Organizadores

IMPERIALISMO, QUESTÃO AGRÁRIA E EDUCAÇÃO



PASSO FUNDO
2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1	25
A centralidade da Questão Agrária no capitalismo dependente latino-americano à luz da teoria marxista da dependência	
Leomar Rippel	
CAPÍTULO 2	51
A Questão Agrária e a soberania alimentar no Brasil: os limites da produção de alimentos sob o domínio do imperialismo	
Rosineide Fabricio	
CAPÍTULO 3	73
Classes sociais, cooperativismo e Questão Agrária: contribuições ao debate	
Vosnei da Silva	
CAPÍTULO 4	117
Dominando pela tecnologia: as relações internacionais e o protagonismo do setor de sementes na produção agrícola	
João Luciano Bandeira	

CAPÍTULO 5	137
Juventude rural e a busca do caminho para a sua emancipação: condicionantes socioeconômicos e culturais impostos pelo sistema latifundiário brasileiro	
Luiz Carlos de Freitas	
CAPÍTULO 6	195
A precarização social dos trabalhadores: da vulnerabilidade laboral à insegurança alimentar	
Márcio Luiz Bernardim	
CAPÍTULO 7	283
Capital financeiro na Educação Básica brasileira: grupos econômicos e implicações à educação do campo	
Marcos Vinicius Pereira Ribeiro Sidemar Presotto Nunes Leandro Turmena	
CAPÍTULO 8	309
A financeirização da educação: os fundos de investimento nos “grupos educacionais”	
Sidemar Presotto Nunes Leandro Turmena	
CAPÍTULO 9	335
A Educação do campo: defender o conhecimento e a ciência para servir ao povo; combater o relativismo, o dogmatismo e o multiculturalismo como expressões negacionistas	
Gracialino da Silva Dias	
SOBRE OS AUTORES	373

INTRODUÇÃO

O conjunto dos pesquisadores, de cujas pesquisas têm os seus artigos publicados nesta obra, parte da compreensão teórica de que o capitalismo, como modo de produção dividido em classes sociais antagônicas, se desenvolve de modo desigual. Esse desenvolvimento desigual gerou, desde o início do Século XX, de um lado, um conjunto de países de capitalismo avançado como países imperialistas, que se tornaram sede dos monopólios e, portanto, dominantes dos demais; e, do outro lado, gerou um grande número de países e povos dominados sob a forma de colônias ou semicolônias.

Compreender, portanto, o caráter desigual do seu desenvolvimento, bem como os aspectos contraditórios marcados pela exploração do trabalho sob a forma de mercadoria do capitalismo, na era do imperialismo, são partes dos esforços teóricos dos autores no recortados seus objetos de pesquisa retratados pelos capítulos deste livro.

Os estudos foram realizados a partir do referencial teórico da crítica da economia política, tendo seus objetos de análise circunscritos pelo título *Imperialismo, Questão Agrária e Educação*. Buscam compreender as condições históricas do capitalismo em nosso país, caracterizando-o como capitalismo burocrático, isto é, como capitalismo concebido e ditado pelos países imperialistas para os países dominados sob a forma colonial ou semicolonial. Compreendem, portanto, que sem levar em consideração a contradição da totalidade histórica do regime capitalista onde se agravam cada dia mais as contradições entre imperialismo e países e povos dominados, nenhum tema, conceito ou fato que envolvam abrangência entre a parte e o todo terá explicação guiada pela busca da verdade objetiva.

Refutam-se, desse modo, os estudos sob a dimensão positivista, de temas localistas reduzidos em si, muitos ao gosto da abordagem pós-moderna, de cunho a-histórico, que cresceram como estudos micro centrados no período mais recente da guerra ideológica do imperialismo contra o desenvolvimento da ciência e a ideologia científica do proletariado. Os argumentos proferidos pelos agentes dessa guerra, como prepostos e ideólogos a serviço dos monopólios imperialistas e sua dominação sobre os povos, são apresentados sob várias categorias místicas tais como “fim da história”, “fim das classes sociais”, “fim da contradição”, “globalização”, mundo da “nova ordem mundial, etc. Essa foi uma guerra em que o capitalismo real, na sua fase imperialista, produziu e jogou para a humanidade como se joga uma isca no rio para fregar um peixe. Tudo meticulosamente formulado sob a lógica da mercadoria, como se essa fosse a única forma de existência, e da democracia da burguesia, como se essa fosse a única forma de exercício de poder, sem, contudo, revelar que na essência a democracia burguesa só é democracia e poder para a burguesia, como se diz no seu próprio nome, e é ditadura e opressão para as demais classes que vivem do próprio trabalho.

Evidencia-se que só pelos aspectos da produção o capitalismo não garante e não assegura a manutenção do seu regime de exploração do trabalho e a consequente danificação da vida das pessoas, tornando-se necessário desenvolver inúmeros mecanismos da reprodução na esfera ideológica sem os quais seria rapidamente revelada a dimensão alienante e coisificante da condição humana a partir da alienação do trabalho pelo capital. Daí que a lógica da mercadoria assume caráter natural sob a análise dos ideólogos (“teóricos”) burgueses. A ideologia burguesa, de caráter reprodutivista, assume um papel central para o poder do capital sobre o trabalho, e isso só é possível se ela cumprir a dimensão desviacionista contra a busca da verdade. Nada é mais temerário para as classes dominantes, que vivem da exploração do trabalho alheio, do que a verdade. Por outro lado, nada é mais revolucionário para as classes que vivem do seu próprio trabalho do que a busca da verdade. As ideologias burguesas, sob suas várias ramificações, assumem papel estratégico de classe para a manutenção do regime, sem, contudo, deixarem-se perceber como as mais pobres, vulgares e vazias manifestações de falsificação da realidade ditadas para a reprodução social.

Essa percepção, no entanto, só se efetiva mediante grandes esforços assumidos pelos intelectuais honestos, comprometidos com o desenvolvimento da ciência, da educação e a busca da verdade para servir ao povo, implicando, inevitavelmente, que esses mesmos intelectuais tenham que se posicionar na contra-corrente das ideologias dominantes, que controlam grandes partes das instituições. Na mesma perspectiva esses intelectuais precisam se vincular, organicamente, com as massas fundamentais do povo em luta, desde o apoio efetivo ao campesinato pobre, sem terra ou com pouca terra, que nunca deixou de lutar contra todos os tipos de escravidão e servidão do sistema, à classe operária, aos demais trabalhadores do campo e da cidade e aos estudantes do povo.

Tomando essa discussão teórica na sua relação com os aspectos mais recentes das lutas políticas, a partir dos seus fundamentos teóricos e da linha ideológica a que estão vinculados, constata-se que a expressão ideológica de caráter negacionista das ciências, de base pós-moderna, teria formado o eixo dos argumentos e aberto os espaços para o negacionismo, claramente anticientífico, apregoados por correntes políticas obscurantistas da atualidade, como fenômeno mundial, com grande reflexo no Brasil, a ponto de penetrar fortemente na sociedade e corromper pessoas e instituições, inclusive parte da esfera educacional em nosso país. Para a comprovação dessa constatação basta um rápido inventário sobre parte da produção acadêmica, contaminada por essa ideologia, principalmente nos últimos quarenta anos. Parafraseando Samir Amin, é possível que um tal indivíduo conclua a graduação em um curso de Ciências Humanas, faça doutorado em Ciências Sociais e não saiba que vive sob o capitalismo.¹

A partir dessa corrente ideológica anticientífica se teriam produzido uma vasta gama de trabalhos na esfera acadêmica sob o prisma da história de migalhas, da economia de migalhas ou da pedagogia de migalhas, só para citar três das principais disciplinas científicas que oferecem sustentação às principais categorias de conteúdo dos estudos desta publicação. Trata-se de um rebaixamento da teoria decorrente da guerra ideológica reducionista, perpetrada pelos ideólogos burgueses sob a forma das “migalhas”. Essa é a principal materialidade da primeira fase da influência negacionista, de base pós-moderna. Trata-se de uma dimensão negacionista não assumida. A segunda fase do negacionismo se apresenta abertamente e

¹ AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (a dominação do capitalismo sobre a agricultura). In AMIN Samir e VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

assumidamente contra a ciência, ataca as instituições de pesquisa, de ensino e os professores. Esta é mais visível, mormente pelos arroubos dos seus defensores no controle do governo militar do capitão Bolsonaro e seus generais.

O caráter interdisciplinar da publicação parte da compreensão da contradição interna do desenvolvimento de cada disciplina científica, em sua relação igualmente contraditória com as demais ciências, no âmbito do desenvolvimento concreto das bases materiais de produção como construção social. Recusam-se, dessa forma, quaisquer tipos de reducionismo, quer do determinismo tecnológico quer do determinismo subjetivista, considerando ambos como expressões reificadoras da realidade e negacionistas do processo histórico da humanidade. Ao considerar as contradições internas que caracterizam cada ciência relacionam-nas com as contradições externas dos diversos aspectos do conhecimento humano e da interconexão de tudo o que existe. Entende, dessa forma, que as leis objetivas das contradições que marcam o regime capitalista são também as mesmas contradições que permitem entendê-lo, compreendê-lo e transformá-lo a partir dos saltos da história construídos pelo desenvolvimento incessante da luta de classes. Para o desenvolvimento desses saltos só um agente tem a força e as condições históricas, fazendo recair sobre os seus ombros a responsabilidade por libertar toda a humanidade da pré-história da servidão humana imposta pelo fetichismo da mercadoria. Esse agente histórico é o proletariado de cada país e a sua necessária relação orgânica de unidade com o proletariado dos demais países e de todo o proletariado mundial, conforme ficou patenteadado por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista: “proletários de todos os países, uni-vos”.

Os autores desta obra, aportados pela análise científica da realidade e do desenvolvimento histórico da humanidade, não reconhe-

cem nenhuma possibilidade de libertação que conduza à emancipação humana fora do trabalho como ontologia social, e das classes trabalhadoras e o seu proletariado consciente, organizado e em luta, como luta de classes, como agente histórico do progresso humano.

A leitura dos capítulos deste livro não deve interessar àqueles que não consideram que o trabalho é a fonte de toda riqueza e que o trabalho no modo de produção capitalista foi convertido em mercadoria sob a forma de trabalho alienado, cuja precarização, subvalorização e desregulamentação são exigências do regime de acumulação de capital pelos monopólios, tanto da *mais-valia* absoluta (tempo de trabalho destinado à produção), quanto da *mais-valia* relativa (incremento das novas tecnologias físicas e organizacionais); igualmente não deve ser de interesses daqueles que desconsideram o aspecto fundante do princípio educativo do trabalho e da formação humana; do mesmo modo seria uma leitura indigesta àqueles não consideram a luta de classes como força motriz da história e que defendem a via da conciliação de classes, que os trabalhadores devem se aliar a um amo mais “bonzinho” para diminuir o seu sofrimento e manter as estruturas da sociedade marcadas pela opressão e exploração do povo das classes inimigas e parasitárias, no caso brasileiro a classes dos grandes burgueses e latifundiários.

Esta publicação seria, de certo modo, um segundo volume, como continuidade dos estudos e hipóteses suscitados pelo livro *Imperialismo e Questão Agrária: a luta de classes no campo brasileiro*, publicado em 2020. Desenvolvido com base nos aportes do *Grupo de Pesquisa QUESTÃO AGRÁRIA E JUVENTUDE RURAL: Trabalho, Educação e Cultura Camponesa – JURATEC*. Desta feita, a publicação tem o apoio do *projeto de pesquisa Sucessão Familiar Rural: os condicionantes econômicos, sociais e culturais para a permanência ou abandono do campo pela juventude na Região da Cantuqui-*

riguaçu, no centro-sul paranaense, aprovado pelo Edital 459/2019, da Universidade Federal da Fronteira Sul. Expressa o resultado do trabalho coletivo envolvendo pesquisas de autores de várias áreas do conhecimento que estudam a questão agrária e a educação.

O Imperialismo, Questão Agrária e Educação, como afirmamos anteriormente, exprime um esforço teórico para a caracterização da situação de classes em nosso país, tendo por base o desenvolvimento das forças produtivas, contraditoriamente conjugando o moderno e o atrasado, das quais decorrem a natureza do trabalho, dos processos de trabalho e das relações de trabalho, segundo as características do tipo de capitalismo brasileiro, como capitalismo burocrático, que mantém o nosso país submetido à dominação imperialista como uma semicolônia. Semicolonialidade que tanto determina quanto se ajusta à realidade do campo brasileiro, secularmente submetido ao crivo do sistema latifundiário, mantendo subjacentes relações semifeudais.

Semicolonialidade para fora e semifeudalidade para dentro, são as duas principais categoriais que exprimem a natureza, o conteúdo e forma do tipo de capitalismo atrasado que perdura em nosso país cuja formação histórica segue como processo.

Desse modo, o moderno e atrasado se inter cruzam gerando preceitos políticos, culturais e educacionais de espectro imperialista. Considera-se, portanto, que, sendo a cultura um reflexo do plano ideológico, da política e da economia, há em nosso país o predomínio de uma cultura imperialista como reflexo da subjugação nacional ao imperialismo. Assim o é na política em geral, a exemplo do que ocorre com as políticas definidas para a questão agrária brasileira, mantida sob o mando do sistema latifundiário, tanto o latifúndio tradicional quanto o latifúndio de novo tipo, sob a lógica do chamado “agronegócio”, voltado para a produção e exportação de *commo-*

dities, como o que ocorre com a política e os programas educacionais em todos os níveis, nela compreendendo a chamada educação do campo, cuja característica principal se traduz pelo esvaziamento do conhecimento e pela redução do currículo à dimensão mercantil, eivado de categorias místicas sob influência pós-moderna, mediante categorias do tipo “sujeitos do campo”, “cultura” e “identidade”, tudo sob bases particularistas de cunho empirista, sem levar em conta e sem tomar como principalidade a caracterização das bases materiais de produção, as relações sociais de produção e o controle das forças produtivas pela política e pela economia latifundiárias. Tais categorias quando muito servem para iludir uma parcela do campesinato pobre, mobilizando-a em torno de esperanças igualmente místicas de que se um agente bonzinho (“presidente”) assumir a gerência do velho estado-latifundiário, ele poderá garantir o acesso à terra para os que dela precisam para viver e trabalhar. Essas correntes oportunistas, vendedores de ilusões, cumprem o papel fundamental de conter as massas pobres do campo, iludindo-as de que haverá “reforma agrária” se o governo for sensível ao sofrimento do povo. Isso, no entanto, não se confirmou tendo em vista a natureza de classe do sistema de poder (estado das classes da grande burguesia e dos latifundiários serviçais do imperialismo).

Compreende, dessa forma, que o acesso à terra para milhões de famílias pobres, sem terra ou com pouca terra, cerca de seis milhões de famílias no campo e outras 15 milhões de famílias de ex-camponeses que foram expulsos do campo e que vivem do subemprego nas periferias das cidades, expostas à fome e à miséria, só será possível com a destruição dos latifúndios como base material do sistema latifundiário que atravessa toda a máquina do estado brasileiro. Seria uma terrível ingenuidade, se não fosse o papel de agentes do sistema, daqueles que buscam iludir o povo com a promessa de que

é possível acabar com a fome e a miséria de milhões de brasileiros sem destruir todos os latifúndios e entregar terras para o povo viver e trabalhar. Da mesma forma, seria uma ingenuidade acreditar que um sistema político montado para sustentar o poder, a economia e a educação de interesse dos latifundiários cometesse o seu suicídio, ou seja, destruísse os latifúndios e entregasse terras para o povo. Sob a perspectiva teórica das classes e das lutas de classes, somente o proletariado, dirigindo os interesses dos camponeses e da sociedade em geral, poderá destruir os latifúndios e entregar terras para o povo viver e trabalhar.

Analisando a situação de classes em nosso país e a relação do tipo de capitalismo em face da dominação imperialista, perpetrada pela divisão mundial do trabalho, infere-se que a destruição do sistema latifundiário se configura na primeira etapa de libertação do país da dominação imperialista que o faz produzir o que não consome e consumir o que não produz. Não há nenhum caminho para o desenvolvimento nacional democrático soberano que não passe pela libertação das forças produtivas no campo e pela libertação da economia do nosso país pelo imperialismo. Esse caminho só o proletariado organizado e aportado teórico e praticamente poderá construir. Os estudos convertidos em artigos neste trabalho buscam oferecer aportes para a discussão teórica e para as práticas sociais e políticas no enfrentamento contra todas as formas de negacionismo da atualidade. Quer aquele travestido pela roupagem pós-moderna, que aquele de base medieval ou de retorno à caverna.

Verificam-se, dessa forma, dois caminhos tanto para a questão agrária quanto para a educação, envolvendo a análise, a compreensão, a interpretação e a transformação das mesmas como partes da totalidade social: o caminho burocrático, que desconsidera a dominação imperialista em sua relação de sustentação com o sistema

latifundiário e, portanto, a lei geral da contradição que caracteriza o desenvolvimento desigual do capitalismo; e o caminho democrático, que concebe a luta pela solução da questão agrária, passando pela necessária destruição do sistema latifundiário e a libertação das forças produtivas no campo e pelo rompimento com a dominação imperialista e, do mesmo modo, concebe a educação sob o princípio educativo do trabalho como educação científica, anti-latifundiária e anti-imperialista. Desvendar as características e a natureza desses dois caminhos envolvendo a questão agrária e a educação se constitui no principal desafio teórico buscado pelos autores e organizadores deste livro.

Qual seria, portanto, a base teórica de análise da questão agrária nacional, para além do mito de que “o agro é pop” ou de que se teria desenvolvido uma “modernização conservadora” no campo? Como compreender a concepção, a natureza, a forma e a finalidade das políticas educacionais formuladas pelo gerenciamento dos sistemas de governos dentro do sistema de poder (Estado) de acordo com o tipo de capitalismo que temos em nosso país? Essas são questões que guiam os estudos publicados nesta obra, sem, contudo, ter a pretensão de esgotá-los. Ao contrário, os estudos expressam pontos de chegadas no estágio, em processos, que são, por sua vez, novos pontos de partidas para a análise e a compreensão mais profunda da matéria.

O livro é composto por nove capítulos, sendo seis sobre a temática da questão agrária e três sobre a educação. No capítulo *A centralidade da questão agrária no capitalismo dependente latino-americano à luz da teoria marxista da dependência*, Leomar Rippel analisa “a relação entre a concentração agrária e a forma de extração dos recursos naturais com a pobreza e a extrema pobreza na América Latina.”

Rosineide Fabrício desenvolveu o capítulo *A questão agrária e a soberania alimentar no Brasil*. Abordando o assunto sob a perspectiva da geografia agrária, a autora desenvolve a relação entre soberania alimentar e soberania política, destacando a primeira como parte da segunda. Concebe que a soberania se expressa como princípio constituinte do estado moderno, sob o princípio da autodeterminação dos povos e do internacionalismo. Sustenta que no Brasil não há soberania alimentar por conta da dominação do país pelo imperialismo conjugada com a situação histórica do monopólio da terra sob a forma de latifúndios privados. Desse modo, a garantia da realização da soberania alimentar requer a destruição do sistema latifundiário e a entrega de terra para milhões de famílias camponesas viverem e produzirem alimentos.

A autoria do capítulo *As classes sociais, cooperativismo e questão agrária: contribuições ao debate*, é de Vosnei da Silva. O autor busca caracterizar o “processo de hegemonia político-econômica da burguesia agrária, através do chamado agronegócio”, destacando as estratégias e a situação atual das classes que dominam o agro brasileiro. Caracteriza a estrutura fundiária, a marginalização produtiva, o uso da violência contra os agricultores pobres e a precarização do trabalho, enfocando o cooperativismo, principalmente de crédito. Orienta o seu trabalho pela hipótese de que a questão agrária brasileira “não será equacionada nos marcos da sociedade burguesa”.

No capítulo *Dominando pela tecnologia: as relações internacionais e o protagonismo do setor de sementes na produção agrícola*, João Luciano Bandeira disserta sobre o processo de modernização tecnológica da agricultura da chamada “Revolução Verde”, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970” que teria produzido para o Brasil “grande impulso no desenvolvimento e implementação deste pacote tecnológico”, destacando a “necessidade de desenvolvimento en-

dógeno” para o setor de sementes (genética vegetal), que teria tido “protagonismo e passou a ser estratégico no desenvolvimento do setor agrícola como um todo”. Destaca o “papel do melhoramento genético na evolução da produtividade agrícola”, concluindo que “o Brasil não apenas passou para a fronteira tecnológica, mas também pôde entrar no roteiro das inovações no foco do avanço em produtividade”. Conclui a sua análise afirmando que, em face do desenvolvimento da tecnologia endógena “não ter aceitado as diretrizes impostas pelos países centrais na Rodada Uruguai”, sustentando que “o estado brasileiro atende a interesses de sua elite agrária e não a interesses nacionais como um todo, agrada a um setor agrário exportador que não reconhece a importância do desenvolvimento em conjunto de toda a economia e organização produtiva nacional”.

A análise da situação da juventude rural é abordada no capítulo *Juventude rural e a busca do caminho para a sua emancipação: condicionantes socioeconômicos e culturais impostos pelo sistema latifundiário brasileiro*, por Luiz Carlos de Freitas. Tomando do marxismo como “método de análise científica a partir da centralidade do trabalho”, desenvolveu a pesquisa conjugando estudos teóricos, análises de dados dos censos agropecuários do IBGE dos anos de 2006 e 2017 e pesquisa de campo de caráter empírico em três municípios da região Centro-Sul do Paraná, especificamente no território da Cantuquiguçu. Destacando “as consequências da dominação imperialista do campo brasileiro”, disserta-se sobre os “condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que impedem a permanência da juventude no campo”, com destaque para o “sistema latifundiário que perdura em nosso país, fruto do tipo de capitalismo que aqui se desenvolveu, atrasado, com resquícios de feudalidade e submisso aos ditames das potências imperialistas”.

O capítulo *A precarização social dos trabalhadores: da vulnerabilidade laboral à insegurança alimentar*, é de autoria de Márcio Luiz Bernardim, resultante de um estudo exploratório de base bibliográfica, estudos da legislação nacional e fontes jornalísticas. Aportado pela sociologia do trabalho na perspectiva do materialismo histórico, o autor analisa o quadro brasileiro da “precarização do trabalho e as formas pelas quais ela se manifesta no cenário atual da sociedade brasileira pós-Golpe de 2016”. Relaciona as condições de trabalho, a precarização do trabalho, a precarização social do trabalho e a flexibilização do trabalho, com a situação de insegurança alimentar, historicamente existente em nosso país, tendo como consequência a fome que atinge milhões de brasileiros anualmente e que teve o seu quadro aumentado em face do referido processo de precarização.

Leandro Turmena, Marcos Vinicius Pereira Ribeiro e Sidemar Presotto Nunes analisam a interferência dos grupos e monopólios econômicos do capital financeiro internacional na educação brasileira. Sob o título *Capital financeiro na educação básica brasileira: grupos econômicos e implicações à educação do campo*, os autores destacam como a educação, como direito humano fundamental, definido pela Constituição Federal de 1988 como “direito de todos e dever do estado”, se converteu em serviços controlados por grupos econômicos de capital privado. O estudo destaca a ampliação da participação do setor privado, principalmente aquele controlado pelos grandes grupos empresariais de capital aberto, na educação básica brasileira entre os anos 2009 e 2020. Reforça que “na década de 1990 as políticas neoliberais avançam na perspectiva de expansão do setor privado na educação e, isto permanece nos demais governos. O número de matrículas na educação básica no setor privado, reflete no incentivo ao ensino privado, distanciando a responsabilidade do Estado no compromisso com a educação. Assim, por exemplo, a educação bási-

ca privada, no governo FHC, registra 7.040.301 matrículas, cerca de 11,13% das matrículas da educação básica. No governo Lula, registra 7.918.677 matrículas, percentual de 15,54% e no governo Dilma cerca de 8.983.101 matrículas, percentual de 18,40%. A intervenção do capital privado na educação atualmente se dá tanto pela atuação de modo mais direto pela educação empresarial, como venda de serviços ao consumidor, como seguindo estratégias empresariais por dentro da educação básica pública privatizando-a com a cumplicidade dos governos em todos os níveis.

Dando continuidade do capítulo anterior, Sidemar Presotto Nunes e Leandro Turmena desenvolvem o capítulo sobre *A financeirização da educação: os fundos de investimentos nos “grupos educacionais”*, a partir de pesquisa que “foi desenvolvida por meio de informações disponíveis no site MarketScreener, voltado para investidores, que reúne informações de 95% de todas as empresas listadas em bolsas de valores no mundo”. O trabalho permite compreender importantes aspectos econômicos e políticos quanto ao caráter privatista da educação e a presença dos agentes econômicos da agiotagem internacional, sob controle imperialista, no comando da educação brasileira. Destacam o processo da financeirização da educação em obediência às agências de controle do imperialismo, afirmando que “a mercadorização da educação, por meio de empresas de serviços educacionais, com finalidade de lucro, vinculam-se ao momento em que a Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995, salienta a liberalização comercial, reforçando teses privatizantes da educação do Banco Mundial”. Descreve a “composição acionária dos quatro principais fundos de investimentos presentes no controle dos grupos educacionais: *BlackRock, The VanguardGroup, Morgan Stanley e The Fidelity*”, destacando os grupos transnacionais e os grupos privados que atuam no Brasil.

A apreciação sobre as contradições na esfera educacional, com ênfase sobre a educação camponesa, é analisada no capítulo *A Educação do Campo: defender o conhecimento e a ciência para servir ao povo; combater o relativismo, o dogmatismo e o multiculturalismo como expressões negacionistas*, por Gracialino da Silva Dias. O autor analisa a educação como construção social determinada a partir das relações sociais, das bases materiais e do modo de produção concretamente existente, destacando os aspectos que marcam a educação como “unidade de contrários”, bem como do seu caráter relativamente autônomo. Busca situar o caráter educativo das lutas sociais caracterizadas pelos eventos de combates e resistências do campesinato ao longo da formação social brasileira. Contrapõe a defesa da educação científica e democrática contra as concepções multiculturalistas, pós-modernas e místicas das linhas burguesas, para a educação camponesa.

O trabalho busca desvendar os dois caminhos para a análise, compreensão, interpretação e transformação da questão agrário-camponesa relacionado com a educação diante da subjugação do país ao imperialismo. Defende o caminho democrático científico para a defesa do direito à terra para os milhões de camponeses viverem e trabalharem produzindo alimentos e o direito à educação camponesa em bases científicas, teórico e prática, ante ao caminho místico da linha burguesa de caráter pós-moderno da pedagogia de migalhas, principalmente de base empirista-fenomenológico. Considera que a educação camponesa ou se orienta pela defesa da ciência para o povo, ou se resume em falácias sobre um “sujeito” abstrato, mutilado pela alienação do regime capitalista, fácil de ser iludido e manipulado pelo sistema de poder reinante, do velho estado latifundiário e de grandes burgueses serviçais da dominação imperialista.

O imperialismo é a era da guerra total, das profundas desigualdades sociais, da fome e da miséria para a ampla maioria da população do planeta. É a guerra reacionária para manter a dominação e a exploração sobre os povos. Ou a humanidade destrói o imperialismo ou o imperialismo impõe a barbárie para toda a humanidade. Essa é a tese central deste texto de Introdução enriquecido ao seu final com as citações do Dr. Josué de Castro, maior cientista brasileiro, morto do exílio da ditadura militar pró-imperialista no Brasil.

“Esta tremenda desigualdade social entre os povos divide economicamente o mundo em dois mundos diferentes: o mundo dos ricos e o mundo dos pobres, o mundo dos países bem desenvolvidos e industrializados e o mundo dos países proletários e subdesenvolvidos. Esse fosso econômico divide hoje a humanidade em dois grupos que se entendem com dificuldade: o grupo dos que não comem, constituído por dois terços da humanidade, e que habitam as áreas subdesenvolvidas do mundo, e o grupo dos que não dormem, que é o terço restante dos países ricos, e que já não dormem, com receio da revolta dos que não comem.”

“Esta consciência da desigualdade econômica e social do mundo e o conhecimento das causas que a provocam e tentam mantê-la constituem o motivo principal das agitações nacionalistas, das revoltas e guerras de libertação econômica que constituem o quadro mais explosivo da revolução social em marcha.”

Josué de Castro: A ciência a serviço do desenvolvimento econômico². Publicado na revista Tiers

² Castro, Anna Maria de Castro (org.). Fome: um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

Monde, vol. V, n° 20, outubro-dezembro de 1964, Paris.

“O desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas profundas, que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do controle natural. O conceito de desenvolvimento não é meramente quantitativo, mas compreende os aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne. Crescer é uma coisa; desenvolver, outra. Crescer é, em linhas gerais, fácil. Desenvolver equilibradamente, difícil. Tão difícil que nenhum país do mundo conseguiu ainda. Desta perspectiva, o mundo todo continua mais ou menos subdesenvolvido.”

“O subdesenvolvimento que existe nessas regiões é o primeiro produto do desenvolvimento desequilibrado do mundo. O subdesenvolvimento representa um tipo de poluição humana localizado em alguns setores abusivamente explorados pelas grandes potências industriais do mundo.

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta.”

“[...] a fome e a miséria de algumas regiões distantes fazem parte do custo social do seu próprio progresso, um progresso que a humanidade inteira paga para que o desenvolvimento econômico avance no pequeno número de regiões dominantes política e economicamente no mundo.”

Josué de Castro. **Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição**³. Trabalho apresentado no “Colóquio sobre o Meio”, em junho de 1972, em Estocolmo. Publicado na revista O Correio da UNESCO, ano I, n° 3, março de 1973.

Os Organizadores

³ Idem.

CAPÍTULO 1

A centralidade da Questão Agrária no capitalismo dependente latino-americano à luz da teoria marxista da dependência

Leomar Rippel

Não será possível abordar, neste texto, a dialeticidade entre as relações de produção e reprodução do capital e as formas de Estado que daí resultam. Não obstante, é importante destacar que, apesar de as relações sociais capitalistas se universalizarem, tal processo ocorre de modo que elas se particularizam de acordo com cada formação histórica e social.

Quando a relação-capital se universaliza, o:

[...] faz particularizando-se, processo no qual algumas de suas tendências e contradições são agudizadas em determinadas realidades, engendrando novas tendências e processos que assumem a marca de ser, mais ainda, *negativamente determinados*, com particularidades (LUCE, 2018, p. 25).

Utilizando o aparato teórico marxista, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) nos legou importantes contribuições a esse

respeito. Pode-se afirmar, assim, que existem diferentes especificidades de capitalismo e formas de ser específicas de capitalismo, onde as relações de produção capitalista, se diferenciam de uma realidade para outra; ou seja, as formas concretas de dominação, de expropriação, da mercantilização da força de trabalho, de Estado e das relações jurídicas, por exemplo, se articulam em formações sócio-históricas particulares.

De maneira geral, pode-se considerar que o capitalismo mundial se estrutura em uma relação desigual, mas combinada entre países centrais e países dependentes/periféricos. Mas, afinal, o que isso significa? Pondera-se, dentre outros aspectos, que o funcionamento das formações econômicas dependentes se desenvolve de forma desigual, mas combinada com os centros dinâmicos do capitalismo mundial, transferindo, com efeito, uma significativa quantidade de valor para o centro do capitalismo mundial, em virtude, é claro, de diferentes níveis de intensidade de trabalho nacional por meio das diversas “formações econômico-social; como desdobramento da existência de níveis desiguais de produtividade – porém na totalidade maior que é a dialética entre a produção e apropriação de valor/riqueza na economia mundial” (LUCE, 2018, p. 26). Nessa perspectiva, Marini (2017) afirma que:

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (MARINI, 2017, p. 332).

A economia mundial, na perspectiva da TMD, funciona, desse modo, como duas esferas distintas, porém inter-relacionando-as. Tais relações são: “regidas pela lei do valor, cujo desdobramento é portador de simultânea assunção e violação do intercâmbio de equivalentes; engendrando relações nas quais se verifica a não identidade entre a magnitude de valor produzido e a do valor apropriado” (LUCE, 2018, p. 26).

Desde a invasão dos europeus aos territórios latino-americanos e sua lógica de exploração do solo, os recursos naturais e força de trabalho estão pautados na exportação de produtos agrícolas e minerais, centrado, pois, nos constructos do latifúndio. Com isso, as burguesias nacionais, associadas às burguesias estrangeiras, buscaram e, ainda buscam, o controle total e efetivo do território para acessar todas as fontes de matérias-primas possíveis, expandindo, assim, cada vez mais o ritmo da demanda na produção de alimentos e demais produtos primários nos países centrais.

Assim, a invasão, de forma violenta, por parte dos europeus, a partir do início do século XVI, no território latino-americano e sua expropriação de povos originários, está vinculada e condicionada pela forma cooperativa e antagônica desde o início das relações de produção e reprodução capitalista europeia. Essa evidência histórica e social, não é secundária, pois é a prova cabal da centralidade da América Latina na contribuição da acumulação primitiva de capital. Nesse sentido, Marx (2006) nos convida a uma densa reflexão ao se referir à acumulação primitiva de capital marcada, nessa época, dizendo que:

[...] na história da acumulação primitiva, todas as transformações servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos

de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistências e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra que, por isso, nos servirá de exemplo (MARX, 2006, p. 829-830).

Ao afirmar que a expropriação do camponês e a privação de suas terras constituem a base de todo o processo de acumulação primitiva do capital e que, o referido processo possui características distintas em cada formação histórica e social, Marx (2006) está, também, nos advertindo que as relações de produção e reprodução capitalista, apesar de sua “[...] autoproclamada missão civilizatória, impôs por toda parte elementos de barbárie, com suas tendências alienantes, destrutivas e disruptivas” (LUCE, 2018, p. 25). Nas particularidades latino-americanas, nesse processo de invasão, expropriação das terras dos povos nativos e a escravização do negro trazidos do continente africano, foram fatores decisivos na contribuição da acumulação primitiva de capital.

De acordo com Traspadini (2016) a questão agrária, apreendida como categoria analítica principal, ilustra o histórico funcionamento do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Nessa relação, conforma o fundamento estrutural da questão social aberta no continente após o momento em que o processo de “[...] desenvolvimento originário dos povos pré-colombianos foi subsumido de forma violenta à própria gênese constitutiva do capital. Essa questão nos remete ao passado-presente do desen-

volvimento dependente, próprio, do capitalismo latino-americano” (TRASPADINI, 2016, p. 114).

Em relação, ainda, a acumulação primitiva do capital e suas consequências para os povos originários e negros escravizados, Marx (2006) nos diz que:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2006 p. 864).

A apropriação das terras produtivas da América Latina, escravização dos povos originários “[...] ou o sistema seguinte de mantê-los “livres”, combinados com o tráfico de escravos africanos, aprisionando ambos pelo trabalho, conformou na América Latina uma forma de ser inerente ao conteúdo que nascia na Europa” (TRASPADINI, 2016, p. 128). A América Latina “[...] foi mais do que somente um território de pilhagem e saqueio. Foi o coração da acumulação originária e segue como os pulmões da acumulação capitalista” (TRASPADINI, 2016, p. 128).

Por isso, pensamos que, analisar o desenvolvimento da América Latina, implica levar, em consideração, a centralidade da questão agrária, visto que os conflitos agrários, na região, são, também, disputas pelo poder econômico e político. As oligarquias coloniais, que implementaram a forma de extração de valor, baseado no latifúndio e na exploração do trabalho escravagista, assentaram os alicerces em uma lógica de acumulação que persiste no campo latino-americano.

no até à contemporaneidade. Mesmo com a independência formal, este poder colonial não desapareceu, ocorrera o oposto disso, ele se solidificou e, sob diversas formas, transitou até às oligarquias latifundiárias da atualidade. Portanto, ao longo processo histórico de invasão e expropriação da América Latina, por parte das potências imperialistas, a terra é um dos recursos naturais mais cobiçados pelo homem contemporâneo afetado e constituído a partir do capitalismo. Como será visto na seção seguinte, a concentração agrária é o elemento central para compreender a brutal desigualdade socioeconômica na América Latina.

Concentração agrária e desigualdade socio-econômica na América Latina

Percebe-se, ao longo de todo o período após a invasão dos europeus, na América Latina, que a concentração agrária permaneceu praticamente inalterada. Em um estudo realizado pela *Oxfam Internacional*¹, publicado em novembro de 2016, intitulado: “*Desterrados: tierra, poder y desigualdad en América Latina*”, diz que a desigualdade econômica e social é uma das maiores causas que impedem as sociedades latino-americanas de alcançar o desenvolvimento sustentável, impondo, com isso, um obstáculo para seu crescimento econômico. No estudo consta que, em 2016, 32 pessoas acumulavam, na América Latina, a mesma riqueza que os 300 milhões de pessoas

¹ Segundo o que consta, no site da organização, a “Oxfam é um movimento global de pessoas que lutam contra a desigualdade para acabar com a pobreza e a injustiça. Em todas as regiões, do local ao global, trabalhamos com as pessoas para trazer mudanças duradoras. Nosso trabalho está pautado no compromisso com a universalidade dos direitos humanos. Movidos pela diversidade e fundamentando nossas demandas em evidências e experiência. Tomamos partido contra a pobreza e injustiça em todos os lugares” (OXFAM). Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/what-we-do/about>. Acesso em: 23 mai. 2021.

mais pobres, afirma, também, que a desigualdade econômica está intimamente relacionada com a posse da terra (OXFAM, 2016).

O mesmo estudo salienta, ainda, que foram realizados, em várias partes do mundo, amplos e variados estudos sobre os estreitos vínculos entre a desigualdade e a distribuição de terras e o subdesenvolvimento. Nesse sentido, tem-se demonstrado, por exemplo, como a extrema concentração da terra dificulta, tanto o crescimento, quanto o desenvolvimento econômico e social, mencionando, inclusive, estudos comparativos entre alguns países, os quais demonstram como uma maior distribuição da propriedade da terra conduz a maior produtividade agrícola e, portanto, uma melhora dos investimentos rurais e do crescimento econômico em geral.

O documento cita que as experiências dos países asiáticos, ensinam como a redistribuição das terras foi e, ainda é, um fator-chave na estabilidade social e política, no crescimento econômico e nos processos de industrialização. Segundo a Oxfam (2016), os estudos têm defendido que, uma melhor distribuição da terra, se aloca de forma mais eficaz aos recursos, gerando mais empregos nas áreas rurais, distribuindo, assim, melhor a riqueza e os investimentos, contribuindo, desse modo, em reduzir significativamente a pobreza e a desigualdade (OXFAM, 2016). De acordo com o documento, o impacto na redução da pobreza tem a ver com maior produtividade já que está evidenciado que as pequenas propriedades são mais produtivas por hectares em relação às grandes quando existem as condições adequadas (OXFAM, 2016).

A tabela (1), elaborada pelo Censo agrícola Mundial de 1990, mostra a média da concentração agrária em quatro países da América do Sul. Tais dados, pouco têm sido alterados se pensarmos nas condições sociais e econômicas contemporâneas do sistema agrícola desses quatro países, principalmente o Brasil. Surpreendemo-nos

quando observamos que não houve aumento da concentração agrária no conjunto desses países.

Tal indicativo, pode ser visto em um dos casos mais extremos de concentração fundiária na América Latina, Colômbia. De acordo com os dados da Oxfam (2016) as propriedades com mais de 500 ha., representam em torno de 0,4% de todas as propriedades, concentrando, assim, 67,6% das terras produtivas. Porém, países como Chile e Paraguai, não ficam distantes da realidade colombiana quanto à concentração de terras. De acordo com o relatório da Oxfam (2016), nesses dois países, mais de 70% da área produtiva está concentrada apenas em 1% do número de propriedades rurais.

Assim, segundo Traspadini (2016), mais especificamente em relação à economia brasileira, o desenvolvimento desigual e combinado se torna mais patente da inexistência histórica da reforma agrária no planejamento e na execução da política econômica da burguesia nacional (TRASPADINI, 2016).

Tam. dos estabelecimentos (ha)	Núm. de estabelecimentos	Área total dos estabelecimentos (ha)	Estabelecimentos (% total)	Área (% total)
Até 5	3.293,54	6.260.251	40,89	1,01
De 5 a 10	1.101.506	7.729.991	13,68	1,26
De 10 a 20	1.106.075	15.269.969	13,73	2,49
De 20 a 50	1.168	36.262.426	14,51	5,91
De 50 a 100	582.079	40.366.821	7,23	6,58
De 100 a 200	383.095	51.455.443	4,76	8,39
De 20 a 500	249.985	76.466.263	3,10	12,46
De 500 a 1.000	86.971	59.931.848	1,08	9,77
Mais de 1.000	82.570	319.832.413	1,03	52,13
Total	8.054.412	613.575.425	100,00	100,00

TABELA 1: Estrutura agrária na América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Colômbia). **Fonte:** (CENSO AGRÍCOLA MUNDIAL (FAO), 1990 apud LEITE; ÁVILA, 2007, p. 787).

Do ponto de vista de Traspadini (2016):

No palco da modernização conservadora, a não reforma agrária, se instaura como um processo inerente de organização social e histórica do capitalismo dependente. Brasil, México e Argentina, ao se industrializarem a partir dos anos 1930, consolidam uma estrutura urbano-industrial dependente que não foi capaz de destituir a agricultura do plano geral da função da América Latina na produção e reprodução ampliada do capital (TRASPADINI, 2016, p. 136).

Uma distribuição mais equânime da terra, por meio da reforma agrária, possibilitaria direcionar os recursos de maneira mais eficaz, visto que já foi demonstrado que “[...] dadas as condições adequadas, pequenas propriedades rurais podem ser mais produtivas que latifúndios. E, principalmente, contribuiria para a redução da pobreza, da fome e da desigualdade ao distribuir melhor a riqueza e a renda” (OXFAM, 2016, p. 05). Na América Latina, enquanto os grandes latifúndios se ampliam pelos territórios, as pequenas propriedades rurais vão sendo reduzidas ou desaparecendo. Embora serem responsáveis por mais de 80% das explorações registradas, utilizam somente 13% da terra produtiva (OXFAM, 2016).

Do mesmo modo, o relatório da Oxfam (2016) pondera, ainda, que:

[...] Colômbia figura como o país mais desigual nesse sentido: 84% das explorações menores administram menos de 4% da superfície produtiva. Assim como o Paraguai, onde mais de 91% das pequenas propriedades rurais ocupam apenas 6% das terras (OXFAM, 2016, p. 05).

Por meio do estudo da Oxfam (2016), que analisou os censos agrícolas nacionais em 15 países latino-americanos, verificou que há

uma compreensão da proporção de terras agrícolas concentradas em 1% das propriedades. O resultado, assim, é alarmante, em toda a região, 1% do número das propriedades concentram mais da metade da área agrícola. Ou seja, 1% das propriedades monopolizam mais de 2.000 ha., equivalentes, por exemplo, a 4.000 campos de futebol.

Os recursos naturais e o subdesenvolvimento na América Latina

Além da brutal concentração agrária na América Latina, em relação à Questão Agrária, outro elemento que marca profundamente a dependência da região, diz respeito à forma específica de exploração dos recursos minerais. Em um estudo intitulado: “*Recursos naturais: situação e tendências para uma agenda de desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe*”, publicado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2013, apesar de não problematizar a relação dos recursos naturais e sua forma de exploração com a dependência da América Latina, os dados, contidos no documento, constataram a vinculação dos recursos naturais com o capitalismo dependente latino-americano (CEPAL, 2013).

De acordo com o documento, a produção de minerais, na América Latina e no Caribe, tem se desenvolvido de forma heterogênea nos vários países e por tipo de mineral. A participação regional na produção mundial de ouro, cobre e prata, aumentou significativamente nas três últimas décadas (CEPAL, 2013). Entre 1990 e 2012, cresceu a importância relativa da América Latina e do Caribe na produção mundial de alguns metais, uma vez que:

[...] dobrou no caso do ouro (passando de 10% para 21% do total mundial) e cobre em bruto (de

25% para 45%) e aumentou consideravelmente no caso da prata (de 34% para 48%), cobre refinado (de 15,7% para 20%) e molibdênio em bruto (de 16% para 24%) (CEPAL, 2013, p. 20).

Contrastando, pois, com a “[...] escassa variação da participação regional na produção mundial de bauxita, ferro, níquel, chumbo e zinco e com a queda registrada na produção mundial de estanho e alumínio durante o mesmo período” (CEPAL, 2013, p. 20) conforme pode ser visto na tabela (2).

Percebe-se, desse modo, que a América Latina e o Caribe contribuíram em boa parte de toda a produção mundial de minérios, sendo que, a média dessa contribuição de 1990 até 2012, foi de 24,03% na bauxita, 39,4% com o cobre em bruto, 21,3% de cobre refinado, 17,5% do ouro, 41,5% na prata, 23,9% em estanho em estado bruto, 23,88% com o ferro e, 19,5% com o zinco em estado bruto. Segundo o documento da Cepal (2013), ao observar com mais detalhes as exportações de “minerais da região em exportação de minerais em etapa primária e exportação de minerais em etapa de manufatura, observa-se que a maior parte do crescimento observado na última década corresponde à exportação de minerais em etapas primárias de elaboração (CEPAL, 2013, p. 17).

De acordo, ainda, com Cepal (2013), como decorrência da intensificação das atividades de exploração na América Latina e no Caribe, acresceram as reservas da maior parte dos minerais, como por exemplo, as reservas de ouro, que cresciam a 200 toneladas no ano 2000, localizadas principalmente no Peru, acresceram até chegar em 2010 a mais de 9.200 toneladas, distribuídas no Chile, Brasil, Peru e México. Inúmeros países da América Latina têm importante proporção das reservas minerais do planeta, de modo que

Mineral	Produção 2012 (milhares de toneladas) exceto ferro, ouro e prata						Três maiores produtores da região em 2012	
	1990	1995	2000	2005	2010	2012	2012	
Bauxita	22,9	26,7	26,0	27,5	21,5	19,6	50 568,3	Brasil, Jamaica e Suriname.
Alumínio primário	9,2	10,4	8,9	7,5	5,5	4,4	2 049,6	Brasil, Argentina e Venezuela (República Bolivariana da)
Cobre em bruto	24,9	32,2	43,0	46,6	45,2	44,6	7 626,1	Chile, Peru e México
Cobre Refinado	15,7	23,2	25,1	23,7	21,5	19,0	3 886,4	Chile, México e Peru
Ouro	10,3	12,5	14,4	18,1	19,2	21,4	554,7 ^a	Peru, México e Colômbia
Prata	34,2	38,3	38,5	41,8	48,7	47,7	11 789,2 ^a	México, Peru e Chile
Estanho em Bruto	28,3	27,8	26,0	21,2	19,5	20,5	56,6	Peru, Bolívia (Estado Plurinacional da) e Brasil.
Estanho Refinado	23,1	15,8	14,9	18,0	16,6	13,7	49,3	Peru, Bolívia (Estado Plurinacional da) e Brasil.
Ferro	22,6	24,9	26,1	26,0	22,6	21,1	422,6b	Brasil, México e Venezuela (República Bolivariana da)
Molibdênio em bruto	15,8	18,2	35,2	37,3	31,8	23,8	63,1	Chile, Peru e México
Níquel bruto	11,5	11,7	14,1	15,1	12,9	11,7	230,6	Brasil, Cuba e Colômbia
Níquel refinado	9,7	10,1	10,7	13,4	11,6	8,6	163,0	Brasil, Colômbia e Cuba
Chumbo bruto	13,3	15,5	14,7	14,6	14,5	11,6	612,4	Peru, México e Bolívia (Estado Plurinacional da)
Chumbo refinado	7,8	7,6	8,4	7,2	7,4	5,0	522,7	México, Brasil e Argentina
Zinco em bruto	16,8	20,6	19,0	21,0	21,7	19,4	2 6000,6	Peru, México e Bolívia (Estado Plurinacional da)
Zinco refinado	7,5	8,5	7,3	7,9	7,0	7,4	926,9	México, Peru e Brasil

TABELA 2 – Porcentagem total mundial. Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2013, p. 20-21) “Recursos naturais: situação e tendências para uma agenda de desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe”. Legenda: a) Produção expressada em toneladas; b) Produção expressada em milhões de toneladas métricas.

concentram-se na região pelo menos 65% das reservas mundiais de lítio (Chile, Argentina e Brasil), 49% das reservas de prata (Peru, Chile, Estado Plurinacional da Bolívia e México), 44% das reservas de cobre (Chile, Peru e, em menor grau, México), 33% das reservas de estanho (Peru, Brasil e Estado Plurinacional da Bolívia), 26% das reservas de bauxita (Brasil, Guiana, Suriname, República Bolivariana da Venezuela e Jamaica), 23% das reservas de níquel (Brasil, Colômbia, República Bolivariana da Venezuela, Cuba e República Dominicana) e 22% das reservas de ferro (Brasil, República Bolivariana da Venezuela e México), entre outros minerais (CEPAL, 2013, p. 22).

Em relação aos investimentos mundiais, na exploração de minerais, a América Latina e o Caribe são os principais receptores desses investimentos em termos absolutos desde 1994. Entre 2003 e 2010, os orçamentos de exploração na região cresceram de 566 milhões de dólares para 3.024 bilhões de dólares; ou seja, um aumento de 5 vezes mais. Já em 2012, o orçamento de exploração superou 5 bilhões de dólares. A atividade de exploração de minerais concentra-se no Peru, México, Brasil, Chile e, em menor medida, na Argentina (CEPAL, 2013), conforme pode ser visto no gráfico (1).

Com o aumento dos preços das matérias-primas a nível internacional, nas duas últimas décadas, impulsionou-se a alta dos investimentos em exploração de minerais em todo o mundo a partir de 2003.

Assim, de acordo com o Cepal (2013) o:

[...] orçamento mundial destinado a explorações de metais não ferrosos quase quintuplicou, ao passar de 2,19 bilhões de dólares em 2003 para 10,68 bilhões de dólares em 2010, e depois voltou a dobrar praticamente, chegando a 21,5 bilhões de dólares em 2012 (CEPAL, 2013, p. 21).

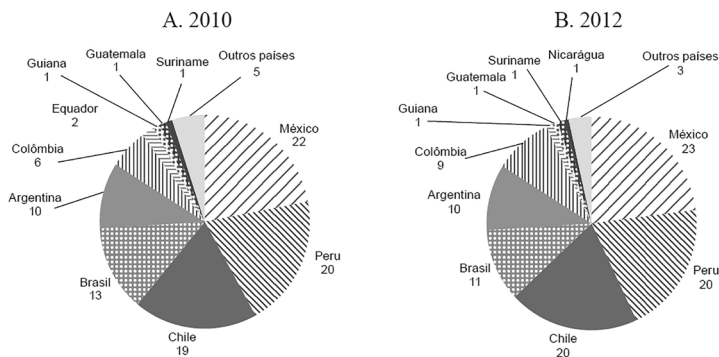


GRÁFICO 1 – Caribe – principais destinos da exploração de minerais, 2010 e 2012 (em porcentagens do orçamento total de exploração destinado à região). **Fonte:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2013, p.22, “Recursos naturais: situação e tendências para uma agenda de desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe”.

Desse modo, compreende-se que, os recursos naturais, estratégicos para o desenvolvimento econômico e o bem-estar do povo latino-americano, passa a ser um dos elementos centrais mais importantes no aprofundamento da dependência da região. Com isso, não estamos afirmando que o problema do subdesenvolvimento são os recursos naturais, pelo contrário, eles são indispensáveis. O que estamos tentando chamar dar ênfase é, justamente, a forma específica de desenvolvimento do sistema capitalista – associado e dependente – que tem, nos recursos naturais, um dos elementos centrais do/em nosso processo de subdesenvolvimento.

A Questão Agrária: pobreza e fome na América Latina

No dia 16 de fevereiro de 2020, Gerardo Lissardy, da BBC News, utilizando os dados do Relatório de Desenvolvimento Hu-

mano, publicado em dezembro de 2019, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fez circular uma matéria intitulada: “Por que a América Latina é a ‘região mais desigual do planeta’?”. A reportagem afirma que a América Latina foi apontada como a região com maior desigualdade de renda do mundo, onde os 10% mais ricos concentram apenas 37% da renda, parcela esta significativamente maior do que qualquer outra região do planeta, enquanto os 40% mais pobres possui, apenas 13% da renda (PNUD, 2019).

De acordo com a matéria, a região é efetivamente desigual, uma vez que uma mulher, por exemplo, em um bairro pobre na capital chilena, nasce com uma expectativa de vida estimada em 18 anos menor do que em relação a uma mulher rica em um bairro rico da mesma cidade. A reportagem citou, também, os dados do Mapa da Desigualdade, de uma Organização Não Governamental (ONG), chamada: “Rede Nossa São Paulo”, afirmando realidade similar em relação ao Brasil. Quem mora em Paraisópolis, por exemplo, uma das maiores favelas da cidade de São Paulo/SP, tem uma expectativa de vida, em média, 10 anos a menos em relação a quem vive no bairro do Morumbi, considerado um bairro rico, anexo ao bairro Paraisópolis-SP.

Tal disparidade, na América Latina, segundo a reportagem, abrange, sobretudo, a cor da pele e a etnia, visto que os negros e os indígenas têm mais possibilidade de serem pobres, de terem menos escolaridade e de conseguir, pois, um emprego formal em relação aos brancos. A mesma matéria, mencionando dados de 2019, de relatórios da CEPAL, afirma que, apesar dos avanços econômicos e sociais nos primeiros anos do século XXI, as desigualdades sociais e econômicas, da América Latina, pouco mudaram.

Para tentar explicar os motivos dessa realidade, a *BBC News Mundo* (2019) (serviço de notícias em espanhol da BBC), entrevis-

tou o Prêmio Nobel de Economia de 2001, Joseph Stiglitz, e esse afirmou que “Pode-se dizer que o passado colonial criou as condições para a desigualdade” (BBC NEWS MUNDO, 2019). Para Stiglitz, a exploração dos colonizadores causou a desigualdade na região, a distribuição desigual das terras segundo ele, contribuiu para “[...] a criação de algumas famílias muito ricas e muitas famílias muito pobres” (BBC NEWS MUNDO, 2019). Segundo a reportagem, “[...] a incidência da pobreza é ainda maior nas áreas rurais, e entre os negros” (BBC NEWS MUNDO, 2019).

Talvez o(a) leitor(a), deva estar se perguntando: Por que não trabalhar direto com os dados da CEPAL e do PNUD ao invés das reportagens jornalísticas? Tal opção tem explicação. A desigualdade econômica e social, na América Latina, é tão brutal que, mesmo os grandes jornalões pertencentes aos grandes conglomerados de comunicação e, vinculados às burguesias nacionais e internacionais, não conseguem esconder, visto que a mesma reportagem, tal qual a citada acima, foi reproduzida por meio de outros grupos de comunicação, tais como pela “*Época Negócios*”, revista de economia e negócios do conglomerado do Grupo Globo, pela empresa de conteúdo, produto e serviços do Grupo UOL e, ainda, pelo Portal R7, um dos maiores portais brasileiros de *internet*, pertencente ao Grupo Record.

Mas, especificamente, nas áreas rurais, na América Latina, no que se refere a essa problemática, a tabela (1) demonstra a população pobre e extremamente pobre na área rural em alguns países da região. Percebe-se que, dos 11 países mencionados, apenas 3 possuíam menos de 50% da população rural na pobreza, dos quais: El Salvador, Honduras e Peru, respectivamente, enquanto nos outros países, mais de 50% da população rural, estavam na pobreza, com números alarmantes, tais como: a Venezuela, com 86,2%, México, com 78,0% e, Brasil, com 75,5%. Nota-se, portanto, que a média da pobreza, no

que se refere à extrema pobreza, na América Latina, em 1997, era, respectivamente, de 59,64% e 33,58%.

Países	População rural em condições de pobreza (% sobre a população rural total)	População rural em condições de extrema pobreza (% sobre a população rural total)
Brasil	75,5	36,5
Chile	57,1	32,6
Colômbia	66,6	38,1
Costa Rica	51,1	29,2
El Salvador	42,8	21,4
Honduras	44,4	25,4
México	78,0	44,6
Panamá	54,8	31,3
Peru	43,3	28,9
República Dominicana	56,3	32,2
Venezuela	86,2	49,2

TABELA 1 – População pobre e extremamente pobre no meio rural – América Latina. **Fonte:** (CEPAL, 1997 *apud* CONCHOL, 2005, p.70).

Em novembro de 2018, a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) publicou a primeira edição do “*Panorama da Pobreza Rural na América Latina e no Caribe*”, alertando que, a pobreza nas áreas rurais da região, voltou a crescer após uma década. No documento, a organização alerta para uma reversão histórica na redução do bem-estar rural na América Latina, já que a pobreza rural aumentou em 2 milhões de pessoas entre os anos de 2014 e 2016, totalizando cerca de 59 milhões de pessoas (FAO, 2018).

Lembra a FAO (2018) que, de 1990 a 2014, a pobreza rural caiu cerca 20 pontos percentuais; ou seja, de 65% para 46% da população. Entretanto, entre 2014 e 2016, houve um aumento de dois

pontos percentuais, tanto a pobreza, quanto a extrema pobreza, chegando, assim, a 48% e 22%, respectivamente. Nota-se que, após 21 anos, ou seja, de 1997 a 2018, a redução da pobreza, na América Latina, caiu pouco mais de dez pontos percentuais e, extrema pobreza, pouco mais de 11% (FAO, 2018).

De modo que possamos tornar verificável tamanha tragédia social, utilizamos os dados de alguns países da região da própria publicação do panorama da FAO (2018), apesar do percentual, tanto da pobreza, quanto da extrema pobreza rural terem diminuído, elas ainda são gritantes. No Brasil, a taxa de pobreza rural caiu de 71%, em 1990, para 29%, em 2014. Na Bolívia, reduziu, significativamente, a pobreza rural de, 79%, em 1997, para 54%, em 2013. Já no Chile, a taxa de pobreza rural caiu, de 39%, para 7%, nos mesmos anos. A Colômbia, também, reduziu sua taxa de 61%, em 1991, para 42%, em 2014. Já no Equador, por exemplo, de 2000 a 2015, reduziu de 66% para 27% e, no Paraguai, de 70% para 51% no mesmo período. O Peru diminuiu sua taxa de pobreza, de 1997 a 2014, de 73% para 46%.

Nesse sentido, a FAO (2018) sugeriu cinco soluções ou cinco medidas-chave para retomar o caminho da redução da pobreza na área rural da América Latina, quais sejam:

- 1 – A necessidade de criar setores agrícolas eficientes, inclusivos e sustentáveis. Isto pode ser conseguido através do reforço do investimento em bens públicos, aumentando o acesso à terra, a serviços rurais e à informação, bem como a uma melhor gestão de riscos no setor agrícola;
- 2 – Estender os programas de proteção social para a população rural, desenhando esquemas que promovem sinergias com o setor produtivo e, especialmente, com o setor agrícola;
- 3 – O manejo sustentável dos recursos naturais. Para este

fim, as políticas de redução da pobreza devem estar ligadas à sustentabilidade ambiental e promover a resiliência das populações rurais diante dos choques ambientais e econômicos; 4 – A promoção do emprego rural não agrícola: isto requer fomentar as ligações urbano-rurais, o investimento privado e a provisão de infraestrutura básica, a ligação da agricultura aos mercados de bens e serviços, e a implementação de programas de políticas públicas nesta área com orçamento próprio e em larga escala; 5 – Melhorar a infraestrutura [...] para se ter áreas rurais livres da pobreza, o investimento público em ativos territoriais deve ser aumentado e intensificado, e a infraestrutura ligada a serviços públicos associados (FAO, 2018),

Em relação a matéria da BBC News (2019), referente à pobreza, na América Latina, é apontada uma medida indispensável à redução da desigualdade, a de “[...] recolher mais recursos dos mais ricos” (BBC NEWS, 2019), ou seja, uma proposta de alteração na matriz tributária para que ela seja mais progressiva. Porém, a mesma reportagem nos lembra que: “[...] esses grupos, embora sejam minoritários, costumam ser um obstáculo à expansão dos serviços universais, usando seu poder econômico e político por meio de mecanismos estruturais e instrumentais” (BBC NEWS, 2019)

Não estamos desconsiderando as medidas sugeridas acima, tanto pela BBC News (2019), quanto pela FAO (2018) à redução da pobreza. Contudo, elas ficam apenas nos aspectos secundários, como esperado. Em nenhum momento, tais sugestões encontram-se aos aspectos principais/centrais da problemática e não é tocado na forma específica de propriedade privada na América Latina. Para sermos mais exatos, em nenhum momento, as reportagens tocam na forma *sui generis* de desenvolvimento da América Latina, tendo a “questão agrária” como categoria fundamental.

A mesma forma de propriedade agrária, verticalmente concentrada na América Latina, é responsável por produzir grande parte do alimento para o mundo. É a mesma que produz, também, a fome na região. Isso pode ser observado em duas reportagens: a primeira, data de 23/04/2020, da Associação Brasileira de Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior (ABRACOMEX), intitulada “*Apesar da crise, Brasil tem aumento de exportação de alimentos*” e, a segunda, foi transmitida pelo programa televisivo “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão e publicada pelo site G1 no dia 25/07/2021, intitulada “*Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome*” (G1, 2021).

No que tange à primeira matéria da ABRACOMEX (2020), ela traz informações sobre as exportações de alimentos do Brasil no primeiro trimestre de 2020. Segundo a reportagem, nesse período, a exportação de alimentos, mesmo com a crise, somou US\$ 21,4 bilhões. O principal país que alavancou esse crescimento foi a China. Apenas “[...] para este país, as exportações somaram US\$ 7,2 bilhões, representando 34% do total” (ABRACOMEX, 2020). Além da “[...] soja em grãos, as exportações de carne bovina e de frango *in natura* foram os principais produtos exportados. Essa demanda representou 44% do total de vendas realizadas no exterior” (ABRACOMEX, 2020).

Segundo a reportagem da ABRACOMEX (2020) a soja, nos últimos anos, tem sido o produto de maior exportação do Brasil. Apenas no primeiro trimestre de 2020, as vendas totalizaram US\$ 602 bilhões, tornando verificável uma significativa alta de 9,4% em comparação ao mesmo período de 2019. Foi registrado 11,64 milhões de toneladas somente em março de 2020; ou seja, um crescimento de 37,6% em relação ao mesmo período de 2019. Desse

modo, o total de exportações de soja, no primeiro trimestre de 2020, somaram cerca de 18,1 milhões de toneladas, tendo, assim, um crescimento de 15,30%, se comparado ao mesmo período de 2019.

Em seguida, a reportagem da ABRACOMEX (2020) descreve que as exportações de carne bovina tiveram um aumento de 29,9%, somando US\$ 1,6 bilhões. As exportações da carne bovina, somente em março de 2020, totalizaram 147,08 mil toneladas (produto *in natura* e processado). No que se refere à carne de frango, obteve-se um crescimento de 7% e um faturamento de US\$ 1,5 bilhões. Ela apresenta, pois, um crescimento significativo desde janeiro de 2020. Nesse mês, as exportações tiveram um aumento de 14,9%, totalizando 323,8 mil toneladas.

Em relação à segunda reportagem (G1, 2021), a fila, à qual a matéria se refere, é a deum açougue, situado na capital mato-grossense, Cuiabá, que distribui os restos (ossos) dos animais abatidos à população e, essa prática data de cerca de dez anos, com uma periodicidade de, pelo menos, uma vez por semana, mas, agora, são distribuídos três vezes na semana. A situação da fome é tão grave que, Samara Rodrigues, proprietária do estabelecimento, nos diz que “[...] tem gente que pega e já come cru, ali mesmo [...]” (G1, 2021).

Senão o mais importante e, sem dúvida, um dos pontos mais importantes do discurso do Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (Sem Partido), na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 22/09/2020, foi sobre a produção de alimentos no Brasil, diz ele:

No Brasil, apesar da crise mundial, a produção rural não parou. O homem do campo trabalhou como nunca, produziu, como sempre, alimentos para mais de 1 bilhão de pessoas. O Brasil contribuiu para que o mundo continuasse alimentado. [...]. Garantimos a

segurança alimentar a um sexto da população mundial. [...] O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos (SENRA, 2020)

Interessante perceber, sobretudo, que a fala do Presidente, foi realizada poucos dias após o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar dados sobre a fome no Brasil. Segundo o levantamento feito pelo IBGE (2020), entre junho de 2017 a julho de 2018, houve uma piora na distribuição de alimentação das famílias brasileiras, chegando a mais de 10 milhões de pessoas passando fome no país. Vale destacar, ainda, que esse levantamento foi divulgado em 2020.

Contudo, a fome tem se agravado ainda mais na contemporaneidade, como pode ser visto em uma publicação feita no *site* da Agência Brasil (2021), em uma matéria produzida em 06/04/2021, com os dados do “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). A reportagem indica que, nos últimos meses de 2020, cerca de 19 milhões de brasileiros passaram fome e que, mais da metade dos domicílios do país enfrentaram, em suma, algum grau de insegurança alimentar. Estima-se que 55,2% dos lares brasileiros; ou seja, 116,8 milhões de pessoas no Brasil, convivem com a fome, com efeito, ao final do ano de 2020.

Considerações finais

Analisar o desenvolvimento capitalista *sui generis*, latino-americano, implica, sobretudo, levar, em consideração, a centralidade da questão agrária, tal como salientado no decorrer da pesquisa. Os

conflitos agrários, na América Latina, são disputas também pelo poder econômico e político, visto que as oligarquias coloniais, que implementaram a forma de extração de valor baseado no latifúndio e na exploração do trabalho escravagista, assentaram os alicerces em uma lógica de acumulação que persiste no campo latino-americano até à contemporaneidade.

Desse modo, a concentração agrária e as formas de explorar os recursos naturais, na América Latina, são elementos centrais na compreensão do capitalismo dependente latino-americano. Como mencionado ao longo do texto, não estamos afirmando que o problema do subdesenvolvimento da região são as terras e os recursos naturais, mas sim, a forma específica de desenvolvimento capitalista associado e dependente que tem, nos recursos naturais e na concentração agrária, os elementos centrais do capitalismo dependente.

Referências

ABRACOMEX. **Apesar da crise, Brasil tem aumento de exportação de alimentos**. 23 de abril de 2020. <Disponível: <https://www.abracomex.org/brasil-tem-aumento-de-exportacao-de-alimentos>>. Acesso 11 ago 2021.

LISSARDY, Gerardo. **Por que a América Latina é a “região mais desigual do planeta**. BBC News Mundo em Nova York, fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51406474>>. Acesso em: 20/05/201.

CEPAL. **Recursos naturais: situação e tendências para uma agenda de desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe**. Chile, 2013.

CHONCHO Jacques. Globalización, Pobreza y Agricultura Familiar. **RURIS**, vol. 2, n. 1, mar de 2008.

G1. Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias

brasileiras contra a fome: Dezenove milhões de brasileiros acordam atualmente sem saber se vão conseguir alguma refeição para o dia. Dois anos atrás, eram 10 milhões. *In:G1 Fantástico*, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contra-a-fome.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2021.

GANDRA, Alana. Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020: dados são de inquérito sobre insegurança alimentar na pandemia. *In:AGÊNCIA BRASIL*, 06 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020>. Acesso em: 11 ago. 2021.

LABATUT, Benjamin. A América Latina e o Caribe sofreram uma reversão histórica em sua luta contra a pobreza rural. *In:FAO*, Buenos Aires, 2018. Disponível: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1171166/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LEITE, Sérgio Pereira; Ávila, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. *RER*, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 03, p. 777-805, jul/set 2007.

LISSARDY, Gerado. BBC News – Brasil. Por que a América Latina é a ‘região mais desigual do planeta’. *In:BBC News Mundo e Nova York*, 16 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51406474>. Acesso em: 05 ago. 2021.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018

MARINI, Ruy Mauro. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARTINS, José de Souza. **Cativeiro da terra**. São Paulo: Contexto, 9. Ed., 2010.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 24ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU news: perspectiva global reportagens humanas. Íntegra do discurso do presidente do Brasil na Assembleia Geral. *In: NAÇÕES UNIDAS*, 22 set. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1727082>. Acesso em: 11 ago. 2021.

OXFAN. **Terra, poder e desigualdade na América Latina**. Informe/resumo executivo. nov., 2016b. 12 p. Disponível em: https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2019/08/terra_desigualdade-resumo_executivo-pt.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

OXFAN. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. Informe da OXFAN Brasil, nov., 2016a. 32 p. Disponível em: https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil_0-2.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhada**. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2016. 338 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-ADQHWL/1/tesefinaltraspadiniufmgabril2016.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CAPÍTULO 2

A Questão Agrária e a soberania alimentar no Brasil: os limites da produção de alimentos sob o domínio do imperialismo

Rosineide Fabricio

A noção geral de soberania, da qual decorre a de Soberania Alimentar, está ligada aos processos históricos de desenvolvimento das sociedades ocidentais, culminando com a constituição dos Estados absolutistas que sofreram as revoluções burguesas, dando origem ao constitucionalismo. Falar, portanto, em soberania nos remete às formulações constitucionalistas que teoricamente embasaram a constituição do Estado burguês-liberal. A soberania é, portanto, ao lado do povo e do território, o elemento formador do Estado moderno nascido no fim do antigo regime, que caracterizou a fase final do feudalismo europeu, e que deu sustentação jurídica e política à modernização.

(...) desde seu nascimento, o Estado moderno apresenta dois elementos que diferem dos Estados do passado (...). A primeira característica do Estado

moderno é essa autonomia, essa plena soberania do Estado, o qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. A segunda característica é a distinção entre Estado e sociedade civil, que vai evidenciar-se no século XVII, principalmente na Inglaterra, com o ascenso da burguesia (GRUPPI, 1980, p. 9).

Soberania caracteriza, desse modo, uma situação de poder de auto gerir-se, de independência. Um povo é soberano, portanto, se goza desse poder em relação aos demais. Dessa noção surge a noção de Soberania Alimentar como parte da soberania política, econômica, científica, tecnológica e cultural.

Neste trabalho, em consonância com o referencial dialético materialista aportado pelo marxismo, não separamos a noção de Soberania Alimentar da compreensão da soberania política no geral. Soberania política é concebida sob o princípio do internacionalismo e da autodeterminação, tal como foi cunhado por Marx e Engels no “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848, sob a consigna de “proletários de todos os países uni-vos”. Ou seja, uma soberania que é separação enquanto uma relação autônoma em face do outro, sob o princípio da autodeterminação dos povos e, ao mesmo tempo, é integração e interdependência, sob o princípio do internacionalismo, ou da integração da classe trabalhadora a nível mundial.

Nesse sentido, entendemos que a questão da Soberania Alimentar no Brasil está diretamente ligada à questão do acesso ou não à terra por parte de várias gerações de camponeses brasileiros. O monopólio da terra tem servido para acumular riquezas e não para produzir alimentos necessários ao processo de desenvolvimento do país. Entendemos ser a concentração da terra um dos principais geradores das mazelas sociais, não somente no campo, mas, também, nas cidades.

A questão da fome, tema amplamente discutido em especial nas décadas de 1940 a 1960, após os estudos feitos pelo médico, pesquisador e escritor Josué de Castro, que apontou o latifúndio e o subdesenvolvimento como sua causa primeira, vincula-se, ainda hoje, ao domínio imperialista sobre nosso país. Este domínio impossibilita o desenvolvimento soberano no campo da política e compromete todo debate e proposições de políticas públicas referente à soberania alimentar.

Por fim, concluímos com reflexões sobre a necessidade da organização camponesa de orientação teórica proletária como única forma de romper com o sistema latifundiário que presta serviço ao imperialismo, que domina econômica e politicamente o Brasil, sendo isto condição sem a qual não se pode efetivar qualquer política de soberania alimentar.

Mercantilização da alimentação e soberania alimentar

A falta de alimentos, e muitas vezes o não acesso ao alimento de qualidade, se constitui num grande problema causado pela mercantilização da produção alimentícia, engendrada pelas grandes corporações transnacionais, como analisado por Lappé:

Os produtos colhidos dessas terras mais férteis fluem majoritariamente para consumidores em países ricos. A maioria local empobrecida não tem condições de comprar o que é produzido, e por não formarem um mercado significativo, as elites nacionais veem a população local essencialmente como fonte de mão de obra – um custo de produção a ser minimizado mantendo os salários baixos e quebrando sindicatos. O resultado é uma espiral descendente de degrada-

ção da terra e aprofundamento da pobreza nas áreas rurais. Até mesmo problemas urbanos tem origem rural, visto que o pobre tem de abandonar a zona rural em contingentes numerosos, migrando para as cidades, onde somente alguns poucos afortunados obtêm um salário para sobreviver, ao passo que a maioria adoece em favelas e barracos (LAPPÉ. *Apud* ROSSET, 2006, p. 318).

Nessa perspectiva, o debate que se faz presente de forma crucial é a questão da luta pela conquista da terra pelos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, objetivando a produção de alimentos diversificados, para que se possa garantir a segurança alimentar e nutricional como ponto de partida para implementar uma resistência às imposições mercadológicas. Tal resistência deve ter como princípios básicos o direito humano à alimentação adequada e saudável e à Soberania Alimentar. Esses princípios servirão como um contraponto referente aos vários significados que são usualmente apresentados por governos, organismos internacionais e representações empresariais vinculadas às grandes corporações e ao agronegócio (MALUF, 2009, p. 19), que distorcem o seu significado, utilizando a expressão para seus interesses de classe, mascarando a realidade.

De acordo com Rosset:

A noção de Soberania Alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então este país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A Soberania Alimentar,

portanto vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído de significado real (ROSSET, 2003. *Apud* ROSSET, 2006, p. 319).

As leis que regem o mercado fizeram dos alimentos uma mercadoria voltada apenas para aqueles que podem comprar para consumir, especulando e transformando-os em *commodities*¹. Assim nos tornamos reféns dos chamados impérios alimentares, que não levam em conta nossa cultura alimentar que se traduz em resultado de uma construção histórica milenar de povos de inúmeras nacionalidades (PLOEG, 2008). Visto que somos um país com inúmeras capacidades sociais e ambientais, precisamos nos instrumentalizar com ações que visem concretamente o suprimento de alimentos saudáveis que façam parte de nossa cultura, voltados para toda a população e não apenas para uma minoria, como temos presenciado até o momento.

A agricultura define-se como uma das principais atividades humanas. Desde que foi descoberta, há aproximadamente 12 mil anos, os seres humanos passaram cada vez mais a depender dela, quer seja direta ou indiretamente. Na atualidade em vários países do mundo, principalmente os chamados subdesenvolvidos, a prática da agricultura caracteriza-se por sua importância tanto para a economia local, quanto para a subsistência das populações que ali vivem. As diferenças no nível de desenvolvimento tecnológico de cada sociedade é o que vai implicar diretamente na sua produção. Assim, como nos lembra Marx:

¹ *Commodities* é uma expressão de origem inglesa que significa **mercadoria**. Sua definição no Brasil diz respeito principalmente aos produtos primários como minérios e gêneros agrícolas que são produzidos em larga escala e exportados principalmente para os países de capitalismo desenvolvido. As *commodities* têm seus preços definidos no mercado internacional pelas chamadas Bolsas de Valores.

(...) Somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é uma ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje como a milhares de anos deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX, 1996, p. 39).

Essa constatação de Marx nos chama atenção, fazendo referência a importância da produção agrícola para a satisfação das necessidades básicas do ser humano. Além disso, também está presente nessa afirmação a necessária relação entre a produção para as necessidades de subsistência e a transformação social. Sem que essas necessidades (comer, beber) sejam sanadas, não poderemos nem sequer nos movimentar, muito menos pensar ou fazer história. Nesse sentido, torna-se central o debate acerca da conquista da terra e seu papel no avanço da soberania alimentar em nosso país, pois para podermos mudar e transformar relações arcaicas em relações avançadas com vistas a um desenvolvimento que leve em consideração o ser humano, não podemos nos furtar em debater o problema da forma de produção no campo, diretamente vinculado à concentração da propriedade fundiária, buscando suas causas e debatendo possíveis soluções.

A fome como consequência da dominação Imperialista

No período entre a Primeira e Segunda Guerras mundiais, muitas técnicas foram desenvolvidas pelos países imperialistas para serem usadas como arma de dominação de um país sobre o outro. Dentre estas armas, podemos destacar inúmeros produtos químicos que foram utilizados em larga escala para destruir plantações e envenenar rios e lagos, trazendo consequências drásticas para as populações dos países explorados. Ao cessar o conflito bélico, a humanidade passou a conviver com novas formas de controle humano sobre a natureza.

Muitos produtos químicos desenvolvidos para fins bélicos são transformados em fertilizantes, adubos, inseticidas, pesticidas, herbicidas etc., e passam a ser comercializados a partir da década de 1960 em vários países do mundo, principalmente nos subdesenvolvidos. Esta fase ficou conhecida como “revolução verde”, “se tratava de uma tática política do grande capital para introduzir o capitalismo no campo e gerar mais uma promissora fonte de reprodução do capital nos países da América Latina, Ásia e África” (PINHEIRO, 2014, p. 53). O objetivo seria expandir a industrialização na agricultura, inserindo nela técnicas modernas de manipulação de animais e plantas. Houve também uma ampliação muito grande das áreas cultivadas, gerando esgotamento dos solos e aumento do número de famintos em todo o mundo.

Embora nessa época a produção tenha atingido cifras imensas para exportação, suas consequências sociais foram exorbitantes. “Antes da Revolução Verde, na Índia 18% do campesinato não possuía terras, em 1970, essa porcentagem havia aumentado para 33%” (CHONCHOL, 2005, p. 33). Pouco tempo depois, a produção mundial de cereais estava no fim, isto, devido à queda da produção,

bem como a compra em grande escala de gêneros alimentícios pela URSS, levando ao esgotamento dos estoques disponíveis e ao aumento dos preços (Ibid., p.34).

Este fato trouxe o agravamento da fome em diversos países, que eram utilizados apenas como fornecedores de cereais para os países desenvolvidos, e não tinham assegurado a sua própria alimentação. A solução encontrada pelos países desenvolvidos foi aumentar as exportações de alimentos destes para os países que estivessem perecendo de fome. Para isso, fizeram acordos comerciais que trouxessem vantagens econômicas para os exportadores.

Em meados do século XX, muitas pesquisas já haviam sido desenvolvidas com relação ao problema da fome no mundo, demonstrando cientificamente que o problema da fome não era a falta de alimentos, e que com as técnicas existentes na época seria possível alimentar uma população de 13,5 bilhões de habitantes, numa época em que a população mundial era de, aproximadamente, 2,5 bilhões. Entre os cientistas que se destacaram na pesquisa sobre a fome como problema social, o mais notável foi Josué de Castro, denunciando que o problema da fome nos países subdesenvolvidos estava vinculado diretamente ao latifúndio monocultor e sua transferência de produtos agrícolas para os países desenvolvidos. “A fome nas suas diferentes formas, é sempre um produto direto do subdesenvolvimento” (CASTRO, 2003, p. 52).

Também mapeou em seu livro, *Geografia da Fome*, as principais doenças que acometiam e levavam a óbito adultos e crianças nas várias regiões brasileiras. Considerando áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresentava predominância de carências nutritivas.

A alimentação do brasileiro tem se revelado, a luz dos inquéritos sociais realizados, com qualidades nutritivas bem precárias, apresentando, nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos. Numas regiões os erros e defeitos são mais graves e vive-se num estado de fome crônica; noutras, são mais discretos e tem a subnutrição. Procurando investigar as causas sociais dessa alimentação, em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico e social do povo, chega-se à conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que fatores de natureza geográfica (CASTRO, 2004, p. 34).

Comprovou com sua pesquisa que as doenças estavam relacionadas diretamente a falta de proteínas, vitaminas e sais minerais necessários para mantê-los saudáveis e com vida, não sendo determinadas apenas por razões físicas, como era divulgado na época. Afirmava que um dos principais problemas brasileiros residia em sua estrutura agrária atrasada, o que impedia que o país trilhasse um caminho soberano em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos.

Destas estruturas, a mais retrógrada e a mais resistente ao verdadeiro progresso social é, sem nenhuma dúvida, a nossa estrutura agrária, daí a necessidade de atacá-la com decisão para adaptá-la às necessidades sociais do Brasil atual.

É a inadequação de nossas estruturas agrárias o fator essencial da má utilização de nossos recursos naturais, da baixa produtividade agrícola e da sub ocupação do homem no campo. Numa palavra: do atraso geral de nossa agricultura. O arcaísmo dessa estrutura agrária se evidencia não só pela inadequada distribuição das propriedades, como pelas relações de produção de tipo feudal, nas quais ainda perduram o regime da

meiação parceria e outras sobrevivências do feudalismo agrário. (Ibid., p. 284).

Sua conclusão nos traz elementos que comprovam o interesse mercantil do latifúndio exportador sob o domínio imperialista, que atua como um freio para o desenvolvimento de nosso país. Afirmava que a fome somente desapareceria quando fosse varrido o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo generalizado que este condiciona (Ibid., p.291).

Cabe lembrar que neste contexto, pós-Segunda Guerra, vivíamos o conflito de dois modos de produção antagônicos, conhecido como Guerra Fria. Dois blocos de países se firmaram, um capitalista sob liderança dos Estados Unidos da América e outro socialista, liderado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estávamos diante de duas concepções distintas de sociedade que projetam ações igualmente distintas de produção.

Diante disso, no final da Segunda Guerra Mundial, com os problemas alimentares que ocorreram e que ainda estavam ocorrendo, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, convoca uma reunião para discutir os problemas sobre agricultura e alimentação. Esse encontro teve a participação de 44 países, que “através de eminentes técnicos no assunto, confessaram sem constrangimento, quais as condições reais de alimentação dos seus respectivos povos” (Ibid., p. 15). Os relatórios apresentados revelam um grau muito alto de mortalidade, adulta e infantil, provocada por doenças que tinham como causa a fome e a desnutrição. Para tentar resolver o problema, a decisão foi a criação do Conselho da organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e pouco tempo depois criam também o Programa Alimentar Mundial (PAM), que se constituiu em uma organização humanitária de ajuda alimentar para situações de urgência, como catástrofes ambientais. Uma das primeiras me-

didadas tomadas pelos países capitalistas desenvolvidos foi a doação de seus excedentes de alimentos aos países capitalistas subdesenvolvidos, medida esta que não surtiu nenhum efeito significativo para acabar com a fome no mundo.

Apesar do esforço, a FAO e seus gestores não tiveram força suficiente para implementar um projeto que garantisse uma ação efetiva contra os males da fome nos países capitalistas. Tiveram que se submeter aos interesses da acumulação capitalista, servindo para escamotear as verdadeiras causas da fome.

Em 1946, a ONU lançou sua primeira campanha mundial de luta contra a fome. Enfim em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia geral da ONU, reunida no palácio Chaillot em Paris, adotou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo artigo 25º define o direito à alimentação (ZIEGLER, 2013, p. 23).

Contudo, ressalta que “(...) esse foi, lamentavelmente, um momento de curta duração. No interior do sistema das Nações Unidas – e também no interior de muitos Estados membros -, os inimigos do direito à alimentação eram (e continuam sendo na atualidade) muito poderosos” (Ibid., p. 24).

Imaginar que o sistema imperialista possa garantir mecanismos para acabar com um fenômeno criado pela sua própria lógica é ignorar a contradição principal deste sistema. Assim não poderia ser de outra forma, pois no capitalismo se lucra mais com a morte de milhões de seres humanos, do que com a solução para elevar o nível de vida da população e, conseqüentemente, melhorar sua nutrição.

Foi dentro dessa perspectiva que Josué de Castro, presidindo a FAO durante os anos de 1952 a 1957, avalia sua atuação neste órgão afirmando se sentir “decepcionado pelo que fizemos porque, a meu

ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista” (CASTRO, 2003, p. 40). De fato, a realidade mostrou que acabar com a fome não era o objetivo dos idealizadores da FAO, por isto, mesmo com a quantidade de alimentos tendo aumentado em vários países capitalistas, o problema da fome persistia.

Com o término da Segunda guerra os campos de influência dos países que passaram pelas Revoluções Socialistas haviam se ampliado. Este fato “desencadeou diferentes formas de produção no campo, mediante a ação direta de um Estado ideologicamente comprometido com a transformação da sociedade estabelecida e a construção de uma nova ordem” (FABRINI, 2010, p. 45). Diante desse fato, países como Rússia, China e da chamada Europa Oriental, passaram a enfrentar o problema da fome desenvolvendo ações no campo. Viabilizando o aumento da produção agrícola em pequenas propriedades camponesas, como foi o caso da China onde “foram distribuídos 46 milhões de hectares entre 300 milhões de lavradores. No que diz respeito à redistribuição de terras, A China inovou, distribuindo parcelas iguais de terra para dois membros do casal” (MARCOS e FABRINI, 2010, p. 68).

Esta ação demonstrou grande eficácia na solução do problema da fome. Josué de Castro em sua célebre obra *O livro negro da Fome*, escrito em 1960, constata que a quantidade de alimentos disponíveis na China, pós-revolução socialista, é imensamente maior que a cifra mundial.

Mesmo com esse descanso de nossa civilização em procurar produzir o suficiente para alimentar de maneira correta as populações do mundo, em aplicar as aquisições da ciência para melhorar os rendimentos do solo, mesmo assim a produção de alimentos na última década tem ultrapassado, em volume, o cres-

cimento das populações: enquanto as populações crescem num ritmo médio anual de $1^{1/2}$ %, a produção alimentar do mundo já ultrapassou 2%. E isto é a desmoralização total do neomalthusianismo. E este aumento de 2% se evidencia bem abaixo de nossas possibilidades normais, quando se sabe, que com um certo esforço e organização do trabalho, *a nova China vem aumentando sua produção agrícola num ritmo correspondente a 8% por ano, depois da revolução de 1949* (CASTRO, 1968, p.29, grifos nossos).

Como vimos, a produção de alimentos, e o acesso destes pela população de um país, está diretamente ligada ao modo de produção assumido por ele, que, por sua vez, se define a partir do poder político instituído. Sendo assim, mesmo existindo na atualidade uma grande produção de alimentos, isto não é suficiente para acabar com o fenômeno da fome, pois estes não são distribuídos, tampouco diversificados, de forma que garanta a soberania e segurança alimentar de todo a população. Seria uma ilusão exigir tal compromisso do modo de produção capitalista, uma vez que sua lógica é a do mercado, produzindo aquilo que proporciona lucro e não o necessário para o suprimento das necessidades humanas. É isto o que define a produção mundial na fase imperialista do capitalismo, principalmente para os países subdesenvolvidos. A estes cabe a produção monocultora, voltada exclusivamente para a exportação e que vem destruindo milhões de espécies de plantas que serviram de alimentação para as populações ao longo da história. Em contrapartida, impõe a todo o povo uma padronização de alimentação de acordo com os interesses dos monopólios imperialistas que passam a dominar cada vez mais as variedades das sementes.

A questão política da soberania alimentar no Brasil

O Brasil é um país que não garante o direito à alimentação de qualidade para seu povo, pois não produz seus alimentos de forma integral, necessitando importar muito do que sua população consome. Por outro lado, grande parte da produção agrícola brasileira está voltada para a exportação, com técnicas modernas e utilização massiva de insumos fabricados por empresas transnacionais.

É assim que o Brasil, como receptor de capital e de tecnologia, dá sua contribuição para o ajuste espacial, assentindo com o lugar que os países centrais lhes reservaram na divisão territorial do trabalho. Desse modo, ainda que o agronegócio tenha a seu dispor tecnologias de ponta, pouco pode contribuir para o desenvolvimento efetivamente sustentável do país que segue fadado a integrar o circuito mundializado da mercadoria como fornecedor de produtos primários, por um lado, e consumidor de bens manufaturados, por outro, haja vista que estes são cada vez mais imprescindíveis para a cadeia produtiva notadamente da agricultura (PAULINO, 2008, p. 229).

Cabe ressaltar, também, que o Estado brasileiro, sob a dominação imperialista, é o principal incentivador dessa situação, por meio dos grandes financiamentos, “deixando praticamente abandonadas aquelas culturas que têm se constituído, historicamente, na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros” (OLIVEIRA, 2001, p. 94).

Podemos citar também a questão de segurança alimentar que inicialmente surgiu da ação estatal, não representando nenhuma mudança efetiva prática, pois grande parte dos governos não a levou adiante, passando a ser gerida por organismos internacionais. Em nome do capitalismo monopolista será formulado um significado

para o termo onde “assiste-se a separação entre autossuficiência e segurança alimentar que passa a ser entendida como a capacidade de adquirir os alimentos quando se necessitar deles” (MALUF, 2009, p.53). Esta seria a fórmula para manter amarradas aos impérios alimentares todas as populações dos países subdesenvolvidos que possuem renda para adquirir os alimentos industrializados que serão fornecidos pelas corporações transnacionais.

A medida que o Brasil substituía gradualmente a cultura de víveres pela cultura de cana-de-açúcar, o país entrou no círculo vicioso do mercado mundial alimentar: obrigado a importar alimentos que já não produz, aumenta a demanda mundial... que, por seu lado, acarreta o aumento do preço dos alimentos. (ZIEGLER, 2013, p. 259).

Temos a maior quantidade de terras aráveis do mundo, com um solo extremamente fértil, água em abundância e a luz solar que garante energia a maior parte do ano. Estas características têm despertado o interesse das grandes empresas ligadas ao agronegócio em adquirir e ampliar seu domínio sobre nosso território. Uma parcela significativa da economia agrária brasileira está dominada por grandes corporações transnacionais, como ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, que controlam grande parte das exportações de produtos agrícolas. Seguindo a mesma lógica, a produção nos últimos anos tem se voltado ainda mais para o mercado, isto é, produzindo o que os países importadores de matérias primas demandam, estruturando-se sobre três pilares: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e os monopólios mundiais, (OLIVEIRA, 2014, p. 28) sendo viabilizados pelos créditos concedidos pelo Estado brasileiro com recursos públicos.

Em 2003/2004, o valor total do crédito rural foi de 32,6 bilhões de reais, sendo 27,2 bilhões para a agricultura patronal e 5,4 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pro-naf). Já em 2016/2017 estes valores pularam para 232,88 bilhões de reais no total, 202,88 bilhões para a agricultura patronal e 30 bilhões para a agricultura familiar. Isto sem falar nos subsídios, que segundo Delgado (2012), somaram 86,6 bilhões de reais entre 2000 e 2010. (ALENTEJANO, 2020, p. 258).

De acordo com pesquisas feitas pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 1990 e 2018, a área plantada com produção temporária teve um crescimento de 27,25 milhões de hectares, tendo como produtos mais cultivados a soja, a cana e o milho, todos voltados para exportação ou para processamento em indústrias. Desse modo, os alimentos básicos para a alimentação da população brasileira vão perdendo espaço para a grande produção do agronegócio, como é o caso do arroz, do feijão e da mandioca, que tiveram uma queda na área cultivada de 11,44 milhões de hectares, em 1990, para 6,04 milhões em 2018. Uma redução expressiva de 5,4 milhões de hectares (ALENTEJANO, 2020, p. 360).

No rastro do crescimento econômico, o agronegócio foi também se fortalecendo politicamente. Não à toa, praticamente todos os ministros da Agricultura nas últimas duas décadas foram figuras de destaque do agronegócio, como Roberto Rodrigues (então presidente da ABAG) no primeiro governo Lula, Kátia Abreu (à época presidente da Confederação Nacional da Agricultura) no governo Dilma, Blairo Maggi (um dos maiores produtores de soja e dono da maior empresa de processamento e comercialização de soja brasileira) no governo Temer e Tereza Cristi-

na no governo Bolsonaro. Além disso, no primeiro governo Lula, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi o ex-presidente da Sadia (uma das maiores empresas do setor de carnes na ocasião) Luiz Fernando Furlán (ALENTEJANO, 2020, p. 363).

Constata-se, portanto, que o campo brasileiro está cada vez mais dominado pelo imperialismo, utilizando-se da forma de agro-negócio para servir aos interesses de países do centro do capitalismo mundial, tendo como principal incentivador o Estado brasileiro, nos mais variados aspectos, desde as propagandas veiculadas pelos monopólios de imprensa, as bancadas ruralistas no congresso nacional, até financiamentos altíssimos com pagamentos a perder de vista. Nesse sentido, o Estado brasileiro mostrou-se incapaz de aplicar e desenvolver políticas públicas que possam resolver o grande conflito de classes entre camponeses pobres sem-terra ou com pouca terra e latifundiários exportadores de commodities. Ao contrário disso, “o Estado com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na definição desses processos” (HARVEY, 2013, p.121), atuando, ora como braço ideológico, ora como braço armado do latifúndio.

Assim, a expropriação e a violência do latifúndio, que tem avançado contra as terras dos camponeses posseiros, quilombolas e indígenas, têm acirrado cada vez mais os conflitos pela posse da terra. Conflitos estes que são criados e fomentados pela própria lógica do sistema imperialista que se utiliza do latifúndio como comprador de seus produtos industriais e vendedor de produtos agrícolas demandados como matéria prima no mercado externo. Desse modo, o latifúndio presta excelentes serviços aos interesses imperialistas e, ao mesmo tempo, concentra renda e empobrece a maioria dos tra-

balhadores do campo e da cidade, que tem sido submetida cada vez mais à violência, à fome e à exploração de todas as formas. Por isso afirmamos que, mesmo dentro dos marcos do capitalismo, a ausência da soberania política sobre nosso território é o fator principal que impossibilita a soberania alimentar.

Considerações finais

A soberania alimentar é uma questão que somente se resolverá com a conquista da soberania político-econômica dos países dominados pelo imperialismo. Por sua vez a conquista desta soberania nos países subdesenvolvidos passa, internamente, por lutas de libertação nacional e por lutas democráticas, no caso de nosso país, a luta é pela democratização da terra, pois, diante da divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento capitalista acentuou o monopólio e a concentração das terras.

A questão agrária brasileira encontra-se submetida às amarras do sistema imperialista, o qual dita as regras para os governos subservientes em países de capitalismo atrasado, submetido, como o Brasil, cujos governantes, independentemente das formulações político-ideológicas que anunciam seguir, cumprem à risca o papel de entreguistas, impondo para a massa de trabalhadores o que se deve produzir, como produzir e para quem produzir. Os grandes latifundiários exploram e oprimem os camponeses pobres, reproduzindo relações atrasadas, enquanto milhões de trabalhadores no campo e na cidade vivem na miséria, com fome, sem casa, sem terra, doentes e sem acesso a uma boa escola para os seus filhos.

Assim como o Brasil, outros países de capitalismo subdesenvolvido “são vendidos aos predadores do capital financeiro mun-

dializado, que podem então dispor do que quiserem” (ZIEGLER, 2013, p. 324). Estes “predadores” controlam a produção, comercialização e distribuição dos alimentos no mundo. Sob essa realidade, falar em Soberania Alimentar sem analisar como é feito o controle social da produção, envolvendo o conjunto das forças produtivas e as relações sociais de produção e da terra, pode se tornar mera verborragia sem conteúdo.

São, portanto, o trabalho e a terra, os princípios da Soberania Alimentar. Diante disso defendemos que somente o fim de todos os latifúndios e a divisão de terras para quem nela quer trabalhar e viver, enquanto libertação das forças produtivas, expressa a condição fundamental para a efetiva conquista da Soberania Alimentar no Brasil. Sem este rompimento com o sistema latifundiário, que prevalece em todo país desde o início de sua colonização, jamais a conquistaremos.

Para que ocorra tal rompimento não basta a propaganda e os pequenos modelos de produção camponesa, mas o rompimento amplo e total da dominação imperialista, que tem o latifúndio como seu maior e principal aliado interno. Afirmamos isso a partir de nossa compreensão, segundo a qual, por um lado, não é possível garantir Soberania Alimentar numa pequena comunidade ou em um pequeno território, de modo restrito, tampouco, por outro lado, somente pela dinâmica de inter-relacionamentos na esfera global. O desafio é agir compreendendo a relação entre o local e o global, entre a parte e o todo, envolvendo trocas e interações em territórios concretos articulados, e pelo grau de desenvolvimento das bases materiais que caracterizam o modo de produção. Por isso, afirmamos que a soberania alimentar está submetida à soberania política e esta apenas será conquistada com o fim da lógica da mercadoria do regime capitalista e a destruição de todo o poder burguês-latifundiário opressor e explorador do trabalho humano.

Sob essa compreensão, nossa perspectiva é de que os movimentos populares de luta pela terra assumam seu papel, que é fundamental nessa batalha, como estratégia da destruição de todos os latifúndios, condição para a libertação das forças produtivas no campo. Esse é o único caminho para garantir o acesso à terra para todos os camponeses que têm enfrentado, dia após dia, uma verdadeira guerra contra as amarras do sistema, que a todo tempo os empurra para se ajustar ao modelo, sujeitando-os ao capital e apostando na ruína dos que não se encaixam em seus interesses. Trata-se, portanto, de se desenvolver sob a teoria científica do materialismo histórico e dialético as formas de organização e lutas do campesinato na destruição do sistema latifundiário, associada com a destruição do capitalismo. Caso contrário, a luta pela distribuição da terra para uma parcela dos camponeses, sob a premissa liberal, como apregoa a ideologia burguesa caminha apenas para adequar os camponeses ao sistema, mantendo no mercado alguns poucos privilegiados e contribuindo para a ruína dos demais.

O acesso a terra pelos camponeses é condição básica para assegurar materialmente a produção de alimentos para os que vivem e trabalham no campo e para os que vivem e trabalham na cidade. Isso possibilita condições de autonomia na produção alimentar, tanto para o autoconsumo das comunidades, quanto para o povo em geral, libertando-se das amarras do mercado, controlado pelos monopólios do comércio de alimentos. Este é o primeiro passo para a conquista da soberania alimentar.

Referências

ALENTEJANO, Paulo. *Questão Agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia. A Produção do espaço brasileiro: A abstração real*. Revista Terra Livre, São Paulo, vol. 1, nº 36, p. 69 a 95, jan-jun/2011.

_____. *As políticas do governo Bolsonaro para o campo: A contrarreforma agrária em marcha acelerada*. Revista da ANPEGE. v.16. nº.29, p. 353-392, ano 2020. E-ISSN:1679-768X.

CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de terra e um caixão*. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

_____. *O livro Negro da Fome*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHONCHOL, Jaques. *A Soberania Alimentar. Dossiê América Latina*. Estudos avançados, vol. 19, nº 55, São Paulo, set-dez/2005.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valéria de. *Os camponeses e a práxis da produção coletiva*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. Universidade do Estado de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre, RS: L & PM Editores, 1980.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. – 7. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. *Dialética da agroecologia*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MALUF, Renato S. *Segurança alimentar e nutricional*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Coleção Clássicos do Pensamento Político. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes,

1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A mundialização da agricultura brasileira*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e outros. *Território em conflito, terra e poder*. Goiânia, Kelps, 2014, pp. 17-103.

_____. *A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Territórios em disputa e agricultura*. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ROSSET, Peter. *Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar*. In: SAUER, Sérgio & PEREIRA, João Márcio Mendes. (Orgs.). *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e Reforma Agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa. Geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.

CAPÍTULO 3

Classes sociais, cooperativismo e Questão Agrária: contribuições ao debate

Vosnei da Silva

Neste capítulo iremos tratar sobre a importância da abordagem da agropecuária brasileira centrada nas classes sociais que a compõem, de modo a ter uma aproximação mais precisa com a realidade, inclusive para retomar e reafirmar a atualidade da questão agrária. Isso porque o inebriante processo de hegemonia político-econômica da burguesia agrária, através do chamado agronegócio, pode escamotear outros enfoques ou mesmo deslegitimá-los. Entender quem compõe as classes, suas estratégias e a situação em que se encontram é importante para a compreensão do Brasil atual e as tendências econômicas, sociais e políticas, quem tem ganhado e quem tem, sistematicamente, perdido na lógica do capitalismo periférico aqui vigente.

A abordagem das classes sociais em geral, independente do período histórico ou local em que ocorra, é sempre um desafio. Mais

ainda quando se debruça sobre a agropecuária, pois pode haver configurações não tão nítidas como nos centros urbanizados. Nas últimas décadas, com o advento da internacionalização da economia e hegemonia do imperialismo, essa empreitada é ainda maior dadas as inúmeras conexões que se podem estabelecer entre o local e o global.

A iniciativa da abordagem via classes sociais diz respeito à tradição marxista, ainda com debate em aberto - justamente por tentar interpretar as particularidades de cada situação. Fazer esse percurso pode ajudar na perspectiva de melhor compreensão dos atores envolvidos, sua condição e seus interesses, já que das respectivas classes surge a sua constante luta pela afirmação. Sendo assim, busca-se aqui interpretar, com base em alguns indicadores, a composição das classes sociais. Reitera-se que não é algo definitivo, mas uma tentativa de aproximação metodológica que saia das dualidades imperantes atualmente, muitas das quais falsas, como alerta GONÇALVES (2004).

Por outro lado, investigar a realidade com viés classista quer dizer também que há interesses divergentes, e que eles podem ser expressos naquilo que se classifica como atualidade da Questão Agrária (QA), ou seja, a permanência das inúmeras desigualdades sociais vigentes no campo e que repercutem em toda sociedade, inclusive no regime de democracia liberal incompleta e tutelada que hoje se deteriora completamente, sobretudo após o golpe de 2016¹.

O percurso desse trabalho transita de uma tentativa de caracterização das classes sociais na agropecuária brasileira e como elas se apresentam a partir do último Censo Agropecuário de 2017 (CA2017), da renda monetária auferida (ou não) decorrente das atividades econômicas desenvolvidas, e da participação no valor da produção.

¹ Considera-se aqui que no ano de 2016, o governo eleito de Dilma Rousseff, foi vítima de um golpe de Estado, sendo o impeachment o mecanismo usado para tal fim. Para uma interpretação interessante desse fato, conferir a obra de Luiz Felipe Miguel (2019).

Segue-se traçando brevemente o panorama do cooperativismo, fundamentalmente o de crédito, e o papel que esse mecanismo vem cumprindo na especificidade da nossa formação socioeconômica. As regiões em que o cooperativismo possui um desenvolvimento mais pleno e o movimento geral que ocorre, independente do setor, na perspectiva da concentração e centralização, respondendo aos estímulos e determinantes da dinâmica própria do nosso capitalismo periférico.

Por fim, apresenta-se resumidamente alguns problemas crônicos da agropecuária brasileira (estrutura fundiária, marginalização produtiva, uso da violência contra os agricultores pobres, precarização do trabalho, entre outros) na perspectiva de sustentar o caráter atual da QA e da necessidade de equacioná-la, fundamentalmente, através da via política. A QA, assim como outras “questões”, não foi nem será equacionada nos marcos da sociedade burguesa e, por essa razão, é importante trazê-la novamente ao centro do debate, buscando apresentar suas novas configurações, personagens, implicações e demandas prementes.

As classes sociais na agropecuária brasileira

Uma dimensão mais precisa da agropecuária brasileira pede que se faça uma distinção entre as classes presentes neste cenário, qual sua situação, seus interesses e contradições e/ou conflitos. Ao identificar as classes fundamentais, poderemos analisar de que modo a conjuntura econômica e política as afeta e, por outro lado, quais seriam as tendências de desenvolvimento possíveis. Essa perspectiva parece ser a que defende SILVA (1981), para o qual a QA (diferente mas interligada com a questão agrícola) deveria se concentrar justa-

mente na organização do trabalho e da produção, no emprego e/ou ocupação, na renda, entre outros; além dos sujeitos envolvidos nesse processo, como os fazendeiros, agricultores, sem-terras, indígenas, etc. Talvez a melhor expressão do desafio e objetivos aqui contidos, possa ser sintetizada da seguinte maneira:

O estudo da composição de classe da população rural, do peso que a pequena produção e a exploração capitalista representam na agricultura nacional e o confronto da situação em anos distanciados dão o mais preciso índice do grau e do ritmo do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (CUNHAL, v.2, p. 161).

E buscando compreender esse desenvolvimento capitalista, se percebe que há diferentes abordagens para se chegar a uma caracterização das classes sociais na agropecuária. A mais comum parece ser a que se baseia na propriedade da terra - isso também porque há importantes movimentos de luta pela terra no país - organizada através da quantidade de terras por produtor/estabelecimento rural. Inclusive com o destaque para aquelas condições mais precárias, que seria o caso dos sem-terras, os posseiros, etc. Essa perspectiva tem sua pertinência, já que a terra é, entre outras coisas, um dos meios de produção mais fundamentais, embora venha, relativamente, perdendo um pouco essa centralidade com o desenvolvimento tecnológico (BUAINAIN; ALVES; SILVEIRA, et al, 2014).

A abordagem das classes, por sua vez, não é uma tarefa simples, além do que os limites precisos entre uma e outra classe são difíceis de definir, sempre guardando problemas e controvérsias. Creio que no campo a situação seja ainda mais delicada, justamente pelas peculiaridades e complexidade de sua natureza, além do fato do debate

no arcabouço teórico estar longe de um consenso, sendo necessário analisar a situação específica e concreta (BOTTOMORE; HARRIS; KIERNAN, 2001, verbete da pg. 61).

Alguns exemplos de interpretações das classes sociais, sempre levando em conta a realidade específica e concreta e a sua época, podem ser encontrados nas abordagens de Lênin (1985), Mao Tse-Tung (1972) e Labini (1980). Para o primeiro, a Rússia pré-revolucionária continha no campo cinco classes fundamentais: o proletariado rural, os camponeses pobres, os camponeses médios, os camponeses ricos e os capitalistas agrários. Já Mao Tse-Tung, num pequeno artigo de 1933, também definia, no campo chinês, cinco grandes classes: os senhores de terras, os camponeses ricos, os camponeses médios, os camponeses pobres e os operários. Para o italiano Paolo Labini, a estrutura geral de classe poderia ser basicamente definida em três grandes grupos: a burguesia, a classe média e a classe operária. Numa tentativa de interpretação do Brasil dos anos 1970, o referido autor elencou cinco grandes classes que abarcavam toda a sociedade: a burguesia, os empregados (incluindo militares e religiosos), trabalhadores autônomos (camponeses médios, comerciantes, artesãos e outros), camponeses pobres e assalariados agrícolas e os assalariados não-agrícolas (p. 150)².

Muito comum nos últimos anos aqui no país, tem sido a definição de dois setores ou “classes”, que seriam os chamados “agronegócio” (grandes produtores) e a “agricultura familiar”³ (pequenos produtores rurais). Já que muito dessa definição diz respeito não apenas a propriedade da terra, mas à sua extensão (um corte arbitrário),

² Nessa análise de Labini (1983), o Brasil de 1970 teria 40% da população estruturada na classe dos camponeses pobres e assalariados agrícolas.

³ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1> / Ver também a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006.

pode-se ter como exemplo um “agricultor familiar” da Região Sul, onde a média dos módulos fiscais gira em torno de 20 hectares (ha)⁴, tal produtor poderia ter até 80 hectares (ha) que estaria enquadrado nessa categorização. Há outros critérios, como o aspecto força de trabalho, mas essa extensão territorial possível faz com que, nos estados da referida região, seja possível considerá-los grandes proprietários – adiante será possível observar que a imensa maioria dos estabelecimentos não chega nem perto desses limite máximo estabelecido pela legislação, o que pode indicar, já neste ponto, o seu viés classista.

Neste trabalho, a identificação das classes foca mais na renda obtida com a produção agropecuária, o valor bruto da produção (VBP⁵), entre outros elementos, como p. ex. a quantidade de terra, acesso a crédito, uso de tecnologia, mão de obra, etc. Não estão incorporadas, nessa identificação, rendas obtidas de outras fontes (trabalho assalariado, benefícios sociais, investimentos, arrendamentos, etc.), ou mesmo a ausência dela. Aliás, essa última forma, talvez possa ser subentendida justamente na classe dos agricultores e trabalhadores pobres, pois o indicador usado na tabela abaixo (Tabela 1), parte da ausência de renda agropecuária (não se conseguiu identificar essa proporção no CA2017, talvez por falha; mas se usa como indicador o número dado por Alves e Rocha (2010): no último censo, de 2006, eles eram 579.024 estabelecimentos, ou 11,2% do total). Reitera-se que isso não significa, necessariamente, que essa camada mais pobre não tenha outro tipo de renda, já que é justamente nela que se encontram as diversas formas de assalariamento

⁴ <https://www.canalrural.com.br/sites-e-especiais/modulo-fiscal-varia-cada-municipio-brasileiro-13970/>. Pode-se conferir também, mais especificamente por município: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

⁵ Sobre VBP conferir: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>

ou semi-assalariamento, produção para autoconsumo, entre outras tantas maneiras de sobrevivência que os trabalhadores encontram.

Após esses três exemplos de interpretação, cada qual na sua realidade concreta e no seu tempo, busca-se aqui fazer um recorte próprio e classista para o campo brasileiro atual, baseado numa divisão entre quatro grandes classes, de acordo com os aspectos já citados, sem a pretensão de ser melhor ou mais adequado do que qualquer outro disponível, até porque faltariam dados mais aprofundados, análises teóricas e mesmo tempo para se fazer um estudo mais exaustivo, o que não é a centralidade nesse momento.

Assim, sugere-se que as quatro grandes classes sociais sejam assim divididas: a) agricultores e trabalhadores pobres; b) pequena burguesia agrária; c) média burguesia agrária; d) grande burguesia agrária.

A primeira compreenderia os agricultores e trabalhadores pobres de todo tipo, com minúsculas parcelas ou mesmo sem-terras, trabalhadores assalariados, semi-assalariados, etc. São os que produzem pouco, seja para a venda irrisória ou apenas para autoconsumo; auferem uma renda mínima advinda dessa produção e vendem a força de trabalho periodicamente; nos termos de Lênin (1985), seriam, em larga medida, assalariados com um lote de terra. Sujeitos à pobreza, à falta de acesso a políticas públicas agrícolas, sociais ou mesmo ao cooperativismo, que possuem os contratos de trabalhos e de posse da terra mais precários. Enfim, resumidamente: os que se encontram nas piores situações no campo, em diversos aspectos.

Na segunda classe estaria compreendida a pequena burguesia agrária, sendo a que possui algum acesso a terra, mesmo que pouca. Está melhor organizada e estruturada, tem em grande medida maiores benefícios oriundos de políticas públicas e do cooperativismo; apresenta produção proporcionalmente pequena mas que, também combinada com trabalhos acessórios, consegue se manter, mesmo

que com grandes dificuldades. Em âmbito geral, tem a forte tendência de se enquadrar na classe anterior justamente pela dinâmica excludente da lógica capitalista imperante. Aliás, alguns analistas como Alves e Rocha (2010), questionam se seria “possível ganhar tempo”, ou seja, seria possível manter esse enorme contingente (essas duas primeiras classes) que, basicamente, não agregam na produção agropecuária e que não teriam outro destino senão a expulsão da atividade, até que o mercado “resolvesse” tal situação? Desta forma, acredita-se que políticas sociais focalizadas poderiam amenizar a exclusão, já que as políticas agrícolas seriam inócuas.

A terceira classe é a média burguesia agrária que está, em linhas gerais, já muito melhor estruturada e organizada, contando com acesso mais facilitado a políticas públicas, financiamento, tecnologias e assistência técnica, acesso a mercados, etc. É também a que melhor se vale das diversas formas de organização cooperativa (agropecuárias – via integração p. ex., crédito, transporte, etc.) e que possui, em certo grau, importante contribuição na produção agropecuária a priori. Podem empregar trabalho assalariado/contratado, e em geral, não necessitam vender sua força de trabalho como os demais, ou seja, empregam todos os esforços para si mesmos; por vezes são uma espécie de patrão e empregado simultaneamente. Por terem acesso a níveis de ensino e renda mais elevados, são mais propensos à racionalidade capitalista do investimento e da abertura em relação a novas iniciativas, tecnologias e mercados.

Por fim, a quarta classe social configura-se como a grande burguesia agrária, sendo aquela que comumente se define como latifundiária, mas na qual também se enquadram os grandes grupos econômicos agrícolas⁶ ou mesmo os conglomerados das agroindústrias,

⁶ Os principais conglomerados agrícolas são os seguintes: Grupo Bom Futuro, SLC Agrícola, Grupo Amaggi, Grupo Scheffer e Terra Santa. Disponível

cooperativos ou não. Em termos gerais, pode-se dizer que fazem uso intenso de trabalho assalariado, tecnologia em sentido amplo e possuem acesso facilitado às políticas públicas (tributárias, financeiras, importação, exportação, etc.), renegociação ou perdão de dívidas⁷, e vem se financeirizando gradativamente (cada vez mais integradas aos mercados de capitais), possuem administração tal qual grandes empresas capitalistas - cujo foco essencial reside na produção para exportação. Segundo Balestro e Brito Lourenço (2013, p. 257): “Os grandes produtores atuam diretamente no mercado financeiro em operações *hedge* do investimento em suas commodities (boi gordo, café, milho e soja, na ordem de importância por volume de contratos) na forma de um crescente número de contratos de derivativos”. Em essência, suas atividades visam a reprodução ampliada do capital, não importando o tipo nem o destino/finalidade da produção, mas sim o retorno ampliado, com os menores custos e no menor intervalo de tempo possível: “o capital não faz agricultura para produzir comida pela comida, mas pelo lucro que a atividade possa oferecer como renda destinada à remuneração do investimento produtivo” (GONÇALVES, 2004, p. 43).

É a classe que possui enorme poder político, e em grande medida, é representada no Congresso Nacional pela chamada Bancada Ruralista ou Frente Parlamentar Agropecuária (CASTILHO, 2012). Controla as mais importantes entidades do setor e é, no geral, a que dita os rumos das intervenções estatais para o setor⁸. Inter-

em:<https://www.gazetadigital.com.br/editorias/economia/mato-grosso-tem-4-dos-5-maiores-produtores-do-brasil/637902>

⁷ Ver mais em:<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/11/ruralistas-se-articulam-para-obter-perdao-bilionario-das-dividas-do-funrural> ou <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/02/com-lucro-recorde-jbs-lidera-ranking-de-devedores-do-funrural-governo-estuda-perdao>

⁸ Se pode citar as seguintes entidades/associações da grande burguesia agrá-

venções essas que podem ser entendidas de modo bastante amplo, como p. ex. agrícola, agrária, ambiental, tributária e fiscal, financeira, fundiária, etc. (FATTORELLI, 2021). Isso porque, como se verá adiante, os interesses dessa classe são historicamente materializados e defendidos via poder de estado (por isso o Estado é de classe e não está acima ou independente de nenhuma delas), inclusive independente da instituição ou área, porque costuma se enfatizar apenas os cargos políticos, deixando de lado as demais instituições, empresas, poderes ou órgãos públicos.

A seguir, apresenta-se a configuração das classes sociais na agropecuária brasileira na atual conjuntura, segundo o recorte do mais recente censo agropecuário realizado.

Classes Sociais no Campo	Renda Monetária Anual (R\$)	Quantidade de Estabelecimentos Rurais	Percentual em Relação ao Conjunto
Agricultores e trabalhadores pobres	De 0 a menos de 25.000	3.430.991	72,2%
Pequena burguesia	De 25.000 a menos de 100.000	851.024	17,9%
Média burguesia	De 100.000 a menos de 500.000	360.774	7,6%
Grande burguesia	De 500.000 e mais	108.404	2,3%
Total	-----	4.751.193	100%

TABELA 1: Classes sociais, renda agropecuária anual (em R\$) e estabelecimentos rurais – Brasil, 2017. **Fonte:** IBGE, Censo Agropecuário 2017. Base de dados Sidra IBGE.

ria: ABPA, Unica, Abifumo, Sindirações, Sindiveg, Abrass, Ibá, Sindan, Abiove, Abag, Andef e Viva Lácteos. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2019/11/13/nova-cara-da-bancada-ruralista>

Veja-se a questão dos rendimentos: uma unidade de produção que tenha uma renda anual de R\$ 25.000,00 (a maior renda dentro do recorte dessa classe), contando que ao dividi-la por 12 meses do ano a renda mensal fica em R\$ 2.083,33, a qual, por sua vez, pode ser dividida de modo *per capita* (pelos membros da família – atribuindo uma média de 04 pessoas), tendo-se ao final uma renda familiar *per capita* de R\$ 520,83. Esse último valor auferido está, para o ano de 2017, um pouco acima da linha de corte da pobreza (segundo o IBGE, usando os critérios do Banco Mundial, pessoas com renda per capita mensal de até R\$ 406,00, estavam abaixo da linha da pobreza⁹) ou, em outros termos referenciais, pouco mais de ½ salário-mínimo (R\$ 468,50). Por isso, entendemos ser correto o enquadramento desse enorme contingente na fração de classe dos agricultores e trabalhadores pobres - segmento daqueles que necessitam tanto da produção como, muito provavelmente, da venda da força de trabalho (regular ou eventual) para o sustento familiar.

Esse exercício de aproximação diz respeito, como dito, aos que obtiveram a mais alta renda - o que já indica uma condição bastante precária. No entanto, é preciso destacar que, dentro desse enorme contingente, que corresponde a 72% do conjunto total dos estabelecimentos rurais, há uma parcela considerável de mais de 2 milhões de estabelecimentos, que se considerados sozinhos diante do conjunto, representam mais de 42%, que obtiveram renda anual de até R\$ 5.000,00. Aplicando a mesma sistemática acima, teremos o seguinte: ao calcularmos a proporção mensal, teremos R\$ 416,66, que, por sua vez, dividindo por 04 membros (*per capita*), resultará em R\$ 104,16. Ou seja, nesse enorme grupo, estariam todos, segundo ainda critérios do Banco Mundial, incluídos na extrema pobreza

⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/extrema-pobreza-aumenta-e-chega-152-milhoes-de-pessoas-em-2017>

(em 2017, a referida linha de corte, era composta por aqueles indivíduos que obtivessem, mensalmente, ganhos de até R\$ 140,00). Essa população, ainda aplicando a medida de 04 membros por família/ estabelecimento rural, poderia representar algo em torno de 8,1 milhões de pessoas.

É provável, porém, que muitos desses estabelecimentos auferiram, além dos valores oriundos da comercialização agropecuária, produção para autoconsumo, rendas diversas e complementares para a manutenção familiar. Como por exemplo trabalho sazonal assalariado, vendas pontuais de excedentes agrícolas, benefícios previdenciários ou programas sociais, entre outros. Isso tudo, entretanto, pela própria natureza tanto da atividade agropecuária quanto das demais fontes citadas, não têm uma garantia absoluta (sistemática e com objetivo de superação dessa condição), ou seja, a depender da conjuntura (pacto de poder no Estado burguês), a situação pode oscilar entre melhorias ou pioras nas condições de vida, predominando certamente esta última em anos recentes.

Veja-se na seqüência a situação das classes sociais em relação ao VBP, seguido da respectiva participação na composição total:

Classes Sociais no Campo	Valor da produção (em mil R\$)	Contribuição por classe
Agricultores e trabalhadores pobres	20.605.232	4,5%
Pequena burguesia	42.699.228	9,2%
Média burguesia	73.489.765	15,9%
Grande burguesia	325.567.327	70,4%
Total	462.361.551	100%

TABELA 2: Classes sociais, valor bruto da produção e participação total, Brasil, 2017. Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Base dados SidraIBGE.

Como era de se esperar, a grande e a média burguesia, nesse quesito, englobariam mais de 86% do VBP, restando uma participação marginal para as outras duas classes mais pauperizadas. Com isso, corroborando alguns autores (Sandroni, 1980, p. ex.), a QA, do ponto de vista da produção, estaria resolvida. No entanto, tal aspecto não se esgota nesse viés apenas. São as classes mais bem aparelhadas que acabam por responder pela maioria da produção e conseqüente geração de valor na agropecuária - o que não é nenhuma surpresa, dado que o Estado burguês a elas tudo facilita/garante: propriedade da terra, do capital, do crédito, da tecnologia e das máquinas, privilégios fiscais e tributários, renda da terra etc.

E pode-se perguntar: o que resta para as duas classes em situação de inferioridade/precariedade? Representando o maior contingente populacional, a “função social” determinada pelo Estado burguês, já que ao não ser referência na produção de mercadorias, o é na de força de trabalho - tanto no campo como na cidade, dentro e fora da sua região de moradia.

A maior parte dos que compõem a classe dos agricultores e trabalhadores pobres é das regiões Nordeste e Norte do país (ALVES e ROCHA, 2010). Nas outras regiões há uma melhor estruturação, oportunidades e acesso a bens, serviços, políticas públicas, agrárias ou cooperativas - reflexo nítido das desigualdades regionais que se perpetua ao longo das décadas - além do que a base de constituição sócio-histórica e fundiária é diferente. No Sudeste e no Sul o capitalismo teve uma base socioeconômica mais propícia ao seu desenvolvimento o que se explicita, atualmente, em que os maiores conglomerados agroindustriais e o desenvolvimento agrário sejam maiores nessas regiões (por conseguinte também a concentração da riqueza), seguido do Centro-Oeste nas últimas décadas.

O cooperativismo e o capital financeiro na agropecuária

Como o cooperativismo está inserido numa economia capitalista subordinada a exemplo da brasileira, pertencente ao conjunto de nações semiperiféricas¹⁰, longe de ser um vetor de rompimento com tal situação, adapta-se às características socioeconômicas historicamente estabelecidas. A forma cooperativa adequando-se a respectiva sociedade que o engendrou, acaba por desempenhar exatamente os papéis que lhe são designados pelas classes dirigentes (GONÇALVES, 1987; PINHO, 1966), não sendo, em si mesmos, vetor de transformações/rupturas estruturais tais como propõem certas correntes reformistas.

O inegável papel positivo que desempenha (desenvolvimento das forças produtivas em geral e destacadamente) não altera a essência cooperativista aqui estabelecida; pelo contrário: para Gonçalves (1987), essa forma econômica [...] é uma estratégia de desenvolvimento capitalista no campo (p. 17); [...] impulsionado para adequar o espaço produtivo à acumulação (p. 35). Ficam no plano do discurso os tais princípios “sagrados” do cooperativismo e se opera, na prática, a busca pura e simples do lucro (reprodução ampliada do capital), da expansão das suas atividades (concentração, centralização, novas áreas produtivas, etc.) e de suplantar os seus concorrentes (GONÇALVES, 2005). Sendo assim, se observa que a forma cooperativa predominante é ligada - como não poderia deixar de ser - ao mundo rural, e se estrutura, com pequenas diferenças, nas grandes empresas do setor em que atua. Assim, grandes conglomerados cooperativos se confundem com os capitalistas plenos, como é possível

¹⁰ Na divisão internacional do trabalho haveria três grandes blocos: países do centro (pode-se dizer imperialistas), semiperiferia e periferia. Na semiperiferia, na qual o Brasil se enquadraria, houve um desenvolvimento industrial importante, mas não o suficiente para competir com os países centrais. Ver mais em Pochmann (2012).

constatar nas listas das maiores empresas do agronegócio, onde os conglomerados cooperativos possuem, entre as 100 principais empresas, 23 delas¹¹.

Esses conglomerados também operam com trabalho assalariado e/ou terceirizado (linha de produção, transporte, etc e administrativo) e, mesmo em período pandêmico, não destoam das velhas práticas capitalistas: exercem a exploração da força de trabalho e agem na repressão à organização dos trabalhadores e precarização das condições de trabalho. Além da reforma trabalhista de 2017¹², que impactou todos os trabalhadores, podemos citar - a título de exemplo mais específico - a busca pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.363 de 2011, que pretende modificar a NR36 e reduzir o período de descanso dos trabalhadores nos frigoríficos¹³. Ações como essa são demandadas e apoiadas por entidades empresariais como a ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), à qual diversas cooperativas são filiadas. No período de pandemia, os frigoríficos (de cooperativas ou não) foram, em várias cidades, os principais focos de transmissão da covid-19 ao operarem normalmente (em casos extremos, ações do MPT – Ministério Público do Trabalho – chegaram a interditar alguns estabelecimentos), de modo que se evidencia que o lucro se impõe sobre qualquer outro aspecto social ou doutrinário¹⁴.

¹¹ Conferir: <https://www.mundocoop.com.br/destaque/23-cooperativas-estao-entre-as-100-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro.html>

¹² <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TEMA%7Chttp%3A%2F%2Fwww.dieese.org.br%2F2012%2F12%2Fdieese%23T356950980>

¹³ <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/04/sindicatos-planejam-acoes-contra-mudancas-em-regras-de-saude-e-seguranca-do-trabalho>

¹⁴ <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/15/agronegocio-pode-ter-infectado-400-mil-trabalhadores-no-brasil-por-covid-19>

A forma cooperativada é, sem dúvida, um progresso impulsionado pela dinâmica capitalista, fazendo com que gradualmente as formas individuais se concentrem para dar saltos organizacionais, tecnológicos etc. (KAUTSKY, 1980). No entanto, como já apontamos, também existem os limites para tal. Especificamente no caso brasileiro, ainda teríamos muito a avançar dentro desses marcos cooperativistas, dando um impulso significativo quantitativa e qualitativamente, haja vista a pequena vinculação e nas formas menos avançadas (em termos de socialização) como ela se desenvolve, como, p. ex., na predominância da forma crédito, na qual se encontrariam cerca de 70% dos cooperados (OCB, 2020).

Segundo o CA2017, apenas 579,5 mil estabelecimentos estavam associados em alguma modalidade de cooperativa. Isso equivale a 11,4% do total dos estabelecimentos do país, ou seja, ao olharmos por outro lado, isso aponta que quase 90% não são associados, de modo que o engajamento é residual, ainda muito pequeno, embora haja indicação de crescimento em relação ao censo anterior.

Os dados apontam ainda que a região com maior número de cooperados é justamente a que tem um dos melhores indicadores de desenvolvimento (onde o capitalismo agrícola está mais desenvolvido), que é a Região Sul. Isso pode indicar que a classe dos agricultores e trabalhadores pobres pouco se beneficia da cooperação rural, independente do setor (KAUTSKY, 1980), já que os estabelecimentos de até 1 ha somado ao grupo sem área (sem-terra), totaliza 683.469 ou 13,5% do total e, nessa fração, o grau de cooperativização não chega a 2%.

Na tabela a seguir se tem a participação cooperativa por grupo de área, a qual é uma definição própria do IBGE, não se confundindo com as classificações anteriores por classes sociais, embora se possa fazer relação.

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos associados à cooperativas
Menos que 1	1,5%
De 1 até 10	22,8%
De 10 até 50	46,3%
De 50 até 100	11,7%
De 100 até 500	13,1%
De 500 até 10.000	4,3%
Mais que 10.000	0,1%
Produtor sem área	0,3%

TABELA 3: Grupos de área (ha) e percentual da associação cooperativa, Brasil, 2017. Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Base dados SidraIBGE.

A camada de estabelecimentos que mais tem inserção nas organizações cooperativas é aquela que possui entre 10 e 50 ha, se aproximando da metade do grupo cooperativado. Essa camada é a que poderíamos definir como sendo, fundamentalmente, pertencente à pequena burguesia agrária. E o interessante dessa amostragem é que os “extremos”, por assim dizer, são os que têm menor participação, podendo indicar que a forma cooperativa, nas condições de nosso país, é mecanismo para aquela camada/classe dos pequenos produtores que lutam para se adequar e manter no modelo agrário/agrícola vigente, é a forma por excelência da pequena e média burguesia contra falência ou a proletarização, já no topo da estrutura, a grande burguesia possui outros mecanismos de financiamento, como p. ex. grandes bancos nacionais ou estrangeiros, mercado de capitais, fundos de investimentos e/ou pensões, holdings, entre outros, ou seja, hegemônico na financeirização, como aponta SANTOS e GLASS (2018): “Especuladores estão apostando cada vez mais na agricultura. Os fluxos de capital nas bolsas de valores estão exacerbando

as flutuações nos preços das commodities agrícolas – em benefício dos fundos e dos bancos” (p. 44). A agropecuária regida pelo capital financeiro se expressa mais agudamente no domínio dos oligopólios agroalimentares mundiais (Cargill, ADM, Cofco, L. Dreyfus e Bunge), no mercado das commodities em exponencial especulação¹⁵ e no controle dos grandes grupos financeiros - DB Agriculture Fund e BlackRock p. ex. (SANTOS e GLASS, 2018).

Mas em se tratando das cooperativas, têm elas se destacado no país como atores importantes entre os grandes conglomerados agroindustriais, operando arrojadamente com grandes oligopólios do chamado agronegócio ou setor agroalimentar¹⁶ - seja nacional ou internacionalmente (no âmbito internacional poderia se destacar as exportações de açúcar, etanol, soja e carnes¹⁷). Tais cooperativas estão perfeitamente sintonizadas com as peculiaridades do capitalismo monopolista e periférico nacional e operam como verdadeiras empresas que em nada ficam a dever para qualquer outro conglomerado nacional ou internacional, embora estejam numa posição de poder muito abaixo dos conglomerados internacionais que dominam o mercado mundial. Elas possuem certas diferenciações em nível jurídico, tributário-fiscal e organizacional (TESCH, 2000), mas seu funcionamento é, como já dito, conectado à nossa formação socioeconômica e, aliás, operam muito bem as vantagens competitivas que logram alcançar do Estado burguês, sendo justamente a OCB

¹⁵ “Um jogo financeiro cada vez maior: em 2015, o comércio de contratos futuros de milho foi 30 vezes maior que a colheita dos Estados Unidos e 11 vezes maior que a colheita do mundo inteiro” (SANTOS E GLASS, p. 45).

¹⁶ Para se ter uma noção mais precisa das concentrações no âmbito agroalimentar mundial, pode-se conferir as abordagens contidas nos seguintes trabalhos: Atlas do Agronegócio (2015) e Nunes (2011).

¹⁷ <https://cocapec.com.br/noticias/cooperativas-alcancam-participacao-historica-nas-exportacoes/>

que obteve a hegemonia no setor agrário do país após a ditadura militar (1964-85), liderando a perspectiva modernizadora pautada na internacionalização e na financeirização (MENDONÇA, 2011).

Recentemente cresceu a tendência para que os produtores (ou outras categorias autônomas, prestadoras de serviços etc.), se incluam dentro das cadeias produtivas na perspectiva da formalização enquanto “empreendedor”, um micro ou médio empresário em geral, detentor de um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). Por outro lado, há a busca por crédito facilitado e mais barato para a dinamização dos negócios. Nessa vinculação, ele pode adentrar de modo um pouco mais sólido através da cooperativização (associativismo em geral), que nada mais é que uma associação de diversos indivíduos (empresários ou não) unificados numa única entidade, usufruindo as vantagens (financeiras, administrativas, técnicas etc.) da união que a dispersão e a individualidade não poderiam conferir, em qualquer que seja o ramo de atuação.

Especificamente no cooperativismo de crédito, a proporção entre pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ), opera de modo quase que diametralmente oposto, mostrando a tendência de que o destino do crédito fomenta as atividades produtivas do setor agrícola fundamentalmente (no caso do PJ, as finalidades principais são crédito para capital de giro, investimentos, infraestrutura, comércio exterior, operações com recebíveis etc.). Veja-se a proporcionalidade a seguir:

Anos	Nº associados PF	Nº associados PJ	Valor das operações de crédito PF	Valor das operações de crédito PJ
2016	7,9 milhões	975,5 mil	28 bilhões	54 bilhões
2017	8,4 milhões	1,1 milhão	33 bilhões	60 bilhões
2018	9,1 milhões	1,3 milhão	42 bilhões	73 bilhões
2019	9,4 milhões	1,5 milhão	14 bilhões	62 bilhões

TABELA 4: Números de cooperados PF e PJ e valor das operações de crédito, Brasil, 2016-2019. Fontes: Anuários do cooperativismo de crédito 2019 e 2020.

Aqui temos que o número de cooperados pessoa física (PF), se constitui na maioria, superando em mais de 85% nos quatro anos apresentados. Por outro lado, a equação quase se inverte quando observamos a questões das destinações dos recursos, que vão fundamentalmente para os associados na forma PJ (empresários – micro, pequenos ou médios essencialmente), sendo o último ano o mais emblemático nesse sentido, onde se observa que os associados PJ se apropriam de 81,6% dos valores, num ano de queda acentuada.

Algo que não é possível identificar ou que pelo menos não fica claro, são os níveis de concentração ou centralização dentro desses dois conjuntos, pois o que se tem é a diluição das somas totais entre o total de componentes, sem especificação dos mesmos e suas contratações. Isso seria interessante para verificar a existência ou não de concentração ou mesmo focalização de um determinado empreendimento, associação ou política. Nessa perspectiva se poderia traçar um rápido paralelo com o que acontece nos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), voltados especificamente para o segmento em questão que, tendo em seu enquadramento algo em torno de 3,8 milhões de estabelecimentos (CA2017), não consegue atender metade desse

enorme contingente de produtores em termo de contratos, ou seja, a maioria não tem acesso ao crédito para, minimamente, dinamizar sua pequena produção, certamente a faixa mais empobrecida (ARAÚJO e VIEIRA FILHO, 2018)¹⁸. Isso não invalida a observação sobre a importância do Pronaf, que muito certamente freou a expulsão de um contingente ainda maior de agricultores pobres desde que foi criado em meados dos anos 90, mas que não conseguirá deter o inexorável processo do capital na agropecuária onde, no fundo, acaba por contribuir.

Concentração no âmbito do crédito cooperativo

predomínio dos sistemas Sicoob e Sicredi

Segundo levantamento do site do cooperativismo de crédito¹⁹, no ano de 2010, das 1.367 cooperativas avaliadas pelo BACEN, os dados contábeis e/ou financeiros apontaram que apenas 98 (ou seja, 7,17%) administravam ativos superiores a R\$ 100 milhões, o que representava 42% dos ativos totais. Destas 98 cooperativas, 67 estavam localizadas, respectivamente, nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, concentrando, por sua vez, 73% deste montante de ativos. Com relação aos volumes das carteiras de crédito, a concentração se aprofunda, com apenas 51 cooperativas (3,73%) controlando 40% do total, sendo que a localização regional

¹⁸ Usa-se como referência o artigo de Araújo e Vieira Filho (2018), no qual indica que para o ano de 2016, o Pronaf realizou 1.617.819 contratos nas diversas modalidades de financiamento. A comparação feita usa os contratos do referido ano e o contingente de agricultores familiares do CA2017, que somavam 3.897.408 estabelecimentos. Sendo assim, nessa comparação, mostra-se que a política do Pronaf chegou a apenas 41% do total.

¹⁹ Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2010/05/apenas-98-cooperativas-de-credito-administram-ativos-maiores-de-r-100-milhoes/>

das unidades se repete, com a exceção do acréscimo do estado do Mato Grosso na última posição.

Ainda de acordo com o mesmo portal do cooperativismo acima citado, existiam em 2013, 1.191 cooperativas de crédito. Desse total, as 100 maiores (8,39%) administravam cerca de 60% de todo o montante financeiro. Nesse seletivo grupo, 81 delas faziam parte dos sistemas Sicredi e Sicoob. Destaca-se ainda que apenas 28% das cooperativas de crédito administram ativos superiores a R\$ 50 milhões e somente 6%, no primeiro semestre de 2013, apresentaram resultado líquido (sobras) superiores a R\$ 5 milhões. Recuando alguns anos, especificamente em 2011, os dados só reforçam o que ficou evidente em 2013. Naquele ano, das 20 maiores cooperativas de crédito, segundo o BACEN, 15 eram dos mesmos sistemas acima citados.

Tendo como base o ano de 2018, a situação demonstra uma concentração ainda maior, vejamos: o total de cooperativas recuou para 925 unidades e o poderio dos sistemas Sicredi e Sicoob se acentuou: das 100 maiores cooperativas, 86 pertencem a eles. Juntos eles administram R\$ 104 bilhões em ativos e 60 bilhões em operações de crédito. O terceiro sistema mais bem colocado, a Unicred, com 9 cooperativas entre as 100 maiores, administra apenas 8 bilhões em ativos e 4 bilhões em operações de crédito²⁰. Destacamos, por fim, que essas 100 principais cooperativas (10,8% do total), também administram, tal qual em 2013, cerca de 60% do total de ativos do conjunto.

Os dois principais sistemas cooperativos (Sicoob e Sicredi) têm apresentado percentuais de crescimento surpreendentes nos seus volumes de ativos, depósitos e operações de crédito: em cada uma dessas “operações”, não se obteve crescimento inferior a 126% (resultado do crescimento dos depósitos do Sicredi entre 2009 e

²⁰ Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2019/05/conheca-as-maiores-cooperativas-de-credito-do-brasil-base-2018/>

2013), ou mesmo a impressionante marca de crescimento de 284% em depósitos, para o mesmo período, para o Bancoob (Sicoob). O Sicredi possui uma expressividade muito grande quando analisada sua participação econômica na região Sul do país: entre as 500 maiores empresas dessa região, o Sicredi ocupa a 14^o posição, e especificamente no Rio Grande do Sul, aparece como a 4^a maior empresa. Em relação às cooperativas de crédito solidário, representadas pela CONFESOL, constatou-se em 2011 que do total dos ativos dessa confederação (R\$ 2,046 bilhões), 43% deles eram da CRESOL Baser (R\$ 879,7 milhões) e 51% da CRESOL Central (R\$ 1,043 bilhão), ou seja, as duas juntas concentravam 94% dos ativos totais (R\$ 1,923 bilhões).

Entretanto, apesar desse expressivo crescimento²¹, ancorado nas frações da média e pequena burguesia agrária, o setor cooperativista ainda é muito pequeno dentro do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o qual é dominado oligopolisticamente por apenas 5 bancos²². Vejamos o crescimento percentual em anos recentes:

	2015	2016	2017	2018	2019
Ativo total	1,7%	2,1%	2,4%	2,7%	3,0%
Carteira de crédito	2,6%	2,7%	3,2%	3,8%	4,6%
Depósitos	4,1%	5,0%	5,3%	5,6%	6,0%

TABELA 5: Ativo total, carteira de crédito e depósitos do SNCC em relação ao SFN, Brasil, 2015-2019. Fonte: Cosif, IN: BC – Panorama do SNCC (p. 13).

²¹ Pode-se fazer um acompanhamento mais específico e detalhado, consultando as novas ferramentas de informações lançadas nos últimos anos pelas organizações cooperativas: a) <https://confefbras.coop.br/bureau/powerbi/>; b) <https://www.bicoop.com.br/portal/relatorio/dados-financeiros>

²² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/5-maiores-bancos-detinham-818-do-mercado-de-credito-em-2020-diz-bc/>

Evidentemente que a participação do SNCC, muito importante para diversos cooperados e seus sistemas associativos, é praticamente irrelevante frente ao poderio e concentração do setor bancário no Brasil, embora nessa pequena série de cinco anos, haja um pequeno e gradual crescimento nos três segmentos.

Soma-se a isso, o fato do cooperativismo de crédito (CC) ser bastante incipiente, nos estados ou regiões mais pobres do país (Nordeste e Norte). A título de comparação das disparidades regionais nesse quesito, temos de um lado o fato de que, no Sul, 93% dos municípios são atendidos por CC, enquanto no Nordeste, ínfimos 11%. Aliás, Nordeste e Norte ficam muito abaixo da média nacional, que é de 49%. Quando se trata das cooperativas que atuam no comércio exterior (importação, exportação ou ambas), temos 125 com esse tipo de ligação, das quais 88 estão localizadas em cinco estados (RS, SC, PR, SP e MG) das regiões Sul e Sudeste (BCB, 2019).

Outros movimentos interessantes que vêm ocorrendo nos últimos anos são: por um lado, a redução do número de cooperativas, de 2010 a 2019, de 1064 unidades para 827. Muito em razão das fusões/incorporações revela uma queda na ordem de 22%. Por outro lado, temos o crescente aumento da contratação de funcionários para trabalhar no setor, saindo em 2010 do quantitativo 56,2 mil, para em 2019 chegar em 71,7 mil, o que corresponde a um aumento de 27%.

Tendencialmente, o que se tem é uma gradual evolução do cooperativismo de crédito (e nos demais ramos consequentemente), numa perspectiva de concentração e centralização como o movimento da economia em geral²³. Isso é evidente no processo de

²³ Grupo Sicoob está entre os 50 maiores grupos empresariais (sic) do país: <https://www.mundocoop.com.br/tecnocoop/cooperativa-de-credito-esta-entre-os-50-maiores-grupos-empresariais-do-brasil.html>

fusões e aquisições com vistas à redução de custos em geral, ganhos de escala nas atividades e ganho de competitividade para o enfrentamento no mercado.

Diríamos que no Brasil, salvo raras exceções, o cooperativismo opera reproduzindo nossas desigualdades (GONÇALVES, 1987) e num nível inferior, do ponto de vista de transformação social, não apenas em termos de abrangência de público e da forma capitalista pois até o capitalismo vigente aqui não é o plenamente desenvolvido, como nos países europeus, nos EUA, etc., mas, sobretudo, das potencialidades que poderiam ser desencadeadas em economias socialistas e/ou reformistas, como pode-se observar nas particularidades das experiências soviética, chinesa, mexicana, entre tantas outras (PINHO, 1966).

Importância e atualidade da questão agrária

A QA, no Brasil, continua e continuará atual, dada a subalteridade do país ao imperialismo, com destaque especial ao estadunidense. Será sempre uma questão de primeira ordem, embora se perceba frequentemente, em diferentes meios, que é algo superado, que o panorama agropecuário nacional evoluiu, que era uma pauta do passado, etc. Isso sempre será difundido pela burguesia e seus ideólogos, remunerados ou por adesão voluntária.

Concorda-se que ela não é a mesma, nem poderia, já que imutabilidade não é característica do mundo concreto objetivamente. No entanto, a QA continuará sendo atual no país sob três principais aspectos (esses sim, persistentes ao longo da história):

a) dominação imperialista – pilhagem nacional das riquezas naturais e boicote ao desenvolvimento/industrialização;

b) concentração dos meios de produção (terra principalmente), do capital e do poder político pela média e grande burguesia agrária e, sobretudo, financeira;

c) características geográficas do país (terras agricultáveis, água, clima, etc.) que teve historicamente e que continuará tendo um forte papel da agropecuária e do extrativismo (madeira, minérios, petróleo, etc.) na sua economia.

Sobre a dominação imperialista no setor agropecuário brasileiro, optou-se por não discorrer aqui, dado o amplo conhecimento, já que o capital financeiro e os grandes conglomerados controlam desde a semente até a distribuição, ou seja, praticamente não há nenhuma etapa/setor em que não haja controle por empresas multinacionais (SANTOS e GLASS, 2018; ou NUNES, 2011). Isso sem contar as inúmeras ações que os Estados capitalistas fazem (protecionismo, acordos multilaterais, etc.) ou dos mecanismos que dispõem para controlar e extrair riqueza dos países subordinados. O que impõe uma divisão internacional do trabalho (DIT) extremamente desfavorável e prejudicial ao desenvolvimento nacional, inclusive do ponto de vista capitalista. Aliás essa mesma imposição da DIT leva o país a destruir as próprias bases da promoção de um possível protagonismo a longo prazo (privatizações, desindustrialização, desnacionalização, desregulamentação, ausência de investimentos públicos, etc.), sobretudo pela ausência de um projeto nacional de desenvolvimento (POCHMANN, 2012).

A permanência da QA seguirá não apenas pelos números apresentados inicialmente, onde se mostra o predomínio da pobreza no campo, mas também, porque a situação dos pequenos e médios agricultores que atualmente estão em suas atividades, tende a piorar cada vez mais. Aspecto já abordado pelos clássicos (Kautsky, Lênin, Cunhal, entre outros), inclusive apontando que as cooperativas não

seriam nenhuma “tábua de salvação”, o fato é que podemos referenciar vários especialistas que explicitam a problemática mais atualizada e contextualizada.

Para Buainain; Alves; Silveira, *et al* (2014), nunca se esteve tão próximo da fronteira da marginalização dos segmentos mais pobres e de pequenos agricultores. O advento da agricultura globalizada impõe, necessariamente, que os produtores avancem na implementação tecnológica, na eficiência de gestão e implementem uma inserção cada vez maior na esfera financeira, naquilo que o autor denomina de “novo padrão agrário e agrícola”. O aprofundamento do desenvolvimento capitalista na agropecuária brasileira, sob a hegemonia financeira nas últimas décadas, fez com que se chegasse àquilo que os autores das “sete teses” (não cabendo aqui discutir as divergências sobre tais teses), já percebiam a partir dos dados de 2006: “É processo de desenvolvimento que tornará ‘redundantes’ (rapidamente) a vasta maioria dos estabelecimentos rurais, de tamanho pequeno e até médio” (p. 1173).

Por outro lado, a situação da classe dos agricultores e trabalhadores pobres (se estendendo certamente para partes da pequena burguesia) também pode ser medida nos seguintes indicadores do CA2017 (p. 83-84): no período analisado/comparado (2006 a 2017), outras fontes de receita deram importante sustentação a estes estratos: a) as receitas advindas de aposentadorias e pensões tiveram aumento de 92%, alcançando 1.874.944 estabelecimentos (ou 37% do total); b) as receitas advindas de atividades fora do estabelecimento (leia-se trabalho assalariado/contratado, etc.) tiveram aumento de 79%, alcançando 1.158.239 estabelecimentos (22% do total). Os dados indicam fortemente que grande parcela dos agricultores e trabalhadores pobres tem nas diversas políticas sociais e nos trabalhos fora de suas parcelas (temporário ou regularmente, com ou sem ga-

rantias trabalhistas, na região ou mesmo em outras país afora), uma importante fonte de renda que garante a reprodução familiar.

Aliás, sobre o trabalho na agropecuária, a tendência histórica²⁴ é que vá, cada vez mais, por um lado, se restringindo, na medida em que a mecanização e automação avançam e, por outro, a exigência de níveis sempre crescentes de especialização (formação técnica e superior).

Para ilustrar a constatação da redução do emprego da força de trabalho no campo, usamos a referência dos censos agropecuários: de 2006 a 2017, a redução da ocupação foi de 8,8%. Se levarmos em conta os censos de 1995 a 2017 (período de 22 anos), temos um decréscimo no pessoal ocupado de 17,9 milhões para 15,1 milhões, ou seja, deixaram de ter uma ocupação exatos 2,8 milhões de trabalhadores. Os dados podem ser, por um lado, avaliados como positivos, pois expressam aumento na produtividade (trabalho, terra), mas, por outro, dado o contexto nacional, indicam que mais pessoas acabam sem uma ocupação (desemprego) ou descem para atividades ainda mais precarizadas, seja na própria agropecuária ou fora dela.

Também vale destacar que, nos termos do CA2017, ocupação de pessoal não é sinônimo de pessoal contratado/assalariado, justamente porque quase 3/4 desse montante faz parte da chamada agricultura familiar, ou seja, é composta por pessoas do mesmo grupo familiar. Esse tipo majoritário de ocupação, em geral, significa condições mais desfavoráveis que a dos assalariados agrícolas, pois a tendência é a da sub-remuneração ou do trabalho não-pago fundamentalmente (CUNHAL, 1976).

²⁴ Segundo a série histórica do CA2017 (p. 71), com exceção do ano de 1985, nos demais os dados sempre apontaram para diminuição da força de trabalho ocupada. Na medida em que avança o desenvolvimento tecnológico, vai se restringindo a força de trabalho necessária, ou em outros termos, aumenta-se o capital constante e se diminui o capital variável – tendência irrefreável.

Intimamente ligada aos fatores anteriores, sendo praticamente o cerne da questão, está a estrutura agrária profundamente desigual, problema crônico que se arrasta na história sem a devida equação. Destacamos, portanto, ainda de acordo com o CA2017, que a concentração da terra se acentuou: o estrato mais alto elevou o grau de concentração da propriedade da terra, conforme os dados a seguir:

Nos estabelecimentos de 1.000 hectares ou mais, constata-se um aumento de 3.625 unidades e de 17,08 milhões de hectares em relação ao Censo Agropecuário 2006, enquanto a área média elevou-se de 3.155,7 para 3.265,9 hectares, o que representa um aumento na participação da área total de 45% para 47,6% (p. 65).

Como pode-se observar, o grau de concentração, que já é historicamente elevadíssimo, se acentua ainda mais, enquanto nos estratos inferiores, praticamente há uma estabilidade, com pequenas variações. Importante destacar ainda dois aspectos sobre esse panorama:

a) primeiro, o aumento da área, entre 2006 e 2017, que foi de 17.609.779 milhões de ha, e, desse total, temos que 17.084.415 milhões são justamente desse segmento acima citado; por outro lado, apenas 525.364 ha foram acrescentados nos estratos até 100 ha;

b) em segundo lugar, é necessário explicitar que esses grandes estabelecimentos (com mais de 1.000 ha), únicos a obter ampliação de área na década pesquisada pelos censos, são compostos de 51.203 unidades, o que representa tão somente 1% do total dos estabelecimentos.

Outra face dessa concentração que se perpetua, poderia ser vista da seguinte maneira: o número de agricultores sem-terra e aqueles com até 20 ha, conformam um total de 3,3 milhões de estabelecimentos (66% do total), mas detém míseros 18,1 milhões de ha

(5,2% do total da área). Não é à toa que SANTOS e GLASS (2018) fazem uma incômoda ilustração: “Se formassem um país, os latifúndios brasileiros seriam o 12º maior território do planeta, com 2,3 milhões de km², área maior que a Arábia Saudita” (p. 14).

Relacionado ao problema, temos como exemplo histórico a declaração de Luís Carlos Prestes, numa entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura (SP), no ano de 1986, afirmando que na constituinte de 1946 - em que havia participado como Senador - ao fazer uma defesa da reforma agrária no país, foi interrompido por outro parlamentar que o contrapôs dizendo que ali, a maioria dos parlamentares eram filhos ou genros de fazendeiros e que, portanto, a linha defendida era inútil²⁵.

Tal situação, ou seja, a da ocupação histórica de pessoas ligadas à burguesia agrária no parlamento e/ou executivo, independente da esfera de governo (sem mencionar o poder judiciário), foi confirmada pelo estudo recente de Alceu Luís Castilho (2012). Nele estão mapeados, com dados fornecidos pelos próprios parlamentares ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que a composição dos executivos era predominante de proprietários rurais. Desse estudo, que dimensiona o poderio da burguesia agrária temos: “A porcentagem de municípios onde o prefeito ou o vice possuem terras é de 62,33% no país. No Mato Grosso, chega a 78,72%” (p.24).

Ressalta-se que as informações de Castilho (2012) trazem duas peculiaridades: a primeira, que os dados são incompletos; ou seja: significativa parcela de parlamentares não informou adequadamente seu patrimônio; segundo, que há enormes imprecisões nas declarações, tanto em termos de área, quanto em valores das mesmas. Com

25 L. C. Prestes foi um dirigente histórico do PCB (até 1980), foi Senador entre 1946 a 1948. A entrevista em questão está nas referências bibliográficas e o ponto especificamente citado, pode ser acompanhado a partir dos 12 minutos.

isso, formula-se a hipótese de que o problema, que já é enorme ao ser investigado/denunciado, pode ser ainda mais profundo e responsável pelas inúmeras desigualdades sociais que se mantêm ao longo da nossa história.

Fruto da concentração fundiária e outras gritantes desigualdades no campo brasileiro, temos que lembrar da continuidade sistemática do processo de violência (sob diversos aspectos), desencadeado pela burguesia agrária e/ou através de seu Estado burguês, dos quais se destaca aqui apenas dois aspectos (conflitos e assassinatos) de acordo com a tabela a seguir:

Anos	Total dos conflitos	Assassinatos no campo
2011	1.390	30
2012	1.396	36
2013	1.332	35
2014	1.338	37
2015	1.329	50
2016	1.607	64
2017	1.505	71
2018	1.547	30
2019	1.903	32
2020	2.054	18
Total	15.401	403

TABELA 6: Conflitos no campo e assassinatos, Brasil, 2020. Fonte: Conflitos no Campo: Brasil 2020. CPT, 2021.

Tais conflitos no campo, de acordo com a CPT, dizem respeito às disputas em torno da terra, das questões trabalhistas e dos recursos hídricos. Por “conflitos” entende-se as ações de ocupação, violência, ameaças, despejos, trabalho escravo, assassinatos, etc. (CPT,

2020). Como evidenciam os dados, em uma década, ocorreram mais de 15 mil conflitos no campo brasileiro, que ceifaram a vida de mais de quatrocentas pessoas. Também no mesmo período, o número de pessoas envolvidas e a área (ha) vem crescendo, sendo que, contraditoriamente, nos anos finais o número dos assassinatos decresceu consideravelmente, o que é um indicador muito positivo, mas ainda preocupante. Isso sem considerarmos, entre outros aspectos, a política difundida na sociedade de confronto entre a burguesia agrária e os camponeses pobres e trabalhadores em geral, expressas, p. ex. no incentivo e nas facilidades na aquisição de armamentos e munições e no exercício da violência²⁶.

Ao tomar de conjunto todas as variáveis apresentadas, chegamos a uma das consequências mais emblemáticas da exploração exercida pela classe burguesa de conjunto (agora englobadas nas burguesias agrária, comercial, industrial e financeira): a imposição deliberada e histórica da política de fome para uma grande parcela da população, seja ela do campo ou da cidade, até porque muitos dos que hoje ocupam as periferias urbanas constituem, em larga medida, agricultores e trabalhadores pobres expulsos de suas parcelas e/ou atividades ou que migraram em busca de melhores condições de trabalho.

A contradição social mais aguda pode ser expressa no seguinte paradoxo: na exata medida em que o país registra recordes na produção agropecuária²⁷, mesmo em tempos de pandemia, recor-

²⁶ Ver mais em: <https://www.camara.leg.br/noticias/586610-posse-de-arma-em-toda-a-extensao-das-propriedades-rurais-vira-lei/>

²⁷ De 1990 até 2020, a produção total de grãos saiu de 58 milhões de toneladas para 254 milhões, um crescimento de 338% no período de 30 anos. Ver mais detalhes em: <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira> e também: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29890-safra-2021-deve-superar-recorde-do-ano-passado-e-atingir-260-5-milhoes-de-toneladas?Segundo dados](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29890-safra-2021-deve-superar-recorde-do-ano-passado-e-atingir-260-5-milhoes-de-toneladas?Segundo%20dados)

des também são os números daqueles que caem em situação de pobreza e são ameaçados pela fome. Veja-se alguns indicadores dessa problemática:

O Inquérito Nacional concluído no final de 2020 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan) identificou que mais da metade da população brasileira vive algum grau de insegurança alimentar – quando alguém não tem acesso pleno e permanente a alimentos, uma sensação que vai do medo de não ter o que comer à fome de fato. Significa dizer que hoje, em meio à pandemia de covid-19, 116,8 milhões de pessoas no Brasil encontram-se nessa situação. Mais recentemente, um estudo coordenado por cientistas do grupo ‘Alimentos para a Justiça’, divulgado em abril e que também mediu os níveis de insegurança alimentar no país, revelou um número ainda mais alto: 125,6 milhões de brasileiros não comeram em quantidade e qualidade ideais desde a chegada do novo coronavírus (RADIS, 2021, p. 10-11).

O *modus operandi* da sociedade capitalista cumpre, nesse levantamento alarmante, uma de suas premissas mais elementares: de um lado a riqueza, reservada para poucos indivíduos e, de outro, a miséria largamente difundida entre a maioria (LÊNIN, 2011). Quando a lucratividade advinda das exportações se apresenta mais favorável, combinada com uma política neoliberal, pandemia e mais os elementos da concentração dos meios de produção e capital em

disponibilizados pela Embrapa, para o ano de 2020, destacamos as seguintes posições a nível mundial: 3º maior produtor de carnes (bovina, suína e aves), com 29 milhões de toneladas; 3º maior produtor de frutas, com 58 milhões de toneladas e 4º maior produtor de grãos (arroz, cevada, soja, milho e trigo), com 239 milhões de toneladas. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>

outra, o resultado não pode ser outro para a massa de trabalhadores, afetando inclusive as classes médias²⁸, que se empobrecem, enquanto novos milionários e bilionários vão surgindo.

Além dos fatores internos, é necessário ponderar que também externamente as perspectivas são de polarização e conflitos. Pela dinâmica recente de enfrentamento entre o imperialismo norte-americano (e europeu secundariamente) contra a China, faz com que as condições sociopolíticas na América Latina e, em particular no Brasil, se agudizem ainda mais (PENIDO; STEDILE, 2021). A burguesia “nacional”, dominada e associada ao imperialismo, seguirá na perspectiva de estrangular ainda mais a classe trabalhadora de conjunto para viabilizar a sua acumulação, ao mesmo tempo em que se fortalecem, contraditoriamente, fortes vínculos com os chineses, devido à pujança das importações daquele país. Nessa perspectiva, um conjunto dramático de situações já precárias em nosso país, seja na cidade ou no campo, tendem a piorar, porque, ao não ter projeto próprio, o país fica a reboque de um ou outro gigante, tendendo ao aprofundamento da exploração, da miséria, da precarização do trabalho e das condições de vida e ao aumento da repressão estatal, nas suas diversas formas.

Considerações finais

Os objetivos mais importantes deste trabalho foram trazer ao centro do debate dois aspectos que se consideram fundamentais: primeiro, a importância de se procurar traçar a análise através do en-

²⁸ Ver mais detalhes em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/17/classe-media-encolhe-na-pandemia-e-ja-tem-mesmo-tamanho-da-classe-baixa.ghtml> e também: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/04/brasil-tem-19-milhoes-de-famintos-e-20-novos-bilionarios-durante-a-pandemia/>

foque das classes sociais; a segunda, a permanência da QA, com suas novas características, contradições e desafios. O viés de classe, como já identificava Mao Tse-tung (1972a), dizia respeito justamente a situação das camadas mais precarizadas do campo e a QA trataria justamente dessa problemática, já que para as camadas ricas, a intelectualidade burguesa e o Estado burguês, esse tema ou foi superado (ou pior, não existe) ou não é mais legítimo.

Quando se busca centrar o foco da análise da realidade com o viés de classe (aliás feito por todos, mas nem por todos admitido), o que se evidencia é a situação que cada classe se encontra na estrutura econômica da agropecuária que é, por sua vez, um dos setores da economia nacional – economia periférica subordinada aos ditames do imperialismo. Novamente se ressalta que é uma tentativa ainda muito embrionária, que carece de vários elementos para dar consistência à argumentação, que conterà, certamente, inúmeras lacunas, mas que tenta sair dos vieses tradicionais que se debruçam sobre o mesmo problema.

Com a caracterização das classes sociais, se percebe o enorme contingente que compõe os agricultores e trabalhadores pobres (72%), a precariedade das suas condições de vida e de trabalho, as “magras” parcelas de terra de que dispõem (em geral de má qualidade e mal localizadas e pouco estruturadas), o baixíssimo nível de mecanização, insumos e outras tecnologias (CA2017), a baixa escolarização, deficiente acesso a políticas públicas e sociais (saúde, educação, assistência e previdência social, etc.). É a classe mais empobrecida, mais explorada, mais numerosa e, justamente por tudo isso, a que mais guarda contradições com classes ricas e seu Estado burguês. Por consequência, é a classe que tende a ter uma atuação e uma perspectiva mais revolucionárias. Por óbvio que não há homogeneidade nessa grande classe, mas pelo contrário, existem enormes e diversas diferen-

ças (quase sendo possível subdividi-la novamente em outras duas ou três frações), seja por critérios de inserção produtiva, rendimentos, regionalização, etc., e inclusive de posição política e interesses.

Essa função estabelecida na DIT pelo imperialismo é, além da funcionalidade econômica, mecanismo para a continuidade da dominação econômica e política do país; primeiro porque o papel econômico desenvolvido por aqui mais se assemelha àquilo que Lênin (2011) assinala como captura dos recursos naturais (fonte de matérias primas). Segundo, porque as bases sobre as quais se estrutura essa subordinação ao imperialismo, é a mesma que, por sua vez, submete e explora os trabalhadores, sendo a base de sustentação da dependência e do atraso nacional. A QA não pode ser analisada (embora não seja o foco aqui) sem estar articulada com a necessidade da retomada de um projeto nacional de industrialização. Aliás, se esta última estivesse no centro da estratégia, muito provavelmente os contornos da QA não seriam tão dramáticos ou ao menos seriam outros.

Relacionado às observações anteriores, a abordagem sobre o cooperativismo procurou não apenas sair dos vieses idílicos, mas de tentar apontar que o mesmo não rompe, mas surge e se adequa à estrutura socioeconômica vigente e, mais ainda: reproduz, por sua vez, as mesmas desigualdades e diferenciações tanto as dentro do seu próprio âmbito (cooperados, cooperativas) quanto as externas, como entre as diferentes regiões brasileiras. Nota-se que, apesar do discurso de inclusão ou mudança social, as classes que mais conseguem se valer desse instrumento são as mais bem estruturadas e não as camadas mais pobres. A propósito, a adesão das diferentes classes, é ainda extremamente incipiente no país, seja em termos de difusão ou mesmo de capacidade de absorção, por outro lado, há pouca margem dentro da estrutura financeira consolidada, veja-se a pequena participação no SFN – este completamente oligopolizado por cinco

grandes bancos²⁹. A funcionalidade cooperativista, positiva por certo, já que se trata de um avanço na forma de produzir e/ou distribuir, potencializa o desenvolvimento capitalista no campo e eleva o desenvolvimento das forças produtivas naquelas classes ou camadas que não obteriam o mesmo resultado individualmente.

Por outro lado, a contradição reside não apenas no fato das organizações cooperativas se tornem gradualmente uma empresa capitalista típica, mas também que reproduzam a exploração interna (seja entre associados/integrados, seja nos seus próprios quadros de empregados assalariados ou terceirizados), não apresentando contribuição relevante para a transformação social e, dentro das limitações impostas pelo capitalismo, fiquem muito distantes das potencialidades que lhe dariam uma outra formação ou regime social. Suas limitações se dão justamente por não fazer parte de nenhum projeto nacional de desenvolvimento de longo prazo, não havendo uma direção estatal que o alavanque e direcione para fins determinados de transformação socioeconômica estruturais. Em poucas palavras: sua importância se concentra, no essencial, para as classes da pequena e média burguesia agrária e, nem mesmo nessas, é capaz de abarcá-las por inteiro, o que indica que a maioria dos produtores tendem não a se fortalecer, mas ao contrário, a cair nas classes subalternizadas ou mesmo serem expulsos da atividade agropecuária.

Acaba por se tornar um instrumento funcional àqueles setores/ classes mais “viáveis” dentro da atual estrutura produtiva e, por outro lado, funcional às classes dominantes, na medida em que atuam na amenização das desigualdades e na cooptação de parte importante dos agricultores pobres, contribuindo para a manutenção da hegemonia burguesa e não para a ruptura radical dela, tal qual se pode observar, entre falácias e confissões, no discurso a seguir:

²⁹ Sobre o oligopólio no sistema bancário conferir: <https://www.poder360.com.br/economia/5-maiores-bancos-detinham-818-do-mercado-de-credito-em-2020-diz-bc/>

Ao oferecer crédito ao agricultor familiar, o Pronaf contribui com a promoção de uma política de desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil rural. Mas, além disso, também vai além: ele promove a democratização da terra, a inclusão produtiva, a gestão da estrutura fundiária, a ampliação de renda e a paz no campo³⁰.

Entre tantos aspectos que se poderia discutir da citação acima, o que acaba por ser intrigante é a tal “gestão da estrutura fundiária”, justamente num dos países de maior concentração da terra no mundo, conforme apontado anteriormente. Já a tal “paz no campo”, desnuda a função social central da política e a quem ela serve afinal de contas.

A busca incessante pelo crédito e outras tantas políticas públicas que tragam vantagens ou facilidades aos produtores rurais é algo comum e vistas como legítimas, inquestionáveis, haja vista que são “produtores”. O que passa despercebido é que não apenas os agricultores e trabalhadores pobres não conseguem nenhum tipo de facilidade ou incentivo como, quando obtém, é fruto de intensa e prolongada luta. Tais políticas, no geral, acabam por privilegiar os setores mais bem organizados, capitalizados e localizados, contribuindo para a dinâmica econômica do fortalecimento da burguesia agrária, nas suas diferentes frações.

Isso tudo reforça a atualidade da QA, que insiste em não desaparecer, mas ao contrário: retorna à cena quando tudo se faz para suplantá-la ou escondê-la. É preciso lembrar que a QA adquiriu outras configurações, se transformou e se aprofundou sob a hegemonia do capital financeiro e se move, conseqüentemente, a partir de novas contradições e desafios. Não saiu de cena nem sairá, na

³⁰ Concepção da Cooperativa CRESOL. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-pronaf/>

exata medida em que persistir a dominação imperialista e o papel imposto pela DIT.

Nesse sentido, se continua a reproduzir a concentração fundiária, do capital, da tecnologia e inovação, da riqueza em suma, de um lado do polo, enquanto no oposto temos a exata ausência de tudo isso e a predominância da escassez, da precarização, dos baixos rendimentos e dos meios mais atrasados e improdutivos. A política seguida pelos governos neoliberais faz com que, ao mesmo tempo que se alcancem recordes nas colheitas ano a ano, a fome e/ou a insegurança alimentar se alastrem de outro.

É necessário ter sempre presente que tais condições constituem, fundamentalmente, a típica política da classe dominante, e que o imperialismo busca preservar e fortalecer nas formas subordinadas e mais atrasadas nos países sob sua influência, castrando qualquer iniciativa de projeto nacional autônomo de desenvolvimento.

Finaliza-se afirmando que o padrão agrário e agrícola vigente no país, sob a hegemonia do capital financeiro, não deixa margem alguma para os agricultores e trabalhadores pobres, ou seja: a classe mais explorada; assim como poucas alternativas restarão à maioria da pequena burguesia e parte da média burguesia agrária. Não é só em razão das análises dos clássicos da QA (Kautsky, Lênin, Mao, Cunhal, etc.), mas por já ser muito evidente entre pesquisadores contemporâneos do assunto.

Com a ausência de desenvolvimento e crescimento econômico (inclusive com o aprofundamento da desindustrialização), aumento do desemprego e a precarização do trabalho e das condições de vida em geral, da concentração da riqueza e ampla difusão da pobreza, a tendência é, inevitavelmente, o aumento dos conflitos sociais e o acirramento da luta de classes, seja no campo ou nas cidades. É nessa esteira que se procurou dar uma contribuição no sentido de

interpretar a situação atual do campo sob a perspectiva de classe, mostrando algumas das problemáticas centrais e a necessidade de superá-las para que se faça cessar o ciclo interminável de exploração e pobreza a que é condenada a maior parte da população.

Referências

ALVES, E.; ROCHA, D. de. P. **Ganhar tempo é possível?** IN: GASQUES, J. G.; VIEIRA

FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (Org). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e**

perspectivas. Brasília: IPEA, 2010, pp. 275-290.

ARAUJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016.** Rio de Janeiro: IPEA, set. 2018.

BALESTRO, M. V.; BRITO LOURENÇO, L. C. **Notas para uma análise da financeirização do agronegócio:** além da volatilidade dos preços das commodities. IN: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília/DF: Embrapa, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.** Dez. 2019

BOTTOMORE, T.; HARRIS, L.; KIERNAN, V. G. et al. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília/DF: Embrapa, 2014.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P. et all (Org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro; São Paulo: EPS-JV; Expressão Popular, 2012.

CASTILHO, A. L. **Partido da terra:** como os políticos conquistam o

território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Goiânia, GO: Centro Documentação Dom Tomás Balduino, CPT Nacional, 2021.

CUNHAL, A. **Contribuição para o estudo da questão agrária**. Lisboa/Portugal: Edições Avante!, Vols. I e II, 1976.

FATTORELLI, M. L. **O agronegócio e a dívida pública**. 2021. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/>

GONÇALVES, J. S. **Capitalismo e cooperativismo na agricultura**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1987.

_____. **Carmas da questão agrária**: movimentos sobre falsos dualismos gerando falsos paradigmas. São Paulo: Informações Econômicas, v.34, n.7, jul. 2004.

_____. **Agricultura sob a égide do capital financeiro**: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. São Paulo: Informações Econômicas, v.35, n.4, abr. 2005.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2019.

LABINI, P. S. **Ensaio sobre as classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas/SP: FE/Unicamp, 2011.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MENDONÇA, S. R. **A hegemonia do agronegócio no Brasil**: uma construção em disputa. Marechal Cândido Rondon/PR: Revista Espaço Plural, ano XII, n. 24, 2011.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo / Expressão Popular, 2019.

NUNES, S. P. **O processo de concentração da produção no setor agroalimentar brasileiro.** Pato Branco/PR: Revista Synergismus Scientifica, UTFPR, 2011.

PENIDO, A.; STEDILE, M. E. **Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2021.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista: suas modificações e sua utilidade.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2012.

PRESTES, L. C. Entrevista Roda Viva. TV Cultura-SP. 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aKkCysZb0V0&t=1863s>

RADIS. **A fome é real: cada vez mais brasileiros vivem o risco de não ter o que comer.** Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, Revista Radis, n. 225, jun. 2021.

SANDRONI, P. **Questão agrária e campesinato: a “funcionalidade” da pequena produção mercantil.** São Paulo: Editora Polis, 1980.

SANTOS, M.; GLASS, V. (Org.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SILVA, V. **Cooperativismo de crédito solidário? A atuação da Cresol no contexto da chamada agricultura familiar.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Unioeste, Francisco Beltrão/PR, 2015. 188p.

SILVA, V.; SANTOS, R. A. **Considerações teóricas sobre o cooperativismo, crédito e**

pequena agricultura. Revista Geosul, Florianópolis, v. 31, n. 61, p 271-288, jan./jun. 2016.

SISTEMA OCB. **Anuário do cooperativismo brasileiro 2019**. Sistema das Organizações das Cooperativas Brasileiras (CNCOOP, OCB, SESCOOP), 2019.

SISTEMA OCB. **Anuário do cooperativismo brasileiro 2020**. Brasília/DF: Sistema OCB, 2020.

TESCH, W. **Dicionário básico do cooperativismo**. Brasília: SESCOOP, 2000.

TSE-TUNG, M. **Análisis de las clases de la sociedad china**. IN TSE-TUNG, M. **Obras escogidas – Tomo I**. Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1972a.

TSE-TUNG, M. **Como determinar las clases em las zonas rurales**. IN: TSE-TUNG, M. **Obras escogidas – Tomo I**. Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1972b.

CAPÍTULO 4

Dominando pela tecnologia: as relações internacionais e o protagonismo do setor de sementes na produção agrícola

João Luciano Bandeira

A agricultura brasileira, tem sido palco de intensos debates no âmbito social, político, econômico e ambiental. A agricultura moderna, comumente chamada de agronegócio, teve ganhos de escala consideráveis no decorrer do século XX e atingiu padrões elevados de tecnificação, com automação produtiva e inserção de biotecnologias em seu sistema produtivo. Os ganhos de produtividade foram sequentes e constantes nas últimas décadas, tendo na soja um vetor de expansão considerável, com ganhos em área produtiva, seguindo os padrões de ganho de produtividade. Atualmente, este setor representa em torno de 1/3 das exportações brasileiras e tem aproximadamente 1/2 da participação no produto interno bruto do País, não deixando dúvidas acerca da sua importância para a performance econômica do Brasil¹.

¹ IPEA (2021).

O desempenho produtivo da agricultura brasileira contrasta com um segundo setor em repressão. A indústria nacional passa por uma retração após o chamado “Milagre Brasileiro”, que elevou a industrialização do País a padrões de ponta mundial e teve em sua indústria meios para competir com países centrais. Esse processo teve cabo com a política industrializante pós-Revolução de 1930, substituindo importações e agregando valor à produção nacional. No final da década de 1980 o Brasil passa a seguir ditames neoliberais em sua política macroeconômica, adotando as privatizações, abertura econômica e com o Plano Real, veio o tripé macroeconômico² que passou a ditar a marcha da economia nacional e incentivos às exportações agrícolas.

Dentro do processo de industrialização, a industrialização do campo brasileiro também foi um fenômeno assertivo na evolução das forças produtivas e das relações de produção. Com a implementação de pacotes agrícolas da II Revolução Industrial e vivendo a chamada Revolução Verde, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 o Brasil teve grande impulso no desenvolvimento e implementação deste pacote tecnológico, sendo este mais um episódio da história de sucesso da industrialização tardia do Brasil, com penetração do capitalismo no campo e aguçamento das contradições decorrentes. Mas não houve apenas a adoção de tecnologias da II Revolução Industrial, mas sim o desenvolvimento de setores endógenos que acabariam por superar as tecnologias do pacote tecnológico da Revolução Verde, dentre essas inovações com necessidade de desenvolvimento endógeno o setor de sementes (genética vegetal) teve protagonismo e passou a ser estratégico no desenvolvimento do setor agrícola como um todo.

² Baseia-se em três medidas primordiais de política econômica: câmbio flutuante, metas fiscais e metas de inflação.

As iniciativas e o desenvolvimento interno do setor de sementes nacional foram de grande valia para o desenvolvimento agrícola brasileiro e da agronomia tropical para as principais culturas do agro mundial. Essas inovações, que chamamos de metáteses, seguindo o raciocínio de Ignácio Rangel³, foram cruciais para o desenvolvimento de praticamente todas as conquistas que seguiram. O gráfico seguinte mostra que a expansão da produtividade agrícola mundial passou a ocorrer por inovações no melhoramento genético, com desenvolvimento de novas cultivares que elevaram muito a produção e a produtividade da agricultura mundial. Mostra com evidência o papel do melhoramento genético na evolução da produtividade agrícola, nos fazendo inferir, com base no exposto até aqui, que o Brasil não apenas passou para a fronteira tecnológica, mas também pôde entrar no roteiro das inovações no foco do avanço em produtividade.

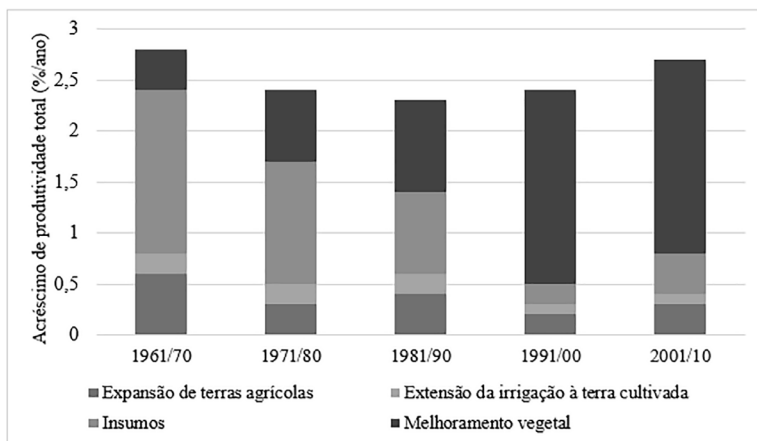


GRÁFICO 1: Impacto de diferentes fatores na produtividade das principais culturas do mundo. Fonte: SEED NEWS. Pelotas: Beker&Peske, 2020. Disponível em: <https://seednews.com.br/artigos/3321-o-estado-natural-de-escassez-das-coisas-edicao-julho-2020>. Acesso em: 21ago. 2020.

³ Ver Rangel (2005).

Como é possível observar, a evolução mundial da produtividade da agricultura no período que compreende 1961 a 2010 esteve constante e próxima a 2,5% ao ano. Porém os fatores de produção mudaram e passaram por profunda reorganização. Uma mudança significativa se apresentou no período, com a alteração passando o protagonismo dos insumos para o melhoramento genético.

Na década de 1960, grande parte dos ganhos de produtividade se deram pela inserção de insumos químicos durante a Revolução Verde. Fertilizantes aumentaram as quantidades de potássio, fósforo e nitrogênio no solo, aumentando a fertilidade e otimizando a produção. No Brasil não foi diferente, algo evidenciado por Delgado (1985) quando salienta as inovações físico-químicas e seu papel nos ganhos de produtividade. Delouche (1975) aponta um outro fator importante, que foi o aumento de produção com expansão de terras, algo criticado pelo mesmo à época do AGIPLAN, em alguns de seus relatórios, parte inclusive citada em nosso trabalho. Fato é que com o passar do tempo os ganhos passaram a ser em virtude de maior capital orgânico na produção, com um fator de extrema relevância que foram as inovações biológicas.

A década de 1970, marca um avanço importante na consolidação do setor de sementes, em grande medida pelos desdobramentos científicos na engenharia genética, aplicados com ganhos de áreas na periferia do sistema. Conforme nos mostra Espíndola (2016) a década de 1970 foi definida por ser uma fase que o capitalismo diante da crise recessiva mundial, que penetrava na fase crítica do quarto ciclo longo, tendo como ponto marcante a Crise do Petróleo, deu vazão a muitas inovações em processos e produtos. Essas inovações deram rumos à reprodução ampliada do capital, com novas possibilidades de investimentos e com um processo de financeirização que se tornou mais eloquente nas décadas seguintes.

A importância do melhoramento genético para a produtividade na agricultura trouxe como inovações em produtos cultivares com características desejadas como a adaptação de culturas para diversas regiões do mundo, resistência a algumas doenças e sobretudo, com mostra o Gráfico 01, em ganhos de produtividade. As inovações ocorreram também em processos, com o desenvolvimento da engenharia genética e formas de produção de novos híbridos e cultivares não apenas pela mutagênese, mas também pela transgênese, dando origem às pesquisas com (OGMs) organismos geneticamente modificados ao longo da década de 1980, com sua aplicação comercial e produtiva na década de 1990 e domínio na produção nos anos 2000. Os desdobramentos dentro do setor de genética vegetal foram determinantes para o progresso técnico da agricultura e para o desenvolvimento de processos financeiros intensos, que aprofundaram a divisão internacional do trabalho e a acumulação flexível de capital.

Aprofundamento da Divisão Internacional do Trabalho:

marcos regulatórios internacionais e a rodada Uruguai

Os adventos científicos envolvendo sementes foram determinantes para o avanço do *lobby* de empresas químicas e farmacêuticas no setor de sementes. A Revolução Verde trouxe um intenso debate ao mundo no pós-guerra, transformando os espaços e territórios do então chamado terceiro mundo e dando novas formas ao setor produtivo no desenvolvimento de complexos agroindustriais. O Brasil teve transformações espaciais, territoriais e geoeconômicas de grande envergadura neste período, sendo o setor de sementes um dos protagonistas da questão tecnológica na agricultura. O debate acerca da propriedade intelectual, patentes e taxas tecnológicas fo-

ram crescentes e o país esteve ligado a essas discussões, sendo afetado pelas decisões e tratados das mesmas.

Grande parte da situação da agricultura brasileira na divisão internacional do trabalho atual, tem conexões com o ocorrido na fundação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Rodada Uruguai da entidade, que ocorreu entre 1986 e 1994 e inseriu as novas leis para comércio internacional agrícola, assim como as leis de propriedade intelectual que vieram a regular o setor.

A Rodada Uruguai foi uma das mais intensas nas histórias do GATT e da OMC, além de ser bem mais longa que as anteriores, e viver o furor do contemporâneo, à época, Consenso de Washington. Historicamente as rodadas tinham como definição as tarifas alfandegárias. O Brasil participou dessas rodadas com litígios naturais às relações internacionais, mas sem entraves da monta da Rodada Uruguai e conseguiu levar adiante a sua política de substituição de importações, em grande medida por conseguir controlar tarifas como estratégia de sua política industrial, de suma importância para o desenvolvimento do País. Os embates tinham muitos contornos no campo econômico provocados em virtude da Guerra Fria, mas poucos enlacs fora da questão tarifária. Há importantes contribuições acerca dessas rodadas em Amaral (2002); Caldas e Ernst (2003); Batista Jr (2009); Jakobsen (2005) dentre outros.

Como mostra o **quadro 1**, a Rodada Uruguai trouxe a questão agrícola e de propriedade intelectual para o centro dos debates, estava assim posta em discussão os direitos de patente sobre a vida vegetal e a discussão que o progresso da ciência trouxe sobre o direito de propriedade neste tema ganhou proporções não vistas antes, abrangendo um número recorde de países e com hegemonia americana, com o fim da bipolarização frente a crise geopolítica que culminou com a fragmentação da União Soviética e seu bloco, no mesmo período dos eventos da rodada.

Rodada	Período	Países Participantes	Temas cobertos
Genebra	1947	23	Tarifas
Annecy	1949	13	Tarifas
Torquay	1950 - 1951	38	Tarifas
Genebra	1955 - 1956	26	Tarifas
Dillon	1960 - 1961	26	Tarifas
Kennedy	1964 - 1967	62	Tarifas e antidumping.
Tóquio	1973 - 1979	102	Tarifas, Medidas não tarifárias, Cláusula de Habilitação.
Uruguai	1986 - 1993	123	Tarifas, Agricultura, Serviços, Propriedade Intelectual, Medidas de Investimento, novo marco jurídico, OMC.
Doha	2001 - Atualmente	149	Tarifas, Agricultura, Serviços, Facilitação de Comércio, Solução de Controvérsias, "Regras".

QUADRO 1: Temas tratados nas rodadas do GATT e da OMC. Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Secretaria de Comércio Exterior do Brasil (SE-CEX). Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externior/negociacoes-internacionais/1887-omc-rodadas-de-negociacoes>. Acesso em 21 de março de 2020.

O quadro mostra que as rodadas se tornaram mais longas e com os temas ligados à agricultura, propriedade intelectual e marcos jurídicos passaram a estar presentes. Por trás destes assuntos havia a seara econômica e interesses crescentes do sistema financeiro controlador de grandes multinacionais químicas e farmacêuticas, pois à época as mesmas já tinham estratégias ligadas ao setor de genética vegetal, como veremos adiante.

Os embates na rodada não foram pequenos, geralmente o debate aquecia em torno de pautas agrícolas ou de assuntos jurídicos ligados ao setor do agro, como aponta Colsera (1998), a rodada passou a ser morosa em virtude dos interesses divergentes acerca do tema:

Quanto ao tema agrícola, pode-se dizer que as negociações em torno dele demandaram especial atenção. Pela primeira vez, conseguiu-se incluí-lo na agenda de uma rodada multilateral de negociações. Essas negociações foram as mais difíceis, sendo responsáveis pelos sucessivos adiamentos na conclusão da Rodada.

Batista Jr (2009) é eloquente em apresentar a forma como se deram as relações em torno da agricultura nos países desenvolvidos nas rodadas anteriores da OMC. A Europa, não abriu mão de seus subsídios agrícolas dentro da CEE para atender aos seus interesses intrínsecos na economia e organização espacial interna. Os Estados Unidos, conseguiram dispensa da *Agricultural Adjustment Act* de 1955 já na década seguinte ao assinarem tal tratado (década de 1960), que consistia em estabelecer cotas para as trocas agrícolas, que devido às proporções continentais da agricultura americana, não seguir tal norma se mostrava benéfica ao mesmo. Isso explica em parte o porquê do GATT, organismo antecessor da OMC, não tratar o tema com a mesma ênfase que teve décadas depois. A agricultura se restringia a questão tarifária e de proteção através de subsídios e cotas.

Como explicitam Hollanda Filho (2005), Thorstensen (2001) e Batista Jr (2009) entre outros, durante a rodada foram intensos os posicionamentos dos novos países industrializados e em desenvolvimento, entre eles o Brasil, em defenderem que os subsídios - prática corrente nos interessados em implantarem as leis de propriedade intelectual na agricultura - fossem abandonados e até mesmo proibidos. Por outro lado, os países desenvolvidos queriam que não houvesse proteção de setores por parte dos demais países, que as reformas fossem implementadas para que as multinacionais com sede em seus países pudessem atuar com segurança jurídica e assim inves-

tirem, portanto com uma retórica que é comum entre “neo”liberais na América Latina desde o Consenso de Washington de 1988, com uma prática que beira a chantagem exigindo que os países em desenvolvimento se adequem a anseios neoliberais, geralmente ligados a multinacionais e grupos financeiros que as operam para supostamente serem embarcados na “nau do desenvolvimento econômico”⁴. Reproduzindo uma retórica comum da OCDE.

A principal tentativa de imposição de uma legislação internacional sobre os investimentos após a conclusão da Rodada Uruguai foi feita no âmbito da OCDE. Poucos meses após a fundação da OMC, os 29 países membros da OCDE procuraram estabelecer o Acordo Multilateral de Investimentos (MAI, na sigla inglesa), que pudesse ser estendido inclusive aos países em desenvolvimento que não participavam da elaboração do acordo por não serem membros da instituição. O MAI pretendia garantir ampla liberdade de ação para empresas e investidores estrangeiros nos países signatários, qualquer poder de barganhado governo frente aos investidores internacionais, ou qualquer possibilidade de adoção de uma política industrial não aprovada por empresas estrangeiras. Pretendia-se que os países em desenvolvimento aderissem ao acordo; para aqueles que não o assinassem, restaria a opção de ficarem marginalizados no que diz respeito aos investimentos internacionais. Por outro lado, o governo de um país que assinasse o acordo estaria comprometendo o grau de liberdade dos futuros governantes da nação. [...] Todavia, são fortes as pressões de alguns países desenvolvidos para a inclusão de normas sobre po-

⁴ Conforme aponta Santos (2002), conforme a dinâmica da acumulação flexível evoluiu as pressões passaram a serem maiores para garantirem os interesses econômicos do centro do sistema. Exigências para haver investimentos diretos se tornaram rotina no decorrer das décadas de 1990 e 2000.

líticas de investimento e de concorrência numa próxima rodada de negociações multilaterais da OMC. (HOLLANDA FILHO, p.p. 27-28, 2005).⁵

As exigências para “atrair investimentos” durante a rodada foram explicitadas e colocadas na mesa das negociações, não sendo apenas uma rodada de discussões comerciais e tarifárias nos moldes anteriores, mas também de uma certa ingerência acerca das questões governamentais e de autonomia das nações, com a OCDE se consolidando com um bloco que defendia os interesses de suas empresas com investimentos nos países em desenvolvimento. Como infere Velho (1995), havia iniciativas em que eram colocadas em pauta a disciplina fiscal dos países, com exigências com teto de gastos; reformas fiscal, tributária e nos sistemas de seguridade social em que os governos deveriam reformular seus sistemas a fim de que as empresas pagassem menos tributos; privatização de empresas estatais; abertura comercial e flexibilização das leis trabalhistas. Este pacote era posto nas discussões e em grande parte dominavam a agenda de alguns encontros. Alguns países em desenvolvimento acatavam tais exigências e dificultavam para os mais resistentes em abrirem novas discussões, como por exemplo, a questão dos marcos de propriedade intelectual na agricultura.

Batista Jr (2009) e Hollanda Filho (2005) salientam que os governos brasileiros no decorrer da década de 1990 focaram nas questões acerca dos subsídios agrícolas, entendendo que havia condições de desenvolverem o setor com base nas vantagens comparativas. Hollanda Filho (2005) coloca o Brasil e a Índia como países linha dura neste sentido, apesar da visão neoliberal demasiada sobre

⁵ O texto é de 2005 e as pressões por normas de investimentos estiveram presentes nas rodadas posteriores, seguindo a tendência apresentada pelo autor.

o tema nos debates dentro da OMC, porém, no governo de Fernando Henrique Cardoso o Brasil deixou a nação asiática sozinha neste posicionamento, pois o Brasil aderiu às exigências dos países centrais em praticamente todas as áreas e até mesmo no embate entorno dos históricos subsídios agrícolas pagos pelos Estados Unidos e União Europeia para seus produtores houve recuo brasileiro. Para a aprovação das ingerências governamentais e das leis de propriedade intelectual, os países centrais se comprometeram em cessarem com os subsídios, porém assim não o fizeram. O Brasil continuou com as reformas exigidas, efetuou as exigências de internalizar as leis de propriedade intelectual na agricultura com a Lei de Cultivares de 1997 e para atender a interesses do setor agrícola exportador implantou a Lei Kandir em 1996 subsidiando a exportação de grãos com incentivos fiscais.

O Brasil adotou um modelo, expresso historicamente no quadro 03, possibilitando a patente por cultivar através da cobrança de taxa tecnológica para o obtentor⁴⁷ com a requisição do valor já embutida na comercialização da semente. Também possibilitando patente e cobrança de royalties para tecnologia embarcada, no caso seriam as biotecnologias ou através de transgenia (tecnologias RR, RR2, IPRO, INTACTA etc.). Neste caso a cobrança se dá ao produtor via contrato ou em alguns casos na semente, conforme o modo de reprodução das sementes (licenciada, verticalizada, terceirizada ou de cotitularidade). Ou seja, há duas cobranças e a de maior valor é nos royalties relacionados às soluções biotecnológicas que ficaram sob controle de poucas companhias como mostraremos no próximo capítulo. O Brasil, que adveio a ter o setor amplamente desnacionalizado passou a ser usuário de espaçosa tecnologia, importante para o setor produtivo na agricultura, porém sofreu sob um sistema financeiro que não o deixou em uma condição melhor que seus

vizinhos do Mercosul, pelo contrário, apesar do amplo sucesso na tropicalização e desenvolvimento de cultivares e germoplasma adaptados às suas condições geográficas/naturais, ao final os produtores brasileiros pagam 40 dólares em média por hectare para utilizarem tais produtos, enquanto os paraguaios pagam 25 e os argentinos 16 dólares. (APROSOJA, 2018).

Vigevani, Mendonça e Lima (2018) mostram que os chineses foram resistentes a acatarem os marcos regulatórios sobre propriedade intelectual durante a Rodada Uruguai, não aceitando também a entrar na OMC e apresentando grande resiliência nos governos de George Bush (1989-1993) e Bill Clinton (1993-2001). Em 1996, sob o governo do último, os orientais sofreram sanções comerciais da ordem de 3 bilhões de dólares devido à forma “inadequada” que tratavam as normas de propriedade intelectual e patentes. Nos últimos anos da década de 1990 o *establishment* estadunidense esteve determinado a inserir a China na OMC de forma plena, segundo os autores houve duras negociações em que os americanos tinham o interesse em tirar barreiras agrícolas e os chineses em terem controle e autonomia governamental sob sua política industrial e questão de patentes e etc.

A China entrou na OMC oficialmente no dia 15 de novembro de 1999, finalizando assim um acordo estritamente comercial com os Estados 47 Obtentor vegetal seria a empresa que produziu e patenteou a cultivar através de melhoramento vegetal. Esses produtos tecnológicos também são comumente chamados de *traits* no setor. As formas de produção de sementes por contratos serão explanadas nos próximos capítulos com maior detalhamento. Na década de 1990, o Brasil possuía o segundo maior acervo de germoplasma de milho e soja, só atrás dos Estados Unidos (BRASPOV, 2012). Até hoje o Brasil é a única nação do mundo que tem em seu território um complexo

produtivo extremamente tecnificado e produtivo nas principais culturas da agricultura mundial em área tropical, sendo destaque para baixas latitudes sem nenhuma outra região entre os trópicos com nível de desenvolvimento parecido (CARRARO, 2020).

Esse nível de sucesso já se manifestava na década de 1990 com uma evolução considerável se pegarmos o principal exemplo, da soja. No contexto mundial das grandes culturas produtoras de grãos, a soja foi a que teve o maior porcentual de crescimento da produção desde os anos 70. De 1970 a 2017, a produção global de soja cresceu 7,98 vezes (44 Mt para 351 Mt). No Brasil, o crescimento da produção no período foi ainda mais espetacular: 76 vezes (1,5 Mt em 1970 para 114 Mt em 2017). (DALL'AGNOL, 2017). Ainda em Dall' Agnol (2017) temos luz do processo de tropicalização da oleaginosa, sendo a cultura incipiente na década de 1960 e restrita ao Rio Grande do Sul com uma produção de 500 mil toneladas, indo a 7 milhões de toneladas na década de 1970 em toda a região subtropical do País, 11 milhões nos anos 1980 e na década de 1990 a produção meridional bateu 12 milhões de toneladas. O “milagre tropical” foi explícito, com uma produção praticamente inexistente nas décadas de 1960 e 1970, passando para 5 milhões de toneladas na década de 1980 e nos últimos anos da década de 1990 ultrapassou as 12 milhões de toneladas produzidas na região subtropical, coincidentemente no mesmo período da adoção dos marcos jurídicos novos e de súbita desnacionalização do setor de sementes e genética vegetal.

Toda essa evolução foi preponderante para a consolidação de setores de sementes fortes em alguns tipos de sementes. O gráfico a seguir mostra que há uma maior participação do milho e a soja no setor de sementes, justamente os setores mais desnacionalizados e dominados por corporações estrangeiras.

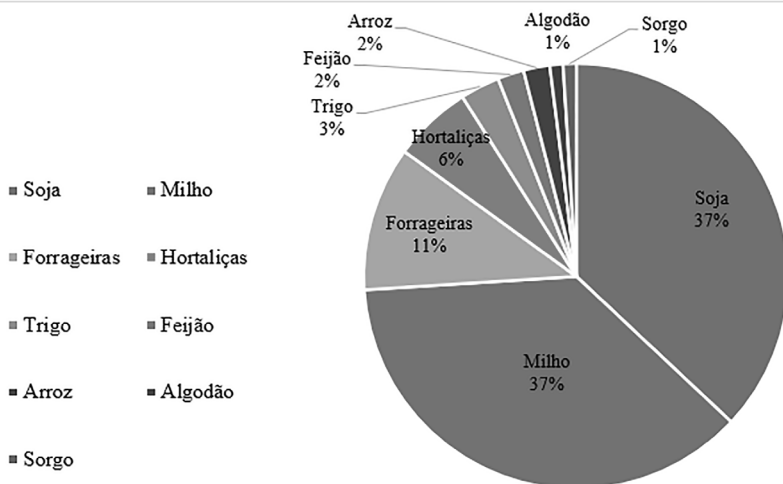
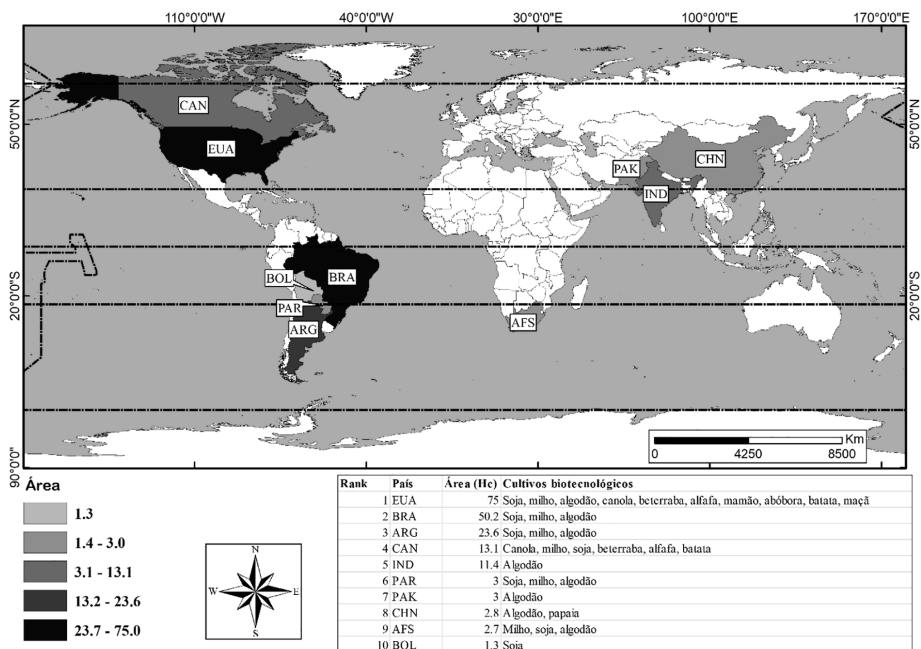


GRÁFICO 2: Participação do mercado de sementes por espécie no Brasil. Fonte: ABRATES. Elaborado pelo autor.

Não só as culturas não foram escolhidas ao acaso, quando da elaboração das leis e normas de propriedade intelectual no seio da Rodada Uruguai da OMC. Podemos perceber, conforme deixa claro o gráfico a seguir, que o Brasil também foi preferido nas discussões multilaterais entre os países como um potencial mercado, que na sequência histórica se confirmou. Portanto, o desenvolvimento de tecnologias dentro da genética vegetal durante a Revolução Verde criou um grande mercado, que com a nova dinâmica para ganhos de produtividade elencada no primeiro gráfico deste trabalho trouxe uma realidade nova e um novo formato de acumulação através da tecnologia, sendo esta a acumulação flexível de capital. As novas leis de propriedade intelectual implantadas através das tratativas da OMC e sobretudo da Rodada Uruguai foram determinantes para esse novo modelo de acumulação, que ocorre sem a realização da produção, mas com o domínio financeiro e tecnológico.



MAPA 1: Transgênicos no Mundo em milhões de hectares em 2019. Fonte: ISA-AA, 2019. Elaborado pelo autor.

Do ponto de vista cronológico, observa-se que o Brasil teve a maior variação proporcional no incremento de áreas plantadas com material OGM, sendo que em números absolutos, também teve aumento considerável. Vale lembrar que a soja é o principal vetor de produtos biotecnológicos no Brasil, devido à maior participação se comparada aos Estados unidos, que detém de maior área de OGMs, mas com uma participação em soja de 45%, enquanto no Brasil é de 67% do total da participação da cultura na área plantada de transgênicos como mostra a **tabela 1**.

Cultura	Milhões de Hectares/ Mundo	Mundo %	Estados Unidos	Brasil	Argentina	Canadá	Índia
Soja	90,4	49,6%	45%	67%	76,5%	19%	-
Milho	59,7	31,4%	45%	31%	22%	13,5%	-
Algodão	24,21	12,8%	6%	2%	1,5%	-	100%
Canola	10,2	5,4%	-	-	-	67,5%	-
Alfafa	-*	-*	1,6%	-	-	-	-
Outras	1,3	0,8%	2,4%	-	-	-	-

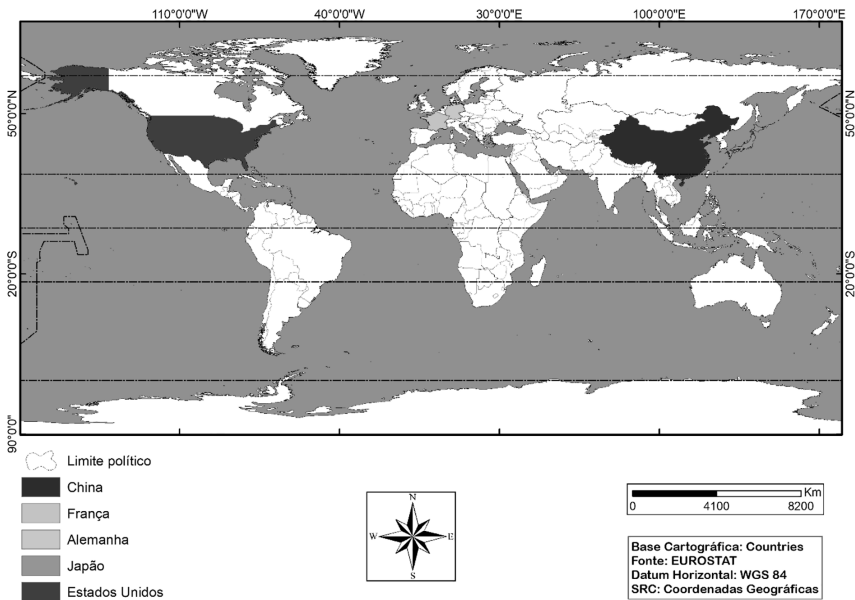
TABELA 1: Participação dos OGMs por cultura e nos principais países produtores em 2018 (percentual de área). Fonte: *Alfafa entra na classificação outras culturas, por não haver maior detalhamento dos dados.

A **tabela 1** mostra que a soja tem uma participação expressiva no Brasil e na Argentina, representando 76,5% da área plantada de OGMs na nação sul-americana, seguida por milho com 22% e algodão com 1,5%. No Brasil, a soja também tem destaque, como já falamos, as outras áreas de OGM são o milho com 31% e o algodão com 2%. A tabela mostra que a expansão e a estratégia de inserção da Monsanto no Mercosul não se deram ao acaso, pois os dois países representam a maior fatia do mercado de biotecnologias em soja a nível mundial, maior inclusive, que o americano se somadas juntas, sem contar o Paraguai que tem uma participação muito menor, mas é a sexta maior área de OGMs do mundo como mostra o **mapa 1**.

Os Estados Unidos é o maior mercado em termos gerais e embora tenha importante participação na soja que é o maior mercado

de OGMs com 49,6% da área global, o montante fica em 45% de sua área, tendo participação igualitária no milho, também com 45% e há 6% de algodão, 1,6% de alfafa e outros 2,4% e outras culturas. O Canadá, quarta maior área mundial, tem uma produção predominante na canola, representando 67,5% de sua área, com soja e milho ocupando o restante da área com 19% e 13,5% respectivamente. A Índia é a quinta maior área global e tem a característica peculiar de 100% de sua área ser destinada ao plantio de algodão, tradicional cultura do país asiático. Em grande medida essa característica decorre devido ao fato de a liberação na Índia ocorrer para fins não alimentícios, com resistências e ressalvas para alimentação humana e animal, somado ao fato de a Índia desenvolver as forças produtivas ligadas ao setor ao longo do século XX e ser uma das maiores produtoras mundiais da fibra.

O mapa a seguir chama a atenção para a discrepância entre as sedes das companhias multinacionais, que controlam tecnologicamente e financeiramente o setor e a produção, que discorremos anteriormente no trabalho, que ocorre intensamente no Brasil.



MAPA 2: Países sedes das maiores companhias de biotecnologia do mundo. Fonte: Dados gerais da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Diante do exposto, fica nítido o domínio de corporações e a relação próxima existente entre o controle tecnológico e financeiro de corporações sediadas em alguns países distantes de onde ocorre a produção, sendo que as mesmas conseguem angariar grande parte da renda da produção através da propriedade intelectual e domínio tecnológico e financeiro. O Brasil, enquanto País que desenvolveu grande aporte de tecnologia endógena, poderia não ter aceitado as diretrizes impostas pelos países centrais na Rodada Uruguai, ou ainda tornar-se um reclamante em virtude de os subsídios agrícolas não terem sido abandonados pelos países ricos, dominadores das corporações interessadas no novo jogo de propriedade intelectual,

como se apresentara a proposta postulante à época das discussões. A criação da Lei Kandir⁶ para fomentar a exportação de grãos não processados, para subsidiar a produção internamente quando do não cumprimento dos países centrais do acordo de acabar com os subsídios para os seus produtores, mostra que o Estado brasileiro atende a interesses de sua elite agrária e não a interesses nacionais como um todo, agrada a um setor agrário exportador que não reconhece a importância do desenvolvimento em conjunto de toda a economia e organização produtiva nacional.

Referências

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira (org.). **Paulo Nogueira Batista Júnior Pensando o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CALDAS, Ricardo, ERNST, Christoph. **ALCA, APEC, NAFTA e União Europeia**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.2003.

CARRARO, Ivo Marcos (Ex-diretor da Coodetec e presidente da BRASPOV). **Entrevistas concedidas a João Luciano Bandeira por videoconferências**. 18 dez. 2020 e 29 dez. 2020.

COLSERA, Lino Luis. A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMERCIO (OMC) E O ACORDO AGRÍCOLA. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 45-49, jul./ago. 1998.

DALL'AGNOL, Amélio. **A saga da soja no Brasil e no Mundo**. 2017. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/a-saga-da-soja-no-brasil-e-no-mundo_400724.html. Acesso em: 20 nov. 2019.

DELGADO, Guilherme da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp/Cone, 1985.

⁶ LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

DELOUCHE, James C., **Pesquisa em Sementes no Brasil**. Brasília: Agiplan, 1975.

HOLANDA FILHO, Sergio Buarque de. A Organização Mundial do Comércio e os países em desenvolvimento. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis, p. 7-38. mar. 2005.

JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento: do gatt à omc - discurso e prática**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. Disponível em: https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/314/comercio_internacional_e_desenvolvimento.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 nov. 2018.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas. Vol. 1 e 2**. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.

CAPÍTULO 5

Juventude rural e a busca do caminho para a sua emancipação:

condicionantes socioeconômicos e culturais impostos
pelo sistema latifundiário brasileiro

Luiz Carlos de Freitas

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”
(Karl Marx)

Este texto é resultado de estudos teóricos e empíricos, bem como de reflexões e debates do grupo de pesquisa “*Questão agrária e juventude rural: trabalho, educação e cultura camponesa – JURATEC*” da UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul – campus de Laranjeiras do Sul, PR. Por intermédio do projeto de pesquisa “*Sucessão familiar rural: os condicionantes econômicos, sociais e culturais para a permanência ou o abandono do campo pela juventude na região da Cantuquiriguaçu*”, durante dois anos, estudamos a questão agrária brasileira por meio da leitura de autores clássicos que se de-

dicaram a esta temática, desde os anos de 1960 (CASTRO, 1965; SODRÉ, 1976; GUIMARÃES, 1977; OLIVEIRA, 2002), juntamente com estudos estatísticos das condições do campo brasileiro e de nossa região, na atualidade. Para isso, utilizamos basicamente os censos agropecuários do IBGE dos anos de 2006 e 2017. Juntamos a esses estudos um conjunto de pesquisas realizadas, em algumas regiões do Brasil, sobre a juventude rural na atualidade e a pesquisa empírica realizada por nós em três municípios da região Centro-Sul do Paraná, especificamente no território da Cantuquiriguaçu. Ao longo de nossas pesquisas fomos percebendo que a questão central enfrentada pela juventude rural de nosso país e, igualmente de nossa região, é o trabalho, pois a ausência deste compromete todas as demais coisas que a juventude aponta para poder viver no campo.

Essa nossa constatação nos remeteu ao marxismo, como método de análise científica a partir da centralidade do trabalho, para a compreensão da totalidade do campo brasileiro e sua relação com o modo de produção em vigência no mundo, o capitalismo, em sua fase imperialista e a situação particular da juventude, nessa realidade.

As oportunidades de trabalho para a juventude em geral, no nosso país e, em todo o mundo, é hoje o mais preocupante problema social para o qual devemos olhar, pois sendo o trabalho condição necessária de humanização e de emancipação humana, privar o indivíduo do mesmo, em especial em sua etapa formativa mais sig-

¹ A tese do trabalho como atividade elementar, sem a qual as espécies homínidas primatas não teriam alçado à condição de racionalidade e sociabilidade para a qual evoluíram, tem sua gênese em Marx e Engels (século XIX). Deste então, milhares de pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, em especial na área da educação, têm avançado na compreensão do homem e da sociedade, tomando como referência a categoria trabalho destes dois autores. Aos interessados em compreender com maior precisão esta questão, poderão consultar as seguintes obras, constantes nas referências bibliográficas deste texto: DUARTE, 2013. ENGELS, 2004. FRIGOTTO, 2012. MANACORDA, 2019. MARX, 2004.

nificativa, a etapa da juventude, impede a sociedade de se desenvolver, perdendo a enorme energia física e intelectual desse grupo. Ao mesmo tempo, nega ao indivíduo seu desenvolvimento humano, um potencial que é estancado pela falta de espaço concreto onde possa empregar sua energia criadora, física e mental.

Em 1825, Karl Marx, no início de sua juventude, com 17 anos, a pedido de seu professor, publicou um pequeno texto, como requisito para ser aprovado na disciplina de língua alemã, quando cursava o que seria para nós o último ano do ensino médio da época. O tema a ser dissertado deveria versar sobre as reflexões de um jovem ao se deparar com a necessidade de escolher uma profissão. Neste texto, de apenas duas páginas, Marx, ainda um garoto, aponta com magistral clareza a necessidade do pensar coletivo, de se perguntar como sua profissão poderá contribuir para o bem-estar da humanidade. Afirma que “(...) o guia que deve nos conduzir na escolha de uma profissão é o bem-estar da humanidade e nossa própria perfeição”. E arremata apontando a impossibilidade de uma realização individual, separado da realização geral da humanidade.

“Não se deve pensar que esses dois interesses possam estar em conflito, que um tenha que destruir o outro, pelo contrário, a natureza humana é constituída de modo que ele apenas pode alcançar sua própria perfeição trabalhando pela perfeição, pelo bem, de seus iguais” (MARX, 10/16 de Agosto de 1835).

Embora o contexto histórico do texto acima comentado tenha se dado há quase 200 anos e em outro continente, a relação entre trabalho e formação humana, bem como a vinculação daquele com a realização individual atrelada ao bem estar geral da humanidade, é questão atual e assim será, enquanto houver humanos sobre a terra.

Esta dimensão ontológica do trabalho, de humanizar a espécie biológica homo sapiens, transformando-a em gênero humano, não é dominante na atual sociedade. Observando o desenrolar histórico, vemos que o trabalho, a depender da forma que o mesmo se apresenta em decorrência do desenvolvimento da sociedade em seus variados modos de produção, foge à sua dimensão criadora e torna-se uma atividade de exploração e de sofrimento para aqueles que não possuem propriedades e meios de produção, a classe trabalhadora. Apesar disso, não deixa de ser, o trabalho, a atividade fundante do ser humano, mesmo nas sociedades de classe, cuja classe proprietária explora a classe trabalhadora, fazendo esta trabalhar mais do que o necessário para seu bem-estar e ficando com o excedente de sua produção.²

Enquanto vivermos sob a égide do modo de produção capitalista, a forma de trabalho desenvolvida é o trabalho alienado, em que o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário e com este salário busca comprar mercadorias que supram suas necessidades vitais. Observando a situação concreta do campo brasileiro e as necessidades da juventude para que nele possa permanecer vivendo e constituindo famílias para garantir a sucessão rural, o trabalho remunerado é central, pois é a única forma de garantir renda, conforme demonstraremos em nossa pesquisa empírica por meio de entrevistas com jovens de nossa região. Portanto, compreender a situação de nossa juventude em geral e, em especial, a juventude camponesa, passa por compreender o mundo do trabalho em que vivemos, em sua forma capitalista de produção.

² Assumimos neste texto a tese marxista do trabalho como princípio criador e emancipador da espécie humana, não ignorando que, a partir do início da sociedade de classes até a sua fase atual, o modo de produção capitalista, o trabalho assumiu a forma alienada, portanto, de exploração. Trataremos ao longo do texto de apontar a dialética entre a alienação e a emancipação pelo trabalho e a relação desta contradição com sistema latifundiário de nosso país.

Embora saibamos que o capitalismo é hoje o modo de produção mundial, ou seja, todas as nações do globo vivem neste sistema, sabemos também que seu desenvolvimento não se dá da mesma forma em todas as regiões e países do mundo. Por isso dedicamos parte de nosso texto para um sintético resgate histórico do capitalismo, desde sua gênese no século XV, até sua etapa atual, conceituada por Lenin como imperialismo. Faz-se necessária esta exposição histórica do modo de produção capitalista para podermos compreender o papel definido ao Brasil dentro da divisão internacional do trabalho, em que as potências imperialistas repartiram o globo terrestre para colocá-lo a serviço de suas indústrias e bancos. Dentre essas definições, o Brasil, estando entre os 4 maiores países em área territorial e de produção agrícola e pecuária do mundo e, não sendo uma potência imperialista, padece desta dominação, principalmente pela via do controle da terra e da produção agropecuária. Por isso, compreender os desafios da juventude rural e as possibilidades de sua permanência e das gerações futuras no campo, passa pela compreensão concreta sobre o campo brasileiro na atualidade, bem como do tipo de capitalismo que aqui se desenvolveu.

Diante das observações acima elencadas, definimos pela divisão de nossa exposição em três momentos. Primeiramente, teceremos um breve histórico do capitalismo e a forma de dominação que este, em sua atual etapa, imperialista, impõe sobre nosso país por meio do controle do campo. Em um segundo momento apresentaremos nossa análise, a partir dos dados estatísticos dos dois últimos censos agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, referente à situação fundiária, trabalho, renda e produção no campo brasileiro. Por fim, apresentaremos, então, as pesquisas referentes aos condicionantes sociais, econômicos, políti-

cos e culturais que impedem a permanência da juventude no campo, buscando analisar esta questão relacionando-a com o sistema latifundiário que perdura em nosso país, fruto do tipo de capitalismo que aqui se desenvolveu, atrasado, com resquícios de feudalidade e submisso aos ditames das potências imperialistas.

O campo brasileiro ante a dominação imperialista

O modo de produção capitalista, surge das entranhas de outro modo de produção, o feudalismo, a partir das contradições criadas no seio deste. A burguesia, classe de comerciantes que viviam da compra e revenda de excedentes de produção nos feudos, especialmente gêneros alimentícios, mas também produção artesanal, foi enriquecendo. As guerras religiosas dirigidas pela igreja católica, do início do século XI até final do século XIII, contra os muçulmanos, na tentativa de retomar terras consideradas santas no Oriente Médio, impulsionaram o comércio e os lucros da burguesia. Os saques realizados contra os povos vencidos nas batalhas viravam mercadorias a serem comercializadas juntamente com a produção local, nas feiras comerciais, denominadas burgos.

A partir do século XVI, outros fatores comerciais entram em cena, fortificando ainda mais a classe burguesa em pleno desenvolvimento. As conquistas de territórios na América, especialmente a colonização do Brasil, retoma um tipo de comércio já quase extinto na Europa, o comércio de seres humanos. A escravidão de africanos, iniciada no século XVI e legalmente aceita até o final do século XIX no Brasil, é mais um fator que impulsiona o desenvolvimento do capitalismo europeu, pois, os grandes comerciantes de escravos ou viviam na Europa ou enviavam seus ganhos todos para lá. Nos outros

países, cuja dominação foi feita pela Espanha, a escravidão negra, por diversos fatores, que neste texto não nos cabe explorar, não teve êxito. Nestes foram os próprios nativos escravizados e comercializados internamente por escravocratas locais.

A extração mineral, especialmente ouro e prata, veio logo em seguida. No caso brasileiro, o ciclo do ouro inicia-se no século XVII, na região onde hoje se localiza o estado de Minas Gerais. Em algumas outras regiões da América, dominada pela coroa espanhola, encontraram mais cedo o minério, especialmente a prata. O Peru, desde o século XVII teve suas terras reviradas pelas mãos escravas dos nativos, enviando à coroa toneladas de prata. Assim foi por todas as regiões do Império Inca, que além de parte do atual Peru, governava também parte de onde atualmente se encontram a Bolívia, Equador, Chile e Argentina (GALEANO, 2000). Este povo dominava as técnicas da extração e manipulação do metal, produzindo muitos objetos ornamentais e de valor de uso, para eles, tinha pouco ou nenhum valor mercadológico, mas para os europeus já era a mercadoria mais cobiçada, enquanto moeda de troca por qualquer outra mercadoria (MARX, 2008).

As guerras, a escravidão e os saques fornecem, então, a base econômica para o desenvolvimento do capitalismo. Como consequência desses fatores, a classe de comerciantes europeus vão se tornando economicamente fortes, mas permanecendo politicamente fracos, devido aos entraves dos costumes e dogmas feudais, segundo os quais, os privilégios são pela linhagem sanguínea e não pelas dádivas econômicas. Para romper estas limitações é que a burguesia, juntando-se ao descontentamento geral dos camponeses, que viviam em regime de servidão, e dos trabalhadores urbanos das manufaturas³,

³ Com a crise do feudalismo, a partir do século XII, milhares de camponeses, antes servos, iniciam processos de rebeliões e fugas para os aglomerados mais urbanizados, os burgos. Nes-

promovem as revoluções por toda Europa⁴, rompendo com o modo de produção feudal e instaurando o modo de produção capitalista.

Segue-se então todo um processo de crescimento comercial e industrial, fazendo com que um grupo de países europeus potencialize seu desenvolvimento econômico com a introdução da maquinaria na indústria. O uso das máquinas na produção industrial é o marco econômico que divide o antigo modo de produção feudal, com o novo modo de produção, o capitalismo. A partir de meados do século XIX, toda a Europa, com maior ou menor grau de desenvolvimento, será arrastada para a produção industrial mecanizada, em detrimento da produção primária agrícola e artesanal. Esta é a primeira etapa do capitalismo, também chamado de capitalismo concorrencial, voltado para o desenvolvimento interno de cada nação que busca seu desenvolvimento por meio do comércio interno e externo.

Não passará mais que um século para o novo modo de produção começar a se exaurir de si mesmo, tendo que retomar as invasões e saques de outras regiões do globo para manter funcionando o sistema de acumulação infinita de capital. É o capitalismo passando para uma nova etapa de seu desenvolvimento, o Imperialismo.

As associações de monopolistas capitalistas – cartéis, sindicatos, *trusts* – partilham entre si, em primeiro

tes burgos, antes apenas espaços comerciais, a partir do século XV passam a se desenvolver oficinas de produção em grande escala. Estas foram denominadas manufaturas, pois ainda não haviam as máquinas e todo trabalho era manual.

⁴ Durante os séculos XVII e XVIII, a Europa passou pela grande transformação econômica, do feudalismo para o capitalismo, entrando em contradição com o regime político que teimava em continuar no poder. Para desenvolver o capitalismo era necessário uma nova política. Neste contexto, a burguesia em ascensão econômica, precisava ocupar os cargos no poder de Estado. As revoluções neste período ocorrem então para adequar a política, que era ainda feudal, à nova economia, que já estava numa fase superior, o capitalismo. Quem dirigirá estas revoluções será a burguesia, por isso são Revoluções Burguesas. Para maiores detalhes sobre esta questão indicamos HOBBSAWN, 1991.

lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há já muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as ‘esferas de influência’ das maiores associações monopolistas, a marcha ‘natural’ das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais (LENIN, 1986, p. 625 – grifos e aspas do autor).

O esgotamento do mercado interno, partilhado pelos grupos económicos de cada nação de capitalismo desenvolvido, é um fato natural do próprio capitalismo. Sendo uma economia de mercado, não há planeamento que possa balancear produção e consumo, pois isto limitaria os lucros, que é o coração do sistema. A solução encontrada para manter a lógica acumulativa do sistema foi então exportar capital para outras regiões do globo, ganhando mais mercado consumidor, tendo acesso a matérias-primas para a indústria e a garantia de força de trabalho abundante, portanto barata. A partir desta situação, o capital industrial se junta ao capital bancário, criando o capital financeiro, este capital passa a se auto reproduzir, por meio de empréstimos com cobranças de taxas de juros.

Nesse contexto, associando-se os Estados nacionais mais desenvolvidos às suas burguesias nacionais, institui-se a divisão do globo terrestre entre as potências imperialistas. Como os interesses dessas potências e seus monopólios económicos era de ordem puramente monetária, não houve consenso entre elas sobre qual território se destinaria a cada uma. As duas grandes guerras que sucederam a esse momento, respectivamente de 1914 a 1918 e de 1939 a 1945, foi a

forma que as potências encontraram para solucionar este problema. Desde então o mundo vive sob o mando de algumas nações, que são potências imperialistas, geralmente sob hegemonia de algumas superpotências, atualmente em destaque os Estados Unidos da América, como a mais poderosa nação imperialista. É este país que hoje determina aos demais, com muito mais poder sobre os países subdesenvolvidos, sua forma de organização econômica, política, social e cultural, subjugando-os como suas semicolônias, com forte poder de determinação, inclusive eleitoral, de colocar nos governos grupos políticos que se alinham à geopolítica imperialista, gerenciando o país de acordo com os interesses externos e ludibriando o povo com a falsa ideologia de que vivem num país independente.

Estas semicolônias do imperialismo são mantidas num estado de extremo atraso em seu desenvolvimento nacional, servindo para o pleno desenvolvimento das economias das potências imperialistas. Ao Brasil, com seu potencial de produção agrícola e pecuária, determinou-se sua função, na divisão internacional do trabalho, de produzir matérias-primas oriundas do campo que servem para a indústria das potências imperialistas, bem como para commodities gerando exorbitante lucratividade de empresas multinacionais que controlam a produção e as bolsas de valores do mundo inteiro. Nessa perspectiva, a concentração fundiária é, no Brasil, o quinto maior do mundo, com 5 milhões de quilômetros quadrados e mais de 850 milhões de hectares de área, em sua grande maioria agricultável, o fator determinante para a lucratividade dos monopólios imperialistas. Por isso, a reforma agrária é um tema proibido neste país e, quando se tentou fazê-la, a partir de um governo que buscou um certo grau de independência nacional, houve uma intervenção direta dos EUA, em conluio com o latifúndio e a grande burguesia, derrubando o governo legitimamente eleito e implantando uma sangrenta ditadura

de extrema direita, militarizada e apoiada pelo imperialismo, sob hegemonia estadunidense⁵. Desde então, nenhum grupo que ocupou o poder neste país promoveu qualquer ação efetiva para resolver o problema da concentração fundiária, mantendo o latifúndio como esteio da dominação imperialista, jogando o país cada vez mais no atraso econômico, social e cultural.

Comparando os dados dos dois últimos Censos Agropecuários do Brasil (2006 e 2017), realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, notamos que a concentração fundiária mantém-se em um patamar elevadíssimo e com tendência de aumento. Essa é a principal questão que impede o desenvolvimento do campo brasileiro, barrando o trabalho e a possibilidade de vida no campo, em especial da juventude. A seguir, apresentamos os dados estatísticos mais recentes da questão fundiária e as formas de dominação da produção utilizadas pelo capitalismo, em sua fase imperialista, sobre o campo brasileiro, tanto dos latifúndios, quanto das poucas áreas rurais pequenas e médias que ainda existem.

O último censo agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado durante o ano de 2017, aponta que a concentração de terras aumentou e, em decorrência disso, a população rural diminuiu. Comparando este censo com o último censo realizado antes deste, 2006, temos a seguinte constatação: em 2006 havia no Brasil 5.175.639 estabelecimentos agropecuários, com uma área total de 333.680.037 hectares de terra. O censo de 2017 constata a existência de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários com área total de 351.289.816 hectares de terra (IBGE, 2019, p

⁵ Diversos estudos que foram feitos sobre essa época comprovam a participação direta dos EUA no Golpe de 64 e a relação dessa participação com as Reformas de Base que o governo João Goulart vinha implementando no país, inclusive a Reforma Agrária, que, apesar de tímida, não seria permitida pelos latifundiários aliados ao imperialismo. Dentre essas obras destacamos: CASTRO, 1965. CORREA, 1977. MOREL, 1965.

62). Como podemos observar houve uma diminuição no número de estabelecimentos agropecuários e um aumento na área total destes estabelecimentos, o que nos permite afirmar que o latifúndio aumentou, em detrimento da pequena e média propriedade.

Separando os dados referentes às propriedades acima de 1.000 hectares temos a seguinte situação: Em 2006 existiam 47.578 estabelecimentos e em 2017 este número subiu para 51.203, havendo também um aumento de 17,08 milhões de hectares na área total pertencente a estes estabelecimentos, passando de 150.143.096 hectares em 2006, para 167.227.511 de hectares em 2017, um aumento percentual de aproximadamente 12% na quantidade total de área. A área média destes estabelecimentos que em 2006 era de 3.155,7 hectares passou, em 2017 para 3.265,9 hectares, representando um aumento de 2,6% (Ibid., 2019, p. 65).

Se separarmos os estabelecimentos abaixo de 100 hectares, notamos que também houve um ligeiro aumento, tanto de estabelecimentos quanto de área. Em 2006, tínhamos um total de 4.448.751 estabelecimentos com uma área total de 70.692.756 hectares; o censo de 2017 apresenta 4.524.365 estabelecimentos com 71.804.615 de área total. Nesse caso observamos um aumento de estabelecimentos de 75.614, com aumento total da área de 1.111.859 hectares (Ibid., p. 66).

Para compreendermos melhor essa situação, separamos os pequenos estabelecimentos, com menos de 10 hectares, dos médios, de 10 a 100 hectares. Os abaixo de 10 hectares, somavam, em 2006, o total de 2.477.151 estabelecimentos e, em 2017, 2.543.681. Em área total, esses estabelecimentos passaram de 7.798.777 hectares, em 2006, para 7.993.969 hectares, em 2017 (Ibid., p. 66).

Estes dados nos permitem chegar a algumas constatações: em primeiro lugar, a concentração fundiária aumentou neste período,

em 2006 os 47.578 proprietários de áreas acima de 1.000 hectares tinham 45% da área total do país, em 2017 esta área sobe para 47,6%. Assim o Brasil se mantém como um país com uma das maiores, se não a maior, concentração fundiária do mundo. De acordo com o índice GINI⁶ estamos acima do 0,86. Nos estabelecimentos abaixo de 100 hectares houve uma variação pequena. Se compararmos percentualmente não vemos diferença significativa entre o aumento da área dos proprietários acima de 1.000 hectares e os com menos de 100 hectares, estes com um aumento de 1,7% e aqueles com aumento de 2%. Todavia, se compararmos em números absolutos, enquanto a área dos grandes aumentou em 17,08 milhões de hectares, a dos pequenos e médios somente 1,12 milhões. Já nos estabelecimentos abaixo de 10 hectares, é insignificante a pequena variação, um aumento de 195.192 hectares, se tomarmos como parâmetro a média do tamanho destas propriedades, que é de 3 hectares, não abrange sequer uma centena de famílias.

A questão fundiária vincula-se diretamente com as definições do que se produzir, haja vista que os interesses imperialistas atuam diretamente vinculados aos interesses dos latifundiários, donos da maior parte das terras agricultáveis do país. Tais interesses se orientam diretamente pelo lucro que terão com a utilização destas terras, ficando totalmente de lado qualquer preocupação com as questões nacionais como soberania alimentar, indústria e geração de trabalho para o povo brasileiro.

Para ilustrar nossa afirmação, apresentamos a seguir os dados da safra de grãos 2019/20, fornecido pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. O total de área cultivada em 2018/19 foi de 65.918.000 hectares com produção de 257.749,8 toneladas.

⁶ De acordo com este índice, quanto maior o resultado, cujo máximo é 1, maior a concentração.

Os principais produtos cultivados são: em primeiro lugar a soja, ocupando uma área de 36.949.700 hectares, com produção de 124.845,0 toneladas em seguida vem o milho com 18.527.300 hectares de área cultivada e produção de 102.215,0 toneladas depois o feijão, ocupando uma área de 2.926.700 hectares e com a produção de 3.229,8 toneladas, seguido do trigo com 2.334.400 hectares cultivados e produção de 6.833,7 toneladas e, por fim, o arroz e o algodão, respectivamente ocupando uma área de 1.665.800 e 1.665.600 hectares, com a respectiva produção de 11.183,4 e 4.371,3 toneladas (CONAB, p. 12 e 14). Cabe ressaltar também a pecuária de corte que de acordo com o censo de 2017, ocupa uma área de 159.497.597 hectares, com produção de 172.719.164 cabeças (IBGE, 2019, p.92).

Tomando os dados acima, vemos que dos quase 223 milhões de hectares utilizados para a produção agrícola e a pecuária, somente a soja e a pecuária ocupam 88% deste total. Se acrescentarmos as áreas utilizadas para a produção de milho, este percentual chega a 95%. Notamos, por estes dados, tanto da concentração fundiária quanto da concentração da produção, monopolizando as terras para três produtos voltados para a exportação, que nosso país continua refém do modelo agroexportador, imposto no século XVI pela metrópole portuguesa, através do antigo colonialismo e se perpetuando na atualidade através do novo colonialismo, isto é, o imperialismo⁷.

⁷ Cabe ressaltar que o autor utilizado abaixo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, não trabalha com o conceito leninista de Imperialismo, utilizando o conceito de François Chesnais de “mundialização do capital”. Segundo este conceito não há uma centralização do capital em potências imperialistas, mas o capitalismo se mundializou, estando em todos os países do globo onde existem as multinacionais. Não cabe neste estudo debater esta questão, pois não é nossa intenção polemizar com o referido pesquisador. A utilização que fazemos de seus estudos diz respeito tão somente às formas pelas quais o capitalismo, em sua fase atual, domina o território brasileiro, ficando a utilização do conceito de imperialismo, bem como as demais interpretações sobre o tipo de capitalismo que temos no Brasil, sob nossa responsabilidade.

Um estudo realizado pelo professor e geógrafo brasileiro Ariovaldo Umbelino de Oliveira apresenta com brilhante clarividência e detalhes a forma que os grupos econômicos mundiais controlam toda nossa atual produção agropecuária, num processo denominado “mundialização do capital”. A forma de controle utilizada por estes grupos se estrutura em três pilares: “a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e os monopólios mundiais” (OLIVEIRA, 2014, p. 28).

A produção de *commodities* transforma os produtos agrícolas em mercadorias para se negociar no mercado mundial. “As principais *commodities* são: milho, trigo, arroz, soja, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja, entre outras. No Brasil acrescenta-se, também, o etanol e o boi gordo” (Ibid., p. 28). As bolsas de mercadorias e futuros se incumbem de regular os preços, por exemplo, quem decide o preço do milho, soja, etanol e carne de boi, dentre outros produtos, é a bolsa de Chicago. A bolsa de Londres define os preços do algodão, do café, do açúcar, etc. e a BM&F Bovespa, no Brasil, atua também no mercado de soja, milho, café, etanol e boi gordo (Ibid., p. 28-29). Para completar o ciclo de dominação, constituiu-se o monopólio do mercado de alimento mundial. Apenas quatro empresas controlam, praticamente, todo o mercado de alimento do mundo,

a principal delas é a ADM – Archer Daniels Midland Company que foi fundada em 1902, na cidade de Minneapolis, Minnesota, Estados Unidos, e atualmente tem sua sede em Decatur, Illinois, Estados Unidos. Trata-se de um conglomerado que opera mais de 265 plantas industriais em 75 países do mundo, processando grãos de cereais e plantas oleaginosas. Outra empresa monopolista do setor de grãos é a Cargill Incorporated. Fundada em 1865,

tem sede em Mineápolis no Minnesota (Estados Unidos), e atividades nos cinco continentes, atuando em 65 países, produzindo e comercializando mundialmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, industriais e financeiros. Trata-se da maior corporação de capital fechado do mundo em termos de receitas, e detém 2/3 das ações da Mosaic Company, uma das maiores empresas mundiais que produz e comercializa fosfato concentrado e potássio. Há, também, a Bunge Limited que está entre as maiores empresas monopolistas de alimentos do mundo. Foi fundada em 1818, como Bunge & Co, em Amsterdã, Holanda, e, tem sua sede atualmente em White Plains, Nova York, Estados Unidos. Entre as quatro principais empresas mundiais do setor de alimentos está, também, o Louis Dreyfus Group, um conglomerado francês fundado em 1851, que atua na agricultura, petróleo, energia, *commodities* (processamento, comercialização e *merchandising*), e transporte internacional. A empresa Louis Dreyfus Commodities Netherlands Holding BV tem sede no World Trade Center Amsterdam, em Amsterdam, Holanda, com atividades em 53 países (Ibid., pp. 29-30).

Diante deste tripé, *commoditização*, bolsas de mercadorias e futuro e monopolização do mercado de alimentos, ao qual o país se subordina, enfrentamos consequências nefastas. A *commoditização* da produção agropecuária provoca a escassez de produtos alimentícios necessários para a alimentação do povo, pois objetiva exclusivamente a exportação, com vistas ao lucro e acumulação de capital. As bolsas de mercadorias e futuros definem, pelo mecanismo do controle de preços, o que se produz ou se deixa de produzir. Como estas bolsas são controladas por grupos capitalistas internacionais, em sua grande maioria pertencentes às potências imperialistas, tornam os países

subdesenvolvidos totalmente reféns de seus interesses. Os monopólios da produção de alimentos agem conjuntamente com as bolsas e conseguem dominar a produção mundial de alimentos, certamente não com o objetivo de alimentar pessoas, como muitas vezes propagam pelos monopólios midiáticos de propaganda, mas para garantir o acúmulo infinito de capital. Apesar deste instinto incontrolável de acumulação de capital pelos monopólios das grandes potências imperialistas, impondo aos países semicoloniais uma produção voltada para o mercado e não para a supressão das necessidades humanas, internamente, estas mantêm suas políticas subsidiárias da produção, garantindo a soberania e segurança alimentar de seus cidadãos. Para garantir a política de dominação externa, criam organizações internacionais que controlam a economia mundial, ditando suas regras, geralmente apoiadas por pseudos-governos nacionais que, na realidade, não passam de gerentes do imperialismo.

As organizações governamentais internacionais constituem uma realidade do mundo pós Segunda Guerra Mundial. A criação da ONU – Organização das Nações Unidas, do FMI – Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, entre outros, e a presença de organismos supranacionais (os blocos econômicos) formados por governos nacionais empenhados em uma economia internacionalizada, passaram a compor cada vez mais o capitalismo que se mundializava. A formação de verdadeiros governos internacionais derivou do desgaste dos poderes clássicos dos Estados nacionais e do emprego crescente de instrumentos de política econômica internacional, consentâneos com a tendência de internacionalização do capital e do trabalho pela empresa multinacional (Ibid., p. 24)

Essas organizações, dirigidas pelas potências imperialistas, definem a função de cada região do planeta e de cada país no processo de reprodução do capital. Os países semicoloniais se submetem às condições econômicas, políticas, sociais e culturais definidas pelas potências imperialistas, sendo a mais poderosa no momento, os EUA. A mercadoria exigida pelos monopólios das semicolônias são as matérias-primas para suas indústrias, tais matérias-primas, ao mesmo tempo se transformam em *commodities*, monopolizadas pelas corporações internacionais que as negociam nas bolsas de mercadorias e futuro. Em outras palavras, o tripé *commodities*, bolsas de mercadorias e futuro e monopólio da produção só podem existir sob a dominação imperialista da terra.

Essa função dos países semicoloniais, determinada pelo imperialismo na divisão internacional do trabalho, exige domínio total sobre seus territórios, por isso a concentração fundiária é a maior facilitadora para a perpetuação da dominação imperialista, não sendo impossível que esta dominação se mantenha também em países com pequenas e médias propriedades de terra. No caso brasileiro, por ser um dos maiores países do mundo, com uma das maiores áreas agricultáveis, e com enorme potencial produtivo no campo, a manutenção do latifúndio é a principal condição imposta, contudo as pequenas e médias propriedades também não ficam imunes a essa dominação.

Ao falarmos em dominação imperialista e de nossa semicolonialidade, não estamos afirmando que as terras brasileiras pertençam à monopólios ou proprietários estrangeiros, embora boa parte realmente pertença⁸, mas que esta dominação principal ocorre pelo con-

⁸ Segundo dados do INCRA, em 2007 havia no Brasil 35.298 imóveis rurais pertencentes a estrangeiros com área total de 4.056.000 hectares de terra, destes 2037 imóveis são de pessoas jurídicas, ou seja, empresas estrangeiras, com uma área total de 827.000 hectares (IPEA, p.28).

trole da produção, sem necessariamente tomar posse da propriedade da terra. As categorias de monopolização do território e territorialização dos monopólios nos possibilita melhor compreensão sobre a forma que o imperialismo, mesmo sem estar de posse das terras de nosso país, consegue dirigir o campo brasileiro de acordo com seus interesses. Estas categorias são desenvolvidas pelo professor e pesquisador Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁹.

A territorialização dos monopólios atua, simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é a mesma pessoa física ou jurídica (Ibid., p. 30).

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias no mundo, e às vezes, controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. Este processo gera o controle **monopolístico do território** (*monopolistic*

⁹ Importante ressaltar que esse autor não distingue o capital nacional do capital estrangeiro, pois, segundo ele, “as associações entre empresas monopolistas internacionais com empresas nacionais transformaram ambas nas empresas mundiais. Ou seja, o capital disseminou-se pelos países emergentes, arrebatando setores da burguesia nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais” (OLIVEIRA, 2014, p. 17-18). Embora tenhamos um grau de contradição com os desdobramentos desta interpretação, que, a nosso ver, desemboca em um equívoco quanto à conceitualização de burguesia nacional e, como consequência, também na direção prática da luta de classes em nosso país, estamos de pleno acordo com o pesquisador, no que se refere à questão da combinação na forma de dominação que o capitalismo impinge sobre o campo brasileiro, isto é, por meio da territorialização dos monopólios e também da monopolização do território.

control of the territory), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios. Isto também quer dizer que se abrem possibilidades para o estabelecimento de alianças de classes entre aqueles que produzem de fato, em geral nacionais, e aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. Assim, os proprietários de terras e os capitalistas aliam-se a empresas mundiais de diferentes setores, sejam nacionais ou estrangeiras (Ibid., p. 49 – grifos do autor).

Através desse duplo processo de controle do campo brasileiro pelo latifúndio de novo tipo, modernizado, internacionalizado, participante das negociações financeiras em bolsas de mercadorias de futuro e bolsas de valores, inibe-se a possibilidade de qualquer tipo de desenvolvimento no campo brasileiro. O chamado agronegócio, quando não aterrissa diretamente tornando-se proprietário de grandes extensões territoriais, controla toda a forma de produção dos pequenos ou médios produtores através do capital que pessoas físicas ou jurídicas possuem para investir no campo. Os pequenos e médios, sem nenhum ou com pouquíssimo capital, são obrigados a se subordinarem completamente aos interesses daqueles.

Há ainda outro grupo, da classe camponesa, que sequer é levado em consideração pelo capitalismo, são os camponeses pobres sem terra ou com pouca terra (posseiros, mini fundiários, ribeirinhos, grande parte de assentados de projetos de reforma agrária, etc.). Estes são vistos como estorvos para o país, pois, em nada contribuem para a acumulação de capital, apenas subutilizando suas pequenas áreas de terras para produzir sua alimentação e não morrer de fome. Não há, para essa parcela do campesinato brasileiro, qualquer incentivo por parte do Estado que possa garantir a comercialização de excedente, gerando renda, que possa se reverter em melhorias em

suas condições de vida. Essa ausência de políticas públicas é perfeitamente condizente com o lugar de semicolônia que o país ocupa na escala mundial do capitalismo, pois sendo o Estado brasileiro um Estado burguês-latifundiário, submetido ao imperialismo, esse grupo social não tem nada a oferecer, por isso os grupos políticos que se revezam no poder do Estado brasileiro, e não são mais que gerentes do imperialismo, não têm qualquer preocupação com eles.

Para concluir nossa exposição sobre o campo brasileiro ante a dominação imperialista, não podemos deixar de ressaltar o impacto dessa situação sobre o trabalho no campo, pois, como apontamos inicialmente em nosso texto, o trabalho é o centro da vida humana, seja no campo ou na cidade. Retomemos aos dados estatísticos do IBGE para nossa análise.

O censo agropecuário de 2017 aponta duas situações nessa questão: uma diminuição no número médio de pessoal ocupado no campo, se levar em consideração apenas os que têm algum grau de parentesco com o proprietário ou proprietária do estabelecimento, e um aumento muito grande desta ocupação se levar em consideração as contratações intermediadas por terceiros, como empresas e ou cooperativas. Em 2006 o número médio de trabalhadores por estabelecimento, com grau de parentesco era de 3,2, passando a 3,0 em 2017. Em números absolutos, passa-se 16.568.205 de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários com vínculo familiar em 2006, para 15.105.125 em 2017. Uma diminuição de 1.463.080 pessoas trabalhando na pequena produção camponesa, entre os anos de 2006 e 2017 (IBGE, 2019, p. 71).

O mesmo não ocorre se levarmos em consideração o número de pessoas trabalhando em cooperativas, empresas rurais e empreiteiras terceirizadas. Neste setor há um aumento percentual de 143%, comparando os dados coletados no censo agropecuário de 2006 e

os de 2017. Em números absolutos tínhamos, em 2006, 251.652 pessoas trabalhando neste setor e em 2017 esse número passa para 611.624, um aumento de 359.972 pessoas (Ibid., p.72).

Poderíamos então inferir, a partir da comparação entre a diminuição das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários familiares com o aumento das pessoas ocupadas em empresas rurais e outras empregadoras afins, que a força de trabalho da pequena propriedade estaria sendo absorvida pela empresa capitalista do campo. Contudo, não é tão simples assim essa matemática, primeiro porque não temos como afirmar que o percentual dos trabalhadores na pequena agricultura camponesa migrou totalmente e diretamente para o trabalho nas cooperativas ou empresas agrícolas. Em segundo lugar, mesmo que fosse uma migração direta, o número total de pessoas absorvidas por esta modalidade de trabalho é infinitamente inferior ao número de trabalhadores da pequena agricultura camponesa que abandonou seu trabalho na modalidade familiar. Conforme relatamos acima, foram 1.463.080 pessoas que deixaram seu trabalho na pequena agricultura familiar e somente 359.972 que foram contratadas por cooperativas ou empresas rurais. A constatação que estes dados nos permitem fazer é que o campo, entre os anos de 2006 e 2017, continuou a ser abandonado pelas pessoas pertencentes a famílias que trabalham com a pequena produção camponesa. Em contrapartida a dominação imperialista através da monopolização do território e da territorialização do monopólio se fortifica cada vez mais.

As consequências da dominação imperialista do campo brasileiro para a juventude rural

Apontamos acima, pela análise estatística do campo brasileiro, que há uma dominação externa sobre a utilização das terras em nosso país. Tal dominação não se dá somente pelo controle direto dos latifúndios, embora existam grandes extensões de terras no país que são de propriedade de grupos internacionais, o principal controle se dá pela produção, através de mecanismos criados pelo capitalismo, agora em sua fase imperialista. Como e em que grau esta questão influencia as decisões da juventude rural em nosso país é a questão que apresentaremos a seguir.

O fenômeno do êxodo rural no Brasil não é uma novidade¹⁰, desde os anos 60 do século XX que milhões de famílias camponesas são obrigadas a abandonar suas terras, vendendo-as a preços baixos para latifundiários ou médios camponeses com poder aquisitivo mais alto, entregando-as para quitar dívidas bancárias, sendo desapropriadas para construção de obras públicas, (como, por exemplo, de usinas hidrelétricas) e por grilagens¹¹. A comparação entre os dois últimos censos agropecuários, realizados respectivamente nos anos de 2006 e 2017, aponta a continuidade desse fenômeno, especialmente entre a juventude rural. Entre os anos de 2006 a 2017 houve uma diminuição de mais de 70.000 jovens com menos de 25 anos no campo brasileiro, caindo de 170.583 para 100.357.

¹⁰ De acordo com os dados coletados pelos Censos Demográficos, a partir de 1970 a população rural brasileira ficou menor, em relação à população urbana, em percentuais temos a seguinte situação de pessoas vivendo no campo: 1970 temos 44,02%, 1980 – 32,30%, 1991 – 24,53%, 2000 – 18,77% e em 2010, ano do último censo demográfico, apenas 15,64% (IBGE, Censo Demográfico, 1950/2010. <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vCodigo=CD91>).

¹¹ Dentre a vasta literatura sobre a questão, indicamos ao leitor que queira aprofundar-se nesta questão, as seguintes obras: CHIAVENATO, 1996. MARTINS, 1983. MARTINS, 1991. MAZZAROLLO, 2003. OLIVEIRA, 2002.

Sendo o trabalho a única forma de qualquer ser humano garantir sua existência, a impossibilidade de realizá-lo é o fator principal que determina a migração de grupos humanos de um lugar para outro. A situação agrária de nosso país aponta exatamente para a impossibilidade de existência de trabalho para a juventude do campo, por isso, nossa tese é a de que o êxodo rural da juventude brasileira tem como fator central a falta de trabalho ou a existência de trabalho precário, massacrante e mal pago, que não supre as necessidades básicas do ser humano. Mais uma vez recorramos às pesquisas estatísticas dos censos agropecuários de 2006 e 2017 para corroborar nossa afirmação.

Observando os dados sobre a ocupação nas atividades produtivas, podemos notar uma diminuição da participação da juventude nestas atividades e, em contrapartida, um aumento da participação dos mais velhos. Em 2006 apurou-se que havia 170.583 pessoas com menos de 25 anos trabalhando no campo, em 2017 esse número caiu para 100.357, percentualmente caiu de 3,3% para 2% do total da força de trabalho no campo. O mesmo ocorreu com a população que tem entre 25 e 34 anos, em 2006 havia 701.727 pessoas nesta faixa etária, caindo para 469.068 em 2017, percentualmente caindo de 13,6% para 9,3%. Essa situação permanece entre a população de 35 a 44 anos, caindo de 1.135.153, em 2006, para 904.143, percentualmente caindo de 21,9 para 17,9%. A situação se modifica se tomarmos as pessoas a partir dos 45 anos, ocorrendo o movimento inverso. Entre os 45 a 54 anos temos a seguinte situação: 1.208.120 em 2006 e 1.224.488 em 2017, aumentando percentualmente de 23,3% para 24,2% da força de trabalho no campo. Na faixa etária entre 55 a 64 anos tínhamos 1.053.352 em 2006 e 1.186.702 em 2017, indo de 20,4% para 23,5%. O grupo, por faixa etária, que mais aumentou na ocupação rural foi os com mais de

65 anos, passando de 906.701 pessoas em 2006 para 1.171.767 em 2017, saltando de 17,5% da força de trabalho despendida no campo brasileiro em 2006, para 23,2% em 2017.

No que se refere à renda das famílias de camponeses pobres, com pouca terra, constata-se que houve um aumento significativo de famílias que precisam viver de aposentadoria e pensões, apontando que os jovens estão cada vez mais ausentes do campo.

(...) para aposentadoria e pensões um aumento de 92%, ou seja, aumento de 898.792 estabelecimentos com esta receita, passando de 976.152 estabelecimentos com esta receita em 2006 para 1.874.944 no Censo Agropecuário 2017, confirmando o já observado pelas informações de idade do produtor, que há um envelhecimento normal porém sem substituição. (IBGE, 2019, p. 83)

Além da aposentadoria, o censo aponta também que a pequena propriedade não consegue absorver a força de trabalho da juventude, que busca em empregos temporários, fora da propriedade, ganhos que lhe possibilite uma melhor sobrevivência. “Com a receita com atividades fora do estabelecimento, houve um incremento de 79%, ou seja, um aumento de 510.716, passando de 647.523, para 1.158.239 de estabelecimento com receita de atividades fora do estabelecimento” (Ibid., p. 84).

Esse necessário abandono temporário das terras pertencentes à família em busca de sobrevivência, impulsiona a saída completa da juventude do campo. Ao garantir, em um trabalho fora da propriedade de sua família, mesmo que de forma precarizada, uma renda mais rápida e segura, que não precise esperar grandes períodos de safra, sujeitos às intempéries da natureza, para que os pais lhe repassem parte da renda obtida, seduz-se pelo trabalho assalariado e, não

obtendo mais este tipo de ganho no campo, migra para as cidades em busca de manter sua renda mensal.

Olhando o quadro situacional do campo brasileiro, vemos, de um lado, a concentração de terras alarmante, mantendo o sistema latifundiário predominante no país desde sua colonização, há cinco séculos e convivendo agora com uma nova modalidade de latifúndio, os monopólios de capital nacional e internacional e, de outro, a situação das famílias camponesas pobres e médias, que não conseguem gerar renda suficiente para sustentar a família e garantir a sucessão familiar. Nesta disputa desigual do latifúndio com a pequena propriedade familiar rural, não sobra alternativas de trabalho e renda no campo para a juventude. Então, temos o fenômeno do envelhecimento do campo, permanecendo neste somente as pessoas mais idosas, cuja fonte de renda principal são aposentadorias e pensões, enquanto a juventude busca alternativas de trabalho e renda, migrando, em sua grande maioria, para a periferia das cidades.

O domínio imperialista do campo brasileiro, que se materializa especialmente na manutenção do latifúndio é o fator principal desse abandono, pois se utilizando dos mecanismos financeiros, os monopólios imperialistas, seja de capital estrangeiro ou associado ao capital nacional, juntando-se com o latifúndio tradicional, determinam a forma de produção que lhes interessa, seja dominando diretamente o território, seja controlando o que e como aqueles que possuem as propriedades devem produzir. Portanto, qualquer medida que pretenda minimizar ou evitar a saída da juventude do campo e o consequente inchaço das cidades, provocando problemas sociais dos mais variados graus, passa pela destruição do sistema imperialista/latifundiário. Fora disso, qualquer política pública será mera ilusão, poderá inclusive, ao invés de melhorar, agravar a situação, servindo como cortina de fumaça para camuflar o real problema que é o latifúndio e todo seu sistema de dominação.

Condições necessárias para a permanência da juventude no campo:

o que apontam as pesquisas e seus limites analíticos

Muitos estudos são realizados sobre a juventude rural, buscando os limites de sua permanência no campo. A maioria deles aponta como causas do êxodo da juventude rural fatores como a carência de renda, o machismo, o patriarcalismo, a educação, o lazer, etc. Não negamos que estas questões são realmente as que afetam diretamente a juventude rural, por outro lado, não podemos deixar de levar em consideração que estes fenômenos se assentam em uma base concreta, isto é, a causa material de suas manifestações. Sabemos também que não podemos chegar à compreensão verdadeira de um objeto, à sua essência, sem passar pelas suas manifestações aparentes, mas isso não significa que aparência e essência se igualem (KOSIK, 1976). Portanto, buscar desvendar a estrutura sob a qual se assenta os fenômenos aparentes de um objeto de pesquisa é o que realmente dá ao conhecimento seu caráter científico e que, por sua vez, nos permite enxergar a realidade tal qual ela é, ao menos no tempo e no espaço em que estamos observando, ou seja, em seu contexto histórico. Nessa perspectiva, analisaremos a seguir algumas pesquisas realizadas em diversas partes do país com a temática da juventude rural¹², que bus-

¹² Embora a quase totalidade dos trabalhos sobre juventude polemizem a conceituação desta categoria, chegando a afirmar que não se pode falar em juventude, mas em juventudes, não pactuamos com essa visão. Nosso conceito de juventude é claro, situado no tempo e na história em que vivemos, afirmamos que a juventude se caracteriza pela faixa etária entre 14 a 26 anos, período em que estas pessoas passam por transformações de cunho psicológico, vinculados diretamente à exigência social de se iniciar no trabalho produtivo, buscando trabalho que possa lhe garantir independência financeira que lhe garanta autonomia com relação à família. Como vivemos em uma sociedade de classes, é preciso também situar cada grupo social em suas respectivas classes, aqui estamos nos referindo à juventude rural pertencente à classe trabalhadora do campo, jovens de famílias de camponeses pobres (sem terra ou com pouca terra). As pesquisas aqui analisadas, embora não debatam essa questão, deixam claro

cam compreender as causas do êxodo da juventude rural, bem como os fatores que provocam este êxodo e algumas alternativas que possam contribuir para que a juventude se mantenha no campo.

Realizada na região do Vale do Rio Pardo no estado do Rio Grande do Sul, essa pesquisa buscou analisar o potencial do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) para inibir o êxodo rural da juventude daquela localidade. Esse programa propunha-se a capacitar jovens da região, através de curso “voltados para a ação de desenvolvimento e promoção dos jovens rurais, oferecendo uma formação que integra aspectos do desenvolvimento humano, técnico e gerencial” (PUNTEL, PAIVA e RAMOS, 2011, p.11). Ressalta que a região é grande produtora de fumo, através da agricultura familiar, inclusive o financiamento do projeto se deu pelo Instituto Souza Cruz, pertencente à mesma indústria que compra o produto destes produtores. O intuito dessa pesquisa foi avaliar se a capacitação da juventude, através dos cursos do projeto, teria contribuído para sua permanência no campo. Foram entrevistados ao todo 219 jovens daquela região, dentre os quais 134 que participaram do projeto e 85 que não participaram.

A primeira constatação da pesquisa diz respeito ao tamanho ou ausência de propriedade entre as famílias dos/as jovens entrevistados/as. Cerca de 20% não possui propriedade, outros 20% têm

que a juventude, sobre a qual estão falando, é a juventude da classe trabalhadora que vivem em pequenas propriedades do campo, ou seja, pactuam de um conceito de juventude muito próximo ao nosso. Cabe ressaltar também que a negação de um conceito universal para a juventude com recorte em sua situação de classe, vincula-se à onda pós-moderna/multiculturalista que predomina, em especial no campo da pesquisa das ciências sociais desde final dos anos de 1980 no Brasil. Não pactuamos com essa visão, pois ela nega a possibilidade de universalização do conhecimento, que é um dos pilares necessários para se produzir ciência. Como já enunciamos em nosso texto, concebemos que o método de análise científico é o materialismo histórico e dialético, que superou o positivismo, haja vista que este não admitia a contradição na realidade concreta, tratando a ciência como neutra. Para mais esclarecimentos sobre esta temática ver: ANDERSON, 1985. SCHAFF, 1995.

propriedades até 5 ha e aproximadamente 30% tem propriedades entre 5 a 15 ha. Outra questão apontada são as limitadas atividades de lazer para a juventude, reduzindo-se a eventos religiosos, algumas festas, bailes e jogo de futebol, sendo que em média 50% dos/as jovens que responderam ao questionário da pesquisa não frequentam nenhuma atividade de lazer. Por fim, o problema da monocultura do tabaco, uma vez que cerca de 28% dos/as jovens que participaram do projeto, e 57% dos demais jovens, não participantes do projeto, afirmaram que suas famílias plantam exclusivamente o tabaco.

Ao fazer as análises dos dados coletados com a pesquisa, a questão central que os pesquisadores buscaram responder foi qual o potencial que o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) teve para a contenção do êxodo da juventude rural. Constataram que dos 118 jovens que participaram do programa 70 conseguiram implementar alguma atividade em suas propriedades ou área onde trabalham, contudo, destes, apenas 45 disseram ter conseguido algum aumento de renda com esta atividade. “Importante ressaltar também, que os jovens ADRs [Agentes de Desenvolvimento Rurais] destacaram como principais dificuldades para implementar seus projetos a falta de recursos financeiros (35%), o baixo valor dos produtos para a comercialização, depois a falta de apoio dos pais e a falta de assistência técnica” (Ibid., p.16).

Por fim, sobre a pretensão de permanecer no campo ao longo da vida, responderam positivamente 54% dos jovens participantes do Programa e dos não participantes apenas 29%. Sobre os principais problemas apontados por estes/as jovens e que limitam sua permanência no campo destacam-se a baixa remuneração, apontada por 38% dos/as jovens entrevistados/as, não ter propriedade da terra 23%, dificuldades em acessar crédito 12%, dificuldade para estudar 8%, falta de infraestrutura de saúde 7%, falta de trabalho permanente 7% e falta de opções de lazer e cultura 5%.

Os pesquisadores reconhecem a importância de políticas públicas para o campo, aos moldes do projeto em análise, contudo apontam que são insuficientes para conter o êxodo rural da juventude, pois, embora o programa cumpra parte importante das necessidades do/a jovem do campo, que é uma necessária capacitação técnica para melhorar a produção e geração de renda, há outros determinantes que o Programa não da conta de superar. “As determinações centrais desta evasão se encontram nos estreitos limites das oportunidades objetivamente abertas ao jovem rural para exercer sua competência empreendedora no campo (...)” (Ibid., p.17-18). Em outras palavras, se não se tem as condições materiais, a começar pela terra e, depois certo poder aquisitivo para investir nos implementos necessários para a geração de renda, a capacitação técnica fica paralisada.

Quanto à solução para os três problemas principais que os/as jovens questionados/as pela pesquisa apontaram: 1. a baixa remuneração, 2. não ter terra e 3. falta de acesso a crédito, os pesquisadores constatam que não serão resolvidos com políticas localizadas ou regionalizadas, sendo necessário uma política nacional que necessariamente passa pela democratização do acesso à terra.

Para o enfrentamento dos três problemas do campo mais citados pelos jovens rurais, além do esforço de programas de formação de lideranças locais dependem de uma política nacional para o setor. (...) De outro lado ampliar a remuneração do agricultor familiar a partir da ampliação do volume ofertado pressupõe a democratização da estrutura fundiária, maiores dispêndios com a assistência técnica e ampliação do financiamento para investimento e qualificação do trabalho agrícola, associado à depressão de exigências de garantias e do “burocratismo” ainda presente no acesso a crédito rural.” (Ibid., p.18)

A conclusão que chegam os pesquisadores sobre as alternativas para a fixação da juventude no campo seria a liberação de crédito para a pequena agricultura, vinculado a isso a produção diversificada e não apenas a monocultura. Além disso, defendem também o desenvolvimento de uma “especialização em forma de cadeia e beneficiamento dos produtos”, o que impulsionaria a comercialização direta e a diversificação da produção, diminuindo os riscos do produtor caso haja a perda ou queda de preço da produção.

Outra pesquisa que tomamos conhecimento, por intermédio do artigo “*Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa*”, foi feita em assentamentos da Reforma Agrária que ficam no município de Mirante do Paranapanema, no estado de São Paulo. A pesquisa busca apontar “a viabilidade social, econômica e cultural dos jovens que vivem nos assentamentos de Reforma Agrária daquela localidade” (OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014, p.136).

Ressaltam os pesquisadores que a região em que se realiza a pesquisa, embora possua vários assentamentos da Reforma Agrária, é dominada pela monocultura canavieira para a indústria de produção de álcool. Essa questão é central do ponto de vista da influência sobre a juventude da região, pois as indústrias produtoras de álcool-etanol, fazem trabalho sistemático para atrair estes/as jovens tanto para lhes servir de mão de obra, quanto ideologicamente, na perspectiva de lhes inculcar a ideia de que não há alternativas no campo. Utilizam da formação técnica para o trabalho nas usinas, oferecendo-lhes cursos gratuitos de capacitação, para fazer com que estes/as jovens abandonem a perspectiva de viver da terra onde moram com sua família. “No momento em que os jovens se preparam para o trabalho nas usinas, não lhes sobra tempo para apostar em outras formações, ou seja, ele muitas vezes está fadado a prosseguir nestas atividades durante muito tempo de sua vida” (Ibid., p. 132).

Por outro lado, apontam os pesquisadores que os movimentos sociais, no caso específico o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que comanda os assentamentos onde se realizou a pesquisa, buscam desconstruir a influência ideológica das usinas sobre a juventude. O que propõe essas lideranças do MST são políticas públicas para o assentamento, destacando a instalação de escolas e agroindústrias no campo. “Nessa perspectiva, entende-se que para o MST, a educação coloca-se como elemento libertador na construção de autonomia social para os jovens do campo além de se configurar como um artifício para (re)afirmar sua identidade de classe” (Ibid., p. 144).

A região pesquisada conta com 112 assentamentos rurais com cerca de 6.000 famílias morando nos lotes. As entrevistas com a juventude dessa região apontaram que 83% dos/as jovens entrevistados/as preferem a cidade ao campo, pretendendo sair do campo assim que conseguirem se manter na cidade. Sobre a pergunta se gostavam de viver no campo, 69,5% responderam que sim, o que leva os pesquisadores a indagar, então, o porquê de grande parte dessa juventude ter preferência pela cidade, ao mesmo tempo em que gostam do campo.

Destacam os pesquisadores que a “diversidade de opções para lazer, emprego, estudo, o desejo de estar ‘inserido’ socialmente na sociedade e não estar em estado de ‘isolamento’ dela”, são elementos que influenciam o desejo da juventude sair do campo. Contudo, é a busca pelo trabalho que realmente aparece nas falas destes jovens, “74% confirmam que os motivos desta saída estão ligados à procura de trabalho” (Ibid., p. 141, destaques dos autores). Quando questionados sobre o que seria necessário para que permanecessem no campo, 67% responderam políticas públicas, contudo, não há detalhamento na pesquisa sobre quais políticas públicas. Inferimos, então, que seriam políticas públicas que lhes proporcionassem aquilo que

buscam na cidade, conforme citamos anteriormente, lazer, emprego, estudo, inserção social, fuga do isolamento.

Diante desse quadro estatístico, concluem, os pesquisadores, que seria necessário um conjunto de ações para garantir a permanência do/a jovem no campo e garantir a sucessão familiar rural, destacando a educação, o trabalho, a saúde, a cultura, o lazer e o esporte. No caso da educação, os pesquisadores dedicam a maior parte de sua exposição para apresentar o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e um de seus cursos que ocorreu naquela região entre os anos de 2013 e 2015.

Como exemplo, destacamos o Curso de Pós-Graduação em Geografia, modalidade Especialização – Residência Agrária em Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos. O curso, viabilizado pela Chamada 26/2013 CNPq/MDA/INCRA, é uma parceria entre FCT/UNESP, FATEC/Presidente Prudente, INCRA, PRONERA e MST/SP. Teve início em julho de 2013 e término previsto para janeiro de 2015, estes educandos são em sua grande maioria jovens professores da rede estadual e municipal de ensino e assentados da Reforma Agrária na região do Pontal do Paranapanema e região de Itapeva/SP (Ibid., p. 147).

Por fim, apontam, como mais um empecilho para a permanência da juventude no campo, o fato do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não permitir a prioridade para a juventude no acesso a terra. Essa definição do INCRA contribui para permanecer a relação patriarcal, que não dá voz para a juventude definir junto com os pais a administração do lote, somando como mais um fator de peso que provoca o abandono do campo pela juventude. “Vemos assim que sair do lote se torna uma alternativa que

o jovem encontra para ter renda própria, pois, longe dos pais e do trabalho familiar a renda gerada através do seu trabalho é dele mesmo, e sair do lote significa a tentativa de se desprender do patriarcalismo na busca por autonomia” (Ibid., p. 149).

A terceira pesquisa que trazemos aqui está publicada no artigo “*Juventude rural e mobilidade territorial do trabalho no século XXI*”. Esta publicação é resultado parcial de dois outros projetos de pesquisas sobre juventude rural: O projeto “*Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema - São Paulo - Brasil: Relações de Trabalho, Conflitos e Formas de Uso da Terra e da água, e Saúde Ambiental*” e o projeto “*Mobilidade territorial do trabalho e da captura da subjetividade de jovens em territórios de produção de agrocombustíveis no departamento de Meta (Colômbia) e no pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil)*”. Selecionamos esse trabalho, em especial por sua metodologia de pesquisa, a qual aponta o viés de classe como principalidade para conceituar e compreender o caráter da juventude rural brasileira e, como consequência desta metodologia, aponta o trabalho como categoria estrutural para o fenômeno da migração da juventude rural da classe trabalhadora.

Essa pesquisa foi de cunho exclusivamente bibliográfico, não aparecendo no artigo, qualquer resultado de pesquisa de campo, o que não desmerece em nada o trabalho. Há uma preocupação importante em caracterizar os parâmetros para se conceitualizar o que vem a ser esta juventude da qual o texto trata e, a partir da apresentação de algumas caracterizações por estudiosos do tema, os autores apontam que “a juventude rural é um sujeito social (re)produzido numa sociedade determinada historicamente pelo metabolismo do capital” (LIZARAZO e THOMAS JUNIOR, 2016, p. 254). Essa caracterização é central, pois nela também está implícita uma outra

categoria indispensável para que se possa compreender a realidade concreta de qualquer objeto de estudo, seja das ciências da natureza ou das ciências sociais, estamos falando da categoria totalidade. Nesse caso, o que os autores chamam a atenção é que não se pode tratar de uma juventude rural abstrata, fora da história, mas uma juventude concreta, determinada pelo momento histórico, sendo que, neste momento, a história está sendo determinada pela lógica do capital. Como a lógica do capital é classista, apontam os autores que os problemas que a juventude do campo enfrenta têm como base concreta, estrutural a questão de classe, sobre a qual se assenta as questões do âmbito familiar e pessoal. “Nosso principal apontamento é que a juventude rural está constituída por sujeitos que fazem parte da classe trabalhadora, por conseguinte, temos que dar conta das formas como é atingida pelo sociometabolismo do capital” (Ibid., p. 264).

A partir dessa compreensão, faz-se necessário, para aprofundar o conhecimento no êxodo da juventude rural, “refletir sobre a exploração do trabalho dos jovens rurais como parte da mobilidade territorial da força de trabalho para o capital” (Ibid., p. 256), nesse caso, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo, em especial na América Latina. Sendo o trabalho a atividade indispensável a todo ser humano, sem o qual fica totalmente impossibilitada sua sobrevivência e reprodução, certamente a mobilidade social da juventude está explícita ou implicitamente ligada ao trabalho. “A relação que circunscreve a juventude rural às realidades da reestruturação produtiva dá sustentação à tese da centralidade do trabalho, baseada na relação ontológica homem-natureza, atravessada pela exploração e dominação protagonizada pelo capital” (Ibid., p. 256).

Os desdobramentos da pesquisa apontam para algumas peculiaridades do tipo de trabalho realizado pelos jovens do campo e que influenciam em sua migração, não apenas para a cidade, mas no

próprio campo, em busca de melhores condições de trabalho. Genericamente, afirmam se limitar a duas as opções de trabalho da juventude da classe trabalhadora rural: 1. trabalho familiar, remunerado ou não e 2. empregos assalariados fora da propriedade familiar, no campo ou na cidade. Contudo, diante da crise da pequena agricultura familiar e das comunidades camponesas tradicionais, provocada pelo avanço da dominação capitalista sobre o campo, restará ao jovem apenas a busca pelo trabalho assalariado. O sociometabolismo do capital atinge as famílias das classes trabalhadoras do campo, provocando, assim, o que os autores chamam de fatores subjetivos, destacando as condições de trabalho como o principal destes fatores. Grande parte da juventude rural considera o trabalho na propriedade familiar como fatigante e monótono, além do que, no caso das jovens mulheres, ainda ficam submetidas a uma hierarquia machista em que o jovem homem é que ocupa o posto de comando.

Decorrentes do fator principal que influi diretamente sobre o êxodo da juventude rural, que é o trabalho, a pesquisa apresenta ainda outros fatores: a questão da centralização da economia nas famílias, pois são os adultos, especialmente o pai, que coordena toda a renda familiar; a educação rural pois, “procura formar força de trabalho para o capital, produzindo nos sujeitos o desejo do mundo urbano, consumo e individualização, o que ao final alicerça o deslocamento” (Ibid., p. 259); e a forte influência dos monopólios de comunicação de massas, que apresentam a vida na cidade como um estilo de vida mais confortável, potencializando assim o ciclo de migração da juventude, nesse caso, especificamente, do campo para a cidade. “(...) a hegemonia cultural da cidade e o consumo afetam o campesinato e outros sujeitos sociais, através dos estereótipos culturais espelhados pela mídia e materializados no consumo de mercadorias e dos padrões da vida urbana que alicerçam o assalariamento dos jovens” (Ibid., p. 258).

Para corroborar a centralidade do trabalho na mobilidade da juventude rural e situar a mobilidade da juventude em geral, do campo e da cidade, no interior do desenvolvimento do capitalismo, agora em sua fase de acumulação flexível, o artigo ainda apresenta os dados mundiais de desemprego entre a juventude nos anos de 2007 a 2011, apontando o Brasil, em 2011, com um índice de 13,3%, superior à média mundial que é de 12,4%¹³. Nessa fase não há mais empregos permanentes, prevalece os empregos temporários

que para os jovens urbanos são as ocupações de tempo parcial, sem contrato, em lojas de comércio, restaurantes, lanchonetes, assim como moto-taxista ou motoboy. No campo aparecem através de diferentes tipos de “diárias” que engajam trabalho jovem, seja como integrados ou diretamente como assalariados/diaristas, também os contratos sazonais nas lavouras do agrohidronegócio (Ibid., p. 261).

Concluem, então, os autores, que a migração da juventude rural está diretamente vinculada com este movimento do capital, que passa de uma fase de acumulação em que garantia certos direitos sociais aos trabalhadores, destacando-se a estabilidade no emprego e os direitos trabalhistas que esta estabilidade garantia, para a fase de acumulação flexível, em que os direitos praticamente desaparecem. Nesta mudança de forma, mas não de conteúdo, o capitalismo mantém seu domínio sobre a cidade e o campo, ficando a juventude, tanto rural quanto urbana, refém do sistema. É esse o ponto central que provoca a migração da juventude, tanto nas cidades quanto no campo. No caso específico da juventude do campo, objeto central da pesquisa, são três tipos de mobilidade territorial apontadas: 1.

¹³ Este índice leva em consideração os jovens de 15 a 24 anos

campo-cidade, 2. campo-campo inter-regional e 3. campo/cidade ou campo/campo local. Esta mobilidade demonstra a ação do capitalismo no campo se materializando na “espoliação do trabalho, da terra, da água e dos recursos naturais” (Ibid., pp. 263-264).

As três pesquisas acima apresentadas dão importantes contribuições para compreendermos o êxodo da juventude rural e as possibilidades para que esta permaneça no campo. A primeira aponta os três problemas principais enfrentados pela juventude rural: a baixa remuneração, limitado acesso a terra e a falta de crédito. A segunda enfatiza a falta de políticas públicas de trabalho, lazer e educação, o que leva os jovens a saírem do campo, e a terceira afirma ser o trabalho no modo de produção capitalista a questão central que leva a juventude a migrar constantemente de um lugar a outro. Não discordamos dessas constatações, contudo, pensamos que nenhuma delas conseguiu chegar à base estrutural causadora da expulsão da juventude do campo, que, a nosso ver é o sistema latifundiário.

Na pesquisa de LIZARAZO e THOMAZ JUNIOR há um avanço na demonstração da ação do capitalismo no campo, contudo, em momento algum se leva em consideração a questão do latifúndio como esteio desta dominação. A compreensão dos autores é a de que o capitalismo já está plenamente desenvolvido no Brasil, inclusive no campo, que não possui mais camponeses e nem latifundiários, mas apenas empresários do agronegócio (burgueses) e trabalhadores a serviço deles (proletários urbanos). Sendo assim, o que restaria, então, para a juventude da classe trabalhadora rural seria lutar por melhores empregos e melhores condições de trabalho da mesma forma que os trabalhadores da cidade, nessa perspectiva a luta pelo acesso à terra e contra o latifúndio não tem espaço.

A pesquisa de OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO não trata sobre o modo de produção no qual está inserida a juventude por

eles pesquisados, se limitando a observar a falta de políticas públicas para o campo. Dedicam parte significativa de sua pesquisa para tratar da questão da educação, apresentando os projetos educacionais realizados através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Não podemos atribuir esta supervalorização da educação aos pesquisadores, pois se a educação do campo é bandeira principal do MST¹⁴, ao invés da luta contra o latifúndio para distribuir a terra para quem nela vive e trabalha, não poderia a pesquisa demonstrar outra coisa. Contudo, pelas entrevistas feitas pelos pesquisadores aos jovens, é possível observarmos que a busca por trabalho é o principal motivo de sua saída do campo e também o que os leva a preferir a cidade ao campo. No entanto, os pesquisadores não exploram com o devido valor necessário a questão do trabalho como principalidade. O mesmo ocorre ao apontar a falta de acesso à terra pela juventude, uma vez que o INCRA não prioriza jovens na distribuição de terras da reforma agrária, não a tratam como problema estrutural, mas apenas como mais um dos problemas, junto com as demais políticas públicas que julgam necessárias para conter o êxodo da juventude rural. Dessa forma, o sistema latifundiário fica ileso, em mais uma pesquisa.

PUNTEL, PAIVA e RAMOS, a nosso ver, são os que mais se aproximam da compreensão do problema estrutural de nosso país, a concentração de terras em poucas mãos, ou seja, o sistema latifundiário. Embora não apareça em nenhum momento a palavra latifúndio,

¹⁴ Muito mais como concepção filosófica do que como prática concreta, a chamada “educação do campo” tem se tornado quase um monopólio para as lutas deste movimento social. Apesar de estar presente em discursos das lideranças nacionais a importância do trabalho, por isso a defesa de instalação de agroindústrias, o que realmente tem norteado a luta concreta dos militantes do MST é a “educação do campo. Uma importante crítica à esta visão de educação, como centralidade da luta no MST, indicamos o trabalho de OLIVEIRA, 2008.

constatam em sua pesquisa que, para além da assistência técnica e os financiamentos, sem a democratização fundiária não haveria possibilidade para a juventude se desenvolver no campo. Contudo, como não tratam da questão dentro da universalidade da luta de classes e da contradição principal do campo brasileiro que é do latifúndio com o camponês pobre sem terra ou com pouca terra, resvalam para a crença na possibilidade de convivência pacífica entre estas duas classes no campo. Ignorando a existência do latifúndio, vê apenas a agricultura familiar e a agricultura “não familiar”, apontando como possível resolução do problema agrário brasileiro o direcionamento de linhas de créditos especiais para a agricultura familiar, sem com isso deixar de atender a agricultura “não familiar”.

Em seguida apresentaremos pesquisa de campo realizada por nós, tendo como objetivo compreender a questão regional, sem desconsiderar sua interligação com a questão agrária nacional. Pretendemos contribuir para a compreensão do sistema latifundiário enquanto eixo estruturante que trava o processo de desenvolvimento nacional, provocando todos os tipos de problemas sociais, no campo e na cidade de nosso país, incluindo a expulsão da juventude do campo, objeto central deste nosso trabalho.

A juventude rural no Território da Cantuquiriguaçu, Centro-Sul do Paraná:

desafios para sua permanência no campo diante do sistema latifundiário

O denominado Território da Cantuquiriguaçu é composto por 21 municípios localizados no Centro-Sul do Paraná, cortado pelos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu. A região possui um dos mais baixos IDHs do Paraná, fator este que impulsionou a instalação de um campus de uma nova universidade federal nesta região, que entrou

em funcionamento no ano de 2010. O grupo de pesquisa “*Questão Agrária e Juventude Rural: Trabalho, Educação e Cultura Camponesa – JURATEC*”, criado em 2018, é fruto da existência desta Universidade, UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Laranjeiras do Sul, PR. A partir da criação deste grupo, diversos pesquisadores tem se debruçado para compreender a questão agrária da região em seus diversos desdobramentos, em especial no que diz respeito à relação entre o sistema latifundiário, predominante na região e a condição social da juventude rural que vive e trabalha neste contexto.

Em pesquisa realizada no ano de 2016, em treze escolas de ensino médio, de sete municípios da região, constatou-se que, do ano de 2011 a 2016, houve uma diminuição no número de estudantes que terminaram a educação básica. Em 2011 o número de concluintes foi de 254, caindo para 240 em 2016. Segundo o pesquisador, esta queda no número de concluintes da educação básica no campo de nossa região, está diretamente ligada à realidade nacional que vem demonstrando o esvaziamento do campo brasileiro.

O esvaziamento das escolas do campo é consequência direta do modelo político, econômico e produtivo do agro sob a hegemonia do sistema latifundiário e do agronegócio, servindo ao imperialismo. Ou seja, está ligado à forma de controle das forças produtivas pelo capitalismo burocrático latifundiário atado ao imperialismo e às relações sociais de produção no campo decorrentes do mesmo sistema de dominação, cuja característica básica se volta para a produção de mercadorias destinada ao mercado mundial sob a forma de *commodities* controlada pelos monopólios imperialistas no mercado internacional (DIAS, 2020, pp.90-91)

Em consonância com a conclusão a que chegou o pesquisador acima citado, em nossa pesquisa empírica, que é parte do projeto “Sucessão familiar rural: os condicionantes econômicos, sociais e culturais para a permanência ou o abandono do campo pela juventude na região da Cantuquiriguaçu”, concluído em agosto de 2021, buscamos aprofundar a compreensão sobre o êxodo da juventude rural de nossa região e o vínculo deste êxodo com o sistema latifundiário predominante nessa região e em todo o país. Não faremos aqui uma detalhada explanação sobre a predominância do latifúndio em nossa região e as lutas pela terra que há décadas essa situação desencadeia, pois isso já é objeto de diversas pesquisas resultantes em artigos, livros, dissertações e teses¹⁵.

O que faremos, então, é, a partir dos dados estatísticos do IBGE sobre a situação do campo na região, como fizemos para analisar a situação geral do campo no país, levantados pelo censo agropecuário de 2017, analisar as consequências desta situação na questão do êxodo rural da juventude ou sua permanência no campo. Fizemos o recorte espacial para três municípios da região Centro-sul do Paraná, pertencentes ao território da Cantuquiriguaçu: Laranjeiras do Sul, Cantagalo e Rio Bonito do Iguaçu. A seleção destes municípios se deu apenas por ser nestes que conseguimos realizar a pesquisa empírica, aplicando questionário para um grupo de jovens de cada um deles. Cabe salientar que o grupo que respondeu ao questionário ficou aquém do planejado, pois as escolas do campo, onde teríamos acesso a juventude em maior número, pararam de funcionar com aulas presenciais de março de 2020 a julho de 2021, por causa da pandemia de COVID-19, que obrigou a suspensão das aulas presenciais em todas as escolas.

Laranjeiras do Sul é um município com um território de 669.183 m², população estimada de 32.167 habitantes (2021),

¹⁵ Para maior compreensão sobre a questão consultar: FABRÍCIO, 2016. FABRINI, 2002. ROOS, 2015.

destes, 5.746 vivendo em área rural. Cantagalo tem um território de 583.136 km², população estimada em 13.340 habitantes, sendo 4.443 vivendo na zona rural. Rio Bonito do Iguaçu possui um território de 686.817 km², população de 13.240 habitantes, com 10.339 vivendo no campo¹⁶. Ao todo, os três municípios possuem um território de 1.939.167 km², população de 58.747 habitantes, sendo 20.528 habitantes na zona rural. É este o território que descreveremos a seguir, no que toca a concentração fundiária, ao trabalho e a utilização das terras para produção¹⁷. Seguindo a sequência que utilizamos na análise dos dados do IBGE, no âmbito nacional, apresentaremos então, a seguir, a situação da concentração fundiária, da ocupação do pessoal e da utilização das terras na região.

Tomando o total de estabelecimentos agropecuários desses municípios, observamos que houve um pequeno aumento de unidades, o censo de 2006 aponta 5.120 unidades e no censo de 2017 temos 5.204 unidades. Tomando apenas as propriedades abaixo de 10 hectares, vemos que houve diminuição destas, nos municípios de Laranjeiras do Sul e Cantagalo. Em 2006 Laranjeiras do Sul tinha 689 unidades, caindo para 495 em 2017, enquanto Cantagalo tinha 463 unidades em 2006, caindo para 358 em 2017. No caso do município de Rio Bonito do Iguaçu houve um aumento nestas unidades, subindo de 408 em 2006 para 1.059 em 2017¹⁸.

¹⁶ Como vemos, destes três municípios, Rio Bonito do Iguaçu tem maior concentração de pessoas no campo, cerca de 70% de seus habitantes. Este fato deve-se à ocupação e tomada de terras organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que atuou fortemente na região entre os anos de 1990 e 2016, destruindo um dos maiores latifúndios do Sul do País, a antiga Fazenda Giacomet Marondin, transformada em Araupel e hoje habitada por mais de 5.000 famílias de posseiros e assentados da reforma agrária.

¹⁷ Aqui utilizamos os dados do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. O Instituto utiliza grande parte dos dados do IBGE.

¹⁸ Não temos espaço neste trabalho para aprofundar a questão sobre o aumento de pequenas propriedades no município de Rio Bonito do Iguaçu, mas, conforme indicamos anteriormente, este município possui a maior área de assentamentos da Reforma Agrária

A área total de terras das unidades com menos de 10 hectares, acompanhou o mesmo movimento das unidades, aumentando em Rio Bonito e diminuindo nos outros dois municípios. Em Rio Bonito saltou de 1.801 hectares em 2006 para 4.199 hectares em 2017, Laranjeiras do Sul diminuiu de 3.014 hectares em 2006 para 2.165 hectares em 2017, e Cantagalo, que em 2006 tinha uma área total de estabelecimentos agropecuários abaixo de 10 hectares de 1.964 hectares, caiu para 1.454 hectares em 2017. No caso dos estabelecimentos de 20 hectares a menos de 50 hectares, tiveram sua área total diminuída, inclusive no município de Rio Bonito do Iguçu. Enquanto em 2006 a área destes estabelecimentos era de 23.796 hectares, em 2017 passou para 22.750, uma queda de aproximadamente 5%. Observando os dados notamos que a proporção de terras que diminuíram nos estabelecimentos entre 20 a menos de 50 hectares aumentaram na mesma proporção nos estabelecimentos entre 200 a menos de 500 hectares. Estes tinham em 2006 uma área de 24.948 hectares e passaram para 25.835 hectares nestes municípios, praticamente o mesmo percentual da diminuição dos estabelecimentos de 10 a menos de 20 hectares, em torno de 4%. Embora na análise nacional vimos que a concentração fundiária se deu com maior intensidade nos estabelecimentos acima de 1.000 hectares e em nossa região nos estabelecimentos entre 200 a menos de 500 hectares, notamos que aqui a concentração foi ainda maior, enquanto a média nacional foi de 2,6%, a dos três municípios em análise foram de 4% (IBGE – tabela 4140).

Para completar nossa análise da questão agrária de nossa região, observamos a utilização das terras, a partir das colheitas feitas

do Brasil. O que nos permite inferir a grande probabilidade deste aumento vincular-se a regularização fundiária que tenha ocorrido neste período naquele município, fugindo às estatísticas nacionais e regionais da questão do êxodo rural.

em 2006 e 2017. Os três principais produtos agrícolas colhidos em 2006 são, em primeiro lugar a soja, que ocupou uma área de 26.028 hectares nos três municípios, aumentando para 36.081 hectares em 2017, um aumento de 35%. A produção de milho e feijão teve queda neste período, o milho que utilizou 21.076 hectares em 2006, em 2017 utilizou somente 11.908, uma queda de quase 50%. O feijão passou de 5.802 hectares, colhidos em 2006, para 4.113 hectares em 2017, queda de aproximadamente 30%. A área de pastagens manteve praticamente igual entre os anos de 2006 e 2017, era de 50.730 hectares em 2006, passando para 50.995 hectares em 2017.

Como vemos, entre os anos de 2006 e 2017, as áreas de produção de *commodities*, como soja e gado de corte, se fortaleceram nestes municípios, em detrimento da produção de feijão e milho, por exemplo. A ocupação total das terras em 2017 ficou assim distribuída: O total de hectares dos três municípios é de 146.928, dos quais 36.081 hectares de soja, 50.995 de pastagens, 11.908 hectares de milho e 11.908 hectares de feijão. Os dois produtos típicos do latifúndio, soja e gado de corte, ocupam 60% do território destinado à agropecuária. Cabe ressaltar, que, embora este seja um percentual menor que a média nacional, isso não significa que a dominação do território pelo latifúndio não seja uma realidade na região. Por ser esta região de relevo bastante acidentado, dificultando a utilização de máquinas para o plantio de soja, o latifúndio deixou espaço, onde pode se desenvolver pequenas propriedades com criação de vaca leiteira, principal atividade econômica dos pequenos e médios produtores rurais da região. Outro fator que contribui para essa média ser menor é o fato destes três municípios ter passado por alguns processos de desapropriação de latifúndios para fins de reforma agrária, sendo o município de Rio Bonito do Iguaçu, conforme apontamos acima, o que possui mais área de assentamentos.

Proporcionalmente inverso ao aumento da concentração de terras e da produção de *commodities*, houve nestes municípios a diminuição do pessoal ocupado em propriedades familiares. Segundo o censo agropecuário, em 2006 haviam 14.589 pessoas ocupadas neste tipo de propriedade, caindo para 11.690 pessoas em 2017. Os empregos em estabelecimentos sem laços familiares sofreram também uma queda de 2.591 pessoas empregadas nestes estabelecimentos em 2006 para 1.810 em 2017. Neste caso a região não acompanhou a situação nacional na qual houve aumento de pessoal ocupado em estabelecimentos sem laço familiar, como demonstramos anteriormente. É possível então afirmarmos que em nossa região houve uma queda geral do trabalho no campo, seja em propriedades da agricultura familiar ou em empresas vinculadas à agricultura. Cabe ressaltar que, como nossa região possui número ínfimo de cooperativas ou empresas rurais, não resta muita opção de trabalho no campo quando a propriedade familiar já não comporta a família toda, levando, então, especialmente a juventude, a ir para as cidades maiores, em outras regiões, em busca de trabalho e renda. Abaixo apresentaremos os dados da pesquisa de campo que realizamos nesta região, com o intuito de melhor compreender a questão da juventude camponesa e a relação desta questão com o sistema latifundiário nacional e regional.

Realizamos entrevistas com 30 jovens em idade entre 14 e 26 anos, 53% do sexo feminino e 47% do sexo masculino, moradores da zona rural dos três municípios acima apontados. Todos os jovens entrevistados são de famílias de pequenos e médios agricultores e buscamos compreender suas perspectivas de vida e de trabalho no campo. Após apresentarmos os dados desta pesquisa empírica, faremos um paralelo com a realidade agrária da região, levantada pelos censos agropecuários de 2006 e 2017 e, por fim, olhando para as perspectivas da juventude e para a realidade do campo que os cerca,

teceremos nossas conclusões sobre os condicionantes que impelem a juventude a sair do campo.

A principal atividade econômica das famílias dos jovens entrevistados é a criação de vacas de leite e a produção agrícola, percentualmente 36,7% dos/as entrevistados/as responderam que a família trabalha ou numa ou noutra destas atividades. Em seguida vem a horticultura com 20% das respostas. De acordo com os entrevistados, 90% das famílias têm automóvel de passeio, 57% têm algum tipo de máquina agrícola, em sua maioria trator. Quanto aos que trabalham com gado leiteiro, 100% têm ordenhadeira mecânica, haja vista ser uma exigência sanitária feita por legislação e exigida pelos compradores do produto.

Na questão da ocupação da juventude, que é central em nossa pesquisa, apenas 53,3% dos entrevistados responderam que tem trabalho fixo, destes, 70% recebem alguma espécie de pagamento periódico em dinheiro e 30% disseram não receber pagamento em dinheiro. Dos que recebem pagamento periódico, 55,6% disseram que este pagamento se vincula ao período que a família efetua as vendas dos produtos produzidos no lote, não tendo definição prévia do período em que receberão seu pagamento, somente 38% afirmaram receber salário mensal. Quando perguntados se o que recebiam era suficiente para ser financeiramente independente da família, 55% disseram que sim e 45% disseram que não.

Quanto ao acesso a tecnologias de comunicação, a começar pela internet, 90% dizem ter acesso, sendo 55,2% internet via rádio, 27,6% fibra ótica e 17,2% somente pelos dados móveis do celular. Aparelhos de computador somente 23,3% afirmaram possuir um para seu uso exclusivo e 73,3% disseram não ter nenhum computador em casa. Quanto ao telefone celular, 100% disseram ter ao menos um aparelho para a família e 96,7% têm seu próprio celular. O

aparelho de TV está em 93,3% das famílias dos jovens entrevistados e 43,3% disseram ter assinatura de alguma TV fechada.

No que diz respeito à educação e cultura tivemos os seguintes resultados com as entrevistas: 90% dos/as jovens afirmaram ter livros em casa, 66% disseram ter apenas livros didáticos, que recebem da escola para acompanhar as aulas, outros 23% possuem livros de literatura e 6,7% livros sobre agricultura. Quando perguntados sobre a quantidade de livros que leram em 12 meses, 10% não leram nenhum livro, 25% afirmaram que leram 1 livro, 11% leram 2 livros, 18% leram entre 3 e 5 livros e acima de 5 livros aproximadamente 18%. Sobre a intenção de fazer um curso superior, 66,7% responderam que pretendem e 33,3% que não tem intenção de estudar no ensino superior. Dentre as profissões citadas estão agronomia, veterinária, magistério, fisioterapia, direito, bombeiro, psicologia, caminhoneiro, mecânico, marceneiro, economia, estilista, militar, operador de máquinas, agricultor. Destas profissões as que mais se destacaram nas intenções dos jovens foram: agronomia, com 6 jovens, seguida da veterinária, com 4 jovens, e magistério, com 3 jovens.

Sobre onde viver no futuro, 66,7% disseram que pretendem continuar a viver no campo e 33,3% na cidade. Os que pretendem viver na cidade apontam variados motivos, dentre eles, destacam-se o acesso à saúde, a tecnologias, ao lazer e ao trabalho. Dos que disseram pretender continuar no campo, a maioria dos entrevistados, apontaram, dentre outros, os seguintes motivos: o estilo de vida, mais tranquilo e mais próximo da natureza, uma boa vizinhança e produção para o consumo.

A partir dos dados da pesquisa empírica, percebemos que o trabalho é central para a juventude rural, pois, os filhos e filhas de famílias de pequenos e médios produtores que conseguem manter sua propriedade, e têm uma renda periódica, demonstram mais apego e pretensão de continuar vivendo no campo. A maioria da juventude

entrevistada que pretende continuar vivendo no campo, aponta motivos vinculados a questões mais subjetivas, como a afetividade na relação de amizade com a vizinhança, o estilo de vida mais calmo e em contato com a natureza e a possibilidade de produzir o próprio alimento. Os que não pretendem ficar no campo apontam motivos vinculados às condições econômicas e sociais, como a saúde, o emprego, o lazer. As necessidades vinculadas ao acesso a tecnologias de informação, estudos e cultura em geral não são apontadas como causas da saída ou permanência no campo.

Considerações finais

Os dados estatísticos que apresentamos ao longo de nosso texto, tanto os do IBGE, quanto os das pesquisas que analisamos em algumas regiões do país e a nossa pesquisa regional, apontam para a mesma direção: a concentração da propriedade da terra é alarmante no país e vem aumentando incessantemente. Também pudemos constatar que a permanência do sistema latifundiário é histórica no Brasil, desde a chegada dos portugueses no início do século XVI, que este território se transformou em uma colônia de exploração para servir aos interesses externos e proporcionar o desenvolvimento do capitalismo europeu. Conforme demonstramos anteriormente, o modo de produção capitalista se desenvolveu mundialmente a partir do século XVIII, tendo como marco histórico o processo conhecido como Revolução Industrial, quando se introduz a máquina no processo de industrialização, gerando um salto gigantesco na quantidade de mercadorias produzidas. Contudo, o capitalismo não se desenvolve da mesma forma em todas as regiões do planeta, não é possível que todos os países do mundo se industrializem na mesma intensidade,

isto nunca ocorreu sequer em um continente. A Europa, berço da revolução industrial, portanto, do desenvolvimento do capitalismo, em pouco tempo exauriu a possibilidade de todos os seus países se manterem igualmente industrializados. Já no século XIX, entra em crise, gerando guerras e passando a uma nova fase do capitalismo, o imperialismo. Nesta fase, em que nos encontramos até hoje, há então uma nova partilha do mundo, em que cada potência se apodera de alguns países para que estes sejam seus serviçais, transformando-os em suas colônias ou semicolônias. Desde então, o Brasil, que já foi colônia de Portugal, passando, após sua “independência”, à semicolônia da Inglaterra, encontra-se, desde os anos de 1940, como uma semicolônia dos Estados Unidos da América¹⁹.

Esta inserção submissa ao capitalismo, engendrada de fora para dentro pelas potências imperialistas, sufoca qualquer possibilidade de desenvolvimento nacional, pois estas definiram, impondo-se pelo poder ideológico e pelo poder das armas, que um grupo de países deve produzir determinadas mercadorias para servir aos interesses monetários dos monopólios industriais, comerciais e bancários, para os quais trabalham os governos imperialistas. Restam aos países dominados, inclusive ao Brasil, o maior dentre estes, produzir matérias-primas para a indústria e *commodities* para reproduzir infinitamente o capital. O latifúndio é o eixo estruturante deste sistema, as terras brasileiras encontram-se cada vez mais concentradas nas mãos de latifundiários, como observamos nas pesquisas do IBGE. A de-

¹⁹ Neste texto optamos por não tratar da questão do imperialismo Chinês, que atualmente é o maior rival dos EUA na disputa interimperialista pelo controle do mundo. Nossa opção vincula-se ao fato de que as empresas dos EUA e outros países europeus continuam a ser as maiores no setor agropecuário brasileiro, em especial no setor de controle da produção, como demonstramos anteriormente na parte em que tratamos da monopolização do território e territorialização dos monopólios. Também o leitor encontrará no decorrer deste livro outros textos, de outros pesquisadores, que tratam especificamente da questão chinesa e, ao efetuar tais leituras, poderá complementar sua compreensão desta questão.

finição do imperialismo é pela manutenção desta concentração da propriedade da terra, pois, embora a dominação imperialista sobre as pequenas propriedades possa continuar pela via da territorialização dos monopólios, sem o latifúndio isso seria muito mais difícil.

Aos pequenos e médios produtores rurais, limita-se cada vez mais sua autonomia de produção, pois, com o processo de territorialização dos monopólios, o imperialismo é quem define o que, como e para que esses devem produzir. Mesmo a produção de alimentos, cuja pequena e média agricultura é a que mais produz, não é por uma decisão dos grupos produtores, mas uma definição do imperialismo que precisa utilizar os latifúndios de acordo com seus interesses, isto é, a produção de *commodities* e ou produtos de interesse da indústria internacional. A produção de leite, por exemplo, típico das pequenas e médias propriedades rurais, inclusive de nossa região, conforme pesquisa empírica apresentada acima, é uma atividade que precisa de mais mão de obra que o gado de corte, é menos rendosa que esta e o produto é entregue *in natura*, geralmente sendo transformado em derivados por empresas multinacionais ou grandes empresas nacionais, restando à família uma renda muito aquém do que se conseguiria com o processamento do produto.

Embora esse tipo de produção, vinculada à agricultura familiar, com pequenas e médias propriedades, possa ser rendosa para os monopólios do imperialismo, ela não pode se generalizar para todo o país, pois isto colocaria em perigo toda a base do sistema latifundiário, definida pelo imperialismo como sistema econômico para suas semicolônias. É preciso compreender que a transformação do campo em pequenas e médias propriedades não é uma questão isolada do contexto político e econômico do país, esta transformação arrastaria todo um projeto mundial de sociedade, que precisa manter algumas regiões do globo no atraso, com um tipo de capitalis-

mo subdesenvolvido com resquícios feudais, especialmente com a existência do latifúndio e subjugado às metrópoles imperialistas, em uma condição de semicolonialidade. Esta falta de soberania e independência político-econômica de nosso país, que ao longo de sua história contou com apoio de “governantes” submissos aos interesses externos e com uma burguesia também submissa e aliada a estes interesses, influi diretamente sobre a possibilidade de uma sucessão familiar no campo brasileiro.

Fica claro para nós, após exaustivo estudo da situação fundiária de nosso país, que vivemos ainda sob resquícios feudais, num sistema de vassalagem, em que camponeses pobres sem terra e com pouca terra estão submetidos diretamente aos latifundiários e, estes, conjuntamente aos governos, que agem como gerentes do imperialismo, submetem toda a produção aos interesses das potências imperialistas, especialmente aos EUA. A juventude pertencente às famílias de camponeses pobres, cujo processo de territorialização do monopólio e do velho latifúndio lhes impede o acesso à terra, fica sem alternativas de produção de renda que possa garantir seu sustento no campo. A juventude filha de camponeses médios, embora possua uma área de terra, não consegue definir autonomamente como gerir sua renda, obrigando-se aceitar a ditadura da produção imposta pelo processo de monopolização do território.

Vivendo sob esta realidade é que encontramos a juventude do campo, que sonham, fazem planos e desejam construir um futuro familiar sem sair do campo. Nas diversas pesquisas que apresentamos neste texto, bem como na pesquisa que realizamos em nossa região, ao menos uma grande parte da juventude não tem ilusões com a vida nos centros urbanos. Contudo, ao se depararem com a falta de trabalho rentável para que possa suprir suas necessidades de bens de consumo materiais e culturais, não vêm outra opção a não

ser abandonar o campo e ir em busca de trabalho e renda fora da propriedade familiar, a maioria nas cidades. Embora as pesquisas mostrem nas falas dos jovens a falta de várias coisas no campo, tais como o lazer, educação e a saúde, não podemos deixar de ressaltar que somente pelo trabalho que a juventude poderá ter acesso a estas outras necessidades básicas.

Para além da questão econômico-pragmática do trabalho, necessário para viver no capitalismo, da qual não temos como fugir, é necessário também observar a dimensão ontológica do trabalho, conforme apontamos no início de nosso texto. O trabalho, como pudemos observar nas estatísticas levantadas pelo IBGE, tem ficado cada vez mais escasso no campo, ficando apenas, nas pequenas propriedades, pessoas mais velhas, vivendo de aposentadorias e pensões. A juventude precisa de uma atividade laboral, primeiramente para produzir sua existência material, mas também para se realizar enquanto ser humano. O trabalho para os pobres em geral, sob a égide do capitalismo, é desgastante e mutilador, e no campo ainda se torna mais nocivo que na cidade, contudo, não é possível ao ser humano viver sem trabalhar e enquanto existir classes sociais haverá exploração do trabalho de uma classe sobre a outra. O desafio, portanto, é conjugar o trabalho embrutecedor que sobra aos jovens camponeses pobres, que não tem acesso à ciência e tecnologia, como, por exemplo, às máquinas agrícolas, à luta pela superação desta forma de trabalho e sua substituição pelo trabalho emancipador, que realiza o ser humano na medida em que esse tem acesso à produção científica e tecnológica e se reconhece enquanto produtor de sua existência e da existência de toda a humanidade.

Por isso, nos permitimos afirmar que a luta por políticas públicas para a juventude camponesa, como educação, saúde, lazer etc., embora seja uma luta necessária, não consegue garantir a perma-

nência da juventude no campo. Da mesma, forma a proposição de tratamento equitativo por parte do Estado para a agricultura familiar e o latifúndio, proporcionando uma convivência pacífica entre eles, através de financiamentos diferenciados para cada um desses segmentos, também não nos parece plausível para que a juventude permaneça no campo. É preciso compreender que sem o acesso a terra, base material sobre a qual se pode trabalhar e produzir sua existência, não há como nossa juventude sequer permanecer no campo, quanto mais lutar por políticas públicas para o campo. Sendo assim, a luta central em nosso país, que desafia a juventude, os trabalhadores em geral, do campo e da cidade, e os intelectuais honestos que se preocupam com a justiça social e com o fim de todo tipo de desigualdade existente no Brasil e no mundo é a luta contra o sistema latifundiário, que prevalece há mais de quinhentos anos como esteio da semifeudalidade e da semicolonialidade da qual todo povo é vítima. O sistema latifundiário é a porteira de aço que precisa ser destruída para libertar as forças produtivas atrasadas, que mantém o campo brasileiro em condições semifeudais. O rompimento desta porteira é o passaporte para a entrada da ciência, da tecnologia, da industrialização do campo, única forma de garantir trabalho menos penoso e mais prazeroso, além da geração de renda para essa juventude, possibilitando assim a sucessão familiar rural brasileira.

Referências

ANDERSON, Pery. *A crise da crise do marxismo*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

CHIAVENATO, Julio José. *Violência no campo: e latifúndio e a refor-*

ma agrária. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento da safra brasileira – grãos – safra 2020/21*. Brasília: Conab, 2020.

CORRÊA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, RS: L & PM Editores Ltda, 1977.

DIAS, Gracialino da Silva. *Questão agrário-camponesa: a relação entre trabalho e educação e a expulsão da juventude do campo brasileiro*. In: RIPPEL, Leomar; NUNES, Sidemar Pressotto (Orgs.). *Imperialismo e questão agrária: a luta de classes no campo brasileiro*. Florianópolis: Habitat, 2020, p. 75-93.

DUARTE, Newton. *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo*. 3ª ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 13-34.

FABRÍCIO, Rosineide. *A questão agrária e soberania alimentar: o caso do assentamento 8 de junho em Laranjeiras do Sul-PR*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marçal Cândido Rondon, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.

FABRINI, João Edmilson. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa*. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A polissemia da categoria trabalho e a batalha das idéias nas sociedades de classes*. In: CIAVATTA, Maria (Org.). *Gaudêncio Frigotto: um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 77-116.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América latina*. 39ª edição. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Senso agropecuário 017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Perfil dos municípios*. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-dos-municipios-0>. Acesso em 04/10/2021.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: texto para discussão. *Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

LENINE, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo (ENSAIO POPULAR)*. In: LENINE V. I. *Obras escolhidas em três tomos*. Vol.1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 3ª ed. 1986, p. 575-671.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros; THOMAS JUNIOR, Antonio. *Juventude rural e mobilidade territorial do trabalho no século XXI*. Dossiê acampamentos, reforma agrária e trabalho no campo. Revista Pegada – vol. 17, n.2, 2016, pp. 251-268. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4726>. Acesso em 04/10/2021.

MANACORDA, Mario Alighiero. *O princípio educativo em Gramsci*. 3ª ed. Campinas: Alínea, 2019.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ª ed. revista e ampliada. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1991.

MARX, Karl. *Reflexões de um adolescente sobre a escolha de uma pro-*

fissão, escrito em 1835. In: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1835/08/16.htm>

_____. *Trabalho estranhado e propriedade privada*. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 173-195.

_____. *A chamada acumulação primitiva*. In: MARX, Karl. *O capital* – livro I, vol. 2. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 825-877.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A geografia das lutas sociais no campo*. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2002

_____. *A mundialização da agricultura brasileira*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e outros. *Território em conflito, terra e poder*. Goiânia, Kelps, 2014, pp. 17-103.

OLIVEIRA, Marcos Antonio de. *As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo: do pretendido marxismo à aproximação ao eclétismo pós-moderno*. Tese(doutorado)- Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Defesa: Curitiba, 12 de dezembro de 2008.

OLIVEIRA, Luciano Benini; RABELLO Diógenes e FELICIANO, Carlos Alberto. *Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa*. Mundo do trabalho. Revista Pegada – vol. 15, n. 1, 2014, pp.136-150. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3032>. Acesso em 04/10/2021.

PUNTEL, Jovani Algusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel e RAMOS, Marília Patta. *Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo*. Anais do I circuito de debates acadêmicos. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/>

area3-artigo20.pdf. Acesso em: 04/10/2021.

ROOS, Djoni. *Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências*. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

CAPÍTULO 6

A precarização social dos trabalhadores: da vulnerabilidade laboral à insegurança alimentar

Márcio Luiz Bernardim

A fragilização dos trabalhadores caminha a passos largos, tanto pela nova dinâmica estabelecida pelo estilo de gerenciamento das empresas, que acena com vantagens na medida em que o trabalhador se “liberta” do espírito de classe e da solidariedade laboral, quanto pelas alterações legais que tornam o campo em que se dão as relações de trabalho mais suscetível ao individualismo, ao voluntarismo, ao oportunismo e à exploração predatória da força de trabalho.

O Brasil e o mundo foram sacudidos pela Pandemia da Covid-19 a partir do início do ano 2020. Esse acontecimento inusitado que vem colapsando os sistemas de saúde e a economia dos países em geral, embora com desfechos mais danosos em uns que outros, devido às medidas adotadas internamente em cada país, revela o papel fundamental da classe trabalhadora para o funcionamento do sistema de produção, logística e comercialização no mundo, sem a qual nada acontece. Esse acontecimento pandêmico também desnuda a

face mais cruel do processo de marginalização dos trabalhadores, que vem se aprofundando nas últimas décadas e que é conhecido como precarização do trabalho e precarização social do trabalho.

Desde o início dos anos 2000 essa precarização vem se ampliando, conforme demonstram os estudos de Antunes (2011; 2020), Druck (2011) e Hirata (2011), entre outros, que tratam das tendências de reestruturação produtiva, informalidade e precarização do trabalho. Se o trabalho continua central no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial, que impactos as novas formas de produção, comercialização e prestação de serviços têm sobre as condições de trabalho e sobre os espaços e instâncias em que se dá a reprodução da laboralidade da classe que vive do trabalho?

Os autores citados e outros que vão sendo apresentados ao longo deste texto mostram que esse movimento, que desemprega uma massa cada vez maior de trabalhadores, vai se adaptando para a inclusão de parte dessa mesma força de trabalho sob condições diversas e cuja característica principal é a precarização. Isso fica patente quando se observa a retirada de direitos já consagrados, como a tutela do Estado em determinados procedimentos no âmbito do executivo (fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência Social) ou do judiciário (direito de propor ação sem ônus ou de ter a assistência sindical), o ataque e a fragilização às lutas dos trabalhadores, como no caso da fragmentação da classe que trabalha num mesmo tempo e espaço e sob condições distintas (terceirizado, microempreendedor individual), e a criação de um sistema de contratação precária (estágio remunerado, trabalho intermitente ou informal).

Além desses sintomas diretamente ligados ao vínculo de trabalho, há outras manifestações em curso, que deixam os trabalhadores ainda mais dependentes e vulneráveis, como o crescente desinteresse do Estado pela educação, saúde e alimentação da população mais po-

bre. Essa compreensão mais ampla pode contemplar, por exemplo: a retirada de recursos destinados à formação escolar e qualificação para o trabalho (fechamento de escolas, desinteresse pela educação de jovens e adultos, foco na oferta de educação à distância no ensino superior etc.); a falta de uma política consistente para a manutenção e/ou ampliação de programas públicos de saúde (abandono de uma política de vacinação continuada, redução dos quadros de servidores públicos e abandono das carreiras), e o desinteresse por uma política de produção que preserve a soberania alimentar e a disponibilização de alimentos saudáveis para a população em geral.

Há hoje uma percepção de forte tendência quanto à “precarização do trabalho” e “precarização social do trabalho”, como os estudos de Antunes e Druck (2015), Araújo (2017), Silva (2019) e Damascena e Vale (2020). Se há situações laborais que recolocam os trabalhadores em trajetória de perda de direitos consagrados, de desvantagem na relação com empregadores e de exposição a condições de trabalho inadequadas, também há, para além do ambiente laboral e das relações de trabalho propriamente ditas, um movimento mais amplo na esfera da infraestrutura e da superestrutura (ENGELS; MARX, 2007) que fragilizam sobremaneira a situação da classe trabalhadora no Brasil. Isso é percebido na redução do papel e do poder dos órgãos estatais ou da sociedade civil que tradicionalmente se preocupam com as demandas das classes populares, o que implica no desamparo quanto às políticas públicas, além do empobrecimento das suas pautas e enfraquecimento das suas lutas.

A pesquisa ora relatada, portanto, procura recuperar estudos que demonstram essa precarização, consultando artigos, notícias e dados estatísticos que revelam esse movimento de vulnerabilização da classe trabalhadora, seja a partir de elementos e situações próprias do ambiente de trabalho, seja de ações e/ou decisões que fragilizam

os trabalhadores frente aos desafios decorrentes da guinada à esquerda nas políticas econômicas e sociais verificadas no Brasil na última década. Classificando-se como exploratório-descritiva quanto aos seus objetivos e como ensaio teórico na sua forma de apresentação, neste estágio do seu desenvolvimento, esse texto apresenta-se como o resultado de uma análise preliminar, com a perspectiva de que possa fomentar outros estudos que tomem como objeto uma ou outra das múltiplas dimensões relacionadas ao tema.

Pressupostos teóricos

O trabalho é a atividade vital que expressa as potencialidades e capacidades que o ser humano tem de produzir e reproduzir a própria vida. Através dele o homem age sobre a natureza, impulsionando-a, regulando-a e alterando-a de forma objetiva. Se a natureza está para o homem assim como está para os outros seres, o trabalho humano se distingue por ser uma atividade consciente, idealmente concebida para atingir um fim (MARX, 1985).

Embora a capacidade que o trabalhador tem de executar atividades para terceiros em troca de vantagens remonte à Antiguidade, foi com o advento do capitalismo industrial do século XVIII que se constituiu uma classe de pessoas (os trabalhadores) que passou a viver da venda da sua força de trabalho para a outra classe (os capitalistas), que são os proprietários dos meios de produção (BRAVERMANN, 1987).

Essa sociedade industrial que foi se constituindo a partir dali, se organizou de modo a assegurar as condições de convivência entre as classes e de estabelecer um *modus operandi* necessário à retroalimentação do sistema capitalista, que se caracteriza principalmente

pela produção de mercadorias, monopolização dos meios de produção pela classe capitalista e assalariamento dos trabalhadores pela venda da sua força de trabalho, condições que geram a remuneração do capital investido no processo de produção (BUKHARIN; PREOBRAJENSKI, 2018).

O sistema se alimenta da mais-valia obtida pela utilização da força de trabalho na produção de mercadorias, o que requer cada vez mais estratégias inovadoras frente à utilização da técnica, dos arranjos produtivos e da competição estabelecida entre os produtores. Segundo Marcuse (1973), a produtividade crescente do trabalho cria um produto excedente que, quer particular, quer centralmente destinado e distribuído, permite um consumo aumentado. Para ele, tanto a mais alta produtividade pode ser usada para a perpetuação e ampliação do trabalho quanto a mais eficiente industrialização pode servir à restrição e manipulação das necessidades. Logo, ainda que inferior ao aumento da produtividade, o aumento do padrão de vida “administrado” dos trabalhadores é condizente com o Estado de Bem-Estar Social alcançado pelos países que conseguiram intensificar a racionalidade técnica e elevar a participação dos trabalhadores nos benefícios dela decorrentes.

Ocorre que o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo parece ter chegado a um ponto em que, depois de ter criado nos países europeus mais desenvolvidos uma rede de proteção alicerçada no compromisso entre a dinâmica econômica comandada pela busca do lucro com a preocupação ou inquietação da proteção comandada pelas exigências da solidariedade, os acordos entre políticas sociais e interesses de mercado começam a ser renegociados em detrimento dos trabalhadores, com retrocessos de toda ordem nas formas de proteção, o que pode gerar efeitos ainda não totalmente compreensíveis (CASTELL, 1998). Isso é justamente o que explica,

segundo Antunes e Alves (2004), a crise do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais, que se manifesta na ampliação do desemprego estrutural e gera estratégias de desregulamentação das relações de trabalho, ampliando o processo de terceirização e trabalho informal.

O fenômeno de reestruturação produtiva, decorrente do globalismo internacional, da utilização em larga escala da tecnologia microeletrônica e da busca incessante por ganhos de produtividade, tem levado à desestruturação do mercado de trabalho. Segundo Cacciamali e Bezerra (1997), já se previa que a retomada do crescimento econômico no Brasil teria como certa a geração de menos empregos no setor industrial. A esse respeito, Pochmann (1999) esclarece haver dois períodos bem demarcados que caracterizam o mercado de trabalho brasileiro: o primeiro, que vai dos anos 1940 a 1980, marcado pelo processo de industrialização e institucionalização das relações e condições de trabalho e pela expansão do trabalho assalariado e das ocupações nos segmentos organizados e tipicamente capitalistas da economia; o segundo, pós-1980, com progressiva desestruturação do mercado de trabalho, visível no desassalariamento de parte significativa da População Economicamente Ativa, PEA, e expansão do desemprego e de ocupações nos segmentos não-organizados da economia, paralelamente ao abandono do projeto de industrialização nacional e adoção de políticas macroeconômicas de reinserção internacional e enfraquecimento do estatuto do trabalho. A recuperação ou aumento dos lucros mediante a obtenção de maior produtividade recolocaria o trabalhador/operário no centro do processo de geração da riqueza acumulada, ora sendo vítima da intensificação do trabalho num patamar nunca antes visto na história, conforme alertava Gounet (1999), ora resistindo a esse processo o tanto quanto pudesse.

Percebe-se, portanto, que as formas precárias de trabalho e de emprego, que o papel do Estado e sua (des)proteção social, que as práticas gerencialistas de organização do trabalho e que o esvaziamento da força sindical estão indissociavelmente articulados nessa dinâmica liberal de modernização do processo produtivo para fins de acomodação aos interesses do capital financeiro, embora um dos produtos dessa fórmula seja a generalização de uma altíssima vulnerabilidade social e política (DRUCK, 2011). De acordo com Kovács (2003), essa precarização parece ser irreversível, representando uma transferência dos custos sociais do trabalho das empresas para o Estado, senão diretamente para os indivíduos, como parece ser o caso verificado recentemente no Brasil. Logo, a precarização tem caráter estrutural e é convergente com o processo de reestruturação produtiva que visa, por um lado, aumentar a produtividade e o lucro, e por outro, reduzir os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores, que ficam à mercê dessa nova realidade (ANTUNES, 2008).

Não por acaso a Organização Internacional do Trabalho, OIT (2021) criou o indicador de trabalho decente, caracterizado como produtivo e de qualidade, realizado em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, garantia da governabilidade democrática e desenvolvimento sustentável. A avaliação do que seja um trabalho de qualidade e realizado em condições de segurança e dignidade pode variar, dependendo da perspectiva de análise (dos patrões ou dos empregados). Mas a definição e o monitoramento já são elementos que sinalizam um limite abaixo do qual a ânsia lucrativa pode comprometer as condições mínimas na relação capital-trabalho. Por isso o trabalho decente medido pela OIT considera a geração de emprego, valorização do salário mínimo, fortalecimento da proteção social, eliminação

do trabalho infantil e escravo, entre outros, como elementos importantes para avaliar os esforços e os resultados obtidos pelas políticas sociais e econômicas de cada país.

A classe-que-vive-do-trabalho, conforme termo cunhado por Antunes (1999), corresponde hoje ao conjunto de trabalhadores desprovidos de meios de produção e que precisam vender sua força de trabalho em troca de renda que lhes permita sobreviver. Nesse grupo entram os trabalhadores formais ou informais, contratados diretamente ou terceirizados, em tempo integral ou parcial, além da reserva de desempregados não incorporados à força produtiva num determinado momento. Ainda que a mais-valia seja produzida pelos trabalhadores industriais, todos os demais fazem parte dessa classe que necessariamente vive do próprio trabalho.

Segundo estudos de Antunes e Druck (2015), o conjunto de pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas no Brasil nas últimas décadas demonstra de forma inequívoca a relação entre terceirização e precarização. Segundo eles, em todas as dimensões e tipos de **precarização do trabalho**, a terceirização aparece como fenômeno central. A precarização perpassa o movimento dinâmico de estruturação do trabalho e do emprego, que impacta na efemeridade e instabilidade das relações laborais. Assim, conforme alertam Araújo e Morais (2017), o aumento do número de trabalhadores em situação de emprego precário leva à expansão do contingente de trabalhadores marginalizados dos seus direitos básicos.

Além desses aspectos relacionados diretamente com as relações de trabalho, Stampa e Lole (2018) demonstraram que nos últimos anos a classe trabalhadora brasileira vem amargando o desmonte dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, a saber: a redução/congelamento dos gastos com políticas sociais (Emenda Constitucional nº 95/2016) e maior redirecionamento do

fundo público aos interesses do capital; o deslocamento da política de assistência social para o campo do não direito; a indicação das contrarreformas da previdência social, da educação e do trabalho; a destruição da universalidade e gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras atrocidades. Isso tudo, num contexto de crescimento do desemprego e intensificação da exploração da força de trabalho, alimenta um círculo vicioso que gera uma verdadeira **precarização social**.

A precarização do trabalho e a precarização social estão intimamente relacionadas ao que Druck (2007, *apud* DRUCK, 2011) denomina de **precarização social do trabalho**. Para essa autora trata-se de um processo central e hegemônico que se institucionaliza econômica, social e politicamente, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora sob a justificativa da necessidade de adaptação ao globalismo internacional. Diz ainda que isso se revela nas condições de instabilidade, insegurança, adaptabilidade e fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho, que substituem formas de trabalho e direitos sociais historicamente conquistados e duramente negados, embora ainda permaneçam e resistam.

Por fim, a autora esclarece que o trabalho precário em suas diversas dimensões (formas de inserção e contratação, informalidade, terceirização, desregulação e flexibilização da legislação trabalhista e previdenciária, desemprego, adoecimento, acidentes de trabalho, perda salarial, fragilidade dos sindicatos) é um processo que dá unidade à classe trabalhadora e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta. Há um fio condutor, uma articulação e uma indissociabilidade entre as formas precárias de trabalho e de emprego, expressas na (des)estruturação do mercado de trabalho e no papel do Estado e sua (des)proteção social, nas

práticas de gestão e organização do trabalho e nos sindicatos, todos contaminados por uma altíssima vulnerabilidade social e política.

Procedimentos metodológicos

Quanto aos fins, este estudo se caracteriza como exploratório, quando o que se pretendeu foi uma aproximação epistemológica e o desenvolvimento de uma visão geral sobre o tema da precarização social do trabalho. Essa opção metodológica se justifica pelo interesse de familiarização com o assunto, enfatizando a busca e descoberta de ideias, esclarecimentos, conceitos e percepções a respeito desse tema sobre o qual sempre há novos elementos que podem se somar aos já estudados e sistematizados, permitindo ao final maior compreensão e/ou formulação de novas perspectivas de pesquisa. (COOPER; SCHINDLER, 2003; GIL, 2011; COLLIS; HUSSEY, 2005; CERVO; BERBIAN, 2002). Neste caso específico, o que se buscou foi prospectar dados e estudos que demonstram a precarização social do trabalho no Brasil, decorrente da mudança na concepção e implementação das políticas de estado e como resposta ao avanço do sistema capitalista na contemporaneidade.

Segundo Mattar (2001), uma das possibilidades da pesquisa exploratória é o levantamento de dados em fontes secundárias. Assim, quanto aos meios, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, envolvendo a pesquisa de fontes secundárias em livros, artigos, publicações jornalísticas e legislação sobre o tema. Os dados secundários, obtidos através do levantamento bibliográfico, forneceram os elementos necessários à análise e explicação dos fenômenos sociais que ampliam a compreensão da precarização social do trabalho. Gil (2011) esclarece que a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do

levantamento de dados já investigados, analisados e disponibilizados por diversos meios impressos ou digitais. A escolha das fontes de informação foi realizada tendo em vista a relevância do seu conteúdo para a análise, discussão e compreensão do tema pesquisado, permitindo tanto avançar na compreensão teórica que fundamenta a precarização do trabalho quanto na apresentação de resultados de pesquisa ou de compilações estatísticas que demonstram essa situação.

Vergara (2000) esclarece que os tipos de pesquisa não são mutuamente excludentes, podendo ter diversas conotações ao mesmo tempo. Assim, este estudo também pode ser classificado como explicativo, quando procura identificar os fatores que contribuem para a ocorrência da precarização social do trabalho, neste caso apresentando as fontes e fatos que justificam a classificação/tipologia proposta, além de apresentar-se sob a forma de ensaio teórico, conforme Severino (2000), assentado em exposição lógica e reflexiva sobre o assunto, sem descartar o caráter argumentativo e interpretativo do autor.

O objetivo principal da pesquisa foi prospectar, identificar e apresentar dados e estudos que atualizam as constatações apresentadas por Franco e Druck (2009, *apud* DRUCK, 2011) quando da criação de seis indicadores da precarização social do trabalho no Brasil. A intenção é demonstrar que a tipologia proposta continua válida e que desde a sua proposição para cá surgiram elementos novos que corroboram a deterioração das condições a que está exposta a classe trabalhadora, tanto nas dimensões individuais como coletivas, seja na perspectiva mais imediata da reposição da sua capacidade de trabalho, seja na perspectiva da realização enquanto classe.

A precarização social do trabalho e sua tipologia

Franco e Druck (2009, *apud* DRUCK, 2011) elaboraram uma tipologia da precarização social do trabalho, tomada aqui como referência e atualizada com indicadores recentes decorrentes de fatores associados à mudança no marco legal e das políticas públicas oriundas das três esferas do Estado no período pós-Golpe de 2016. A lista dos autores apresenta esse conjunto de seis formas contemporâneas de precarização:

- Vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais.
- Intensificação do trabalho e terceirização.
- Insegurança e saúde no trabalho.
- Perda das identidades individual e coletiva.
- Fragilização da organização dos trabalhadores.
- A condenação e o descarte do Direito do Trabalho.

A realidade sob a qual se encontra hoje a classe trabalhadora no Brasil se deteriorou bastante num prazo de apenas pouco mais de dez anos desde que Franco e Druck elaboraram a sua lista de situações de precarização social do trabalho. Mudou o cenário político e econômico mundial, com o que muitos estudiosos chamam de “guinada à direita”, com políticas populistas e conservadoras na pauta de costumes (armamentismo, xenofobia, homofobia etc.) e liberais no campo econômico (privatismo, unilateralismo, especulação financeira etc.), conforme um farto material jornalístico e acadêmico do qual são pinçadas e apresentadas algumas matérias como exemplo:

Manchete	Identificação da Fonte	Acesso digital à fonte
Uma guinada à direita pela Europa	DW – Deutsche Welle, 10.09.2018	https://bit.ly/3L3nv6p
Brasil vivencia movimento “direita volver”	Goethe Institut Brasilien - 2018	https://bit.ly/3CVZB9N
Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo	Ferreira, G. G. Lutas Sociais, São Paulo, vol.20 n.36, p.166-178, jan./jun. 2016	https://bit.ly/3uenXHR
A ascensão dos partidos políticos de extrema direita na Europa: os possíveis reflexos desse fenômeno para União Europeia	Santos, F. A. M; Quiroga, M. F. O. Derecho y Cambio Social n. 56, Abr-Jun 2019.	https://bit.ly/3JshfEz

QUADRO 1: Material jornalístico e acadêmico sobre a guinada à direita no Brasil e no mundo. Fonte: indicadas no Quadro e selecionadas pelo Autor.

Essa nova realidade, que em pouco tempo reforçou fortes tendências de mudança de rumo nas políticas econômicas e sociais no mundo e, particularmente no Brasil, requer uma reflexão sobre o surgimento de outros tipos de precarização social, antes não considerados, e que fazem parte do cotidiano da classe trabalhadora no atual estágio das forças políticas e de organização da sociedade civil.

Nesse sentido, em relação aos seis tipos de precarização social do trabalho propostos por Franco e Druck (2009, *apud* DRUCK, 2011), na pesquisa realizada e ora relatada são apresentados elementos mais recentes que os corroboram, acrescentando-se três tipos considerados pertinentes para o momento atual em que se confrontam as forças produtivas e a classe trabalhadora, mediadas pelos seus respectivos representantes no campo político:

- Desinvestimento na formação da classe trabalhadora.
- Desmonte da estrutura estatal como espaço de resistência aos ataques do capital.
- Insegurança alimentar da classe trabalhadora

O que se apresenta e analisa a seguir são esses nove tipos de precarização social do trabalho.

Vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais

De acordo com Druck (2011, p. 47), o processo de mercantilização da força de trabalho teve como resultado um mercado “heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social, cujas formas de ocupação e o desemprego ainda revelam, em 2009, um alto grau de precarização social”. Se naquele ano o grau de precarização percebido era elevado, de lá para cá, pelos motivos já expostos na introdução deste item 4, esse processo se aprofundou, tendo em vista a mudança de rumos nas políticas econômicas e sociais do governo federal, com impactos nos indicadores de emprego e suas formas alternativas (subemprego, informalidade, contratos precários e empreendedorismo por necessidade).

Tendo o propósito de ser uma pesquisa exploratória, o que aqui se apresenta são alguns elementos mais perceptíveis desse processo de vulnerabilização nas formas de inserção laboral e suas decorrentes desigualdades sociais. Assim, discorre-se na sequência sobre o **desemprego**, a ampliação do **trabalho informal**, o discurso da **empregabilidade** e do **micro empreendedorismo** e a utilização do **estágio** como substituto do emprego.

Em relação ao **desemprego**, os últimos números oficiais disponíveis até o fechamento deste texto, referentes ao terceiro trimestre de 2021, mostram a precarização caminhando a passos largos. Os dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (IBGE, 2021) revelam que:

- a taxa nacional de desocupação ficou em 12,6%, equivalente a 13,5 milhões de pessoas, contra 9% do terceiro trimestre de 2015; mas há unidades da federação em que ela é bem maior, como Pernambuco, onde está em 19,3%;
- a taxa de informalidade continua avançando, chegando a 62,2% no Pará;
- a taxa de pessoas com carteira assinada no setor privado caiu de 78,4%, em 2014, para 74,1%, em 2021, enquanto a taxa de pessoas sem carteira assinada nesse setor avançou, no mesmo período, de 21,7% para 25,9%;
- também no período que vai de 2014 a 2021, a taxa de pessoas com carteira assinada no serviço doméstico caiu de 31,9% para 24,4%, enquanto a taxa de trabalhadores domésticos sem carteira assinada avançou de 68,1% para 75,6%;
- a participação dos trabalhadores por conta própria no total de ocupados saltou de 22%, no terceiro trimestre de 2012, para 27,4% no mesmo trimestre de 2021;
- o nível de ocupação caiu de 58,4%, no terceiro trimestre de 2012, para 54,1%, no mesmo trimestre de 2021; esse fenômeno afetou todas as faixas etárias, com maior impacto sobre os mais jovens (de 14 a 24 anos);
- a taxa de desocupação de mulheres em relação aos homens passou de 51% x 49%, em 2015, para 54,8% x 45,2%, em 2021;

- e o rendimento médio mensal decorrente do trabalho ficou em R\$ 2.459,00 no terceiro trimestre de 2021, o que equivale praticamente aos mesmos valores observados em 2012.

Como os dados mostram, depois de algumas décadas de estruturação e formalização do mercado de trabalho no Brasil, quando houve a constituição da sociedade urbana e industrial amparada pela implantação da legislação social e trabalhista (POCHMANN, 2020), mais recentemente o que se percebe é uma deterioração desse mercado, com práticas predatórias de utilização da força de trabalho e redução de direitos conquistados durante todo o século XX. Ainda que se possa considerar o período de pandemia como uma situação atípica, o fato é que o Brasil já vinha dando sinais claros de fragilidade nas políticas de geração e manutenção do emprego e da renda dos trabalhadores antes mesmo de 2020. Assim, de todos os dados apresentados, pode-se inferir que os níveis mais vulneráveis do estrato social vão pagando a conta da falta de uma política consistente de inclusão dos trabalhadores no mercado. O aumento generalizado da desocupação se manifesta tanto na redução dos empregos formais quanto dos informais, de modo que o resultado acaba sendo a subutilização (emprego precário) ou o desalento, o que desemboca no empreendedorismo por necessidade e não por oportunidade.

Quanto à redução dos empregos e aumento das atividades laborais que caracterizam o **trabalho informal**, é necessário compreender que sua ampliação é condizente com o projeto capitalista de inclusão marginal da massa de trabalhadores ao mercado consumidor, sem que isso represente um risco ao projeto de manutenção e aumento dos lucros. De acordo com Antunes (2011), os informais estão aglutinados em três grandes grupos: a) os trabalhadores informais tradicionais menos instáveis (pedreiro, jardineiro, doméstico,

costureira etc.) e mais instáveis (eventuais e que demandam força física e baixa ou nenhuma qualificação, como carregadores, trabalhadores de rua, carroceiros ou coletores de lixo reciclável); b) os trabalhadores assalariados informais sem registro (subcontratados que perderam a condição original de assalariados com carteira), e c) os trabalhadores informais por conta própria (toda uma gama que trabalha dando suporte para as empresas e/ou como intermediários na produção ou prestação de serviços).

O resultado que desemboca na informalidade e na precarização da força de trabalho brasileira, antes mesmo da sua estruturação como tal, também decorre das dificuldades de inclusão da massa de trabalhadores que, expulsos do campo pelo movimento de concentração agrária nas mãos do latifúndio, acabaram ficando à margem dos aglomerados urbanos, em especial quando esse contingente de deserdados da terra encontra-se em desvantagem na disputa por trabalho em campos profissionais para os quais não foi preparado.

Apenas a título de exemplo, o estudo de Smaniotto (2018) sobre a questão agrária na microrregião oeste do Paraná, demonstra a modernização conservadora proposta pelos órgãos de fomento do Governo do Estado, em sintonia com a política agrária do governo militar das décadas 1960 a 1980. Segundo ele, o que houve foi uma estratégia de manutenção das estruturas de poder, de dominação e de expropriação no campo. Assim, para adentrar em um novo estágio de desenvolvimento, o produtor rural deveria ultrapassar os limites territoriais que o prendiam à condição de pequeno (até 12 hectares) para aceder à condição de médio ou grande e usufruir de todos os benefícios que essa nova condição proporcionava. Como para a maioria isso não era possível, não restava outro recurso a não ser abandonar a atividade/propriedade migrando para a cidade.

Tais constatações mostram que não só o agronegócio não atende às necessidades do conjunto da população, como alimenta um sistema perverso de utilização predatória da mão de obra dos que se mantém nos pequenos municípios ou mesmo com a reutilização dessa mão de obra do antigo morador/ produtor agora sob novas condições. A combinação dessa estratégia de dominação conservadora com a utilização das novas técnicas de produção, todavia, não proporcionam aos trabalhadores necessariamente melhores condições de trabalho e renda. Pelo contrário, de acordo com Canuto (2012, p. 5):

A mais avançada tecnologia anda junto com relações de trabalho atrasadas, inclusive com utilização de mão-de-obra em condições análogas à do trabalho escravo. Crescem as denúncias de prática de trabalho escravo em fazendas de cana-de-açúcar no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Nordeste. No Pará, a abertura de novas áreas, muitas delas griladas, continua a ser feita com mão-de-obra escrava.

Mesmo com a redução do empenho de fiscalização do governo federal na coibição e punição da prática de trabalho análogo ao de escravidão, conforme notícia da CUT (2020), ainda assim frequentemente há notícias dessa prática, tanto no campo quanto na cidade, conforme exemplos inseridos no quadro a seguir:

Notícia	Data	Fonte
Doze trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão no DF e GO	02.04.2021	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/04/02/doze-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-no-df-e-go.ghtml
Força-tarefa resgatou 942 pessoas em situação análoga à escravidão no Brasil em 2020	28.01.2021	https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/28/forca-tarefa-resgatou-110-pessoas-em-situacao-analoga-a-escravidao-no-brasil-em-2020.ghtml
Trabalho escravo: fiscalização resgata 59 trabalhadores em Minas	03.09.2019	https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-09/trabalho-escravo-fiscalizacao-resgata-59-trabalhadores-em-minas
Mais de 100 pessoas são retiradas da situação de trabalho análogo à escravidão	28.01.2021	https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/01/mais-de-100-pessoas-sao-retiradas-da-situacao-de-trabalho-analogo-a-escravidao

QUADRO 2: Notícias de resgate de trabalhadores em condições análogas à de escravidão no Brasil. Fonte: indicadas no texto, mediante seleção do Autor.

Essa situação se torna ainda mais aviltante quando entre os resgatados estão idosos, adolescentes, indígenas, estrangeiros, trabalhadores domésticos e pessoas com deficiência.

Assim, anegação do papel da agricultura familiar/camponesa¹ e da importância do pequeno produtor está articulada com o movimento de “inclusão excludente” da força de trabalho necessária tanto para o agronegócio quanto para os centros urbanos. Precariza-se e inviabiliza-se a pequena propriedade, o que ocasiona a exclusão/

¹ Embora haja perspectivas políticas distintas para a agricultura camponesa e para a agricultura familiar, neste texto é tomada genericamente por constituir-se na classe trabalhadora do campo, que é vítima da política excludente do agronegócio.

expulsão (desterritorialização²) dos produtores/trabalhadores, ocasionando a sua inclusão sob novas condições, agora como trabalhadores precarizados. Se isso é sentido no campo, na área urbana a situação não é muito diferente, uma vez que o trabalho na sua forma hegemônica de emprego já é excludente pela sua origem: se não há emprego, não há meios de se prover a subsistência, a não ser de forma marginal ao sistema.

Nesse contexto o capitalismo acena com a inclusão de “todos” aqueles que estiverem “preparados”, o que se disseminou contemporaneamente com o discurso da **empregabilidade**, numa tentativa de justificar com a meritocracia liberal a incapacidade do modelo econômico de absorver a todos. Há esforços, inclusive no meio acadêmico, para demonstrar que é possível desenvolver habilidades e competências para se tornar mais empregável, de modo a minorar o problema dos considerados pouco empregáveis: o estudo de Campos et al. (2008) analisa os pontos frágeis de universitários na obtenção de um emprego a partir da percepção de gestores de recursos humanos; Fragoso, Valadas e Paulos (2019) mostram que as percepções sobre a empregabilidade se assemelham por parte de estudantes, profissionais formados e empregadores, resumindo-se à responsabilidade dos estudantes/profissionais pelo desenvolvimento de competências individuais e qualidades pessoais que atendam às demandas das empresas; Campos (2011) propõe, inclusive, uma escala de empregabilidade a partir de definições e variáveis psicológicas que considera importantes: eficácia na busca de emprego, dificuldade de busca, otimismo e responsabilidade/decisão.

² A expressão êxodo rural, ainda bastante usada, pressupõe a saída mas não explicita as razões, fazendo crer que é algo natural e necessário, inclusive para as famílias migrantes. Logo, não aprofunda o problema – a expulsão dos camponeses e trabalhadores de suas terras de trabalho, motivo pelo qual a expressão desterritorialização expressa com melhor concretude o significado socio-histórico da luta pela terra diante da hegemonia do latifúndio e, mais recentemente, da empresa rural no campo (MENDONÇA; THOMAZ JR, 2005).

O que se percebe, todavia, é que tanto o discurso da empregabilidade é falacioso quanto as crises sucessivas do capital têm demonstrado a sua ineficácia para reduzir os índices de desemprego. De novo mesmo só a introjeção nos trabalhadores de um sentimento de culpa pela sua vulnerabilidade laboral e social, apresentando-se como justificativa um leque mais amplo de deficiência, como a falta de empregabilidade (desqualificação, inadaptação ou falta de flexibilização às demandas), falta de empresabilidade (desinteresse pelo empreendedorismo e pelo autossustento), baixa autodeterminação (falta de aceitação da informalidade e das fragilidades “naturais” do funcionamento do sistema de empregos).

Nessa seara aumenta, portanto, o número de trabalhadores que vivem “na” ou “da” informalidade ou são transformados em empreendedores de si mesmos. O discurso do **microempreendedorismo** ganhou força nas últimas décadas, sendo utilizado como alternativa para redução dos investimentos públicos na rede de amparo ao trabalhador que, alçado à condição de microempreendedor individual, deixa de ser um “parasita do mercado” para transformar-se em um empresário, mesmo sem recursos para o estabelecimento mínimo enquanto pessoa jurídica ou capital de giro para funcionamento.

Essa modalidade foi instituída pela Lei Complementar n. 128 (BRASIL, 2008), tendo como um dos objetivos a simplificação do formalização e legalização de pequenos negócios individuais no território nacional. Tanto pela facilidade e barateamento dessa legalização quanto pela alternativa ao desemprego e desamparo social e trabalhista, parece estar “dando resultados”, pois em 2020 já eram mais de 10 milhões de trabalhadores atuando como microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil, engrossando o número daqueles que se encaminham para o “empreendedorismo por necessidade” (G1 ECONOMIA, 2020). E os dados “promissores” ofuscam

a vista dos governantes, que apostam fortemente nessa como uma estratégia de inclusão da massa de desempregados que se avoluma ano a ano. Tanto é que o número de MEIs vem crescendo consideravelmente nos últimos anos. Assim, os trabalhadores que tornam-se microempreendedores deixam de fazer parte do contingente de desempregados, sendo responsabilizados e forçados a empreender como alternativa ao desemprego ou à informalidade.

Categoria	Dado
Total de MEIs	12.569.603
Participação feminina nos MEIs	47%
Participação MEIs com estabelecimento fixo	40%
Participação dos jovens até 30 anos nos MEIs	24%

QUADRO 3: Dados referentes aos microempreendedores individuais no Brasil.
FONTE: Receita Federal (2021).

Os dados mostram uma tendência de encaminhamento dos trabalhadores para essa nova modalidade, alternativa ao trabalho na condição de empregado, e como salvaguarda para a obtenção de alguma inserção laboral, embora na maioria dos casos em condições precárias. Não é por acaso que a maior parte dos MEIs (60%) não atua a partir de um estabelecimento fixo e se constitui de mulheres e jovens com idade até 30 anos. Há uma sinalização clara de que é uma modalidade de empreendimento por necessidade e não por opção, absorvendo trabalhadores com maior dificuldade de inserção profissional e em atividades bastante flexíveis, que não exigem o cumprimento de uma rotina fixa de horário e de prestação do serviço ou realização da atividade a partir de um estabelecimento fixo.

Na prática, então, o microempreendedor é um pária socio-laboral, porque enquanto trabalhador não tem os direitos dessa categoria assegurados (renda mínima, proteção trabalhista, previdenciária, jurídica ou sindical), e enquanto empreendedor não tem como se igualar aos empresários tradicionais, ao mesmo tempo em que compete autofagicamente com os seus pares nessa condição de microempreendedores. Um dado revelador dessa situação de vulnerabilidade é o número recém-divulgado pela Receita Federal, de que há 4,4 milhões de MEIs com débitos junto ao Fisco, dos quais 1,8 milhões estão na iminência de serem inscritos na Dívida Ativa da União (O GLOBO, 2021).

Outra forma de inserção precária que têm ganhado cada vez mais espaço é o **estágio**, modalidade que está substituindo tanto os empregos formais quando os informais. As vantagens para os empregadores são muitas, pois ficam dispensados do cumprimento das normas do regime CLT, e ao mesmo tempo livres para exigir dos estagiários mais até do que exigiriam dos seus empregados, sem contar o ganho de contar com um trabalhador jovem e altamente escolarizado, passível de ser dispensado a qualquer momento e sem ônus para o patrão. Enquanto o trabalhador sem carteira ainda pode recorrer à Justiça do Trabalho para fazer valer os seus direitos não reconhecidos, no caso do estágio esses direitos sequer se configuram, dada a legislação que ampara esse tipo de contratação.

Dados apresentados pela Associação Brasileira de Estágios - ABRES (2021), o Brasil chegou a ter 1,1 milhão de jovens estagiando, mas esse número foi afetado pela pandemia do coronavírus, registrando-se 900 mil estagiários no início de 2021, sendo 686 mil do ensino superior e 214 mil do ensino médio. Considerando a soma de estudantes dos dois níveis de ensino, os estagiários representam 5,7% do total. Em tese pode-se pensar que o número de estagiários

poderia ser bastante ampliado como forma de preparação dos estudantes para a atuação profissional. Todavia, considerando que aqui o estágio é costumeiramente utilizado como estratégia de substituição dos trabalhadores, mais onerosos às empresas, pode-se considerar que boa parte desses 900 mil estagiários representam uma contenção ao número já tão elevado dos desempregados no Brasil.

A pesquisa realizada com estudantes universitários do Paraná, mostra que é baixa a conversão de estagiários em empregados nas próprias empresas (não mais que 30%), reforçando a constatação de que o estágio é muito mais vantajoso às organizações, que o utilizam como alternativa barata à contratação de trabalhadores, do que aos estudantes/trabalhadores, que se obrigam a esse vínculo frágil, sem qualquer garantia de continuidade ao final do termo de estágio formalizado (POLZIN; BERNARDIM, 2018). Isso é convergente com o estudo de Martins (2019), mostrando que também em Portugal o estágio torna precária a condição de trabalho. Por fim, os relatos de outras pesquisas empíricas apresentados por Bernardim (2011) mostram que o estágio poderia ser uma ponte importante entre o espaço escolar e o espaço produtivo, mas sua utilização como estratégia predatória em face dos estudantes que precisam trabalhar e obter renda constitui um desvirtuamento da sua função original no âmbito da política educacional. Assim, não é difícil encontrar trabalhadores que continuam estudando, curso após curso, inclusive na pós-graduação, para se manterem na condição de estudantes e, assim, continuarem elegíveis para a realização de estágios (MATTOS, 2011; BERNARDIM, 2014).

Intensificação do trabalho e terceirização

Para Druck (2011), esse segundo tipo de precarização social está relacionado aos padrões de gestão e organização do trabalho, que impactam na **intensificação do trabalho** (metas absurdas, ampliação da jornada, exigência de polivalência), na discriminação gerada pela ampliação das possibilidades de **terceirização** e nas formas cada vez mais presentes de abuso de poder (**assédio moral**) nas relações de trabalho.

O Quadro a seguir apresenta alguns exemplos de como a precarização do trabalho, pela via da exploração salarial, da subcontratação ou da negação de direitos, se manifesta já no processo de recrutamento e seleção de algumas empresas:

Vaga	Anúncio	Fonte
Pedreiro e Ajudante	Preciso de um pedreiro polivalente e um ajudante de obra no contorno, pago 1.800 o pedreiro e 1.100 o ajudante, pagamento mensal, preciso de pessoas comprometidas com um bom trabalho, que não faça serviço porco, não dou alimentação e nem passagem.	https://es.olx.com.br/norte-do-espirito-santo/vagas-de-emprego/preciso-de-um-pedreiro-polivalente-e-um-ajudante-861769745
Ajudante polivalente na Indústria Têxtil	Rotinas pertinentes a função. Requisitos: experiência na área de produção. Ter disponibilidade total de horários. Horário: disponibilidade para turnos. Benefícios: vale transporte ou fretado, refeição no local, vale alimentação	https://www.trabalhabrasil.com.br/vagas-empregos-em-jundiai-sp/ajudante-polivalente-da-industria-textil/4126278
Software Engineer	Empresa de tecnologia (focada em Cloud Security) que nasceu na era digital e tem sede na Califórnia contrata Engenheiros(as) de Software para trabalhar em projetos que visam aumentar a produtividade, a agilidade e a segurança de seus clientes. Contrato como PJ.	https://yellow.abler.com.br/vagas/software-engineer-738359

QUADRO 4: Vagas de emprego com foco na polivalência e busca da produtividade. Fonte: inseridas no quadro, mediante seleção do Autor.

Os três exemplos escolhidos são sintomáticos da realidade encontrada pelos trabalhadores no processo de recrutamento e seleção. O primeiro anúncio, para Pedreiro e Ajudante, é explicativo da forma com que é tratado o trabalhador mais humilde: exige-se pessoas comprometidas e que não façam um “serviço porco”; apesar disso, já de antemão recebem a informação de que não terão direito a vale-transporte e nem alimentação; sem contar o baixíssimo salário oferecido. O segundo também pede um Ajudante polivalente na indústria têxtil, oferece transporte e alimentação, mas exige disponibilidade total de horários, deixando claro que o candidato está impedido de assumir outro compromisso com a família ou com a sua formação, por exemplo, uma vez que trabalhará em turnos e, possivelmente em revezamento, o que impede a fixação de horários. O terceiro mostra que nem mesmo os profissionais mais qualificados são poupados da lógica atual de intensificação do trabalho; nesse caso o que chama a atenção é que a empresa busca contratar trabalhadores com formação em engenharia, informando de antemão que a contratação será como CNPJ. Assim, os três casos mostram o grau de exploração a que se chegou, requisitando-se em alguns casos dedicação integral, mas oferecendo salários baixos, exigindo-se trabalho de qualidade, mas não oferecendo oportunidades de qualificação ou até impedindo que o trabalhador busque por conta própria (quando não terá tempo disponível para isso), cobrando dedicação e produtividade, mas não oferecendo minimamente os direitos assegurados ao trabalhador comum.

Caso clássico que amplia essa precarização é a nova legislação sobre a **terceirização**, que se caracteriza pela negação dos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora e criando uma sub-classe, com menos direitos, ainda que fazendo parte da

categoria profissional originalmente utilizada pelas empresas tomadoras de serviços.

De acordo com a análise de Santos (2017), a Lei da Terceirização fragiliza os trabalhadores e precariza as condições de trabalho tendo em vista que: permite a terceirização ilimitada, irrestrita, em todas as atividades da empresa, ainda que seja na atividade-fim, que é a sua razão de existir; não prevê a retenção de valores das empresas terceirizadas para garantir débitos trabalhistas futuros; possibilidade de substituição das terceirizadas sem salvaguarda aos direitos dos seus trabalhadores; liberdade de filiação sindical, mas sem vinculação com as conquistas dos sindicatos que atendem os trabalhadores da tomadora; nenhum pré-requisito de atuação na área especializada por parte das terceirizadas, abrindo espaço para empresas de fachada ou meramente predatórias da força de trabalho. Esse mesmo Autor conclui que:

a Lei nº 13.429/2017 não leva em consideração as ameaças à mercantilização da pessoa humana, sua coisificação, que poderia suscitar uma total indiferença em relação aos mais pobres e desamparados, ou seja, verdadeira afronta à dignidade da pessoa humana e outorga de um cheque em branco ao empresariado, uma verdadeira porteira aberta a todo tipo de ilicitude na seara da terceirização desenfreada, ilimitada, irrestrita, produto de quem considera inútil a Justiça do Trabalho, que não deveria nem mesmo existir no Brasil. (SANTOS, 2017, p. 78).

Antes mesmo da aprovação do marco legal que ampliou as possibilidades de terceirização e reduziu a “insegurança jurídica”, segundo expressão bastante utilizada pelos empregadores, os dados oficiais já mostravam os efeitos nefastos da terceirização sem limites:

aumento de contratos terceirizados maior do que o aumento de contratos pelas próprias empresas tomadoras; redução do tempo médio de duração dos vínculos dos terceirizados; rotatividade dos terceirizados maior que o dobro dos trabalhadores contratados diretamente; salários médios 25% inferiores entre os terceirizados; jornada de trabalho maior entre os terceirizados (DIEESE, 2017).

As estratégias de terceirização, com ampliação do tempo de trabalho, bem como a sua intensificação, representam possibilidades concretas daquilo que Marx (1985) analisou quando explicou a mais-valia absoluta, como sendo o resultado do prolongamento da jornada de trabalho, e a mais-valia relativa, como o resultado da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada (tempo de trabalho x quantidade de trabalho ou produção). As duas formas da mais-valia correspondem a duas formas separadas da subsunção do trabalho no capital, ou duas formas separadas da produção capitalista, das quais a primeira precede sempre a segunda, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir por sua vez a base para a introdução da primeira em novos ramos da produção.

Como vemos, se a contemporaneidade apresenta certa restrição legal ao aumento da mais-valia absoluta, sob o capital não há melindres para que a exploração do trabalhador migre para a sua forma relativa, o que se desprende das estratégias recentes das empresas para a recuperação ou ampliação de suas margens de lucro, fruto da exploração do trabalho a partir de outros arranjos de produção e de contratação agora considerados legais.

Em uma análise empreendida por Cipolla (2014), tomando como base as contribuições de Lebowitz para a compreensão da mais-valia relativa de Marx, fica claro que o progresso técnico não visa unicamente à redução do valor das mercadorias, mas também aumentar

o grau de divisão entre os trabalhadores, obtendo-se ao final uma dupla conquista, diminuindo-se o tempo de trabalho necessário simultaneamente ao aumento da concorrência entre os trabalhadores.

Assim, as alterações recentes na legislação são destinadas à criação de um ambiente jurídico que dê legalidade aos objetivos de recuperação ou ampliação das margens de lucro das empresas frente ao fenômeno do globalismo e ampliação de uso da tecnologia microeletrônica. Com esse condão, nos últimos anos foram legalizadas uma série de situações, como o trabalho intermitente (quando o trabalhador só recebe se e quando for chamado para trabalhar), o fracionamento das férias, o uso do banco de horas no interesse da empresa e não do trabalhador, a escala de revezamento sem o aval do sindicato, a redução do período para refeição, para citar apenas algumas das alterações recentes.

Insegurança e saúde no trabalho³

O terceiro tipo de precarização social apontado por Druck (2011) refere-se ao ambiente em que se dão as condições de (in)segurança e saúde no trabalho, o qual, segundo a autora, está marcado pelos novos padrões de gestão, que sonégam o treinamento, as informações sobre riscos e as medidas preventivas coletivas, buscando sempre maior produtividade, independentemente do custo hu-

³ O que no estudo original de Druck (2011) se refere à insegurança e saúde no trabalho, nesta pesquisa compreende-se de forma mais ampla como insegurança e saúde do trabalhador, por considerar que os espaços não oficialmente laborais são ambientes de reposição da capacidade de trabalho, de modo que só não são espaços laborais porque destinam-se aos tempos e espaços necessários aos cuidados com as esferas da corporalidade e da imaterialidade da vida, sem os quais não se dá a reposição da capacidade laborativa. Logo, além da preocupação privada com o descanso, a saúde, o lazer, o Estado precisa assegurar aos trabalhadores as condições mínimas para a manutenção da sua capacidade de trabalho.

mano dessas estratégias. A manifestação mais recente nesse campo é o adoecimento mental, que se manifesta em diversas patologias, culminando na sua forma mais grave, inclusive, com o suicídio em decorrência do trabalho.

Se esse tipo de precarização for tomada a partir de uma compreensão mais ampla, seria interessante considerar que o próprio movimento de contingenciamento de recursos para a saúde pública impacta negativamente sobre todas as ações preventivas e corretivas nesse campo, e não só dos trabalhadores no seu ambiente laboral, mas da classe trabalhadora como um todo, que depende do sistema público de saúde para ações preventivas, como programas de imunização, ou de atendimento especializado para recuperação da capacidade produtiva decorrente de evento natural ou acidentário, para citar apenas dois exemplos.

Nesse sentido, a alteração de maior alcance e que fragilizou as políticas públicas de saúde destinadas à população em geral, mas que afetou diretamente as classes populares foi a aprovação da Emenda Constitucional n. 95 (BRASIL, 2016), que instituiu o Novo Regime Fiscal e estabeleceu **teto de gastos para as contas públicas**. Segundo Moretti e Sóter (2020), estima-se que as perdas orçamentárias para a saúde foram de R\$ 27,5 bilhões, justamente num período em que a crise econômica vai expulsando milhões de brasileiros dos planos de saúde privados, vêm aumentando os casos de doenças tropicais e reduzindo-se a cobertura vacinal, sem contar a emergência sanitária atual por conta do coronavírus. Na prática, esse novo regime está na contramão do interesse popular, pois se a crise piora a qualidade de vida da população, parte da solução deveria vir justamente do reforço da rede de proteção social e não do seu desmantelamento, como está ocorrendo.

E os reflexos dessa mudança de financiamento e que materializa a falta de prioridades do governo em relação à saúde e assistência social da classe trabalhadora foi o desmembramento das atribuições e **extinção do antigo Ministério da Previdência e Assistência Social**, que foi incorporado em parte (caso do INSS) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e em parte pelo Ministério da Fazenda. Isso se deu ainda em 2016, no Governo Temer, causando perplexidade no Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, IBDP (2016), que viu nessa decisão uma submissão clara dos serviços e benefícios prestados às posições emanadas do Ministério da Fazenda e, portanto, atreladas a uma relação meramente financeira.

Com a mudança de governo, em 2019, o próprio Ministério do Desenvolvimento Social foi extinto, passando a fazer parte do “Superministério” da Cidadania, que acabou congregando, além da Previdência Social, uma variedade de temas, como a Cultura, o Esporte e parte do antigo Ministério do Trabalho (ESTADO DE MINAS, 2019).

Nesse período conturbado de instabilidade política e alteração da institucionalidade democrática, o governo federal foi implementando diversas ações que denotam o interesse de reduzir os recursos destinados às políticas de saúde para o atendimento das demandas dos trabalhadores, conforme alguns exemplos no Quadro a seguir:

Manchete	Do que trata	Fonte
Redução no orçamento da Assistência Social compromete futuro do Suas	Alerta aos gestores públicos sobre a redução da execução orçamentária para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos anos de 2016/2017 e projeções ainda piores para 2018.	https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Corte%20Orc%CC%A7amento%20do%20Suas%20-.pdf
Congemas e Foneas denunciam redução de recursos na Assistência Social	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e Fórum Nacional de Secretário de Estado da Assistência Social denunciam e pedem mobilização dos representantes políticos para a reversão desse quadro.	http://www.congemas.org.br/congemas-e-foneas-denunciam-reducao-de-recursos-na-assistencia-social-noticias
Impasse entre peritos médicos e INSS deixa um milhão sem atendimento	Falta de acordo entre peritos e governos sobre as condições de atendimento presencial durante a pandemia interrompe a realização de perícias, causando prejuízos a trabalhadores que não recebem alta para voltar ao trabalho e ao mesmo tempo não têm o afastamento prorrogado.	https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,impasse-entre-peritos-medicos-e-inss-deixa-um-milhao-sem-atendimento,70003442409
Caos no INSS é tática do governo para jogar povo contra serviço público	Denuncia o desmonte do INSS, com falta de servidores e estrutura, de modo a sucatear a instituição e dificultar o atendimento das demandas, manipulando a opinião pública contra os servidores.	https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/02/caos-inss-governo/

QUADRO 5: Notícias sobre aspectos da precarização do atendimento à saúde e assistência social da classe trabalhadora. Fonte: diversas informadas no próprio Quadro e selecionadas pelo Autor.

O Sistema Único de Assistência Social, SUAS (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil, articulando os esforços e os recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. São dois os tipos de proteção social: a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos so-

ciais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. No SUAS também há a oferta de Benefícios Assistenciais a públicos específicos, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade.

As quatro notícias apresentadas no Quadro 5 demonstram o grau de incerteza com que convivem os gestores públicos locais, tendo em vista a insegurança quanto ao repasse de recursos do governo federal para atender às políticas públicas que são operacionalizadas localmente. Além dessa insegurança orçamentária, o Instituto Nacional de Seguridade Social, INSS, vem sofrendo há muitos anos os efeitos de uma política de descontinuidade das suas ações, em especial pelo desmonte da estrutura, com arrocho salarial e não reposição de vagas deixadas pelos trabalhadores que se aposentam. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo, SINSSP (REDE BRASIL ATUAL, 2020), as agências perderam perto de doze mil servidores que se aposentaram nos últimos anos, enquanto tem havido um aumento da demanda pelos serviços. Além disso, a fila de trabalhadores aguardando apreciação de requerimento de benefícios está atrasada desde 2016, o serviço digital disponibilizado não é de qualidade, o governo enfrenta um impasse salarial e de condições de trabalho com os peritos médicos. Para piorar ainda mais, o governo federal ameaçou contratar, sem concurso, militares aposentados para substituir a falta de pessoal, o que não resolveria o problema, tendo em vista a especificidade e a natureza do trabalho realizado, que exige conhecimentos e treinamento especializado.

A Atenção Básica (BRASIL, 2017) congrega um conjunto de ações individuais e coletivas que abrange promoção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos, vigilância em saúde e prevenção de riscos e agravos, realizados por equipes multiprofissionais e dirigidos à população. Quando estudaram a precarização do trabalho na Atenção Básica, Damascena e Vale (2020) detectaram contratações inseguras e temporárias, sobrecarga de trabalho das enfermeiras, condições laborais precárias, gestão de contratos via organizações sociais, convívio com o medo do desemprego, perda de direitos trabalhistas e atrasos salariais, que repercutem no trabalho, na vida do trabalhador e na assistência aos usuários. Segundo os autores, tais condições afetam diretamente a população, dificultando o acesso aos serviços, além de expor os usuários às condições precárias, o que repercute negativamente na segurança do paciente; além disso, conforme Lima et al. (2014), tais condições afetam os trabalhadores, pois os baixos salários, o déficit de recursos e insumos, o ambiente de trabalho inadequado e a carga horária excessiva geram insatisfação, desmotivação e sofrimento psíquico.

Além de todos esses problemas macroestruturais destinados a atender a saúde da população, há os problemas decorrentes das relações de trabalho no ambiente organizacional, que revelam a falta de preocupação das empresas com a saúde e a integridade física dos seus trabalhadores, ocasionando uma precarização nem sempre percebida por eles, uma vez que ela foi introjetada como inerente à atividade. A pesquisa de Takahashi et al. (2012), com trabalhadores da construção civil, mostra que a convivência com a temporalidade – alternância de emprego e desemprego – e com vínculos precários – trabalho informal, alta rotatividade, achatamento salarial – parece explicar a naturalização das atitudes sociais de estigma, discriminação e até mesmo exclusão, identificadas nas narrativas dos trabalha-

dores. Assim, tanto **os acidentes de trabalho quanto as doenças ocupacionais** acabam percebidos como eventos normais esperados e inerentes à própria atividade desenvolvida.

Segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, o Brasil registrou 709.474 acidentes e doenças ocupacionais em 2010, 712.302 em 2014 e 576.951 em 2018. Embora a última divulgação oficial para o ano de 2018 demonstre uma tendência de queda, não é possível afirmar que isso esteja se confirmando até que se disponha novas divulgações. Considerando a caracterização dos acidentes e doenças, além dos casos mais recorrentes de traumatismos diversos, dorsopatias, queimaduras, entre outros, começam a aparecer com maior intensidade agora os transtornos neuróticos decorrentes de estresse (SPREV-MF, 2018).

Se o Brasil sempre esteve entre os países que mais registram acidentes de trabalho, ocupando o posto de 4º do ranking, segundo dados da OIT (G1 CONHECIMENTO TRANSFORMA, 2020), há hoje dois fenômenos que merecem atenção na análise da relação entre saúde e trabalho. Segundo Hirata (2011) trata-se das consequências da **intensificação do trabalho sobre a saúde mental e física e as consequências do trabalho precário induzido pela subcontratação e pelas formas ditas “atípicas” de trabalho**. Recorrendo a estudos sobre a realidade francesa e japonesa, a pesquisadora mostra que há um aumento de adoecimento mental e que esse adoecimento está impactando inclusive os índices de suicídio de trabalhadores cujas causas estão associadas ao trabalho. No Brasil a documentação é dispersa e ainda são incipientes os estudos, mas certamente há repercussões da precarização sobre tais indicadores, o que ainda carece de estudos sistemáticos.

De acordo com Pialarissi (2017), quando envolve a área da saúde pública, a precarização pode compreender a perda de qualidade

do serviço prestado à população e a escassez da capacidade instalada ou disponibilizada, que na maioria das vezes é inadequada e deficitária. No estudo que fez sobre a precarização do trabalho no serviço público de saúde, essa pesquisadora constata que ela se manifesta, principalmente, no não preenchimento de vagas dos trabalhadores que deixam o serviço ou se aposentam e na expansão crescente do processo de terceirização. Nesse último caso, os contratos temporários, o tempo parcial e a quebra de vínculos fragilizam as equipes de trabalho, gerando insegurança, intensa sobrecarga de trabalho e aumento do desgaste físico e mental, repercutindo sobre a saúde do servidor, conforme já vimos no item anterior. Se afetam os servidores que prestam serviços de saúde às classes populares, inevitavelmente afetam também o próprio usuário final, precarizando ainda mais um trabalho já deficitário pela falta de profissionais, conforme ficou claro durante a pandemia de covid-19, tomando como exemplo o caso de Curitiba, que iniciou o atendimento da população com o surto epidêmico com um déficit de 20% no número de profissionais de saúde (SISMUC, 2020).

Perda das identidades individual e coletiva

A perda de vínculos ou a fragilização das relações no mercado de trabalho, decorrentes do desemprego, do subemprego ou da informalidade, geram aquilo que Druck (2011) caracteriza como o quarto tipo de precarização social, que tem como estratégia a dominação no âmbito do mercado de trabalho e como consequências a quebra da solidariedade entre os trabalhadores, dissipando o próprio interesse da classe e estabelecendo uma concorrência brutal que se desencadeia entre eles.

No estudo de Damascena e Vale (2020), já mencionado neste texto, foi identificada a perda da identidade individual e coletiva, pois a inconstância no emprego, a fragilidade dos vínculos e a falta de proteção dos contratos acarretam preocupações e dificultam o planejamento da vida individual e familiar dos trabalhadores. A restrição de contratações, atraso dos salários, diminuição ou supressão das gratificações e, por fim, as demissões geram preocupações, tristeza e ansiedade. O medo do desemprego afeta também os usuários dos serviços, que durante o processo de atendimento criam vínculos e laços de confiança com as equipes de saúde; além disso, gera apreensão e preocupação pela possível desassistência nos cuidados em saúde. Além disso, a incerteza quanto ao emprego pode gerar nos trabalhadores o sentimento de regressão e o surgimento de dúvidas em relação à carreira profissional escolhida. A **perda da identidade individual e coletiva** se justifica na condição de desemprego e/ou ameaça permanente de perda do emprego, devido à instabilidade dos vínculos que é produto dos novos modos de gestão do trabalho. Isso tudo exige dos trabalhadores adaptações e reconfigurações dos comportamentos e das suas relações interpessoais, para se manterem empregados.

Ribeiro e Mancebo (2013) discutem o advento do gerencialismo, entendido como o movimento de substituição gradativa do papel do Estado a partir de uma lógica que rege o mundo das empresas privadas, que adotam o discurso da agilidade, eficiência e qualidade nos serviços como uma dificuldade na esfera pública. Por esse raciocínio, o produtivismo deveria substituir a lógica burocrática do serviço público, o que implicaria na criação de um novo perfil de servidor, agora liberto do sistema tradicional e pautado por uma lógica de prestação de serviços ao usuário/cidadão/consumidor. Isso pode criar um **estranhamento entre a esfera privada** (a sociedade civil, empresários e trabalhadores) e **a esfera pública** (instituições e seus

servidores), de modo que os trabalhadores não reconhecera mais nos funcionários públicos seus iguais, como pertencentes à classe que precisa trabalhar para viver, mas como estranhos, pertencentes a uma outra classe, considerada ineficiente, obsoleta e privilegiada. Muito desse senso comum deve-se justamente aos desajustes do sistema público, que admite um hibridismo no seu sistema de trabalho, admitindo como servidores indivíduos que atuam a partir de uma lógica privada, como é o caso dos comissionados, tanto do executivo, legislativo ou judiciário, que são nomeados para exercer cargos sem o preenchimento de requisitos mínimos, para atender demandas nem sempre muito claras quando à necessidade pública e sem a realização de processos seletivos universais. De tudo isso sobra a percepção de que o servidor público enfrenta, ainda segundo Ribeiro e Mancebo (2013), um sentimento ambíguo de realização pela condição de vencedor na competição pelas vagas amplamente disputadas, mas também de constrangimento pela falta de reconhecimento social.

Esse estado de coisas leva a um avanço no processo de **fragmentação dos trabalhadores enquanto classe**, independentemente do tipo de ocupação ou vínculo de trabalho, se privado ou público, se dos quadros mais ou menos intelectualizados da pirâmide organizacional. Segundo Maiello (2019), nas últimas décadas a classe trabalhadora se ampliou na mesma medida em que se tornou mais heterogênea, passando por um amplo processo de fragmentação visível na convivência entre trabalhadores considerados efetivos, contratados, terceirizados, sem contrato, desempregados, nativos, imigrantes etc., gerando uma divisão entre trabalhadores classificados como de primeira ou segunda categoria. Apesar disso, o que não mudou e dá alento às lutas é a posição estratégica da classe trabalhadora, que se mantém como indispensável para o funcionamento dos serviços, das indústrias, dos transportes etc.

Outro aspecto recente impulsionado pela pandemia do coronavírus foi a ampliação do serviço remoto, em sistema de home-office (circunstancial por conta de eventos não programados, como a pandemia) ou teletrabalho (permanente, como condição do contrato). Segundo André Antunes (2020), com dados do IBGE, esse sistema de trabalho saltou de 3,8 milhões de trabalhadores em 2018 para 8,3 milhões em agosto de 2020, boa parte em função da pandemia, com tendência de crescimento mesmo depois dela. Um dos problemas é que, além da falta de estrutura e da responsabilização dos trabalhadores pelos meios e condições de realização do trabalho, há outros direitos negados aos trabalhadores sob essa condição, inclusive a quase “impossibilidade” de adoecimento, já que o monitoramento se dá na maioria da vezes pelo atingimento de metas, independentemente das condições para que os resultados sejam alcançados. Além disso, ocorre a **individualização da condição de trabalho**, levando à perda da consciência de classe, quando o trabalhador não se percebe mais como parte de um coletivo organizado cujo resultado só é alcançável pelo trabalho cooperativo.

Fragilização da organização dos trabalhadores

De acordo com Druck (2011), o quinto tipo de precarização é consequência da violenta concorrência entre os trabalhadores, que não se identificam mais como iguais, inclusive quando proliferam novos sindicatos (fruto da terceirização). Isso leva a uma fragmentação (heterogeneidade e divisão) das lutas e dos interesses da classe.

Conforme estudo de Galvão et al. (2019), a nova dinâmica econômica e social indica uma profunda reconfiguração da classe trabalhadora, com a perda de importância relativa dos setores em que o sindicalismo tradicionalmente mostrou maior capacidade de

organização e ação coletiva e crescimento de ocupações mais precárias. Mesmo considerando que a precariedade não é um fato novo no mercado de trabalho brasileiro, tendo em vista a informalidade e a ausência de proteção legal que o marcaram, a proliferação de contratos atípicos amplia a vulnerabilidade e dificulta a ação sindical, já que esses novos trabalhadores são pouco ou quase nunca representados pelos sindicatos. Esses mesmos autores mostram que a taxa geral de sindicalização, no período entre 2012 e 2017, caiu tanto para os trabalhadores formais quanto para os informais, excetuando-se apenas o trabalho doméstico com e sem carteira. Ainda não há números oficiais relativos ao período pós Reforma Trabalhista, mas certamente mostrarão ainda maior perda de representatividade dos sindicatos, já que um dos objetivos não declarados era justamente o enfraquecimento da organização sindical.

Esses mesmos autores mostram que o crescimento da precarização promove uma reconfiguração da classe trabalhadora com reflexos sobre a ação sindical e/ou coletiva: as categorias que, historicamente, foram as bases mais dinâmicas e mobilizadas na ação coletiva (indústria, bancos e setor público), agora estão perdendo postos de trabalho ou ampliando a participação de autônomos e informais (educação e saúde); as categorias com menor tradição sindical (serviços para empresas, comércio, alojamento e alimentação e informação e comunicação) e que concentram atividades precárias (subocupados, autônomos, sem registro e terceirizados) estão ganhando maior expressão numérica, mas em um contexto de hegemonia política e ideológica muito desfavorável à ação coletiva. Assim, a perda de confiança da opinião pública nos sindicatos e a recente tendência mais defensiva das greves constituem uma expressão desse contexto adverso.

Esse ambiente de generalizada quebra de confiança nas instituições que desempenhavam o papel de aglutinadoras dos interesses da classe reflete a falta de confiança mútua entre os próprios trabalhadores. Ao discutirem o processo de precarização do trabalho,

Araújo e Moraes (2017) demonstram que a competitividade superestimada nos ambientes de trabalho favorecem o individualismo, que leva tanto à precarização social quanto do trabalho, com reflexos sobre a precarização da saúde. Valores como a amizade, o respeito e a confiança são substituídos pela mistura de medo e ânsia de sobreviver. De acordo com Seligmann-Silva (2011), as estratégias administrativas adotadas no processo de acumulação flexível e maximização de lucros, que fomentam a intensa competição entre os empregados, também estimulam o individualismo, relativizam a necessidade de solidariedade e aumentam o cansaço no ambiente de trabalho, o que em certo sentido é incoerente com as políticas de pessoal que incentivam o trabalho em equipe, representando mais uma das contradições do ambiente corporativo contemporâneo.

O isolamento, a perda de enraizamento, de vínculos e de uma perspectiva de identidade coletiva, que decorrem da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe, que vai sendo substituída pela intensa concorrência entre os próprios trabalhadores (DRUCK, 2011).

Tais condições criam um cenário em que a consciência de classe é cada vez mais mitigada, já que a intermitência de emprego se apresenta como entrave para a integração dos funcionários de uma determinada categoria profissional (ARAÚJO; MORAIS, 2017). Assim, os vínculos de amizade, de companheirismo e comunicação entre os trabalhadores ficam secundarizados, de modo que o “coletivo” perde espaço para o “individual”, fragilizando e/ou impedindo a reivindicação de melhores condições de trabalho e de vida (FRANCO; FARIA, 2013).

É isso o que se percebe depois de algum tempo desde a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017. Segundo matéria veiculada pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, CEE-Fiocruz (LÚCIO, 2019), a reforma promoveu o aumento do poder dos empregadores

para a imposição de novas regras, especialmente com a introdução de pautas patronais com propostas de supressão ou rebaixamento de direitos, passando a terceirização ampla e irrestrita a ocupar uma parte complementar e essencial da reforma. Novas modalidades de contratação vão sendo utilizadas: o contrato intermitente começa a ganhar corpo para a admissão de assistentes, serventes, faxineiros e pedreiros; a contratação em tempo parcial também vai se ampliando entre vendedores, assistentes administrativos, garçons, caixas, bilheteiros, professores e recepcionistas. Os temporários vão ganhando espaço, representando já 12% da força de trabalho ocupada, segundo dados da PNAD Contínua. A modalidade de rescisão mediante acordo também aos poucos começa a ser utilizada.

Ainda de acordo com essa mesma matéria (LÚCIO, 2019), as negociações coletivas de trabalho têm demorado mais, com processos mais longos e difíceis, em função da discussão de temas sensíveis, como a disputa pela prevalência do legislado ou do negociado, por exemplo. As principais pautas levantadas pelos trabalhadores nas negociações foram: a participação dos sindicatos na homologação das rescisões de contrato; a terceirização na atividade-fim; as demissões coletivas; o parcelamento de férias; a representação sindical; a insalubridade para a trabalhadora gestante; a contratação de pessoa jurídica ou autônomo, o trabalho intermitente, entre outras. O financiamento sindical, tema pacificamente negociado em acordos e convenções coletivas, agora passou a ser objeto de conflito nas negociações, em decorrência das mudanças na contribuição sindical introduzidas pela Reforma Trabalhista.

Todos esses dados mostram, portanto, que a fragilização dos trabalhadores caminha a passos largos, tanto pela nova dinâmica estabelecida através do estilo de gerenciamento das empresas, que acena com vantagens na medida em que o trabalhador se “liberta” do

espírito de classe e da solidariedade laboral, quanto pelas alterações legais que tornam o campo em que se dá as relações de trabalho mais suscetível ao individualismo, ao oportunismo e à exploração predatória da força de trabalho.

A condenação e o descarte do direito do trabalho

O sexto tipo de precarização elencado por Druck (2011) decorre do discurso e das iniciativas de questionamento do Direito do Trabalho, que ganham corpo com a desregulamentação do Estado e ataque às leis trabalhistas e sociais como solução para a modernização e flexibilização das relações de trabalho.

Um evento importante nesse processo de precarização foi, assim como aconteceu com o Ministério da Previdência e já discutido no item 4.3, a **extinção do Ministério do Trabalho**⁴ no início de 2019, sendo suas atribuições redistribuídas entre os Ministérios da

⁴ Causou surpresa a notícia de que o Ministério do Trabalho e Previdência foi recriado no final de julho de 2021, através da Medida Provisória 1.058 (BRASIL, 2021b), depois de ter sido extinto no primeiro dia do Governo Bolsonaro. A notícia seria um alento se fosse uma medida de reconhecimento do equívoco por ocasião da sua extinção. Todavia, as críticas todas revelam apenas uma acomodação político-partidária, sendo parte de uma minireforma ministerial para alargamento do apoio político do grupo de parlamentares do Centrão ao Governo Federal. Assim, como esse grupo reivindicava maior participação no governo indicando um dos seus membros para a Casa Civil, abriu-se novo espaço no primeiro escallão do Planalto, acomodando o apoiador de primeira hora do presidente para esse recriado Ministério do Trabalho, contraditoriamente o mesmo deputado que durante a transição de governo, no final de 2018, tivera a incumbência de noticiar a sua extinção (EXTRACLASSE, 2021). Em síntese, se a extinção do Ministério era motivo suficiente para prever um período tenebroso para os trabalhadores, sua recriação não necessariamente é um fato a ser comemorado, já que essa pasta não desempenhará um papel sequer comparável com o que desempenhou em outros tempos. Prova disso são as notícias de que o novo Ministro irá insistir na apreciação de uma nova reforma trabalhista junto ao Congresso Nacional, cujo principal objetivo é criar novas modalidades de contratação sem os direitos previstos na legislação atual. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

Cidadania e da Economia. Em matéria para o Jornal Brasil de Fato, Lacerda (2020) esclarece que, segundo especialistas, a precarização decorrente dessa medida se deve: ao desequilíbrio de direitos e deveres de patrões e trabalhadores, com perda de direitos por parte dos últimos; esvaziamento e limitação da atuação dos fiscais do trabalho; empobrecimento da pauta trabalhista, retirando-a do núcleo do poder executivo; rompimento de um processo de construção e valorização de mais de 80 anos, que havia sobrevivido, inclusive, à ditadura militar. A falta de interesse na manutenção de uma estrutura de criação de políticas públicas na esfera trabalhista e de monitoramento e fiscalização das relações de trabalho representa, na prática, uma iniciativa que traduz o neoliberalismo no seu estado bruto, deixando que patrões e empregados encontrem as soluções para os conflitos sem maiores interferências do Estado, ou pior, utilizando a estrutura estatal para atender aos interesses do capital. No contexto contemporâneo, isso significa simplesmente abandonar a classe trabalhadora à própria sorte, ficando refém de um sistema predatório de uso da força de trabalho, que tem nos altos índices de desemprego o fiel da balança que tende à exploração do trabalho pelo capital, em especial quando no Brasil não se chegou a sentir efetivamente os efeitos de uma política de bem estar social, diferentemente do que se verificou nos países ricos.

Antes mesmo da extinção do Ministério do Trabalho já havia sido iniciado o processo de dismantelamento da legislação conquistada durante décadas pelos trabalhadores, com o advento da Lei Federal nº 13.467/2017, que instituiu a **Reforma Trabalhista** (BRASIL, 2017), cujos principais pontos que caracterizam a desconstrução dos direitos estão organizados em quatro eixos, conforme o Quadro a seguir:

Eixos da Reforma	Principais Mudanças
Flexibilidade nas modalidades de contratação	1. Liberalização da terceirização
	2. Novas modalidades de contratação: – ampliação do contrato temporário – ampliação do contrato parcial – contrato intermitente – teletrabalho
	3. Estímulo à contratação como autônomo e Pessoa Jurídica
	4. Facilidade para demitir
	5. Redução dos gastos com a demissão
“Despadronização” da jornada	1. Flexibilidade da jornada: – Banco de horas – Compensação individual
	2. Extensão para todos os setores jornada 12 X 36
	3. Pausa amamentação será negociada
	4. Redução horário de almoço
	5. Não pagamento das horas <i>in itinere</i>
	6. Pagamento do horário produtivo
	7. Não pagamento de horas extras no home office
Remuneração variável	1. Remuneração variável
	2. Redução de salários por meio de negociação coletiva
	3. Pagamento como não salário
	4. Descaracterização do salário
	5. Parcelamento dos pagamentos
Outros aspectos das condições de trabalho	1. Permissão de mulheres grávidas ou lactantes trabalharem em ambientes insalubres
	2. Limpeza uniforme
	3. Fragilização da fiscalização

QUADRO 6: Principais elementos da reforma trabalhista: desconstrução dos direitos. Fonte: Galvão et al. (2017, apud KREIN, 2018).

A Reforma Trabalhista alterou mais de cem pontos específicos da CLT, dando grande impulso ao movimento de flexibilização das relações de trabalho, o que fica bastante perceptível na criação de condições para o aumento da utilização de mão de obra temporária (QUINTINO, 2019).

Diferentemente do que se apregoava, a geração de emprego não foi sentida: “Após três anos com saldo negativo, o país voltou a criar vagas com carteira assinada em 2018, mas abaixo do volume dos anos anteriores à crise econômica” (CAVALLINI, 2019). De acordo com a matéria publicada e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de desempregados, que em novembro era de 2017 era de 12,6 milhões, passou para 12,5 milhões em setembro de 2019, mantendo-se como um fator recorrente e preocupante. Os dados oficiais já apresentados no item 4.1, correspondentes ao fechamento do primeiro trimestre de 2021, são ainda piores, mostrando um total de 13,5 milhões de trabalhadores desocupados, confirmando a tendência de deterioração de uma situação de desemprego que já era grave. Assim, as alterações substanciais na legislação trabalhista correspondem a mais um degrau no processo de precarização do trabalho, tendo na extinção de direitos e na criação de mecanismos de flexibilização, leia-se fragilização do trabalhador frente ao patrão, as ações mais avassaladoras do pouco que havia de bem-estar no contexto brasileiro das relações de trabalho.

A reboque da Reforma Trabalhista, e nada sensível com a precarização do trabalho até então já realizada, menos de dois anos foram suficientes para que o governo federal, tendo como aliado o congresso nacional, conseguisse avançar no programa de alterações que retiram direitos da classe trabalhadora. A Emenda Constitucional nº 103 (BRASIL, 2019), de 12 de novembro de 2019, materializou a sanha de enxugamento dos gastos públicos, independentemente dos estra-

gos econômicos e sociais para as classes populares, mas com manutenção de privilégios, estes sim, para parte dos quadros mantidos pelo erário público, a saber: militares e políticos. Essa emenda empreendeu o que ficou conhecido como **Reforma Previdenciária**, que, a grosso modo, alterou a idade mínima para aposentadoria (65 para homens e 60 para mulheres, havendo exceções), o tempo de contribuição (20 anos no setor privado e 25 no serviço público, mas sempre respeitada a idade mínima), o cálculo da aposentadoria (100% do salário se for atingida a idade mínima e limitada ao teto previdenciário para a iniciativa privada, e com valores proporcionais para servidores públicos que ingressaram na carreira a partir de 2004), a contribuição mensal (com ampliação da tabela tanto do setor privado - que vai de 7,5% até 14% -, quanto do serviço público - que vai de 7,5% até 22%) e o teto previdenciário (que foi estendido aos servidores públicos que ingressaram mais recentemente na carreira).

Bem antes da aprovação das alterações, Araújo (2018) já alertava sobre as intenções e os riscos da Reforma da Previdência para um país já fragilizado pelas inúmeras crises e problemas socioeconômicos. Segundo o autor, juiz federal, o governo arditosamente se utilizou de propaganda enganosa, atribuindo a culpa dos problemas financeiros do tesouro aos trabalhadores e aos servidores públicos, criando uma narrativa de criminalização dos que atuam na defesa dos trabalhadores, atacando associações e sindicatos.

Desinvestimento na formação da classe trabalhadora

Outro conjunto de ações que contribuem para a precarização social do trabalho, e que entendemos formar um novo tipo que se soma à tipologia original de Druck (2011), diz respeito ao rápido

processo de desinvestimento na formação da classe trabalhadora, o que se verifica na falta de treinamentos antes promovidos pelas empresas, na crítica ao “elevado” custo de manutenção das escolas públicas, na criação de um enredo de ideologização e politização da prática pedagógica dos professores e na falsa percepção de um distanciamento entre a formação escolar e as demandas do mercado de trabalho.

Aqui a palavra desinvestimento é utilizada por empréstimo do campo da economia justamente por representar a perda de interesse por um projeto e o desejo de realocação dos recursos para outro “negócio” julgado mais interessante ou rentável. Assim, essa alusão ao desinvestimento na formação da classe trabalhadora, na verdade está remetendo à ideia de que, depois de atravessar o século XX e os primeiros anos do XXI com lutas e conquistas para que se chegasse a um ponto minimamente aceitável, percebeu-se nos últimos anos um processo de estagnação e até retrocessos: de uma quase realidade, a universalização do ensino fundamental corre riscos; a reivindicação do ensino médio para pelo menos metade da população em idade escolar se distancia no horizonte; a ampliação de oferta do ensino superior público, gratuito e de qualidade sofre ataques. Assim, a guinada à direita na condução das políticas econômicas e sociais estão levando ao abandono da política de oferta escolar pública, gratuita e de qualidade, havendo redução e remanejamento dos recursos para outras áreas, a partir de justificativas que se assentam no suposto “alto custo” e “baixa produtividade ou baixa qualidade” do serviço prestado, além da “não entrega” dos serviços na mesma proporção das expectativas sociais em relação a eles, abrindo espaço para a atuação predatória do sistema privado de ensino⁵.

⁵ Cabe esclarecer que embora essa guinada mais à direita na condução das políticas seja um fenômeno global, conforme já apontado na introdução deste texto, conforme atesta inclusive publicação recente avaliando a situação da educação na Inglaterra (SILVA, 2021), esta

É com esse espírito mercantil-privatista e desprezo às conquistas históricas dos trabalhadores que o governo federal vem retirando recursos das políticas públicas que atendem as áreas sociais, como no caso da saúde e da educação. A Emenda Constitucional n. 95 (BRASIL, 2016), que estabeleceu o novo regime fiscal, já havia retirado R\$ 99,5 bilhões da educação, considerando os dados fechados até 2019, segundo levantamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (PELLANDA, 2020). Para este ano de 2021, em que a pandemia ainda assola a população mundial e brasileira, em especial os mais pobres, o governo federal aprovou um orçamento que reduz despesas discricionárias para a educação e saúde para poder com esse ajuste orçamentário contemplar emendas parlamentares (TATEMOTO, 2021).

Essas estratégias do corolário neoliberal são abraçadas pelo empresariado nacional e vão aos poucos sendo gestadas na arena política do executivo e legislativo federal. Sua imposição à sociedade se manifesta em ações pontuais com vistas à substituição gradativa da educação presencial pela educação a distância, à substituição de professores concursados por professores temporários, à relativização do conhecimento científico em face do conhecimento que interessa ao grupo dominante, à redução do esforço para atendimento de trabalhadores específicos (jovens e adultos trabalhadores com atraso na educação básica, educação tecnológica e educação noturna para jovens trabalhadores), à gestação de um tipo de escola que se disseminou nos tempos da ditadura militar (sem autonomia pedagógica e administrativa, militarizada). Tudo isso tem como escopo a criação de condições que favoreçam uma escola imposta pelo capital, com

pesquisa está concentrada no desvelamento dos eventos de precarização verificados no Brasil, tendo em vista os efeitos dramáticos sobre uma realidade econômica mais frágil da parte da classe trabalhadora.

traços de subserviência administrativo-pedagógica, de certificação e treinamento para os interesses externos à formação e, por último, de precarização social do trabalho.

Já há um conjunto significativo de estudos que demonstram os efetivos nocivos da utilização da **educação à distância, EaD, como substituta da educação presencial** e como estratégia de barateamento do ensino superior. Para além das questões relacionadas aos aspectos administrativo-financeiros, o que mais preocupa é a indiferença com os resultados pedagógicos, que podem levar a uma semi ou pseudoformação, especialmente nos cursos que se propõem à formação de professores (PATTO, 2013).

Em geral os estudos demonstram, no caso do ensino superior, que a EaD se insere como estratégia de submissão do trabalho intelectual a uma lógica racional e mercadológica de prestação de serviço ou venda de uma mercadoria como outra qualquer. Para Schlesener (2017, p. 171) “o trabalho docente passa a ser submetido à lógica do capital e do processo de sua acumulação, por meio de sua racionalização e de sua fragmentação, materializadas e sustentadas pelas políticas educacionais”.

Na pesquisa que fez sobre a oferta de educação a distância no curso de Serviço Social, o Conselho Federação de Serviço Social (CFESS, 2014) conclui que as lacunas encontradas não se limitam a erros ou desvirtuamentos do processo formativo, mas revelam a lógica do processo de expansão do ensino superior brasileiro: massificada, de caráter mercantil, sob condições de trabalho docente inadequadas, que dificultam a realização indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão. Tais conclusões servem também para as demais graduações, uma vez que a lógica imanente é a mesma.

Até 2019 o ensino superior contemplava a oferta de cursos de graduação presencial ou a distância. Mesmo a modalidade presen-

cial permitia uma carga horária de até 20% com atividades remotas. Com o advento da Portaria n. 2.117, do Ministério da Educação (BRASIL, 2019), foi introduzida na prática a **modalidade de ensino híbrido no sistema federal de ensino superior**, que pode contemplar nos projetos de curso até 40% da carga-horária com atividades remotas ou *online*, única exceção mantida para o Curso de Medicina. Ainda que haja algumas exigências contidas na Portaria, o que ocorre é mais uma flexibilização para que, em pouco tempo, todo o sistema de ensino superior, público ou privado, converta seus projetos pedagógicos para essa modalidade híbrida, não necessariamente pelas eventuais vantagens que isso possa proporcionar à formação, mas principalmente pelos aspectos da racionalidade administrativa e seus impactos no custo final das ofertas, em especial para o sistema privado, que têm maior liberdade na contratação, manejo e remuneração do corpo docente.

Mas essa é apenas uma ponta do *iceberg* dessa precarização na formação da classe trabalhadora. Notícia recente mostra que já foi dada a largada para o funcionamento de **sistemas similares ao uber para contratação de professores** nas redes privada ou pública de ensino (FRAGA, 2020). O autor revela que no Rio Grande do Sul já funciona a Prof-e Plataforma Colaborativa de Professores por Demanda. Trata-se de um aplicativo que cadastra e treina professores para ficarem em sistema de prontidão para substituição nas ausências dos docentes titulares, de acordo com a necessidades das escolas, através de aula presencial (se na cidade onde mora) ou remota (em qualquer lugar do Brasil), através de sistema de EaD invertida, quando os alunos estão na escola e o professor a distância.

Outra estratégia utilizada é relatada por Silva (2019) e ocorre na Rede Pública Estadual Paulista, que utiliza **uma terceira categoria de professor, que não é o permanente e nem o temporário**,

mas o eventual. Para esse último a precarização é ainda superior a do temporário, que é contratado com algumas garantias, ainda que mínimas. O eventual fica à disposição das escolas, pronto para atuar mediante a demanda que ocorre pela falta do professor da disciplina. Além da falta de garantia no emprego e de remuneração fixa, carece de uma identidade baseada no trabalho, pois não faz parte de uma carreira e não se sente participante de um grupo ocupacional estável, regido por código de ética e normas de comportamento. Além disso, não estabelece relações minimamente duráveis com os demais professores e servidores ou alunos da escola, e sequer cria uma identidade como professor de uma dada disciplina (já que ministrará o que aparecer dentro da sua formação). Fica à disposição em uma escola ou zona geográfica, só recebendo pelas aulas que efetivamente ministra, o que também não assegura a ele o recebimento de um salário mínimo legal no período.

Segundo o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (BRASIL, 1996), parágrafo 11, para efeito de cumprimento das exigências curriculares do Ensino Médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação à distância. Conforme entendimento de Freitas (2016), isto pode abrir caminho para as empresas que fornecem conteúdo instrucional online, também chamadas de *charters online*. Com essa estratégia, a proporção professor-aluno de aproximadamente 1x40 pode ser multiplicada por 10, chegando-se até a 1x400 em uma escola *online*. Se isso que ele chama de *charterização* prosperar, estará aumentando a alienação e expropriação do trabalho do professor.

A Educação de Jovens e Adultos, EJA, destinada a garantir o acesso à escola a todos que dela foram privados na idade escolar adequada, também vem sofrendo com as políticas públicas recentes.

O número de escolas que ofertam o Ensino Fundamental na modalidade EJA despencou 34% no período de 2009 a 2018, e isso não reflete o esgotamento do público a ser atendido ou a baixa procura, mas principalmente o deslocamento de investimentos educacionais para outros níveis e modalidades, como a educação profissional, por exemplo (MORENO, 2019). No Paraná tem havido um esforço da Secretaria Estadual de Educação para inviabilizar a oferta pública de EJA, por considerá-la improdutiva do ponto de vista do gasto público. Pires (2021) esclarece que pela lógica da política de governança implementada pelo Governo do Estado, se um serviço não é viável no aspecto financeiro, não há como justificar perante o contribuinte. Mas pergunta: como medir o sonho de concluir o ensino fundamental ou o ensino médio a partir de cifras? Apesar disso, vai-se criando um discurso apropriado para o fechamento de turmas e escolas especializadas no atendimento do público da EJA.

Em convergência com esse movimento de relativização das demandas dos trabalhadores e apresentação de um modelo de escola adequado ao pensamento unidimensional dos governantes que estão no poder, desde 2019 há um forte movimento de **militarização da educação básica**, conforme iniciativas do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa. E nessa corrida para o estabelecimento de escolas chamadas cívico-militares, o Paraná pretende implantar 215 escolas de ensino fundamental e médio em 117 municípios do estado, conforme reportagem de Ruschel (2020), revelando a convocação de 806 policiais aposentados para compor o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários que devem atuar nas referidas escolas, cuidando de questões disciplinares.

A intenção de militarização das escolas, cujo cronograma teve atrasos devido à pandemia, pode ter como consequência danosa à classe trabalhadora, também, a **redução ou até mesmo o fim da**

oferta de aulas no ensino médio noturno. Segundo a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, UPES (2019), o Governo do Paraná tem a intenção de fechar gradativamente a oferta de ensino médio noturno, considerado de baixo desempenho, até sua extinção, com o objetivo de melhorar os indicadores da qualidade. A APP Sindicato – Núcleo Sindical de Londrina (2020) também informa que muitas escolas que ofertam hoje ensino médio noturno, para atender a demanda de estudantes trabalhadores, terão obrigatoriamente que encerrar tais ofertas para poderem aderir ao programa das escolas cívico-militares. O problema é que tal estratégia representa a negação do direito à escola para aqueles que precisam do trabalho para viver, uma vez que a matrícula no período noturno não é necessariamente uma escolha, mas uma necessidade.

Para além da questão da educação formal escolar, o estudo que apresenta o Panorama do Treinamento no Brasil (TED GESTÃO DE PESSOAL, 2019) mostra uma tendência geral, verificada nos últimos anos, de **redução de investimentos no treinamento dos trabalhadores**, o que pode se refletir não só sobre os resultados obtidos pela empresa, tendo em vista a perda de capacidade de geração de resultados, como também sobre a qualidade de vida ou mesmo a integridade física dos trabalhadores.

Embora os dados sobre acidentes de trabalho já tenham sido apresentados no item 4.3, é importante frisar, aqui pelo viés do desinteresse das empresas pelo treinamento, que isso pode explicar boa parte dos acidentes. O estudo de Assunção e Camara (2011) sobre os acidentes no corte de madeira mostra outro aspecto da precarização do trabalho. A tendência de aumento das taxas de acidentes, quando se trata de terceirização, é atribuída não somente à transferência selecionada de riscos que ocorre da empresa tomadora para a terceirizada, mas também à transferência das responsabilidades e

da efetivação de medidas de segurança para a empresa terceirizada. Todavia, como na empresa terceirizada os vínculos são mais frágeis (contratos temporários), investe-se pouco na formação do trabalhador, limitando-se o treinamento em segurança, negligenciando-se os riscos de determinadas tarefas, restringindo-se o fornecimento e uso de equipamentos de proteção individual, tudo isso aliado a uma pressão por produtividade. Assim, justamente as operações consideradas de risco é que são transferidas para outras empresas, porque junto com as operações elas “assumem” os custos envolvidos. Na prática, como as terceirizadas não dispõem de margens de lucro consideradas adequadas, negligenciam a qualificação e a prevenção de acidentes, justamente porque os trabalhadores terceirizados não têm o mesmo nível de proteção sindical/estatal, estando mais suscetíveis a esse descaso.

Outro movimento perigoso de interferência no processo de avanço educacional escolar no Brasil diz respeito às iniciativas para **fragilizar o trabalho das universidades públicas e institutos federais de educação**. Uma das primeiras ações do novo governo que tomou posse em 2019 foi a proposição do Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se (BRASIL, 2020), capitaneado pelo Ministério da Educação, com a intenção de interferir na autonomia das universidades, induzindo-as a atuarem em conjunto com organizações sociais para a captação de recursos. Segundo entrevista concedida pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná ao Plural (2019), são muitos os pontos do Programa que prejudicam o funcionamento e o cumprimento das funções da universidade pública, como: risco à autonomia financeira nas universidades; redução do aporte financeiro público; desvalorização da carreira docente; abandono de políticas de inclusão e falta de interesse pelas áreas das humanidades e das ciências básicas. Menos mal que

essa intenção tenha sido temporariamente abandonada com a saída do então ministro da educação do cargo.

Intervenções e/ou acomodações pontuais com o objetivo de ajustar o ensino superior aos interesses do capital, na verdade, já vêm sendo feitas nas últimas décadas. Uma delas diz respeito à introdução de políticas e lançamento de editais de fomento que contemplem preferentemente as áreas que mais interessam ao setor produtivo, inserindo-se cada vez mais termos como “tecnologia”, “inovação”, “produtividade”, “ciência aplicada” nos documentos, nas ementas e no vocabulário dos cursos e programas ofertados pelas universidades públicas, uma vez que as instituições privadas já fazem isso naturalmente, pelos interesses envolvidos.

Deve-se mencionar, também, o momento obscuro que decorre da crescente **relativização do conhecimento científico** no momento em que a popularização da *internet* uso das redes sociais ganham espaço na vida das pessoas. Esse suposto “empoderamento tecnológico” leva a uma banalização do conhecimento científico, abrindo espaço para o que Gramsci chamava de conhecimento acrítico e desorganizado, carregado de crenças, fragmentado e sem vínculos com a realidade concreta⁶. Assim, a falta de criticidade ganha corpo e espaço na sociedade, de modo que se relativiza o esforço para a apropriação do conhecimento consolidado, atestado e reconhecido pelos pares e pela comunidade científica.

De acordo com Silva e Videira (2020), as ciências podem morrer de muito modos, e a relativização dos conceitos de verdade, fato

⁶ A proposição de Gramsci não estava em ignorar o saber popular desorganizado e fragmentado, mas submetê-lo a uma crítica que leve ao estabelecimento de uma relação dialética com o “bom-senso” presente no conhecimento socialmente reconhecido; também não propunha referendar o conhecimento das classes dominantes sem um necessário distanciamento crítico, compreendendo que esse conhecimento acumulado é o resultado do projeto de uma classe com objetivos políticos específicos (SEMERARO, 2001).

e objetividade é um dos mais eficientes. O combate a esse ataque à ciência depende da capacidade de se articular o conhecimento com as dimensões social, histórica e política das práticas científicas. Ainda segundo esses autores, a promoção e o resgate da cultura científica depende dos seguintes esforços: reconhecer o papel crítico e propositivo dos estudiosos de ciências; fazer o esforço para a reconstrução de um campo intelectual comprometido com as noções de realidade, fato, objetividade e verdade; participar do debate e da proposição de ideias e estratégias que resguardem a universidade como espaço de formação robusta, sem que seja reduzida a interesses utilitários; estender tais esforços à educação básica, e colaborar para o fortalecimento e a difusão da ciência a partir de uma perspectiva pluralista, que dissemine as práticas científicas como atividades sociais coletivas abertas a todos.

Desmonte da estrutura estatal como espaço de resistência aos ataques do capital

Outro tipo de precarização social do trabalho que se percebe nas ações e políticas mais recentes tem relação com o desmonte da estrutura estatal como espaço de resistência aos ataques do capital. Nesse caso, a redução do orçamento destinado à manutenção da estrutura estatal para atender à população é explicativa dos objetivos de precarização dos serviços prestados por esses órgãos estatais ou gerenciados pelo Estado.

Um exemplo foi a iniciativa do Governo Federal, com o apoio do Congresso Nacional, que aprovou a Proposta de Emenda à Constituição, conhecida como PEC Emergencial, que ao final transformou-se na Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021

(BRASIL, 2021a). Apresentada com o objetivo original de estabelecer mecanismos orçamentários de enfrentamento da pandemia, aproveitou-se do momento de vulnerabilidade social e fragilidade do filtro parlamentar para alterar dispositivos constitucionais para **dificultar a abertura de concurso para ingresso no serviços público e inviabilizar a concessão de reajustes salariais aos servidores públicos**. Isso que no jargão popular do congresso é conhecido com um “jabuti”, quando se inserem dispositivos não negociados ou não divulgados num texto em apreciação, revela as intenções do governo federal de reduzir o tamanho do funcionalismo, dificultando, inclusive, a reposição de aposentadorias, além da redução do investimento público na formação e qualificação dos quadros de pessoal. Em última análise, isso sinaliza um movimento de defasagem salarial dos servidores públicos e de precarização das condições de trabalho, com efeitos nocivos sobre os serviços diversos prestados à população.

Nessa mesma seara tem havido uma sistemática campanha de **deterioração da imagem do servidor público**, com o objetivo de mostrar que o custo de manutenção da máquina pública é “muito elevado”. Assim, criam-se notícias falsas sobre os gastos com pessoal, conforme revela a matéria do noticiário Democracia e Mundo do Trabalho em Debate (2020), tentando passar à opinião pública uma mensagem de que, além de custar muito, a manutenção do funcionalismo compromete as contas públicas. Na verdade, segundo a matéria, o que se pretende é criar fatos que favoreçam a Reforma Administrativa proposta pelo Ministro Paulo Guedes, que tem como objetivo final a privatização da educação e da saúde pública, ainda segundo essa mesma fonte, oferecendo à população mais pobre “vouchers” que lhes permitiriam acessar esses serviços na rede privada, mas com serviços de qualidade duvidosa.

A **Reforma Administrativa** é uma bandeira do atual governo federal cuja tramitação atrasou devido à pandemia, mas à medida em que se flexibilizam os protocolos sanitários, ressurgem as discussões a respeito do tema. O Senado Notícias (2020) informa que o Congresso Nacional recebeu a Proposta de Emenda Constitucional em 3 de setembro de 2020. Entre as muitas mudanças propostas, algumas até de aprovação relativamente pacífica, como a que impede a concessão de reajustes salariais retroativos, há muitas que geram muita desconfiança sobre as reais intenções do governo federal, citando como exemplos: as alterações não afetariam parlamentares, juízes, desembargadores, ministros de tribunais superiores, promotores, procuradores e militares; além do concurso público para provimento de cargo, haverá também um processo seletivo simplificado para cargos de liderança e assessoramento; a extinção da gratificação por tempo de serviço. Como se vê, sempre há categorias que ficam de fora dos eventuais sacrifícios impostos aos demais, o que fragiliza a tese de que a mudança é necessária e boa para o Brasil.

O desmonte do Estado brasileiro é um longo processo que remonta à constituição de sua burocracia pública. A máquina pública resulta da disputa de forças entre projetos de desenvolvimento nacional e oligarquias regionais, assim como na agenda de austeridade prescrita por organismos financeiros mundiais. Esse desmonte implica descontinuidade nas ações e nos quadros de servidores públicos, com efeitos ainda mais prejudiciais na área de saúde. A capacidade de resposta do SUS na pandemia do coronavírus é explicativa desse embate. Mesmo com todas as limitações, o sistema de saúde público vem resistindo e reafirmando seu papel na oferta dos serviços “essenciais” para a população (NEY; GONÇALVES, 2020).

Insegurança alimentar da classe trabalhadora

O tema da insegurança alimentar sempre ronda os noticiários, em especial quando os estudos mostram a degradação da situação econômica dos mais pobres e da concentração da riqueza nas mãos de poucos. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado em dezembro de 2020, mostra que em 55,2% dos domicílios brasileiros os habitantes conviviam com a insegurança alimentar, um aumento de 54% em comparação com dados de 2018. Em números absolutos, 116,8 milhões de pessoas não tinham acesso pleno e permanente a alimentos, em função de insegurança alimentar moderada (insuficiência de alimentos) ou grave (passando fome). Os dados mostram também que ela é mais grave nos lares chefiados por mulheres, nos lares habitados por pretos e pardos e nos lares em que os moradores têm menor escolaridade (REDE PENSSAN, 2021).

Essa situação é contrastante com as notícias de seguidos recordes na produção de alimentos no Brasil e no mundo, sem contar que os avanços na produção e na produtividade estão associados à drástica redução da biodiversidade animal e vegetal nas áreas de agricultura intensiva e estática, que não respeita as funções ecológicas e assenta-se em práticas intensivas de manejo e uso de insumos químicos (ASSAD; ALMEIDA, 2004; DURU; THEROND; FARES, 2015). Percebe-se, portanto, que está em curso um novo tipo de precarização social do trabalho, relacionado com o processo de **insegurança alimentar do trabalhador**.

Dos 5.570 municípios brasileiros, aproximadamente 4,9 mil têm menos de 50 mil habitantes (IBGE, 2020) e caracterizam-se como economias de base agrícola. Assim, era de se esperar que houvesse uma articulação entre a produção local de alimentos e as de-

mandas da população, em especial do poder público local na sua rede de atenção aos estudantes, aos hospitais e casas de acolhida, associações de moradores, casas de detenção e populações mais vulneráveis (em situação de rua, albergados e outros). Tal iniciativa representaria uma fixação da população nas atividades básicas de produção de alimentos, em condições favoráveis e com melhor qualidade de vida, além de atender às necessidades alimentares com produtos de qualidade e gerados na própria comunidade, sem contar os ganhos com a redução dos impactos ambientais decorrentes da produção em larga escala, da industrialização e logística de distribuição de alimentos.

Apesar disso, o capitalismo impõe padrões que ampliam a apropriação dos lucros gerados pelo trabalho coletivo nas indústrias distantes das áreas de cultivo, desvalorizando a produção local e vulnerabilizando aqueles que resistem, produzindo através do sistema familiar ou comunitário. Trata-se de mais uma investida do capitalismo monopolista que se serve da estrutura governamental, mesmo em um período de pandemia, para deliberadamente concentrar esforços num modelo de produção e consumo que não atende às necessidades da população, mas sim de geração de resultados financeiros para os grandes produtores.

Um primeiro aspecto que sustenta e viabiliza esse padrão de produção é o uso indiscriminado de agrotóxicos para a obtenção de ganhos contínuos de produtividade, desconsiderando-se os seus efeitos sobre o meio ambiente e a saúde das pessoas. Lopes e Albuquerque (2018) compilaram estudos que apontam um conjunto enorme de impactos à saúde dos trabalhadores que manuseiam e da população que consome os alimentos. Doenças do sistema nervoso, doenças no sistema digestório, cânceres diversos, alterações no sistema reprodutor, no binômio mãe-feto (malformações, nascimentos prematuros etc.) e doenças da pele são apenas alguns dos achados das

pesquisas realizadas. Nenhum dos públicos (produtor e consumidor) tem a exata noção dos riscos que corre e há inúmeros relatos de acidentes associados ao uso incorreto de tais produtos, além de doenças ocasionadas pela incorporação do seu uso no padrão alimentar.

A realidade é que o Brasil ainda não se constituiu num paraíso para as indústrias de alimentos ultraprocessados (macarrão instantâneo, hambúrguer, salgados de pacote, salsicha, refrigerante etc.), pois o percentual de calorias aqui consumidas e vindas desses produtos representa 20% do total, contra 60% no caso da Europa e Estados Unidos. Isso é o que mostra a pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde, da Universidade de São Paulo – USP (CARTA CAPITAL, 2021), revelando, portanto, que o país se tornou o alvo dos grandes conglomerados industriais, que no afã de alterar o padrão alimentar do povo brasileiro, apresenta os seus produtos como os mais adequados para a vida contemporânea. Além de apontar o risco à alteração desse padrão alimentar e, por conseguinte, da soberania alimentar, o estudo mostra os malefícios que a ingestão frequente de alimentos ultraprocessados apresenta para a saúde: ganho de peso e aumento da adiposidade, diabetes, hipertensão e outras doenças cardiovasculares, depressão, cânceres em geral (em particular o de mama), asma e disfunções renais. Segundo os coordenadores do estudo, as possibilidades de resistência ao ataque desses grandes conglomerados alimentícios depende da preservação da tradição alimentar saudável própria do povo, do empoderamento da agricultura familiar, que tem capilaridade no território nacional, e da manutenção de políticas públicas exitosas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE.

No atual cenário político-econômico, o risco de perda da identidade e da autonomia alimentar do povo brasileiro é grande. Um sintoma disso é a falta de interesse pela **produção agroecológica**,

quejá enfrenta naturalmente dificuldades inerentes à produção, quais sejam: adversidades quanto ao clima, preparação adequada do solo, controle biológico de insetos e pragas, dificuldade de manejo nas divisas entre terrenos, custos de certificação e divulgação dos produtos e educação do público consumidor quanto ao produto (KIST, 2018). Para além dessas dificuldades próprias da atividade, o desinteresse do governo federal pelas alternativas ao agronegócio e o advento da pandemia do coronavírus prejudicaram ainda mais os pequenos produtores e a agricultura familiar. No contexto brasileiro, em que os problemas históricos de baixo nível de escolaridade da população rural e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, entre outros, somados à crescente industrialização da produção agrícola e as alterações no estilo de vida, criam um mosaico de vulnerabilidades sociais e riscos à saúde da população (WEIHS; OLIVAL, 2021).

Nesse período em que a população mais pobre das cidades ficou ainda mais exposta à fome, dada a redução na atividade comercial e de serviços, o governo federal não envidou esforços para valorizar os pequenos produtores locais, seja com políticas de fomento, seja com uma estrutura de distribuição que aproximasse os que produzem dos que precisam consumir. A reportagem de Galvani (2020) para a Carta Capital mostra a dificuldade que os agricultores familiares têm para distribuir seus alimentos, pois como a pandemia e as restrições impostas à população desestruturaram as redes de distribuição e abastecimento de escolas, sacolões, feiras e ceasas, a produção vem se perdendo no campo⁷, enquanto os municípios privilegiam o abastecimento através de grandes produtores e redes de supermerca-

⁷ A perda só não é maior porque os agricultores organizados têm feito esforços para distribuir alimentos, como é o caso do MST, que desde o início da pandemia até junho de 2021 já teria distribuído 1 milhão de marmitas e 5 mil toneladas de alimentos aos habitantes das periferias urbanas e rurais do país, mediante campanhas de solidariedade (BRASIL DE FATO, 2021).

dos, concentrando a riqueza, empobrecendo o cardápio e vulnerabilizando o pequeno produtor. Assim, parte da classe trabalhadora residente nas periferias urbanas, que já sofre com o desemprego e o desaquecimento da economia, tem sua alimentação e saúde ainda mais comprometidas. São afetados os pequenos agricultores, que deixar de distribuir o seu excedente na comunidade mais próxima, assim como são afetados os trabalhadores em geral, que ficam reféns dos produtos e preços impostos pelas grandes redes de produção e distribuição de alimentos.

Os dados da Pesquisa “Perfil dos municípios brasileiros – 2017” (IBGE, 2018) mostram que não há ênfase à questão da produção saudável de alimentos nos municípios menores, que teriam naturalmente vocação para isso, muito possivelmente por falta de uma política pública indutora de ações nesse sentido. Quando se pesquisa o incentivo à produção orgânica, descobre-se que isso ocorre em apenas 27,2% dos municípios que têm entre 5 e 10 mil habitantes e em 66,7% dos municípios com mais de 500 mil habitantes. Quando o que se pesquisa é o incentivo à agricultura familiar, os números se equivalem, ocorrendo em 80,1% dos municípios com menor população e em 81% dos mais populosos⁸. Mas ainda que os números não sejam considerados ruins, os resultados mais recentes mostram que a política centralizada no agronegócio em detrimento da produção de alimentos saudáveis deixa os pequenos agricultores desamparados, tendo-se reduzido o investimento na agricultura familiar. Nesse sen-

⁸ A pesquisa descobre se os municípios dispõem de políticas voltadas aos pequenos agricultores, mas não avalia a qualidade e efetividade dessa política. Se ter uma política é importante, também é necessário que haja avaliação dos resultados obtidos e da interlocução entre os interessados e os agentes públicos a partir de uma visão e um arranjo mais amplo da produção e da rede de distribuição de alimentos numa determinada localidade, visto que um pequeno município pode produzir mas não dispor de um público consumidor mais amplo, assim como um município maior (como as capitais e regiões metropolitanas), carecem desses alimentos sem ter condições de produzi-los localmente.

tido, a reportagem no Correio Braziliense (2020) é altamente explicativa, noticiando que embora a agricultura familiar garanta 70% da mesa do brasileiro, está longe do agro 4.0. Se com tão pouca atenção, representa tudo isso, poderia ser ainda mais alavancada com maior conectividade digital, escola de qualidade e acesso ao crédito.

É importante lembrar que até o início dos anos 2000 a agricultura familiar estava praticamente invisível ou à margem da fotografia setorial da produção rural, pois só em 2006 houve reconhecimento oficial da sua importância tendo sido incluída no Censo Agropecuário, ocasião em que se estabeleceu diretrizes para uma política nacional da Agricultura Familiar (MAKISHI et al., 2021). Mesmo a partir daí, quando as políticas públicas foram mais favoráveis aos pequenos produtores, o problema é que nem sempre eles são alcançados por tais políticas, em muitos casos porque sequer estão cadastrados, não conseguindo acessar as linhas de crédito disponíveis. Assim, em certo sentido, o agricultor e sua família permanecem muitas vezes ainda invisíveis, sendo essa também uma forma de precarização da sua condição de trabalhador, que não tem sua importância na produção de alimentos reconhecida.

Outro problema que se soma aos já mencionados para reforçar a insegurança alimentar e desvalorizar as formas distintas de produção de alimentos é o relacionado ao avanço do agronegócio sobre as áreas florestais. Já em 2015 o IBGE mostrava que a agricultura e a pecuária eram as principais causas de devastação de áreas florestais no Brasil (UOL MEIO AMBIENTE, 2015). Alguns anos depois, já no início do Governo Bolsonaro, estavam claras as estratégias dos grandes produtores de carne e grãos para assegurar o avanço das fronteiras agrícolas nas regiões centro-oeste, norte e nordeste do Brasil (ARAÚJO; VIEIRA, 2019). A assunção de um governo comprometido com os grandes produtores agrícolas sinalizava para

o enfraquecimento da fiscalização ambiental e dos órgãos ambientais, prevendo altas taxas de desmatamento na Região Amazônia e no Cerrado Brasileiro, o que de fato vem se confirmado nos últimos dois anos. Além de todos os problemas que vão da grilagem de terra, derrubada e queima da floresta, outra questão que preocupa é o desequilíbrio ambiental mais amplo. Embora seja consenso entre pesquisadores sobre a influência das matas sobre o regime das chuvas, a busca desenfreada pelo lucro rápido desconsidera a existência e a importância dos rios voadores da Amazônia, sem os quais o próprio agronegócio não terá vida longa (MORI, 2019).

Apesar desse estado de coisas, a agricultura familiar e camponesa resiste, principalmente porque os princípios agroecológicos consideram a natureza como bem comum. Essa existência ocorre também porque as novas estratégias de comercialização criadas nessa conjuntura de isolamento social permanecem orientadas por relações que têm o valor de uso (alimento que é comida de verdade) e a venda direta ao consumidor via circuito curto de mercado como fundamentos (IKUTA et al., 2020). E é preciso que essa existência ou resiliência se faça na luta pela preservação de um espaço de vivência e trabalho que assegurem uma alimentação saudável à população. Alguns estudos mostram que esse caminho passa necessariamente pelas políticas públicas, pela governança, pela ação coletiva de grupos de agricultores familiares e pelo planejamento regional. (MAKISHI et al., 2021).

O importante é que isso não se constitua em uma mera utopia descolada da vida real, mas que parta das iniciativas e das experiências exitosas nesse campo de produção da vida, a partir de um projeto que pretenda assegurar condições adequadas para a produção de alimentos saudáveis e disponíveis aos trabalhadores, a começar pelos próprios produtores.

Considerações finais

A precarização decorrente da guinada à direita na condução da economia e da politicase manifesta através de um arcabouço legal que vai aos poucos sendo construído. Nesse sentido, eventos como as reformas trabalhista e previdenciária no Brasil são apenas algumas formas aparentes de um movimento muito mais profundo de desintegração da ordem construída globalmente ao longo dos séculos XIX e XX, e no Brasil nas últimas sete ou oito décadas, que buscava, não sem muita luta, um relativo equilíbrio entre as classes patronal/capitalista e trabalhadora.

Assim como essas, outras iniciativas como o contingenciamento de recursos para as políticas públicas, a reforma tributária e a reforma administrativa que estão sendo gestadas, são outros exemplos de ações que visam implementar o enxugamento do estado como resposta a uma aparente correção de rumo, cujo remédio estaria na autorregulação do mercado que tem como uma das suas consequências a flexibilização trabalhista.

Apesar das condições cada vez mais agressivas de submissão do trabalho pelo capital e redução das possibilidades de luta da classe trabalhadora frente ao sistema que escamoteia e neutraliza as potencialidades dos trabalhadores, deve-se considerar que o atual estágio de precarização do trabalho e precarização social do trabalho não são totalizantes no sentido de que inviabilizem alternativas de resistência e reação a esse movimento.

A outrora massa mais ou menos homogênea de proletários do período em que avançaram significativamente, durante o século XX, hoje se encontra fragmentada e amorfa. Ainda assim, a centralidade do trabalho como indispensável à realização dos projetos da humanidade continua em pauta, haja vista que durante a pandemia o siste-

ma não colapsou graças ao grande contingente de trabalhadores que mundo afora permaneceu produzindo, transportando e disponibilizando o que de fato era indispensável: os alimentos e os serviços básicos. É bem verdade que as demais necessidades passaram por um período de contenção, desde que o fundamental estivesse assegurado, e para isso foram importantes os trabalhadores da agricultura, especialmente aqueles que atendem à população mais pobre, inclusive com a distribuição de produtos e composição das cestas e sacolões de ajuda ao público mais vulnerável.

De toda sorte, a guinada à direita nas decisões econômico-políticas no mundo tem mostrado um aumento da concentração de renda nas mãos de poucos e a ampliação generalizada da fome e da miséria, inclusive nos países antes considerados ricos.

Os dados obtidos e as inferências mostram que o processo de precarização do trabalho e precarização social do trabalho continua avançando nos últimos anos, inclusive ganhando contornos dramáticos durante a pandemia. Assim, a tipologia enunciada por Franco e Druck (2009) não só continua válida como pode ser alargada a partir de uma compreensão mais integradora das formas de precarização.

A vulnerabilidade das formas de inserção e as desigualdades sociais (tipo 1) mantêm-se e acentuam-se com o aumento do desemprego e do trabalho informal, o discurso e as estratégias que sinalizam para a empregabilidade, as formas empobrecidas de ocupação e renda (caso do estágio remunerado em substituição ao emprego); a intensificação do trabalho e terceirização (tipo 2) estão na ordem do dia das empresas, com o empoderamento dos patrões frente aos trabalhadores, resultante da reforma trabalhista; a insegurança e saúde no trabalho (tipo 3) não só continuam como uma questão pouco importante para os patrões, como se agravam com a redução orçamentária para as ações preventivas na área saúde, ou mesmo para a

manutenção de uma estrutura que atenda à demanda acidentária, as doenças ocupacionais e as novas formas de adoecimento associadas a transtornos neuróticos resultantes do trabalho realizado sob pressão intensa; a perda das identidades individual e coletiva (tipo 4) segue em alta, com a fragmentação e estranhamento entre os trabalhadores em geral, e entre o funcionalismo público e os trabalhadores da iniciativa privada; a organização dos trabalhadores (tipo 5), que já vinha se fragilizando desde o início dos anos 2000, sofre um duro golpe com a reforma trabalhista, que reduziu abruptamente o poder econômico e de representação dos órgãos de representação da classe trabalhadora; a ideia de condenação e descarte do Direito do Trabalho (tipo 6) se fortalece com a extinção do Ministério do Trabalho (e sua recriação um ano depois, mas com interesses meramente políticos), e com as reformas trabalhista e previdenciária, que simplesmente ignoraram direitos estabelecidos e conquistas obtidas com muita luta durante o século XX e primeiros anos do século XXI.

O estudo mostrou que novos tipos de precarização estão se configurando, agora sob a forma de: desinvestimento na formação da classe trabalhadora (tipo 7), materializado na redução de investimentos na sua qualificação, seja pela exigência empresarial de que os trabalhadores se capacitem por si próprios como condição de empregabilidade, seja mediante a negação da escola ou fragilização pedagógica da sua formação nos níveis médio e superior; desmonte da estrutura estatal (tipo 8) como espaço de resistência aos ataques do capital, visíveis na descontinuidade de condições mínimas para a prestação de serviços públicos de qualidade e ataque à imagem do servidor público; insegurança alimentar do trabalhador (tipo 9), com enfoque no agronegócio, relaxamento da política ambiental e redução ou abandono dos agricultores familiares à própria sorte.

Este ensaio teórico, suportado por material bibliográfico e jornalístico, pretendeu contribuir com a retomada da discussão da precarização do trabalho, da precarização social do trabalho e, por fim, da precarização da vida do trabalhador em todas as suas dimensões. De carácter assumidamente introdutório, a pesquisa pretendeu dar maior visibilidade aos estudos aplicados (da sociologia, economia, geografia, educação etc.) que tomam o trabalho como objeto, a partir da sua centralidade para a constituição da própria humanidade. Tomando os estudos de Franco e Druck(2009) como ponto de partida, e evidenciando a sua contribuição para a compreensão do processo de precarização do trabalho, o que se apresenta é um alerta, com muitas lacunas teóricas ainda a serem preenchidas, para o desfecho dramático que esse movimento silencioso vai impondo à humanidade, a saber: uma leitura unidimensional do seu processo histórico, onde o princípio deixa de ser o trabalho enquanto fenómeno autoeducativo e portador da emancipação. Pelo contrário, nas últimas décadas observa-se mundialmente, e por questões bastante específicas no cenário político brasileiro recente, que o protagonismo do trabalho concreto vai sendo negado, contraditado e combatido. A perda de direitos representa a parte mais perceptível desse processo selvagem de deterioração das condições de trabalho, das condições para trabalhar e das condições para se manter vivo enquanto trabalhador.

Oxalá os fatos sombrios que encapsulam o trabalho e o trabalhador neste início de século XXI fossem apenas o fruto de um pesadelo ou o conteúdo de uma *fake-news*, mas suspeita-se que serão necessários novos estudos para essa verificação.

Referências:

ABRES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTÁGIOS. Estatísticas. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://abres.org.br/estatisticas/>. Acesso em 21 ago. 2021.

ANTUNES, André. As contradições do trabalho remoto. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 14 out. 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/contradicoes-do-trabalho-remoto>. Acesso em: 07 mai. 2021.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, set. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2021.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, Ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2021.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. O Social em Questão, Rio de Janeiro, n. 34, Jul.-Dez. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256666002.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

APP SINDICATO – NÚCLEO SINDICAL DE LONDRINA. Escolas cívico militares vão expulsar centenas de estudantes do ensino

médio noturno na região de Londrina. 27 out. 2020. Disponível em: <https://www.applondrina.com/2020/10/27/escolas-civico-militares-vaio-expulsar-centenas-de-estudantes-do-ensino-medio-noturno-na-regiao-de-londrina/>. Acesso em: 05 mai. 2021.

ARAÚJO, Antônio J. C. A reforma da previdência e o futuro incerto da democracia. *Consultor Jurídico*: 19 fev. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-fev-19/antonio-jose-reforma-previdencia-futuro-incerto-democracia>. Acesso em: 11 mai. 2021.

ARAUJO, Marley R. M.; MORAIS, Kátia R. S. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172017000100001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2021.

ARAÚJO, Roberto; VIEIRA, Ima C. G. Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica. *Sustainability in Debate*. Brasília, v. 10, n.3, p. 366-378, Dez. 2019. Disponível em: <file:///D:/Users/Meu%20Not/Downloads/62686.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ASSAD, Maria-Leonor L.; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e Sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. *Ciência & Ambiente*, n. 29, p. 15-30, 2004.

ASSUNCAO, Ada A.; CAMARA, Guilherme R. A precarização do trabalho e a produção de acidentes na colheita de árvores. *Cad. CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, p. 385-396, ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: em 12 abr. 2021.

BERNARDIM, Márcio L. Estágio: da interface entre a escola e o mercado à configuração de uma relação de trabalho de novo tipo. *Emancipação*, Ponta Grossa, 10(2), p. 479-499, 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/913>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BERNARDIM, Márcio L. Formação universitária, expectativas e condições de inserção profissional. *Educação Unisinos*, 18 (2), 130-138, 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2014.182.03>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DOU, 20 dez. 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 01. Jun. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 3.076/2020. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 2.117, de 16 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de ensino a distância... Brasília: DOU, 11 dez. 2019, ed. 239, Seção 1, p. 131. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). DOU: Brasília, 22 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 15 dez. 2016. Disponível em: <http://www>.

planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: DOU, 13 nov. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 11 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional n. 109, de 15 de março de 2021. Altera e acrescenta artigos à Constituição Federal... Brasília: DOU, 16 mar. 2021a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/33324315/publicacao/33324389>. Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera e lei complementar n. 123... e dá outras providências. Brasília: DOU, 22 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória nº 1.058, de 27 de julho de 2021. Altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 28 jul. 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.058-de-27-de-julho-de-2021-334838067>. Acesso em 26 ago. 2021.

BRASIL DE FATO. MST doa 1 milhão de marmitas e 5 mil toneladas de alimentos durante a pandemia. 08 jul. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/08/mst-doa-1-milhao-de-marmitas-e-5-mil-toneladas-de-alimentos-durante-a-pandemia>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

BUKHARIN, Nicolai; PREOBRAJENSKI, Ievguêni. ABC do comunismo. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2018.

CAMPOS, Keli C. L. Construção de uma escala de empregabilidade: definições e variáveis psicológicas. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 45-55, Mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2021.

CAMPOS, Keli C. L. et al. Empregabilidade e competências: uma análise de universitários sob a ótica de gestores de recursos humanos. *Rev. Psicol., Organ. Trab., Florianópolis*, v. 8, n. 2, p. 159-183, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572008000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2021.

CACCIAMALI, Maria C.; BEZERRA, Lindemberg L. Produtividade e desemprego: tendência atuais. In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (org.). *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Nera*, Ano 7, n. 5, Ago/Dez. 2004. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1466/1442#>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CARTA CAPITAL. Submissão do governo à indústria de ultraprocessados ameaça brasileiros, alerta estudo da USP. 30 jun. 2021. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/saude/submissao-do-governo-a-industria-de-ultraprocessados-ameaca-os-brasileiros/?fbclid=IwAR1rdMIYnwXiSdqxnhB6WWK_M6Ot1yynjUn7zohNMhL8GfZy4hR-8V0QxuXA. Acesso em: 30 ago. 2021.

CASTELL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CAVALLINI, M. Reforma trabalhista completa 2 anos; veja os principais efeitos. *G1*, 11 de nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/11/11/reforma-trabalhista-completa-2-anos-veja-os-principais-efeitos.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2020.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CIPOLLA, Francisco P. O mecanismo da mais valia relativa. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 383-408, Jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612014000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 Mar. 2021.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em administração*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇOS SOCIAL – CFESS. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social. V. 2. Brasília: DF, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. *Métodos de pesquisa em Administração*. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORREIO BRAZILIENSE. Agricultura familiar garante 70% da mesa do brasileiro, mas está longe do agro 4.0. Set.2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/09/4878333-desigualdades-no-campo.html>. Acesso em: 06 mai. 2021.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. Bolsonaro reduz verbas para fiscalização e combate a trabalho escravo. 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-reduz-verbas-para-fiscalizacao-e-combate-a-trabalho-escravo-3b45>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DAMASCENA, Dhuliane M.; VALE, Paulo R. L. F. Tipologias da precarização do trabalho na Atenção Básica: estudo netnográfico. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n.3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v18n3/0102-6909-tes-18-3-e00273104.pdf>. Acesso em 13 abr. 2021.

DEMOCRACIA E MUNDO DO TRABALHO EM DEBATE. Por que a Globo está em cruzada contra os servidores públicos? 24 out. 2020. Disponível em: <https://www.dmttemdebate.com.br/por-que-globo-esta-em-cruzada-contr-a-os-servidores-publicos/>. Acesso em: 5

mai. 2021.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Terceirização e precarização das condições de trabalho. Nota Técnica, n. 172. Mar. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Cad.CRH, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Fev. 2021.

DURU, Michel; THEROND, Olivier; FARES, M'hand. Designing agroecological transitions; A review. Agron., Sustain. Dev., v. 35, p.1237–1257, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s13593-015-0318-x.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESTADO DE MINAS. Política. Governo Bolsonaro faz mudanças radicais em ministérios. Belo Horizonte, MG: 02 jan. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/01/03/interna_politica,1018413/governo-bolsonaro-faz-mudancas-radicaais-em-ministerios.shtml. Acesso em: 07 abr. 2021.

EXTRACLASSE. Ministério do trabalho recriado sob críticas. 28 jul. 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/politica/2021/07/ministerio-do-trabalho-recriado-sob-criticas/>. Acesso em 26 ago. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Onyx insiste em minirreforma trabalhista e diz que CLT é muro para ingresso ao mercado formal. São Paulo, 14 set. 2021. Disponível em: Onyx insiste em minirreforma trabalhista e diz que CLT é muro para ingresso ao mercado formal (msn.com). Acesso em: 14 set. 2021.

FRAGA, César. Contratação uberizada de professores por aplicativo já é uma realidade. Extra Classe, Porto Alegre, RS, 7 jan. 2020. Dispo-

nível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/01/contratacao-uberizada-de-professores-por-aplicativo-ja-e-realidade/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FRAGOSO, António; VALADAS, Sandra T.; PAULOS, Liliana. Ensino superior e empregabilidade: percepções de estudantes e graduados, empregadores e académicos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 40, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100304&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2021.

FRANCO, Tânia M. A.; FARIA, Maria G. D. A terceirização/subcontratação do trabalho no Brasil e sua interconexão com a saúde mental no trabalho. In: FERREIRA, J. J.; PENIDO, L. O. *Saúde Mental no Trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás*. Goiânia: Cir Gráfica, p. 469-485, 2013.

FREITAS, Luiz C. Charterização eUberização: destruindo profissões. *Avaliação Educacional - Blog do Freitas*, 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2016/12/18/charterizacao-e-uberizacao-destruindo-profissoes/>. Acesso em: 05 abr. 2017.

GALVANI, Giovanna. Agricultores familiares enfrentam dificuldades para distribuir seus alimentos. *Carta Capital*: 03 mai. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/agricultores-familiares-enfrentam-dificuldades-para-distribuir-seus-alimentos/>. Acesso em 06 mai. 2021.

GALVÃO, Andréia et al. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, Maio/Ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v32n86/0103-4979-ccrh-32-86-0253.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GIL, Antônio C. *Método e Técnicas de Pesquisa Social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

G1 CONHECIMENTO TRANSFORMA. Segurança do trabalho: país registra mais de 700 mil casos de acidentes de trabalho por ano. 26 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio->

-costa-verde/especial-publicitario/ubm/conhecimento-transforma/noticia/2020/03/26/seguranca-do-trabalho-pais-registra-mais-de-700-mil-casos-de-acidentes-de-trabalho-por-ano.ghtml. Acesso em: 29 abr. 2021.

G1 ECONOMIA. Número de MEIs no país ultrapassa a marca de 10 milhões de brasileiros. 27 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/27/numero-de-meis-no-pais-ultrapassa-a-marca-de-10-milhoes.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2021.

GOUNET, Thomas. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 15-22, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2021.

IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Nota técnica do IBDP sobre o fim do Ministério da Previdência. Curitiba, PR: 16 mai. 2016. Disponível em: <https://www.ibdp.org.br/noticia.php?n=2333>. Acesso em: 07 abr. 2021.

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/496bb4fbf305cca806aaa167aa4f6dc8.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

IBGE. Estimativas da população. Tabelas 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674&ct=resultados>. Acesso em 06 mai. 2021.

IBGE. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre 2021, 30 nov. 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnnibpcajpegclclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fbiblioteca.ibge.gov.br%2Fvisualizacao%2Fperiodicos%2F2421%2Fpnact_2021_3tri.pdf&chunk=true. Acesso em: 09 dez. 2021.

IKUTA, Fernanda et al. Agricultura camponesa e agroecológica, alimentando a r-existência para além da pandemia. *Revista Pegada*, v. 21, n.3, Set./Dez. 2020.

KIST, Joyce I. Motivações e dificuldades na agroecologia: ações de melhorias para a gestão da produção e comercialização de alimentos orgânicos. Universidade do Vale do Taquari. Dissertação: dez. 2018. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2500/1/2018JoiceInesKist.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2021.

KOVÁCS, Ilona. Reestruturação Empresarial e emprego. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 467-494, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9761>. Acesso em: 06 abr. 2021.

KREIN, José D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, Abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000100077&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2021.

LACERDA, Nara. Extinção do ministério do trabalho: o que mudou após um ano? *Brasil de Fato*: 14 jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/14/extincao-do-ministerio-do-trabalho-o-que-mudou-apos-um-ano>. Acesso em: 10 mai. 2021.

LIMA, Letícia et al. Satisfação e insatisfação no trabalho de profissionais de saúde da atenção básica. *Revista de Enfermagem Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p. 17-24, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v18n1/1414-8145-ean-18-01-0017.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

LOPES, Carla V. A.; ALBUQUERQUE, Guilherme S. C. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, V. 42, N. 117, P. 518-534, Abr./Jun. 2018. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/sdeb/2018.v42n117/518-534/pt>. Acesso em: 30 ago. 2021.

LÚCIO, Clemente G. Reforma trabalhista: trabalhador fragilizado; patrões põem normas na mesa. Centro de Estudos Estratégicos da Fio-cruz. Rio de Janeiro: Conjuntura Política, 22 jan. 2019. Disponível em: <https://www.cee.fiocruz.br/?q=Reforma-Trabalhista-trabalhador-fragilizado-patroes-poem-normas-na-mesa>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MAIELLO, Matías. Da fragmentação à hegemonia: encruzilhadas da atual luta de classes. Ideias de Esquerda: 08 dez. 2019. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Da-fragmentacao-a-hegemonia-encruzilhadas-da-atual-luta-de-classes>. Acesso em: 07 mai. 2021.

MAKISHI, Fausto et al. Políticas públicas e resiliência da agricultura familiar. In: OLIVAL et al. Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte-matrogrossense. Cáceres, MT: UNEMAT, 2021. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Editora/NA%20TRILHA%20DAS%20MUDAN%C3%87AS.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARTINS, João Z. Estágios, formação profissional e trabalho: contratos e retratos. Revista Eletrônica de Direito, n. 2, v. 19, jun. 2019. Universidade do Porto. Disponível em: https://cije.up.pt/client/files/0000000001/5-joao-zenha-martins_931.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

MARX, Karl. O capital – crítica da economia política. V. 1. Livro Primeiro. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTAR, Fauze. N. Pesquisa de marketing. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTOS, V. Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho: alongamento da escolaridade e alternativa ao desemprego. São Paulo: Samã, 2011.

MENDONÇA, Marcelo R.; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A discussão agricultura camponesa x agricultura familiar e as perspectivas políticas para a reforma agrária. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, USP, 2005. Disponível em: <http://obser>

vatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Sistema Único de Assistência Social. Brasília. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MORENO, Ana C. Em uma década, Brasil perde um terço das escolas para adultos com aula de ensino fundamental. G1 Educação. 06 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/06/em-uma-decada-brasil-perde-um-terco-das-escolas-com-aula-do-ensino-fundamental-para-adultos.html>. Acesso em 11 mar. 2021.

MORETTI, Bruno; SÓTER, Ana P. Emenda do teto de gastos faz SUS perder R\$ 13,5 bilhões em 2019. GGN: 27 fev. 2020. Disponível em: Disponível em: <https://bit.ly/3ImezqQ>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MORI, Letícia. Por que o futuro do agronegócio depende da preservação do meio ambiente no Brasil. BBC NEWS, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48875534>. Acesso em 16 jun. 2021.

NEY, Marcia S.; GONÇALVES, Carlos A. G. Reformas administrativas e o desmonte neoliberal do Estado brasileiro: desafios para o enfrentamento ao novo coronavírus. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 30 (03), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/mLMDkxGkMkF7nFVdCTWRD7J/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2021.

O GLOBO. Receita poderá transferir 1,8 milhão de MEIs para dívida ativa em setembro. 23 ago. 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-08-23/mei-regularizacao-divida-ativa-receita-federal.html>. Acesso em: 26 ago. 2021.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Trabalho decente. Brasília. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang-pt/index.htm>. Acesso em 06 abr. 2021.

PATTO, Maria H. S. O ensino a distância e a falência da educação. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 303-318, June 2013. Dispo-

nível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 mar. 2021.

PELLANDA, Andressa. Em 2019, a educação perdeu R\$ 32,6 bilhões para o Teto de Gastos. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-educacao-perdeu-r-326-bi-para-a-ec-95-do-teto-de-gastos/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PIALARISSI, Renata. Precarização do trabalho. *Rev. Adm. Saúde*. V. 17, n. 66, Jan.–Mar. 2017. Disponível em: <https://cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/11/21>. Acesso em: 02 mar. 2021.

PIRES, José. O fim da educação de jovens e adultos no Estado do Paraná. Parágrafo 2 – Jornalismo do lado de cá. 9 abr. 2021. Disponível em: <http://paragrafo2.com.br/2021/04/09/o-fim-da-educacao-de-jovens-e-adultos-no-estado-do-parana/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PLURAL. UFPR rejeita adesão a programa do governo Bolsonaro. 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/ufpr-rejeita-adesao-a-programa-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 22 set. 2021.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 1, pp. 89-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.29562019>. Acesso em: 01 jun. 2020.

POLZIN, Fernanda R., BERNARDIM, Márcio L. Estágio não-obrigatório: um estudo com universitários do curso de Administração. *Diálogo, Canoas*, 37, p. 83-97, abr. 2018.

QUINTINO, Larissa. Após 18 meses da reforma trabalhista, procura por trabalho temporário sobe até 260%. *Veja*. 6 jun. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/apos-18-meses-da-reforma-trabalhista-procura-por-temporario-sobe-ate-260/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Relatórios estatísticos. Disponível em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemi/private/pages/default.jsf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

REDE BRASIL ATUAL. Caos no INSS é tática do governo para jogar povo contra o serviço público. São Paulo: 10 fev. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/02/caos-inss-governo/>. Acesso em 07 abr. 2021.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

RIBEIRO, Carla V. S.; MANCEBO, Deise. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 192-207, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Mai. 2021.

RUSCHEL, René. Paraná é o estado mais entusiasmado com as escolas militares. *Carta Capital*, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/parana-e-o-estado-mais-entusiasmado-com-as-escolas-militares/>. Acesso em 30 abr. 2021.

SANTOS, Enoque R. A nova lei da terceirização – Lei 13.429/2017 – Um cheque em branco ao empresariado. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região*, n. 51, 2017. Disponível em: https://jus-laboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/125417/2017_santos_enoque_nova_lei.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

SCHLESENER, Anita H. A fragmentação do trabalho docente na EaD na educação superior e a extração de mais-valia. In: PEREIRA, M. F. R.; MORAES, R. A.; TERUYA, T. K. (Orgs). *Educação a distância (EaD): reflexões críticas e práticas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Disponível em: https://www.ead.unb.br/arquivos/livros/ead_reflexoes_critica_praticas.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Edith. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. *Revista Brasileira de Educação*, n. 16, Jan/Fev/Mar/Abr 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/G6NwY-F7z7khvhqjQmkz7cfM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

SENADO NOTÍCIAS. Veja os principais pontos da reforma administrativa proposta pelo governo. 08 set. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/08/veja-os-principais-pontos-da-reforma-administrativa-proposta-pelo-governo>. Acesso em: 06 mai. 2021.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Amanda M. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. *Trabalho Necessário*, v. 17, n. 34, set-dez/2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38053/21780>. Acesso em 16 abr. 2021.

SILVA, Maria V. *Educação pública, estado zero: tendências de privatização no âmbito da nova gestão pública na Inglaterra*. São Paulo: Alínea, 2021.

SILVA, Vinícius C.; VIDEIRA, Antonio A. P. Como as ciências morrem? Os ataques ao conhecimento na era da pós-verdade. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 37, n. 3, p. 1041-1073, dez. 2020. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74187/44850>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SISMUC. Redução de 20% no quadro de servidores da saúde reflete na pandemia. 03 dez. 2020. Disponível em: <https://sismuc.org.br/noticias/7/saude/8693/reducao-de-20-no-quadro-de-servidores-da-saude-reflete-na-pandemia>. Acesso em: 28 abr. 2021

SMANIOTTO, Marcos A. Modernização conservadora, concentração fundiária e êxodo rural: contradições de uma microrregião no oeste do Paraná. In: GONÇALVES, R. J. M. RIBEIRO, M. V.; ANDRADE, G. I. F. (org.). *Tempos Conservadores: estudos críticos sobre a direita – Vol. 2: Direitas no Cone Sul*. Goiânia, GO: Gárcula, 2018.

Disponível em: https://issuu.com/rodrigojmgoncalves/docs/tempos_conservadores__volume_2__1. Acesso em: 15 fev. 2021.

SPREV-MF. Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho. Brasília: MF, 2018. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/aeat/>. Acesso em 24 ago. 2021.

STAMPA, Inez; LOLE, Ana. Trabalho e precarização social no capitalismo contemporâneo: dilemas e resistência do movimento organizado de trabalhadores. Revista de Políticas Públicas, UFMA, v. 22, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9785/5735#>. Acesso em: 02 mar. 2021.

TAKAHASHI, Mara A. B. C. et al. Precarização do trabalho e riscos de acidentes na construção civil. Saúde Soc. São Paulo, v.21, n.4, p. 976-988, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n4/v21n4a15.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

TATEMOTO, Rafael. Orçamento 2021: governo Bolsonaro tirou da saúde e educação para dar a emendas parlamentares. Reconta aí Economia, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://recontaaei.com.br/orcamento-tirou-da-saude-e-educacao-para-dar-a-emendas/> . Acesso em: 30 abr. 2021.

TED GESTÃO DE PESSOAS. Panorama do treinamento no Brasil. 13ª. ed. 2018/2019. Disponível em: <https://integracao.com.br/wp-content/uploads/2020/02/pesquisa-panorama-do-treinamento-no-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2021.

UOL MEIO AMBIENTE. IBGE: Agricultura é maior responsável por desmatamento de florestas no país. São Paulo: 25 set. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2015/09/25/fronteiras-agricolas-sao-maiores-responsaveis-por-desmatamento-diz-ibge.html>. Acesso em: 27 ago. 2021.

UPES - UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Governo do Paraná anuncia o fechamento do ensino médio noturno a partir de 2020. 23 nov. 2019. Disponível em: <https://www.upespr.org.br/post/governo-do-paran%C3%A1-anuncia-o-fechamento-do-ensino-m%C3%A9dio-noturno-a-partir-de-2020>.

Acesso em: 05 mai. 2021.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WEIHS, Marla; OLIVAL, Alexandre. Agricultura familiar e COVID-19: reflexões sobre as ameaças e oportunidades. In: OLIVAL et al. Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte-matrogrossense. Cáceres, MT: UNEMAT, 2021. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Editora/NA%20TRILHA%20DAS%20MUDAN%C3%87AS.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

CAPÍTULO 7

Capital financeiro na Educação Básica brasileira: grupos econômicos e implicações à educação do campo

Marcos Vinicius Pereira Ribeiro
Sidemar Presotto Nunes
Leandro Turmena

Em sua forma atual, financeirizada, o capital centraliza sua atuação nos processos de circulação dos capitais industrial, bancário e comercial (FONTENELLI, 2020). A financeirização promove a centralização, a interligação e a unificação do capital, que adentra constantemente em setores até então não explorados, constituindo-se em novas esferas de acumulação, como é o caso da educação e, inclusive, da própria educação básica, objeto deste trabalho.

A força de trabalho, no modo de produção capitalista, é subordinada às exigências de mercado, no que diz respeito à preparação profissional. O capital financeirizado busca também, além de expandir a acumulação e formar um tipo de trabalhador que atenda tecnicamente às necessidades do capital, também formar política e ideologicamente, no que se refere às concepções de sociedade e relações sociais.

As políticas públicas, por sua vez, priorizam a qualificação da educação, objetivando a uma formação exclusivamente tecnocientífica, ao invés de construir a qualidade sobre parâmetros de formação de professores. Visto isso, é explícita a busca por se levar uma educação técnica aos povos, com vistas à manutenção de mão de obra vulgarmente dita como qualificada e ao sucateamento da educação pública brasileira, de modo que em outras instâncias favoreça a privatização.

Deitos (2010) explica, que a política educacional pode ser entendida como parte gerada da política social, definida diretamente pelo Estado como meio teórico-ideológico e socioeconômico. Isto implica em dizer que as políticas educacionais são criadas a partir de uma concepção ideológica provinda do modo de gestão ou interesse do Estado. Para Deitos (2010), o Estado não pode ser compreendido distante de seu contexto econômico-social e ideológico e de sua própria constituição contraditória e permanente. Para o autor, “sua grandiosidade institucional não significa uma absoluta autonomia. A medida de sua autonomia está diretamente ligada com o processo de produção e de organização social que lhe dá vida e estrutura legal, política e militar” (DEITOS, 2010, p. 209-210).

No Brasil, ao longo dos anos ocorreram reformas nas estruturas educacionais, como por exemplo as Reformas Capanema (Leis Orgânicas do Ensino) e as modificações nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). É evidente que a implementação de reformas e emendas constitucionais em um sistema educacional é previamente dito de acordo com os interesses dos governantes (SAVIANI, 1998).

Assim como as reformulações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que sensibiliza a comunidade educacional ao tratar sentidos de igualdade, qualidade e desenvolver habilidades por meio de situações concretas de ensino, no entanto evidencia-se a adoção

do ideário neoliberal, que concentra o interesse de desempenho individual e do capital (LIMA, 2021), atualmente financeirizado.

O trabalho identifica e analisa a atuação do capital financeiro na educação básica brasileira, mais especificamente a presença dos grandes grupos econômicos do setor educacional, de modo a entendermos seu desenvolvimento no setor privado e seus caminhos no setor público. Os grupos econômicos são um conjunto de empresas, distintas ou não, que se unem por um propósito de expansão comercial/empresarial

O capítulo procura identificar também algumas possíveis implicações à educação do campo, concepção de educação assumida pelo Estado brasileiro àqueles que vivem no meio rural, principalmente aos filhos de assalariados rurais, sem-terra e pequenos proprietários de terra, em função das especificidades que estes teriam no que se refere às necessidades de formação.

Capital financeiro

Ao longo da história o capitalismo vivenciou inúmeras crises cíclicas (FONTENELLI, 2020, p. 158). As mudanças econômicas da sociedade, em cada período histórico, buscaram desenvolver os meios de produção numa perspectiva de cada vez mais reduzir a atuação do trabalho humano, em prol do capital constante, na forma de meios de produção.

Marx (1971), em *O Capital*, em sua lei geral, esclarece que a alteração gradual do capital não acontece em esferas isoladas, mas decisivamente em todas as esferas de composição da sociedade, uma vez que o aumento do capital constante (meios de produção) é maior

que o capital variável (força de trabalho) implicando na diminuição da taxa de lucro.

Fontenelli (2020), explica, por meio dos estudos econômico-políticos de Marx, que o capital total da sociedade converte-se em dinheiro ou mercadoria, constituindo uma das “fases do processo de reprodução do capital Industrial” (p. 163), partindo da circulação de mercadorias no capital comercial, sendo este o responsável pela conversão do capital-mercadoria em dinheiro.

Para Sabadini (2015) vivemos em uma etapa da história da sociedade em que há íntima relação entre a produção e as finanças, não somente em âmbito nacional, mas global, por meio do aumento da concentração de capital e minimização da concorrência de mercado e “em que os movimentos financeiros especulativos interferem diretamente na condução da política e da economia dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (SABADINI, 2015, p. 73).

Assim sendo, “o comércio financeiro desenvolve-se a partir da circulação internacional de capital, por meio de moedas nacionais e câmbio internacional ou dinheiro mundial, em que uma moeda nacional é expressa em outra, encontrando suas equivalências” (FONTENELLI, 2020, p. 163-164), mas de forma desigual, em que algumas nações dominam e controlam as demais, por meio dos mecanismos econômicos, políticos e militares, o que a caracterizam como imperialistas.

Para Lenin (2003), o imperialismo se consolida por uma fase de recorrentes crises e transformações econômicas, no modo de produção capitalista. A livre concorrência é substituída pelos monopólios, característica fundamental do capitalismo financeiro, que para o autor, é a fusão do capital bancário com o industrial.

Assim como,

O processo de delimitação estrutural da crise financeira atual deu-se por meio da ofensiva capitalista em estabelecer a reprodução automatizada de seus bens e serviços, acarretando no aumento de excedentes e na desvalorização de mercadorias. A crise é resultado da busca pela expansão global dos mercados, intensificação da extração da mais-valia e baixo retorno financeiro, a resultar na transferência do capital produtivo rumo ao mercado financeiro e seus mecanismos de especulação (FONTENELLI, 2020, P.164).

De acordo com Vazquez (2019) o capitalismo financeiro rearranja a forma de acumulação e reprodução do capital, aplica-se de forma mais flexível em investimentos que apresentem lucro a curto prazo. É neste ensejo que os grupos econômicos planejam inovações financeiras de expansão do capital produtivo. Nesta via, a acumulação fictícia é ligada pela incorporação das atividades industriais e pela circulação de capital, assim estabelecidas pela nova forma de acumulação de capital.

A atuação do capital financeiro na Educação Básica

Deitos (2010), explica que a década de 80, marcada pela crise da dívida, referindo-se aos países latino-americanos que se encontravam naquela época endividados e exportadores de capitais líquidos, o Banco Mundial (BM) apresenta um receituário, denominado de ajustamento estrutural e setorial, que estabelecia as soluções dos problemas governamentais articulados na crise do Estado, crise da competitividade econômica e crise social. E seguindo nesta ideia

[...] os chamados empréstimos para ajustamento estrutural foram implementados pelo Banco Mundial e de forma convergente pelas outras agências financeiras multilaterais, desde o final da década de 1970, como mecanismos geradores de condicionalidades para cobrar dos países endividados maior rigor e sustentabilidade fiscal e financeira aos bilhões de dólares em empréstimos realizados pelo capital financeiro internacional (DEITOS, p. 210, 2010).

Os empréstimos considerados com valores, bem acima da quitação de dívidas, e juros altos sem condições de pagamentos, era o modo utilizado pelo BM na década de 70, tensionando a sua manutenção, visto que os interesses mercadológicos eram grandes, pois na época havia concorrentes exploradores de petróleo (SILVA, 2016).

As reformas ditadas a partir dos anos 90 foram direta e intencionalmente determinadas pelos organismos internacionais, que propunham uma visão economicista da educação, citando os Parâmetros Curriculares Nacionais (SILVA, 2016).

Segundo Delors (1996) umas das recomendações para a educação seria a destinação de

Uma percentagem mínima (25%) do orçamento destinado à ajuda ao desenvolvimento para o financiamento da educação; essa alocação em favor da educação deveria ser garantida, igualmente, pelas instituições financeiras internacionais e, em primeiro lugar, pelo Banco Mundial que, nesse aspecto, já desempenha um papel importante. O desenvolvimento da troca entre dívida e educação (debt-for-education-waps) de maneira a compensar os efeitos negativos – nas despesas públicas com fins educacionais – das políticas de ajuste e de redução dos déficits interno e externo (DELORS, p. 24, 1996).

Deste modo, era proposto um ajuste estrutural e setorial pelas políticas financeiras de empréstimo para os países que admitissem criar reformas na economia redigidas pelo BM. Por outro lado, a posição cabível acordaria em “eliminar os males recorrentes de políticas educacionais vigentes e transformá-las em reformas sem fundamentos causais antagônicos”, contudo o capital consideravelmente se constitui em ser irreformável, visto que sugere muitas mudanças fracassadas como maneira de solucionar os problemas (MÉSZÁROS, 2008).

Assim sendo, propunham a participação de instituições privadas na educação, que secundariza a participação do Estado pela flexibilização e minimização da organização das escolas, e também o trabalho pedagógico, cabendo ao Estado o papel de voluntariado à educação já que as instituições privadas apontam interesse no número de matrículas e o lucro (ADRIÃO et al., 2016).

Sendo assim,

As fronteiras entre o público e o privado têm se modificado no contexto atual de crise do capitalismo, em que as suas estratégias de superação – neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e Terceira Via – redefinem o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais. O neoliberalismo e a Terceira via, atual social-democracia, têm o mesmo diagnóstico de que o culpado pela crise atual é o Estado e têm o mercado como parâmetro de qualidade (PERONI, 2016, p. 03).

Desta maneira, o Estado abre caminhos para o desenvolvimento do setor privado tanto em expansão comercial quanto em imersão da esfera pública. Para tanto, no capitalismo financeiro têm-se os

grupos econômicos, predominantemente, como responsáveis pela organização empresarial, tal que produção, trocas e fluxos financeiros estão sob seus comandos.

Os grupos econômicos possuem liberdades e poderes políticos em função de suas participações “na produção, nos investimentos, na arrecadação tributária, na geração de divisas e na capacidade de exercer influência sobre a sociedade e o Estado” (VAZQUEZ, 2019, p. 67-68).

Grupos econômicos são conceituados aqui como um conjunto de empresas, distintas ou não, que se unem por um propósito de expansão comercial/empresarial. Pela via de que a união trata-se da compra de uma empresa por outra, intrinsecamente ligada na diversificação de atividades de uma única empresa ou expansão de mercado em um único setor.

Dessa forma, os grupos econômicos são considerados lócus de controle e de acumulação de capital com possibilidades de alavancarem financeiramente por meio de mecanismos acionários e/ou creditícios. Seu cálculo empresarial é denominado pela lógica financeira de acumulação. A estratégia empresarial orientada pela acumulação financeira condiciona a estruturação funcional/organizacional de qualquer grupo (VAZQUEZ, 2019, p. 71).

A abordagem marxista entende os grupos econômicos como uma forma de organização específica e dominante do capitalismo contemporâneo, de modo que a estruturação destes grupos possui centralização financeira e não reflexos de centralidade produtiva. Assim, orienta-se pela circulação de capitais “em que a concentração do capital-dinheiro é a principal explicação da concentração global

dos recursos produtivos e da estruturação dos grupos econômicos” (VAZQUEZ, 2019, p. 70).

Nesta perspectiva, que a centralidade financeira no campo educacional é determinada pelo fluxo de matrículas tanto no setor público quanto privado, isto é, o campo educacional ganha destaque no setor privado quando um grupo consegue aumentar suas matrículas diante algum tipo de estratégia ou apenas por influência, a partir disto outras empresas buscam fundir-se a estas ou investem para ultrapassar as concorrentes, na qual uma escola privada é bem vista quando possuem um número grande de matrículas e/ou por quem ou qual grupo ela é administrada.

Nas escolas públicas esta dinâmica não acontece de forma muito diferente, o que chama atenção dos grupos educacionais são os números de matrículas das escolas públicas, visto que muitas utilizam de serviços destes grupos, como: materiais didáticos, apostilas, sistemas de ensino e outros, sejam por meio dos programas de secretarias municipais ou por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Desta maneira, as matrículas estão relacionadas a concorrência de mercado dos grupos econômicos educacionais.

Diante deste cenário, a Tabela 1, apresenta o número de matrículas da educação básica no setor público e privado, de modo a familiarizar com a movimentação no período de 2009 a 2020, e analisar também o demonstrativo de estabelecimentos de ensino sobre os mesmos anos, como forma de compreender a evolução de sua expansão.

Ano	Estabelecimentos				Matrículas			
	Público		Privado		Público		Privado	
	n° total	%	n° total	%	n° total	%	n° total	%
2009	161.783	81,93	35.685	18,07	45.270.710	86,10	7.309.742	13,90
2010	158.650	81,38	36.289	18,62	43.989.507	85,33	7.560.382	14,67
2011	156.164	80,89	36.883	19,11	43.053.942	84,46	7.918.677	15,54
2012	154.616	80,25	38.060	19,75	42.222.831	83,54	8.322.219	16,46
2013	151.884	79,64	38.822	20,36	41.432.416	82,79	8.610.032	17,21
2014	149.098	79,02	39.575	20,98	40.680.590	81,73	9.090.781	18,27
2015	147.110	78,90	39.331	21,10	39.738.780	81,44	9.057.732	18,56
2016	146.065	78,50	40.016	21,50	39.834.378	81,60	8.983.101	18,40
2017	144.117	78,26	40.028	21,74	39.721.032	81,72	8.887.061	18,28
2018	141.298	77,66	40.641	22,34	39.460.618	81,44	8.995.249	18,56
2019	139.176	77,06	41.434	22,94	38.739.461	80,92	9.134.785	19,08
2020	138.487	77,14	41.046	22,86	38.504.108	81,41	8.791.186	18,59

TABELA 1: Nº de estabelecimentos e de matrículas do setor público e privado entre 2009 e 2020. Fonte: COSTA e GOMES, 2019 (Adaptado - Sinopse estatística Inep, 2009-2020).

Observa-se, na Tabela 1, a regressão do número de matrículas entre 2009 a 2020, no setor público, para tanto que no ano de 2020, 38.504.108 (81,41%) das matrículas eram de responsabilidade do setor público, distribuídas entre os 138.487 (77,14%) estabeleci-

mentos públicos. Visualiza-se também que no decorrer destes anos vários estabelecimentos públicos de ensino foram fechados, isto é, o Inep (2009-2020) aponta que ao longo destes 12 anos foram fechados 23.296 mil estabelecimentos públicos de ensino.

Os dados nos possibilitam perceber o aumento considerável do número de matrículas e o aumento de estabelecimentos de ensino no setor privado brasileiro, a destacar que o Inep registra, no ano de 2019, mais de 9 milhões de matrículas no setor privado e relevantemente percebe-se que o número de estabelecimentos também cresceu bastante: há registro de mais 41 mil estabelecimentos. No ano de 2020, o setor privado foi marcado com 8.791.186 de matrículas, percentual 18,59% do total da educação básica. Comparação entre os anos de 2019 e 2020 indicam que o setor privado apontou uma queda de 343.599 matrículas, enquanto o setor público sofreu queda de 235.353 matrículas. Uma questão de pesquisa é investigar quais fatores foram responsáveis por esta queda, contudo pode-se supor que tenha sido causada pela ação da pandemia da Covid-19.

A frente, na Tabela 2, demonstra-se o número de matrículas da cidade e do campo, entre os anos de 2009 e 2020, de modo a visualizarmos a atuação do setor público e privado no decorrer destes anos.

Os percentuais de matrículas entre cidade e campo no setor público não são muito diferentes, pois ambos apresentam decréscimo no número de matrículas. Como pode ser observado, em 2009 as instituições de ensino básico público da cidade registraram 38.653.671 (84,21%) matrículas e o campo 6.671.039 (99,05%) matrículas. Comparadas com 2020, nas cidades o número de matrículas fora de 33.414.604 (79,34%) e no campo 5.089.504 (98,29%). Cabe a reflexão de como durante estes 12 anos houve o decréscimo de mais de 6,8 milhões de matrículas no setor público? Será que os estudantes terminaram a sua trajetória escolar básica?

Por outro lado, o setor privado apresenta o crescimento de 1,4 milhões de matrículas na região urbana e 25,1 mil matrículas na região rural. O ensino privado tem ganhado espaço não somente na região central dos municípios, mas também é evidenciado que a região rural chama bastante atenção.

Ano	Cidade				Campo			
	Público		Privado		Público		Privado	
	nº total	%	nº total	%	nº total	%	nº total	%
2009	38.653.671	84,21	7.246.406	15,79	6.671.039	99,05	63.336	0,95
2010	37.614.199	83,38	7.497.732	16,62	6.375.308	99,03	62.650	0,97
2011	36.823.520	82,42	7.855.214	17,58	6.230.422	98,99	63.463	1,01
2012	36.210.100	81,43	8.256.121	18,57	6.012.731	98,91	66.098	1,09
2013	35.532.517	80,62	8.539.390	19,38	5.899.899	98,81	70.642	1,19
2014	34.911.422	79,48	9.013.509	20,52	5.769.168	98,68	77.272	1,32
2015	34.098.882	79,16	8.979.158	20,84	5.639.898	98,63	78.574	1,37
2016	34.334.100	79,41	8.902.358	20,59	5.500.278	98,55	80.743	1,45
2017	34.229.337	79,54	8.805.371	20,46	5.491.695	98,53	81.690	1,47
2018	34.075.674	79,28	8.906.605	20,72	5.384.944	98,38	88.644	1,62
2019	33.499.551	78,74	9.045.877	21,26	5.239.910	98,33	88.908	1,67
2020	33.414.604	79,34	8.702.718	20,66	5.089.504	98,29	88.462	1,71

TABELA 2: Nº de matrículas das regiões cidade e campo, do setor público e privado entre 2009 e 2020. Fonte: Sinopse estatística Inep, 2009-2020.

Em decorrência da pandemia, os grupos adaptam-se rapidamente para oferecer um ensino remoto diferenciado, buscar metodologias inovadoras, preços competitivos e grandes investimentos, na perspectiva de que a escola agora é a própria residência domiciliar do educando. O interesse dos investidores é explicitamente no tamanho do mercado, na receita e/ou taxa de lucratividade das escolas. Como diz Zaher, do grupo SEB, em entrevista para O Globo, “Educação básica é diferente de ensino superior. Sempre haverá escolas locais. Queremos é ser relevantes nas regiões e segmentos em que atuamos”.

De forma intrínseca, analisa-se que de alguma forma o setor privado busca espaço para centralização financeira no campo educacional, pois

a entrada de empresas do setor educacional na bolsa de valores e o impulso às aquisições e fusões caracterizaram a financeirização no campo, tornando-a uma mercadoria altamente rentável, como parte de uma expansão empresarial. Esse fenômeno se molda através de uma mercantilização de novo tipo da educação... (COSTA e GOMES, 2019, p. 05).

No Brasil, o incentivo ao capital aberto se acentua na década de 90, com as políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que corrobora na expansão do setor privado, e permanece no governo Lula, mesmo que em menor proporção (DURHAM, 2010). Ao longo do governo FHC (1995-2003), tem-se registro que no setor privado a educação básica alcança o número de 7.040.301 matrículas, cerca de 11,13% das matrículas da educação básica (MEC/Inep, 2004). Já no governo Lula (2003-2011) dados mostram um percentual de 15,54% do setor privado na educação básica, 7.918.677 matrículas, e no governo Dilma (2011-2016) o percentual chega a 18,40%, cerca de 8.983.101 matrículas (MEC/Inep, 2017).

De acordo com Costa e Gomes (2019) a partir de 2008, no Brasil, as organizações deram seus primeiros passos para atuar no setor educacional, que na época priorizava-se o Ensino Superior. Por outro lado, os envolvidos com a educação básica iniciavam pela participação de empresas já desenvolvidas

Importante sublinhar que esses investidores passam a possuir títulos de propriedade que funcionam, fundamentalmente, como ativos financeiros e, portanto, como títulos com rentabilidade balizada pelos demais títulos em circulação no mercado, exigindo, assim, alto retorno financeiro e elevada distribuição de dividendos. O foco não é o controle total da empresa, pois isso aumentaria os riscos e dilataria a temporalidade, mas o controle do poder de decisão nos Conselhos de Administração pelo operador que atua em nome dos acionistas participantes do “Private Equity”. (LEHER, 2018, p. 23 *apud* COSTA e GOMES, 2019, p. 06).

Assim sendo, trata-se da participação ativa na gestão e administração da empresa, mas não em seu controle total, pois atua em empresas já existentes e que apresentem perspectivas de expansão no mercado. Os investimentos podem ocorrer até mesmo antes da empresa ter entrada na bolsa, visto que pretendem a valorização das ações, para que depois tenham boas negociações (ENDEAVOR BRASIL, 2021).

Atuação dos grandes grupos empresariais na Educação Básica brasileira

A financeirização da educação básica ganha percurso após a ascensão do ensino superior privado (COSTA e GOMES, 2019). Este forte impulso fora tomado pela ambição de grupos empresariais em faturar com mensalidades e materiais didáticos, de modo que o engajamento adequa-se sobre uma demanda de mercado financeiro internacional.

Para tanto, a preocupação na educação básica é articulada, como por exemplo, pelo movimento Todos Pela Educação, conectada por grupos econômicos como bancos, empreiteiras, setores do agronegócio e da mineração e até mesmo os meios de comunicação, que de certa forma planificam sobre qual chão deve-se firmar a educação (ABEM, 2021).

Neste cenário, a educação é pensada em perspectiva de política de classe embasada na formação de produção e instrumento de capital humano, organizada pela ideologia originada dos fundos de investimentos na obtenção exacerbada de lucro para gerir e manter a mercantilização da educação.

Segundo O Globo (2021), o mercado educacional atrai fundos de investimentos provenientes da bolsa e movimenta cerca de 80 bilhões de reais. Expressa a corrida dos grupos educacionais em movimentar o capital na educação básica, propondo gestão profissionalizada e esferas tecnológicas.

Grupos empresariais educacionais na educação básica

Os principais grupos educacionais de capital aberto que atuam no Brasil, destacam-se:

1. *Cogna Educação*: O grupo Cognia é uma companhia composta pelas instituições, Kroton, Platos, Saber e Vasta Educação/Somos Educação. O grupo possui mais de 2,4 milhões de estudantes em todo o Brasil, da educação básica ao ensino superior, sendo que 1 milhão de estudantes são atendidos diretamente e 1,4 milhão de estudantes são atendidos por meio de escolas e instituições de ensino parceiras (COGNA, 2021).
2. *Arco Educação*: O grupo conta com mais de 1,3 milhões de alunos, distribuídos em 5.400 escolas privadas espalhadas pelo país (ARCO EDUCAÇÃO, 2021). Atualmente é responsável pelos sistemas educacionais COC e Dom Bosco, da empresa Pearson, além de ser dona do braço direito educacional da Positivo (BARBEDO, 2021).
3. *Eleva Educação*: O grupo Eleva possui cerca de 120 mil alunos, representando 1,3% do mercado. Nos últimos dois anos comprou as marcas CEI, Master, Ideal e CBV e tem manifestado interesse em outras marcas. Bruno Elias, diretor-executivo da Eleva, comenta que há cinco anos fora comprado o Alfa (PR) com 2,3 mil alunos e hoje têm 9 mil (O GLOBO, 2021).
4. *Inspira Rede de Educadores*: O grupo Inspira Rede de Educadores, com pouco mais de três anos, foi fundada pelo ex-diretor de operações da Eleva, André Aguiar, em 2017, recebeu 350 milhões de reais de um fundo gerido pelo BTG Pactual (O GLOBO, 2021).
5. *Grupo SEB*: Fundado pelo empresário libanês Chaim Zaher, apresenta em torno de 50 mil alunos

e mais 100 mil em escolas parceiras, que utilizam de seu sistema de ensino (G1, 2020).

6. *Bahema*: Fundada em 2016, a partir de um grupo com mais de 70 anos de existência, atua na compra de vários outros estabelecimentos de ensino e conta com aproximadamente 11 mil alunos (BAHEMA, 2020).

A presença dos grupos torna-se cada vez mais recorrente. Este comportamento é visualizado por meio do crescimento nos investimentos no setor privado e financeiros no mercado educacional. No entanto, o que impulsiona os autores é investigar, também, o interesse dos grupos educacionais na educação básica pública, haja visto que os últimos anos a educação tem sido alvo para o capital financeiro. O que movimenta o setor privado na educação básica é, também, a produção de materiais escolares, como: livros, apostilas, sites, plataformas, que movimenta aproximadamente R\$ 100 bilhões, somente na educação básica. Uma vez que, “o mercado de educação básica no Brasil é 83% maior que o de ensino superior (BARROSO, 2018).

Frente a pandemia da covid-19, escolas e universidades obrigaram-se a oferecer descontos para reter alunos sem aulas presenciais em cenário de crise econômica. Neste contexto de financeirização em que se adaptam as escolas, seja em seu funcionamento, gestão e ensino ditados pelos investidores como “medidas de redução de custos, seja por meios das mercadorias vendidas: sistemas de ensino, de avaliação e de gestão; material didático” (COSTA e GOMES, 2019, p. 6-7).

A coluna do O Globo, aponta que além do impacto inesperado dos negócios causados pela pandemia, as empresas ainda lidam com o fim do Fies. Para os especialistas, a tendência é que o país passe a ter apenas um trio de grandes grupos responsáveis pela formatura de milhares de alunos (O GLOBO, 2020).

Grupos empresariais na educação básica pública

Adrião, Garcia, Borghi, Bertagna, Paiva e Ximenes (2016), apontam em seu trabalho *Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação* grupos que destinam atendimento a redes públicas de ensino. Os grupos educacionais de capital aberto com maior presença no mercado educacional que ofertam serviços ao sistema público são:

1. *Objetivo*: Sistema Objetivo Municipal de Ensino (Some). A distribuição dos materiais é realizada pela editora Sol Soft;
2. *Pearson*: sistema de ensino para a área pública oferecido via Núcleo de Apoio a Municípios e Estados (Name) que conta com três produtos para escolas públicas, além do sistema Colégio Oswaldo Cruz (COC), para a rede privada;
3. *Grupo Positivo*: Sistema de Ensino Aprende Brasil (Sabe), para a rede pública, e Sistema Positivo de Ensino, para as escolas privadas;
4. Abril Educação (atualmente denominada Somos Educação), não mantinha um setor ou sistema específico para redes públicas, contudo comercializava para escolas públicas e privadas, além do Sistema Anglo de Ensino, objeto deste mapeamento, além de outros produtos.

Adrião, Damaso e Galzerano (2013), em sua obra *A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores*, elucidam a atuação dos Sistemas Privados de Ensino (SPE) na esfera pública, analisando os municípios paulistas. Constata quatro fatores que são determinantes para a adoção dos SPE, tais como:

1. *Descentralização da educação*: as empresas privadas oferecem produtos educacionais na pretensão de otimizar os déficits originados pela falta de condições objetivas para elaboração, implantação e avaliação de políticas educacionais;
2. *Flexibilização de gastos*: estimular a terceirização por meio da indicação de minimização de gastos e flexibilização administrativa. Aqui resulta no controle dos gastos públicos, fixando uma porcentagem com gastos com pessoal e estímulo à terceirização dos serviços por meio da contratação;
3. *Papel dos grandes grupos educacionais*: este fator está ligado em que papel estes grupos objetivam na agenda educacional, em particular exprimir quais produtos e serviços serão vendidos. Dessa maneira, incentiva-se a oligopolização do setor, uma vez que intensifica a fusão de empresas e a aquisição de marcas e grupos brasileiros;
4. *Posição de gestores públicos e professores*: este fator procura analisar o enquadramento da demanda específica da política de utilização do SPE.

Segundo Costa e Gomes (2019) as secretarias públicas contam com ajuda da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) no que auxilia os gastos municipais, tal que

os sistemas privados de ensino podem ser comprados diretamente pelas secretarias municipais de educação. Mesmo com as aquisições, as secretarias ainda podem optar por receber sem custo os livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Por outro lado, o PNLD também tem participação destes grupos via edital, por isso, tem-se aqui um duplo gasto federal com o mesmo serviço (COSTA e GOMES, 2019, p. 7).

As autoras ainda comentam que os programas MDE e o PNLD são duas opções viáveis que os grupos empresariais utilizam como fonte de recursos de um mesmo tipo de serviço.

A Associação Brasileira de Educadores Marxistas (ABEM) explana a iniciativa do movimento Todos Pela Educação, organizado pelo setor financeiro, agronegócio, mineral e meios de comunicação, que propaga uma educação da classe que representa. A ABEM (2021) afirma que

O Todos pela Educação conseguiu difundir a sua proposta educativa para o Estado, inicialmente por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) – que aliás foi homenageado com o nome Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em referência ao movimento. Com isso definiram em grandes linhas o que seria o PNE que está vigente. Articulam por meio de leis, mas também da adesão de secretários municipais e estaduais às suas metas, aos seus objetivos. Articulam com o Estado, que cria programas, como o programa de ações articuladas, em que a prefeitura, quando apresenta um projeto para o desenvolvimento da educação municipal, tem que implicitamente aderir às metas do movimento Todos pela Educação. Temos um complexo muito sofisticado que interage as frações burguesas dominantes, as políticas de Estado e os meios operativos do Estado para viabilizar esta agenda educacional.

Assim sendo, a participação de instituições privadas na educação secundariza a participação do Estado a flexibilizar e minimizar a organização das escolas, e o trabalho pedagógico, cabendo ao Estado o papel de voluntariado à educação já que as instituições privadas apontam interesse no número de matrículas e no lucro (ADRIÃO et al., 2016).

Considerações finais:

implicações à educação no campo

A consolidação da política neoliberal, que marca a reestruturação do papel do Estado, é bem evidenciada no modo como a mercantilização da educação básica brasileira de um modo geral é atingida (JESUS, 2015) sejam em escolas do campo ou da cidade.

Na década de 1990 as políticas neoliberais avançam na perspectiva de expansão do setor privado na educação e, isto permanece nos demais governos. O número de matrículas na educação básica no setor privado, reflete no incentivo ao ensino privado, distanciando a responsabilidade do Estado no compromisso com a educação. Assim, por exemplo, a educação básica privada no governo FHC registra 7.040.301 matrículas, cerca de 11,13% das matrículas da educação básica, no governo Lula registra 7.918.677 matrículas, percentual de 15,54% e no governo Dilma cerca de 8.983.101 matrículas, percentual de 18,40%.

Além da própria natureza do Estado e de seu caráter de classe, é especificamente sobre este avanço dos materiais didáticos e dos sistemas privados de ensino que, como dito, visam, ao mesmo tempo, o processo de acumulação, formação de um trabalhador para o capital e a formação político-ideológica deste trabalhador, que devem ser buscadas as implicações deste processo de financeirização à educação do campo. Pode-se afirmar que as escolas e os estudantes das escolas do campo, apesar de certas especificidades, são igualmente impactados pelo movimento geral do capital e, especificamente, pelos grupos econômicos que atuam na educação.

Constata-se, portanto, a consolidação de políticas educacionais que favorecem a sociedade hegemônica, nesse caso, em particular, na perspectiva do avanço do setor privado na educação básica, bem como na educação básica pública.

Nesta perspectiva, este avanço do capital financeirizado fortalece o processo de privatização da educação básica pública, por dentro, por meio da inserção de materiais didáticos e sistemas privados de ensino, o que acontece tanto em escolas públicas da cidade, como em escolas públicas do campo.

Referências

ABEM. Grandes grupos econômicos controlam escolas para fomentar sua ideologia. **Associação Brasileira de Educadores Marxistas**. 2021. Disponível em: www.abem.pro.br/noticias/grandes-grupos-economicos-controlam-escolas-para-fomentar-sua-ideologia. Acesso em: 07 jul. 2021.

ADRIÃO, T.; DAMASIO, A.; GALZERANO, L.S. A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores. **Revista E-curriculum**. São Paulo, n. 11, v. 2. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/16616/12479>. Acesso em: 24 set. 2021.

_____. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n.º. 134, p.113-131, jan.-mar., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/XvqBzgdPyJRdkZHw4dKRfd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

ADRIÃO, T.M.F.; GARCIA, T.O.G.; BORGHI, R.F.; BERTAGNA, R.H.; PAIVA, G.B.; XIMENES, S.B. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas[online]. 2016, vol. 37, n. 134, pp. 113-131. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302016157605>. Acesso em: 23 jun. 2019.

ARCO. Sobre nós. **Arco Educação**. 2021. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/6-grupos-empresariais-que-sacodem-o-setor-da>

-educacao-090055114.html. Acesso em: 23 out. 2021.

COGNA. Sobre nós. **Cogna Educação**. 2021. Disponível em: <https://www.cogna.com.br/>. Acesso em 23 out. 2021.

BAHEMA. **Bahema Day**. 2020. Disponível em: <https://www.baHEMA.com.br/wp-content/uploads/sites/21/2020/04/BAHEMA-DAY-Apresenta%3%a7%3%a3o-1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BARBEDO, P. 6 Grupos empresariais que sacodem o setor da educação. **Yahoo! Notícias**. 2021. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/6-grupos-empresariais-que-sacodem-o-setor-da-educacao-090055114.html>. Acesso em: 23 out. 2021.

BARROSO, J.R.V. A ofensiva do capital contra o ensino. **Carta Capital**. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacaoartigo/a-ofensiva-do-capital-contra-o-ensino/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2016**: Notas estatísticas. [Online]. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

COSTA, H.B.; GOMES, T.A.M.M. A migração dos grupos empresariais de capital aberto para a educação básica brasileira. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís - MA, 2019. **Anais...** Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1562_15625cca250a93e3e.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

DEITOS, R.A. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. **Acta Scientiarum Education**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/11869>. Acesso em: 07 mai. 2019.

ENDEAVOR BRASIL. Private Equity: uma oportunidade para você crescer sua empresa. **ENDEAVOR**. 2021. Disponível em: <https://en>

deavor.org.br/dinheiro/private-equity/. Acesso em: 23 ago. 2021.

FONTENELLI, A. Estado e fundo Público: ferramentas a serviço do capital. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**. v. 6, n. 10, 2020; Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/9756>. Acesso em: 19 jun. 2021.

G1. Grupo educacional SEB compra controle de operação global da Maple Bear. **G1**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/12/grupo-educacional-seb-compra-controle-da-operacao-global-da-maple-bear.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2021.

JESUS, S.M.S.A. de. Educação do campo nos governos FHC e Lula da Silva: potencialidades e limites de acesso à educação no contexto do projeto neoliberal. **Educar em Revista**, UFPR : Curitiba, n. 55 p. 167-188. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/wGNMCy-g58T6Dt8T8xRWFyWj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

LENIN, V.I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. – 3. ed. – São Paulo : Centauro, 2003.

LIMA, E. S. Os impactos daBNCC nas políticas de educação do campo e nos projetos educativos das escolas famílias agrícolas. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 2, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58092>. Acessado em: 28 set. 2021.

MARX, K. **O Capital**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.

PERONI, Vera M. V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: Reunião Científica da ANPED, XI ANPED SUL. **Anais...** Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Confer%C3%Aancia-de-Abertura-Vera-Peroni.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SABADINI, M. de S. Sobre o conceito de capital financeiro. **Temporalis**, [S.l.], v. 15, n. 30, p. 71-92, jul./dez. 2015. ISSN 2238-1856. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10935>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** – 4 ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

VAZQUEZ, J. P. P. Grupos económicos y fracciones de clase: el capital financiero en cuestión. **Estudios Sociales Contemporáneos**, n. 20, p. 65-81, 11 jun. 2019. Disponível em: <http://revistas.uncuyo.edu.ar/ojs3/index.php/estudiosocontemp/article/view/1932>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CAPÍTULO 8

A financeirização da educação: os fundos de investimento nos “grupos educacionais”

Sidemar Presotto Nunes
Leandro Turmena

O capital financeiro pode ser considerado como a fase do desenvolvimento do capitalismo que une o capital bancário ao industrial (SABADINI, 2015), que Lênin (2012) caracterizou como Imperialismo¹. Essa união interliga todos os capitais e dá origem aos monopólios (MEDEIROS, 2017), isto é, o estágio monopolista do capitalismo, algo que pode ser verificado por meio da composição acionária dos principais bancos e fundos de investimentos.

¹ Para Lênin, o capital financeiro/ imperialista se caracteriza pela: 1) a concentração da produção e do capital, que em função do seu desenvolvimento, criou os monopólios, que desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2012, p. 124).

Assim, os monopólios surgem a partir da livre concorrência, já que a concentração e a centralização do capital é parte constituinte da natureza do desenvolvimento capitalista (LENIN, 2012). Neste estágio se tem, o capital financeiro que é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais e, a partilha do mundo, como transição da política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido.

Portanto, o imperialismo é uma enorme acumulação de capital-dinheiro num pequeno número de países, em que uma das bases econômicas essenciais é a exportação de capitais, acentuando o isolamento dos rentistas da produção, imprimindo uma marca de parasitismo a todo país que vive da exploração do trabalho de outros países e colônias.

A tendência, portanto, são as instituições se transformarem em *holdings*, ou seja, empresas que detém a posse majoritária de ações de outras empresas, denominadas subsidiárias, centralizando o controle sobre ela. Assim, explica-se, assim, o crescimento da “[...] camada dos rentistas, ou seja, de indivíduos que vivem do ‘corte do cupom’, que não participam de nenhuma empresa e cuja profissão é a ociosidade” (LENIN, 2012, p. 138), contexto em que se insere o processo de financeirização da educação.

A presença dos bancos na constituição de grandes fundos de investimentos não é algo recente. No entanto, nos últimos anos estes fundos têm adquirido relativa autonomia em relação aos bancos (ao que nos Estados Unidos passou a se chamar de sistema bancário paralelo), ampliaram a participação para novos setores; constituíram-se fundos trilhonários e aprofundou-se a rede de participação entre os principais fundos.

Os três principais fundos de investimentos do mundo (*BlackRock*, *The Vanguard Group* e *SSgA* – com US\$ 6,52 trilhões; US\$ 5,3 trilhões e US\$ 2,5 trilhões em caixa, respectivamente) estão lis-

tados entre os dez principais acionistas diretos de empresas de setores bastante diferentes: Microsoft (software), Boeing (aeroespacial e defesa), Catterpillar (máquinas pesadas), JP Morgan Chase (banco), Coca-Cola (bebidas), Exxon Mobil Corporation (Energia), Bunge (*trader* agrícola), Philip Morris (cigarros), Nestlé (processamento de alimentos), Tal Education Group (Educação). Todas estas empresas são as maiores em seus respectivos setores. A SSgA não participa diretamente nas duas últimas, mas participa indiretamente por ser acionista dos dois outros fundos.

Nos últimos dez anos os fundos de investimentos² expandiram sua atuação para novos setores, como a educação, aprofundando a mercadorização deste setor. Exemplo são os quatro maiores grupos de capital aberto, que atuam no setor educacional no Brasil, a Kroton Educacional, Estácio Participações, Ser Educacional SA e Anima Holding SA.

No caso do Brasil, em grande medida, a mercadorização da educação, por meio de empresas de serviços educacionais, com finalidade de lucro, vincula-se ao momento em que a Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995, salienta a liberalização comercial, reforçando teses privatizantes da educação do Banco Mundial, e em que empresas transnacionais e fundos de investimento lançam-se no mercado de educação superior (AZEVEDO, 2015).

² Segundo a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, “fundo de investimento é uma modalidade de investimento coletivo. É uma estrutura formal que reúne recursos financeiros de diversos investidores, para investimento conjunto. O fundo é criado por um administrador, usualmente uma instituição financeira, que formalmente o constitui e define os seus objetivos, políticas de investimento, as categorias de ativos financeiros em que poderá investir, taxas que cobrará pelos serviços e outras regras gerais de participação e organização” (CADERNO CVM, nº 3, CARTILHA DO INVESTIDOR, pp. 07-08). Na prática, há fundos de investimentos que são controlados quase que exclusivamente por um capital individual (este é o caso da Cascade Investments, que controla metade da fortuna pessoal de Bill Gates) ou até por milhões de investidores, como é o caso da The Vanguard Group.

Neste contexto, os novos dispositivos legais, Constituição Federal (CF) de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9394 de 1996, liberaram as atividades de ensino para a iniciativa privada, ocorrendo a possibilidade de extração de lucro, por meio da exploração da oferta de educação superior. Este processo pavimentou o caminho para a chegada das Instituições de Ensino Superior (IES) à bolsa de valores (CHAVES; SANTOS & KATO, 2020).

Assim, para fins deste trabalho, dado a importância no setor, são apresentadas a composição acionária dos quatro principais fundos de investimentos presentes no controle dos grupos educacionais: *BlackRock, The Vanguard Group, Morgan Stanley e The Fidelity*, em que se verifica a presença destes fundos nos principais grupos educacionais, bem como a participação acionária de um fundo em outro, bem como a presença de bancos em fundos.

Em seguida se analisa a composição acionária dos três maiores grupos do setor educacional com capital aberto, em função do preço de mercado, de um total de 58 listadas em bolsas de valores com capital superior a US\$ 50 milhões, em agosto de 2019, conforme o portal Marketscreener: *Tal Education, Grand Canyon e Kroton*, as duas primeiras com sede nos Estados Unidos e a última no Brasil. Também foram identificadas as composições acionárias das outras três empresas com sede no Brasil que atuam no setor e também possuem capital aberto: a Estácio Participações, a SER Educacional e Anima Holding.

Metodologicamente a pesquisa foi desenvolvida por meio de informações disponíveis no site MarketScreener, voltado para investidores, que reúne informações de 95% de todas as empresas listadas em bolsas de valores no mundo (caracterização da empresa, preço e variação dos preços das ações, valor de mercado, diretores, dez maiores acionistas, nome das empresas por setor e por país etc), acessado em julho e agosto de 2019. No período de desenvolvimento da pes-

quiza o acesso ao site era gratuito, a partir de então algumas informações são gratuitas e para outras é necessário realizar assinatura, cujo preço varia conforme o nível de acesso. Na apresentação dos dados, considera-se apenas os 10 maiores acionistas de cada empresa, já que estas foram as informações que o site disponibilizava.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em duas partes. Na primeira são identificados alguns dos principais fundos de investimentos que controlam estes grupos educacionais. Na segunda, são analisados alguns grupos educacionais listados em bolsas de valores. Optou-se por disponibilizar um grande número de informações por meio de tabelas, por se considerar que poderiam contribuir para explicar melhor algumas conclusões, mas principalmente garantir o acesso aos dados a um maior número de pessoas, inclusive ao desenvolvimento de novas pesquisas. Por fim, apresenta-se algumas conclusões e as considerações finais.

Os fundos por detrás dos grupos educacionais

Nesta seção do trabalho se analisa a composição acionária dos quatro principais fundos de investimentos no setor de serviços educacionais nos Estados Unidos e no Brasil: BlackRock Fund Advisors, The Vanguard Group, The Fidelity e Morgan Stanley. Além de serem os principais fundos de gestão de investimentos do mundo, o BlackRock e o The Vanguard Group também são acionistas um do outro e acionistas dos maiores bancos e fundos de investimentos, até mesmo dos outros dois listados a seguir (The Fidelity e Morgan Stanley).

BlackRock, Inc: O BlackRock é o maior administrador de ativos do mundo. Possui sede nos Estados Unidos. O grupo detém em 2019 US\$ 6,58 trilhões de ativos sob gestão (BlackRock, 2019). Segundo MarketScreener (2019), os ativos estão em ações (53,6%),

títulos de renda fixa (29,5%), investimentos de múltiplos ativos (7,6%), fundos alternativos (2,1%) e outros (7,2%). As vendas líquidas são distribuídas geograficamente da seguinte forma: Américas (67,3%), Europa (27,5%) e Ásia / Pacífico (5,2%).

A tabela abaixo identifica a composição acionária do Black Rock Fund Advisors, Inc. O principal acionista do fundo é o PNC Bank, que detém 21,6% das ações. Em seguida aparece o The Vanguard Group, com 5,53% das ações, Capital Research & Management Co com 5,3%, a Black Rock Fund Advisors, com 3,51% das ações e a SSgA Funds Management, com 3,37%. Aqui também se verifica a participação cruzada entre os fundos, particularmente entre os três estudados. Os dez maiores acionistas detêm 48,57% das ações (MARKETSCREENER, 2019).

Nome	Ações	%
PNC Bank. NA (Investment Management)	34.045.168	21,6
The Vanguard Group. Inc.	8.719.833	5,53
Capital Research & Management Co. (World Investors)	8.353.670	5,3
BlackRock Fund Advisors	5.531.866	3,51
SSgA Funds Management. Inc.	5.311.460	3,37
Wellington Management Co. LLP	4.597.229	2,92
Mizuho Financial Group. Inc.	3.067.485	1,95
Norges Bank Investment Management	2.786.666	1,77
UBS Financial Services. Inc.	2.071.319	1,31
Managed Account Advisors LLC	2.068.938	1,31
Total 10 maiores		48,57

TABELA 1: Composição acionária do BlackRock Inc. Fonte: Elaborada pelos autores.

The Vanguard Group: O Vanguard Group é um fundo gestor de investimentos com sede nos Estados Unidos, com mais de US \$

5,3 trilhões em ativos administrados. É o maior provedor de fundos mútuos e o segundo maior fornecedor de fundos negociados em bolsa (ETFs) no mundo após os iShares da BlackRock. Além de fundos mútuos e ETFs, a Vanguard oferece serviços de corretagem, anuidades variáveis e fixas, serviços de contas educacionais, planejamento financeiro, gestão de ativos e serviços de confiança.

Segundo a Tabela 2, o principal acionista do The Vanguard Group é o UBS Financial Services, que detém 2,08% das ações. Em seguida aparecem a AssetMark, com 0,95%; Morgan Stanley Smith Barney LLC, com 0,91%; a Cambridge Associates LLC, com 0,82%; Wells Capital Management, com 0,82%. Verifica-se que, neste caso, as ações estão pulverizadas, portanto, aparentemente não ocorre uma concentração em um único fundo.

Nome	Ações	%
UBS Financial Services. Inc.	3.748.938	2,08
AssetMark. Inc.	1.710.142	0,95
Morgan Stanley Smith Barney LLC (Invt Mgmt)	1.631.709	0,91
Cambridge Associates LLC	1.470.212	0,82
Wells Capital Management. Inc.	1.469.800	0,82
University of Tennessee	1.214.735	0,68
Kemper Corp. (Investment Portfolio)	1.190.432	0,66
Wells Fargo Clearing Services LLC	1.170.800	0,65
Bank of America. NA (Private Banking)	866.288	0,48
Merrill Lynch. Pierce. Fenner & Smith. Inc. (Invt Mgmt)	844.581	0,47
Total 10 maiores		8,52

TABELA 2: Composição acionária da Vanguard Group (Total World Stock IDX FD). Fonte: Elaborada pelos autores.

The Fidelity: O The Fidelity já foi considerado o principal fundo de investimentos do mundo e modelo de gestão para o

setor (CHESNAIS, 2005). Tem sede nos Estados Unidos e possui US\$ 2,49 trilhões sob sua administração. Os principais acionistas do fundo, conforme Tabela abaixo, são o The Vanguard Group (9,05%); T. Rowe Price Associates, Inc. (6,65%); Principal Global Investors LLC (6,57%); BlackRock Fund Advisors (4,28%); AllianceBernstein LP (4,24%). Juntos, os dez maiores acionistas controlam 43,68% das ações.

Nome	Ações	%
The Vanguard Group, Inc.	24.914.566	9,05
T. Rowe Price Associates, Inc. (Investment Management)	18.300.457	6,65
Principal Global Investors LLC	18.087.607	6,57
BlackRock Fund Advisors	11.791.852	4,28
AllianceBernstein LP	11.670.565	4,24
Fidelity Management & Research Co.	10.539.093	3,83
SSgA Funds Management, Inc.	6.784.632	2,47
William Foley	6.350.066	2,31
AQR Capital Management LLC	6.126.938	2,23
Victory Capital Management, Inc. (Investment Management)	5.651.014	2,05
Total 10 maiores		43,68

TABELA 3: Principais acionistas do The fidelity (The Fidelity National Financial Inc). Fonte: Elaborado pelos autores.

Morgan Stanley: É um grupo de serviços financeiros. Os rendimentos são provenientes das seguintes atividades: a) banco de investimento e financeiro (50,7%): financiamento especializado (aquisições, projetos, etc.), operações nos mercados de ações, juros, câmbio e matérias-primas, transações de negociação de ações, consultoria para aquisição de fusões, etc.; b) gestão de patrimônio (42,5): US\$ 202,4 bilhões de ativos sob gestão no final de 2018; c) gestão de ativos (6,8%): US\$ 463 bilhões de ativos sob gestão (MARKETSCREENER, 2019).

Nome	Ações	%
Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc.	411.103.195	23,9
SSgA Funds Management, Inc.	132.044.170	7,68
The Vanguard Group, Inc.	92.733.440	5,39
T. Rowe Price Associates, Inc. (Investment Management)	76.614.866	4,45
BlackRock Fund Advisors	56.923.716	3,31
JPMorgan Investment Management, Inc.	31.957.282	1,86
Fidelity Management & Research Co.	29.682.333	1,73
ValueAct Capital Management LP	20.810.470	1,21
Invesco Advisers, Inc.	20.727.490	1,21
Citadel Advisors LLC	19.747.185	1,15
Total 10 maiores		51,89

TABELA 4: Principais acionistas do Morgan Stanley. Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dez maiores acionistas controlam 51,89% das ações, liderado pela Mitsubishi UFJ Financial Group, que detém 23,9% das ações. Na sequência os maiores acionistas são a SSgA Funds Management (7,68%), The Vanguard Group (5,39%), T. Rowe Price Associates (4,45%); Black Rock Fund Advisors (3,31%).

Os grupos educacionais

Em todos os setores da economia, as fusões e aquisições são estratégias do capital no constante processo de expansão e acumulação. No caso da educação, tem impulsionado grandes grupos financeiros para a venda de serviços educacionais, “(...) seja por intermédio dos fundos financeiros (*private equity*), que adquirem partes, cotas ou ações de empresas de ensino superior que visam lucro, ou por grupos provedores de ensino superior que atravessam fronteiras para atuar com permissão e por concessão dos Estados nacionais” (AZEVEDO, 2015, p. 97).

País-sede	Companhia	Cap. Milhões US\$
Estados Unidos	Tal Education Group (ADR)	21 019
Estados Unidos	Grand Canyon Education Inc	5 887
Brasil	Kroton Educacional	4 397
Estados Unidos	Strategic Education Inc	3 914
Estados Unidos	Laureate Education Inc	3 695
China	China Education Group Holdings L.	3 107
Estados Unidos	Adtalem Global Education Inc	2 501
Japão	Benesse Holdings Inc	2 413
Brasil	Estacio Participacoes	2 301
China	Virscend Education Co Ltd	1 536
Austrália	Navitas Limited	1 448
Kwuaít	Humansoft Holding Co.	1 366
China	China Yuhua Education Corp Ltd	1 344
Estados Unidos	Career Education Corp.	1 332
Estados Unidos	K12 Inc.	1 272
Estados Unidos	Bright Scholar Education Holdings.	1 213
China	Koolearn Technology Holding Ltd	1 162
China	China Maple Leaf Educational Sys.	1 146
China	Shanghai Xinnanyang Only Edu&Tec.	897
China	Hope Education Group Co Ltd	891
Brasil	Ser Educacional AS	777
China	Tianli Education International H.	766
China	Minsheng Education Group Co Ltd	763
África do Sul	Curro Hldg	720
Japão	Riso Kyoiku Co., Ltd.	642
China	China New Higher Education Group.	576
Suiça	Academedia Ab	547
China	China Xinhua Education Group Ltd	518
Estados Unidos	Puxin Ltd	502
Estados Unidos	American Public Education, Inc.	468
Estados Unidos	Rise Education Cayman Ltd (Adr)	458
Japão	Tokyo Individualizd Eductnl Inst.	453
Egito	Cairo For Investment And Real Es.	383
Brasil	Anima Holding AS	379
República da Coreia	Mega Study Edu Co Ltd	371
Taiwan	Dadi Early-Childhood Education G.	328
China	Xiamen Insight Investment Co Ltd	297
Japão	Meiko Network Japan Co Ltd	249
Malásia	Internationella Engelska Skln I Svg Hld.	249
China	China Chunlai Education Group Co.	226
Japão	Step Co., Ltd.	218
Malásia	Seg International Berhad	217
Estados Unidos	Ryb Education Inc - Adr	193
Arábia Saudita	Al Khaleej Training And Educatin.	154
Japão	Gakkyusha Co.,Ltd.	130
Filipinas	Sti Education Systems Holdings I.	128
Estados Unidos	Zovio Inc	118
Japão	Waseda Academy Co., Ltd.	118
República da Coreia	Mega Study Co Ltd	115
Estados Unidos	Four Seasons Edu (Cayman) Inc Ad.	114

TABELA 5: 50 maiores grupos educacionais segundo o preço de mercado e o país sede. Fonte: Elaborada pelos autores.

No período em que a pesquisa foi realizada, havia 58 grupos financeiros com patrimônio acima de US\$ 50 milhões no setor educacional com capital aberto, no mundo, cujas ações chegavam a US\$ 76 bilhões. Segundo o Marketscreener (2019), dos 50 maiores fundos (organizados na Tabela 5), 15 possuem sede nos Estados Unidos, 11 na China, 7 no Japão e 4 no Brasil. Ou seja, 37 possuem sede nestes quatro países.

Os dois maiores grupos são norte-americanos, a *Tal Education Group*, com valor de mercado de US\$ 21 bilhões e *Grand Canyon Education Inc*, com US\$ 5,8 bilhões. O grupo brasileiro Kroton Educacional, com valor de mercado de US\$ 4,3 bilhões, está listado na terceira posição. A Estácio Participações se encontra na nona posição, com valor de mercado de US\$ 2,3 bilhões; a Ser Educacional está na vigésima primeira posição, com valor de mercado estimado em US\$ 777 milhões e a Anima Holding está listada na trigésima quarta posição e US\$ 379 milhões de valor de mercado.

Tal Education: Embora possua sede nos Estados Unidos, a Tal Education, o maior grupo do setor, atua principalmente na China. Segundo o Marketscreener (2019), o *Tal Education Group* é uma holding, de um grupo de empresas envolvidas no fornecimento de programas de reforço escolar para alunos do ensino primário e secundário na República Popular da China (RPC). O grupo opera também um site, www.jzb.com, uma plataforma de educação on-line; oferece serviços personalizados sob sua marca Zhikang; cursos online através do site www.xueersi.com de matemática, inglês, chinês, física, química, biologia e outros; bem como, cursos online selecionados por meio de outros sites. A empresa tem mais de 10 centrais de atendimento (*call centers*) em Pequim, Xangai, Tianjin, Guangzhou e Shenzhen.

De acordo com os dados Marketscreener (2019), expressos na Tabela 6, os acionistas do grupo são os seguintes:

Nome	Ações	%
Baillie Gifford & Co.	47.409.312	13,3
Morgan Stanley Investment Management, Inc.	35.046.830	9,86
UBS AG (Investment Management)	33.312.843	9,37
UBS Asset Management (Hong Kong) Ltd.	16.280.500	4,58
Tiger Global Management LLC	11.701.661	3,29
The Vanguard Group, Inc.	11.010.717	3,10
Tybourne Capital Management (HK) Ltd.	10.923.441	3,07
BlackRock Fund Advisors	10.888.192	3,06
Morgan Stanley Asia Ltd. (Investment Management)	8.670.657	2,44
UBS Asset Management (Americas) Inc.	7.134.196	2,01
Total 10 maiores		54,08

TABELA 6: Principais acionistas do Tal Education Group. Fonte: Elaborada pelos autores.

Os maiores acionistas da Tal Education são fundos de investimentos. O maior deles é a Baillie Gifford & Co, um fundo de investimento fechado, com sede no Reino Unido, que detém 13,3% das ações. Em seguida aparecem o Morgan Stanley Investment, com 9,86%; UBS AG, com 9,37%; UBS Management, com 4,58%; Tiger Global Management, com 3,29%. O The Vanguard Group possui 3,10% das ações e o BlackRock Advisors possui 3,06%. Juntos, os dez maiores acionistas controlam 54,06% das ações.

Grand Canyon: O segundo maior grupo do setor é a Grand Canyon, que também possui sede nos Estados Unidos. Este está envolvido no fornecimento de educação pós-secundária. A empresa é uma universidade credenciada regionalmente e oferece, entre outros, cursos de pós-graduação, incluindo Doutorado (Educação,

Administração de Empresas, Enfermagem, Filosofia); Mestrado (Teologia, Artes, Educação, Administração de Empresas, Administração Pública, Saúde Pública, Ciências); Especialização em Educação; Bacharelado (Artes, Ciências). Também oferece programas de certificação, que consistem em uma série de cursos focados em uma área particular de estudo para os estudantes de pós-bacharelado e de pós-graduação. (MARKETSCREENER, 2019).

Os dez maiores acionistas do grupo, segundo informações de Marketscreener (2019), compiladas na Tabela 7, são:

Nome	Ações	%
The Vanguard Group, Inc.	4.222.318	8,77
Fidelity Management & Research Co.	1.958.719	4,07
Fidelity (Canada) Asset Management ULC	1.929.082	4,01
ArrowMark Colorado Holdings LLC	1.917.744	3,98
BlackRock Fund Advisors	1.810.967	3,76
William Blair Investment Management LLC	1.713.753	3,56
AllianceBernstein LP	1.499.613	3,12
Handelsbanken Fonder AB	1.358.574	2,82
Van Berkomp & Associates, Inc.	1.338.161	2,78
Riverbridge Partners LLC	1.338.143	2,78
Total 10 maiores		39,65

TABELA 7: Principais acionais do Grand Canyon. Fonte: Elaborada pelos autores.

O The Vanguard Group é o maior acionista do grupo, controlando 8,77% das ações. Em seguida se encontram o Fidelity Management & Research Co, com 4,07%; Fidelity (Canada) Asset Management ULC, com 4,01%; ArrowMark Colorado Holdings LLC, com 3,98%; BlackRock Fund Advisors, com 3,76%. Juntos, os dez maiores acionistas controlam 39,65% das ações.

Os grupos educacionais com sede no Brasil

No Brasil, os quatro maiores grupos de capital aberto, que atuam no setor educacional, são a Kroton Educacional, Estácio Participações, Ser Educacional SA e Anima Holding SA.

Kroton Educacional: A Kroton Educacional é uma das maiores instituições de ensino privadas brasileiras. O volume de negócios, por setor de atividade, distribui-se da seguinte forma: ensino superior e educação à distância (96,8%): 876.000 alunos em 2017; Escolas de Educação Básica (3,2%): 220 mil matrículas em 2017. No final de 2017, o grupo contava com 119 campi, 1.110 centros de treinamento à distância e 672 escolas localizadas no Brasil (MARKE-TSCREENER, 2019).

Em relação aos seus acionistas, segundo dados de Marketscreener (2019), os dez maiores são, conforme Tabela 8.

Nome	Ações	%
Comgest AS	82.883.703	5,04
GIC Pte Ltd. (Investment Management)	80.808.179	4,91
Invesco Advisers, Inc.	79.834.250	4,86
Coronation International Ltd.	78.749.634	4,79
Capital Research & Management Co. (World Investors)	75.510.146	4,59
BlackRock Fund Advisors	61.310.516	3,73
JPMorgan Asset Management (UK) Ltd.	57.828.317	3,52
The Vanguard Group, Inc.	51.056.632	3,11
Elisabeth Bueno Laffranchi	33.180.890	2,02
Alessandra Laffranchi	32.891.620	2,00
Total 10 maiores		38,57

TABELA 8: Principais acionistas do Kroton Educacional. Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dez maiores acionistas do grupo Kroton controlam 38,57% das ações. O maior é a Comgest AS, com 5,04%, um fundo de investimento fechado que possui US\$ 29 bilhões em carteira e sedes em Paris, Dublin, Hong Kong, Toquio. Em seguida se encontram a GIC Pte Ltd, com 4,91% (um fundo soberano do governo da Cingapura); Invesco Advisers, com 4,86%; Coronation International Ltd., com 4,79%; Capital Research & Management Co, com 4,59%. O BlackRock Fund Advisors possui 3,73% e o The Vanguard Group 3,11%. Duas pessoas físicas estão entre os maiores acionistas: Elisabeth Bueno Laffranchi, com 2,02%, e Alessandra Laffranchi, com 2,0%.

Todavia, em 07 de outubro de 2019, segundo Reportagem de Marcelo Moura da *Época Negócios*, “Maior grupo de educação do país, Kroton vira Cogna e se divide em quatro”, vinculada ao *site* Globo.com, o Grupo Kroton se divide em quatro, tornando-se uma holding chamada Cogna Educação, com um novo ticker na Bolsa: a partir do dia 11/10, KROT3 e KROTY dão lugar a COGN3 e COGNY. Para dar ênfase a essa porção B2B, a marca se dividiu da seguinte forma: 1) Kroton – representa o setor B2C para ensino superior, em faculdades como a Anhanguera (até o momento, o mercado principal da empresa); 2) Saber – serviços de educação para o ensino básico, como cursos de línguas (B2C), além de disputar as licitações no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação; 3) Somos – a marca de ensino básico comprada pela Kroton, em abril de 2018, vai atuar na prestação de serviços de gestão para escolas (B2B) e produção de material didático para alunos; 4) Platos - a nova marca vai prestar serviços de gestão para o ensino superior (B2B), objetivando ser “parceira” de outras instituições de ensino superior privado. Outra marca, com foco em startups, que será estruturada em 2020 é a Cogna Ventures.

(<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educacao-do-pais-kroton-vira-cogna-e-se-divide-em-quatro.html>. Acesso em: 17 out. 2019).

A figura abaixo apresenta a nova estrutura da Cogna Educação:

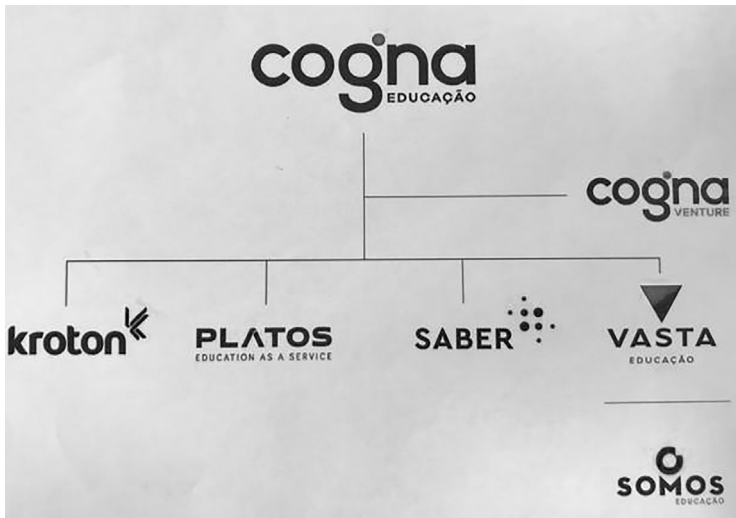


FIGURA 1: Estrutura da Cogna Educação. Fonte: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educacao-do-pais-kroton-vira-cogna-e-se-divide-em-quatro.html>. Acesso em: 17 out. 2019.

Estácio Participações: A Estácio Participações figura entre as principais instituições de ensino superior no Brasil. Em 2017, o número de alunos matriculados chegou a 515.400 e, contava com 93 campi, 394 centros de ensino a distância, 49 escolas de ensino médio, uma faculdade e 10 centros universitários no Brasil (MARKETSCREENER, 2019).

Segundo dados do Marketscreener (2019), os seus dez maiores acionistas, a partir da Tabela 9.

Nome	Ações	%
BRL Trust Investimentos Ltda.	33.319.073	10,8
Coronation Asset Management (Pty) Ltd.	15.175.068	4,91
FIL Investment Advisors (UK) Ltd.	14.563.885	4,71
OppenheimerFunds, Inc.	12.745.650	4,12
Zaher Family	11.143.600	3,61
The Vanguard Group, Inc.	8.276.718	2,68
Dimensional Fund Advisors LP	6.668.103	2,16
Investis Asset Management SA SGFCI	6.455.700	2,09
Fidelity Management & Research Co.	6.371.767	2,06
Brandes Investment Partners LP	5.362.393	1,73
Total 10 maiores		38,87

TABELA 9: Principais acionistas da Estácio Participações. Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dez maiores acionistas da Estácio Participações possuem 38,87% das ações. A BRL Truste Investimentos Ltda, possui sede no Brasil, controla 10,8% das ações e se classifica como maior acionista. A BRL possui sob sua administração cerca de US\$ 17,5 bilhões e um portfólio de 262 fundos de investimentos em operação. Em seguida aparecem: Coronation Asset Management (Pty) Ltd., com 4,91%; FIL Investment Advisors (UK) Ltd., com 4,71%; OppenheimerFunds, Inc., com 4,12%; Zaher Family, com 3,61%. O The Vanguard Group possui 2,68% das ações.

Segundo Reportagem de Beth Koik “Estácio cria holding Yduqs e abre novas frentes de negócios”, vinculada ao site Valor Econômico, em 11 de julho de 2019, a Estácio Participações passou a se chamar YDUQS. Na ocasião, Eduardo Parente, presidente da Estácio, destacou que a mudança abre um leque de opções à companhia, que poderá, por exemplo, fechar a aquisição de uma faculdade

premium e manter a bandeira original. A nova holding poderá também prestar serviços para outras instituições, como gestão de cursos on-line ou fornecimento de conteúdo pedagógico. Ainda segundo Parente, essa nova estratégia possibilitará alocar esforços específicos para áreas consideradas promissoras, por exemplo, o curso de medicina que atingiu 3,5 mil alunos no ano passado, sendo a maior instituição do país em número de estudantes matriculados em medicina. (<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/07/11/estacao-cria-holding-yduqs-e-abre-novas-frentes-de-negocios.ghtml>. Acesso em: 17 out. 2019).

SER Educacional: A holding Ser Educacional SA é uma empresa sediada no Brasil, engajada principalmente no setor de educação. A empresa se concentra no desenvolvimento de instituições de ensino superior, pós-secundário e profissional. A empresa oferece cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, programas de Mestrado em Administração de Empresas (MBA) e treinamentos vocacionais. Além disso, administra institutos de pesquisa que desenvolvem projetos educacionais, científicos, políticos, econômicos e sociais. A empresa também organiza conferências nacionais e internacionais em diversas áreas, como administração de empresas, direito, turismo, comunicações, tecnologia da informação, saúde e educação. A rede de ensino da Empresa está localizada em mais de 10 estados brasileiros e é formada por universidades, faculdades e um centro universitário (MARKETSCREENER, 2019).

Os dez maiores acionistas do grupo, segundo Marketscreener (2019), estão expressos na Tabela 10.

Nome	Ações	%
José Janguê Bezerra Diniz, PhD	73.836.185	55,5
JGP Gestão de Recursos Ltda.	6.406.140	4,82
Oceana Investimentos ACVM Ltda.	6.340.626	4,77
Velt Partners Investimentos Ltda	6.224.479	4,68
Didner & Gerge Fonder AB	2.513.715	1,89
Fidelity Management & Research Co.	2.274.861	1,71
Grupo Ser Educacional SA	2.077.500	1,56
Franklin Templeton Investimentos (Brasil) Ltda.	1.961.700	1,48
Templeton Asset Management Ltd.	1.754.500	1,32
The Vanguard Group, Inc.	1.726.198	1,30
Total 10 maiores		79,03

TABELA 10: Principais acionistas da SER Educacional. Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dez maiores acionistas da SER Educacional controlam 79,03% das ações. O maior acionista é uma pessoa física, José Janguê Bezerra Diniz, com 55,5% das ações, controlador do grupo. Em seguida aparecem dois fundos com sede no Brasil: a JGP Gestão de Recursos Ltda e a Oceana Investimentos ACVM Ltda, com pouco mais de 4% cada um. Na sequência aparecem Velt Partners Investimentos Ltda, Didner & Gerge Fonder AB e Fidelity Management & Research Co.

Anima Holding: O quarto grupo brasileiro, com capital aberto, é a Anima Holding SA, anteriormente denominada GAEC Educação SA. As atividades da Companhia estão divididas em dois segmentos: ensino superior e gestão vertical. A divisão de ensino superior se concentra no desenvolvimento de serviços de educação formal e à distância, oferecendo cursos universitários e cursos de especialização profissional, incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão. A divisão de gestão Verti-

cal oferece congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização e in-company para profissionais, além de publicar livros e revistas relacionados a gestão e negócios. Suas instituições de ensino estão localizadas nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. A Companhia opera através de diversas subsidiárias, como Minas Gerais Educacao SA, Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH SA, Posse Gestão Patrimonial SA e HSM do Brasil SA (MARKETSCREENER, 2019).

Segue conforme Tabela abaixo, seus dez acionistas majoritários.

Nome	Ações	%
Daniel Faccini Castanho	12.650.774	16,1
Marcelo Battistella Bueno	8.064.408	10,3
O3 Gestão de Recursos Ltda.	6.517.900	8,30
Dynamo Administração de Recursos Ltda.	6.423.347	8,18
Castanho Romulo Faccini	5.563.392	7,08
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	4.070.660	5,18
JGP Gestão de Recursos Ltda.	3.925.414	5,00
Maurício Nogueira Escobar	3.159.595	4,02
Massachusetts Financial Services Co.	2.894.172	3,68
Onyx Equity Management Gestora de Investimentos Ltda.	1.932.000	2,46
Total 10 maiores		70,30

TABELA 11: Principais acionistas da Anima Holding. Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dez maiores acionistas da Anima Holding controlam 70,30% das ações. Os dois primeiros são pessoas físicas: Daniel Faccini Castanho (16,1%) e Marcelo Batistella Bueno (10,3%). Na sequência estão: Dynamo Administração de Recursos Ltda, Castanho Romulo Faccini, Atmos Capital Gestão de Recursos. A empresa possui um investidor estrangeiro listado entre os dez maiores acionistas, o Massachusetts Financial Services Co. Os demais são inves-

tidores ou fundos com sede no Brasil.

A tabela abaixo apresenta uma síntese da participação dos principais fundos de investimentos nos grupos educacionais estudados. Verifica-se que os principais fundos possuem maior participação nos grupos maiores, como a Tal Education, Grand Canyon e Kroton. Estácio Participações e SER Educacional possuem uma presença menor dos grandes fundos estrangeiros, onde predominam os fundos nacionais e pessoas físicas. Na Anima Holding, não apresentada na tabela abaixo, nenhum dos grandes fundos estrangeiros possui ações, ao menos não estão listados entre os dez maiores.

	Tal Education	Grand Canyon	Kroton	Estácio Particip	SER Educacional	Total*
BlackRock	3,06	3,76	3,73	-	-	10,5
The Vanguard Group	3,1	8,77	3,11	2,68	1,3	18,9
The Fidelity	-	8,08	-	2,06	1,71	11,8
Morgan Stanley	12,3	-	-	-	-	12,3
Baillie Gifford	13,3	-	-	-	-	13,3
UBS AG e Asset	16,96	-	-	-	-	16,96
Total	48,72	20,61	6,84	4,74	3,01	

TABELA 12: Participação dos principais fundos de investimentos nos grupos educacionais. Fonte: elaborado pelos autores a partir de Marketscreener (2019).
* Média simples (não ponderada pelo valor de mercado dos grupos educacionais).

De acordo com os dados apresentados constata-se a investida do capital financeiro também no setor educacional, alterando a

configuração do ensino superior privado no Brasil. Este movimento “Impõe padrões de gestão cujo único objetivo é reduzir custos, agindo nos estritos limites de satisfação das tíbias normas de controle do setor privado existentes no País” (OLIVEIRA, 2017, p. 28).

Esse movimento faz com que se eleve a utilização de “tecnologias” como forma de reduzir a necessidade de trabalho direto dos professores (horas-trabalho),

(...) quer seja com a utilização da educação à distância, quanto de “trabalhos “livres” ou conduzidos por monitores em salas de informática, ampliando a rotatividade de professores, mantendo sua titulação nos limites mínimos estabelecidos pela legislação, enfim priorizando o lucro em detrimento da qualidade (OLIVEIRA, 2017, p. 28).

Esse processo, impulsionado pelas políticas de Estado que beneficiaram este setor, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), tal como analisaram Chaves, Santos e Kato (2020) resultou na explosão do ensino superior privado no Brasil, de forma mais expressiva por meio da educação a distância (EaD).

De todos os grupos educacionais identificados neste estudo, apenas um tem sede na União Europeia e os norte-americanos atuam principalmente fora do país, por meio do “reforço escolar” ou o EaD clássico, como é o caso da *Tal Education*, atualmente o maior grupo educacional do mundo. Compreender as diferenças, particularmente as limitações impostas ao capital financeiro no setor educacional destes locais, constitui-se em importante objeto de investigação.

No Brasil, embora quatro grupos se apresentem na condição de empresas de capital aberto, já apresentadas, listadas na bolsa bra-

sileira, a B3, onde o preço das ações pode ser verificado a todo o momento, é importante destacar que outras empresas do setor também podem negociar ações na bolsa balcão. Trata-se de empresas com menor volume de negociações, mas cujas negociações são realizadas diretamente na B3, em sua maioria empresas/grupos que possuem como expectativa realizar a oferta pública de ações (as chamadas IPO's), o que para tal é necessário demonstrar lucratividade ou expectativa de lucros futuros (normalmente estruturas enxutas, uso de “metodologias inovadoras” etc.), de forma a atrair principalmente os investidores coletivos, os fundos de investimentos, mas também individuais. Identificar as empresas que negociam na bolsa balcão, bem como as estratégias que utilizam para expandir seus negócios também se constitui em objeto de investigação.

Considerações finais

Neste artigo enfatiza-se que apenas o estudo dos grupos educacionais, necessário e importante, é insuficiente para compreender a dinâmica do capital financeiro na educação. Como estes grupos são controlados por fundos de investimentos, em sua maioria, ou são guiados por sua lógica, de redução de custos por meio, por exemplo, da adoção de “tecnologias educacionais”, os grupos educacionais que oferecem maiores rendimentos são impulsionados, enquanto aqueles que não o são perdem preço de mercado e não atraem o capital financeiro.

Isto pode ser verificado pela situação que o grupo Kroton havia conquistado no início da década passada, de maior grupo educacional do mundo, após a aquisição da Estácio Participações (OLIVEIRA, 2019). No entanto, nos anos seguintes, perdeu espaço para ou-

tros grupos muito maiores, como a *Tal Education* e a *Grand Canyon*. Também pelo surgimento de grupos educacionais com capital aberto totalmente novos, que de imediato se alçam à condição de liderança, como é o caso da *GSSX Techedu, Inc*, que não possuía capital aberto em 2019 e em 2020 é a segunda maior do mundo e, igualmente à *Tal Education*, com atuação preferencial no “reforço escolar” de disciplinas básicas, na China. (MARKETSCREENER, 2020)

Desta forma, se percebe o avanço de grupos financeiros e seus respectivos fundos de investimentos do setor de serviços educacionais. Assim, a educação como bem público, como patrimônio cultural da humanidade, porque produzida socialmente e acumulada historicamente, passa a ser negociada em grande escala em bolsa de valores, com o objetivo de lucratividade aos rentistas.

Como a maior parte dos grupos são controlados pelos fundos de investimentos e os maiores fundos de investimentos participam uns nos outros, ocorre, a existência de monopólios em relação aos grupos financeiros na educação, acarretando uma nova dinâmica na concentração do capital que, em grande escala, acaba alterando a lógica de mercantilização da educação, antes exercida, no Brasil, pelo empresariamento da educação.

Nesta perspectiva, a mercantilização da educação que se dava no Brasil, exclusivamente, via empresariamento da educação (obviamente ainda muito presente e atuante), se manifesta atualmente e, em grande escala, no processo de financeirização da educação, assumindo a lógica da nova fase do capitalismo, da não-concorrência, dos monopólios, isto é, do imperialismo.

Isto posto, infere-se pela necessidade de retomar a defesa da concepção da educação como direito humano. Como parte da realização da condição humana no seu devir marcado pela hominalidade, envolvendo a apropriação crescente da natureza pelo homem

e da sua própria natureza como ser histórico e que faz a sua própria história. A educação como um processo emancipatório para além da lógica da mercadoria, portanto, sob um viés iluminista que não reduz a educação ao treinamento em *habilidades e competências*, por exemplo, mas ao desenvolvimento, apropriação e socialização dos conhecimentos científicos, tecnológicos, humanístico-históricos e culturais. Ou seja, uma concepção de educação para além da lógica do mercado, como pensam os acionistas das empresas de serviços educacionais.

Referências

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de (2015). Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. **Rev. Inter. Educ. Sup.**[RIESup. Campinas, SP. v.1 n.1 p. 86-102 jul./set. 2015.

Chaves, V., Santos, M., & Kato, F. (2020). n. 08 - FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL E A FINANCEIRIZAÇÃO. *Jornal de Políticas Educacionais*, 14. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v14i0.70063>

Chesnais, F (2005). *A Mundialização do Capital*. Editora Centauro.

KOIK, Beth. Estácio cria holding Yduqs e abre novas frentes de negócios. **Valor Econômico**, 11 de julho de 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/07/11/estacio-cria-holding-yduqs-e-abre-novas-frentes-de-negocios.ghtml>>. Acesso em: 17 out. 2019.

LENIN, V. **Imperialismo, estágio superior do Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARKETSCREENER. Disponível em: <<https://www.market screener.com/>>Vários acessos.

MEDEIROS, M. C (2017). **As Bases Teóricas para Interpretação do Papel do Capital Financeiro na Agricultura**. Artigo apresentado como exigência parcial para a promoção à classe de professor associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Francisco Beltrão. (Não Publicado).

MOURA, Marcelo (2019). Maior grupo de educação do país, Kroton vira Cogna e se divide em quatro. *Época Negócios/Globo.com*, 07 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educacao-do-pais-kroton-vira-cogna-e-se-divide-em-quatro.html>>. Acesso em: 17 out. 2019.

OLIVEIRA, R. P (2017). A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil. In: MARINGONI, G. (Org.). *O negócio da educação: as aventuras das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo: Olho D'água.

SABADINI, M. de S (2015). Sobre o Conceito de Capital Financeiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10935/8388>>. Acesso em: 18 out. 2018.

CAPÍTULO 9

A Educação do campo:

defender o conhecimento e a ciência para servir ao povo; combater o relativismo, o dogmatismo e o multiculturalismo como expressões negacionistas

Gracialino da Silva Dias

Este trabalho tem por base o resultado de atividades e projetos de pesquisas, extensão e ensino, desenvolvidos na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Decorre das experiências na docência, de componentes curriculares do domínio comum, para os cursos de bacharelados em Agronomia, Ciências Econômicas, Engenharia de Aquicultura e Engenharia de Alimentos, e dos domínios comum, conexos e específicos, para os cursos de Licenciaturas Interdisciplinar em Educação do Campo em Ciências da Natureza, Agrárias e Matemática; e em Ciências Humanas; e Licenciatura em Pedagogia iniciado em 2018. Derivou-se dessas experiências relacionadas com a produção coletiva de várias áreas científicas que investigam a educação e a situação agrário-camponesa, juntamente com o grupo de pesquisadores do Grupo de pesquisa questão agrária e juventude rural: trabalho, educação e cultura camponesa - JURATEC.

A UFFS foi criada pela Lei 12.029, em 15 de setembro de 2009, tendo um dos seus *campi* em Laranjeiras do Sul/Paraná, o qual carrega fortes vínculos com as lutas sociais, dentro do Território Cantuquiriguaçu, principalmente com as lutas camponesas, como lutas de classes entre os camponeses pobres, sem terra ou com pouca terra, de um lado, e os latifundiários, do outro. Essa é a contradição principal a ser resolvida na busca do desenvolvimento nacional democrático soberano do país: a contradição que atravessa a questão agrário brasileira, sob a contradição entre o imperialismo e o povo brasileiro. Sem destruir todos os latifúndios e o sistema latifundiário que remonta à estrutura jurídico-política desde o escravismo colonial e sem romper com a dominação imperialista do país falar em desenvolvimento não passa de palavras ocas. O sistema latifundiário, herdado do regime escravocrata, sofreu adaptações sob a racionalidade do chamado “agronegócio” para servir aos interesses da dominação imperialista do Brasil. Latifúndio, agronegócio e imperialismo são três categorias explicativa do atraso nacional.

O *campus* de Laranjeiras do Sul localiza-se no extremo norte da faixa da fronteira sul do país abrangida pela UFFS, desde os *campi* de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; Chapecó, em Santa Catarina; e, Realeza e Laranjeiras do Sul, no Paraná. Uma das justificativas para a criação da UFFS está ligada à necessidade do desenvolvimento regional, caracterizado pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

A construção do trabalho parte da compreensão que a educação, em geral, escolar e não-escolar, bem como a educação camponesa, de modo especial, não fogem às contradições que se desenvolvem na base do modo de produção da vida material. Sob essa concepção consideram-se tanto as contradições da sociedade que marcam a educação, como as contradições próprias do terreno educacional. Como afirma Saviani:

A pedagogia crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como é preciso se posicionar diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir à questão educacional” (SAVIANI, 1994, p. 126-127).

Sobre as contradições internas, próprias da esfera educacional e educativa, desde a sua concepção teórica, passando pelas políticas educacionais e pela organização do trabalho pedagógico com a realização do currículo, mediado pela esfera normativa-programática de caráter prático, considera-se que a principal contradição que atravessa a educação em todos os níveis no país, é a contradição da luta pela terra, como luta de classes, entre os camponeses pobres, de um lado, e as classes dominantes compostas pelos latifundiários, aliados da grande burguesia ligados umbilicalmente à dominação imperialista, de um lado. Essa contradição, que tem por base a realidade objetiva que caracteriza a produção da vida material, atravessa o terreno da economia, da política e penetra profundamente no plano ideológico-cultural como forma de dominação. Para desvendá-la, portanto, faz-se necessário percorrer o caminho inverso, desde a raiz da contradição, na esfera da infraestrutura, até o plano superestrutural, da composição normativo-política relacionada com o campo educacional

O camponês, ao se organizar e lutar pelo direito à terra, conhece a liberdade e se educa nas três esferas próprias da educação integral sob a perspectiva da formação humana: 1) luta pela terra como *luta de classes pelo trabalho* e pela produção; 2) luta política pelo direito de ter o acesso à terra contra todo o sistema de poder das classes dominantes que o impedem de ter esse direito, logo, como

luta de classes pelo poder; e, 3) luta pelo conhecimento para romper com o medo, a ignorância e destruir os grilhões que o entravam, e assim, se apropriando do conhecimento sobre a verdade objetiva pelo domínio das leis que regem a sociedade de classe baseada na exploração do trabalho alheio e, deste modo, como *luta de classes pela experimentação científica*, pela apropriação e desenvolvimento da ciência. Para sustentar essa tese do caráter educativo da luta de classes tomemos a Terceira Tese de Karl Marx sobre Feuerbach, de 1845, onde ele afirma que

A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. (MARX, 1982).

Com base nessa tese temos o principal desafio: responder, quem educa os educadores, como parte da classe trabalhadora.

Concebendo os educadores, como trabalhadores intelectuais que compõe uma fração da classe trabalhadora, questiona-se se poderiam ser considerados como um grupo à parte ou os intelectuais são considerados como membros efetivos da classe à qual se vincula, como sustenta Gramsci no seu estudo sobre os intelectuais e o seu caráter orgânico, também conhecido como *Caderno 12 do Cárcere*? Essas questões se referem a um estudo teórico sobre a identidade de classe dos professores, que demandaria mais tempo e que não será tratado neste artigo. Todavia, partimos da realidade concreta, segundo a qual os educadores pertencem à classe que vive do seu próprio trabalho, sendo este o seu único ativo econômico sobre o qual recebe

uma remuneração da sua força de trabalho, como mercadoria, para adquirir as mercadorias que precisam para viver, os educadores são, portanto, proletários intelectuais, tendo ou não consciência da sua condição de classe.

Partindo da relação dialética entre as contradições no conjunto das relações sociais de produção e na esfera educacional como campo do trabalho educativo no seu conjunto, considera-se que não haverá educação do campo se não houver camponeses em luta pela terra. Logo, a luta pela terra estimula a luta pela educação e a luta pela educação deve impulsionar a luta pela direito à terra para viver e trabalhar. Este deve ser o principal conteúdo pedagógico da educação camponesa, sob a perspectiva da destruição do sistema latifundiário e da libertação das forças produtivas no campo. Sob essa compreensão, este artigo refuta qualquer tipo de educação do campo que se oriente por formulações idealistas, calcada na defesa de um “sujeito do campo”, cuja identidade não se coloque sob o plano classístico.

Busca-se, assim, desenvolver uma linha do tempo situando os principais fatos históricos que marcaram a luta pela terra no Brasil, tomando-os como processos pedagógicos que aportam a compreensão classista das lutas e da prática educativa de interesses da classe dos camponeses pobres, sem terra ou com pouca terra, em nosso país. Sustenta que o único caminho para uma educação que sirva ao povo de modo em geral e no caso concreto que sirva aos camponeses é a educação científica sob os aportes do classismo.

Desse modo, parte-se da compreensão que é preciso avançar para que a coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana seja “apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora” e que o próprio educador possa ser educador, como afirmou Marx na mesma *Tese sobre Feuerbach*.

Permeado por essas questões teóricas, este trabalho busca situar historicamente a educação camponesa como uma construção social, inserida no processo histórico do desenvolvimento das lutas de classes no campo brasileiro: A educação como parte da totalidade social, como relação social. Isso implica, em primeiro lugar lidar de fora para dentro, ou seja, a educação socialmente determinada a partir das contradições sociais que atravessam a educação, sendo ela, a própria educação, uma unidade de contrários; em segundo lugar, de dentro para fora, entendendo o caráter determinante da educação a partir do seu grau de autonomia relativa em face da totalidade social e das contradições internas que ela própria carrega, sendo, portanto, um campo onde se desenvolve a luta de classes como luta de duas linhas: a linha científica, proletária, e a linha burguesa, mistificadora da realidade.

A linha proletária implica em defender o caráter democrático científico da educação, tornando as instituições públicas de ensino verdadeiros templos do conhecimento no cumprimento da função precípua da socialização dos conhecimentos científicos e culturais produzidos pela humanidade. Ao contrário dessa linha, tem-se a linha burguesa, engessada a partir da cristalização das estruturas sociais e da sua reprodução como educação do mercado, onde em lugar da socialização dos conhecimentos que possam libertar a humanidade das tolices, das asneiras e da ignorância, orienta-se pelo pragmatismo, pelo empirismo e pelas “competências para resolver problemas” a partir de “habilidades e competências” treinadas pelo currículo, apregoando uma educação meramente adaptativa do indivíduo ao sistema sob a ideologia do fim da história e da reificação social.

Parte-se do entendimento de que a educação tem por função servir ao povo, não cabendo entre os trabalhadores do ensino público lugar para aqueles que se anseiam “intelectuais puros”, ou preten-

samente “neutros”, ou que se vejam “por fora” ou “acima” da luta de classes com relação ao tipo de capitalismo brasileiro, como capitalismo burocrático, atrasado, submetido ao imperialismo.

Sob essa perspectiva, a educação camponesa deve partir da compreensão do processo histórico da luta de classes no país em estreita articulação com a defesa da terra para quem nela vive e trabalha, da defesa do meio ambiente e, do mesmo modo, da defesa do desenvolvimento científico e do progresso.

A noção de progresso leva-nos a pensar em termos de futuro, do modelo de desenvolvimento, implicando, inevitavelmente na ruptura com o estado de coisas do presente e nos levar a prospectar o adiante, ou seja, a analisar o tipo da sociedade na qual vivemos e a projetar a sociedade na qual desejamos viver. E aí não é uma questão muito simples definir os rumos do progresso e a noção de progressista. Não pode ser uma questão meramente instintiva ou de rebeldia com as coisas do presente. É uma insatisfação estética que parta de uma rigorosa análise, interpretação e transformação da realidade, com os aportes de toda a ciência e todo o conhecimento desenvolvido pela humanidade; uma insatisfação estética que coloque o desenvolvimento humano como nuclear do desenvolvimento da sociedade e do meio histórico e natural, isto é, do desenvolvimento socioambiental.

Consideramos que o esforço investigativo despendido neste trabalho sobre a educação do campo, busca oferecer algumas contribuições teóricas a partir do resgate de importantes atores pedagógicos, produzidos pelas lutas de classes, principalmente no campo brasileiro, muitos dos quais ocultados pela história oficial de base positivista. Esse resgate deve ser conhecido, ampliado e utilizado do seu conteúdo como referência para a construção e o desenvolvimento pedagógico das categorias essenciais que compõem a educação do campo.

Apresentamos alguns desafios para o desenvolvimento da educação do campo relacionada com a educação popular. Fazemos ainda alguns alertas contra os riscos da teoria de base eclética, ou da “salada” epistemológica, ou da “sopa de letrinhas”, ou das “novidades” de cunho culturalista para “inovar nos métodos didáticos”. Todos eles sob inspiração pós-moderna, alguns falando de classismo, mas na essência a luta de classes, como formulação requeitada de base positivista.

No nosso levantamento sobre a realidade da educação do campo vê-se há um predomínio dessa corrente, contra a qual alertamos dos riscos. Ela se manifesta na junção entre as políticas oficiais e aquelas defendidas pelos movimentos sociais ajustados aos discursos governamentais. Sob essa realidade, em lugar da educação se tornar uma coluna que impulse a luta de classes pela terra para os camponeses, ao contrário disso, ela tem se tornado numa coluna governamental a tutelar a luta dos camponeses, agindo sob o esvaziamento teórico e sob o império da empiria e servindo, dessa forma, ao fortalecimento do conformismo com relação ao sistema de poder representado pelo estado das classes reacionárias e pelos governos que os gerenciam.

Esse é, sem dúvida, o resultado do governismo e da estatização de muitos “movimentos sociais” do campo que, nascidos do confronto da luta pela terra, aos poucos foram se conformando em forças auxiliares dos governos, se convertendo em verdadeiros instrumentos de conciliação de classes. Desse modo, o estado da grande burguesia e dos latifundiários pôde contar com uma força auxiliar e recepcioná-la no cumprimento do papel apaziguador, como uma nova “modalidade” de ensino, cujos fundos públicos lhes são dispendidos, mesmo que em conta-gotas, servindo para o controle social. Essa educação do campo governista, na essência, passou a

negar a educação popular nas três dimensões das lutas classes anteriormente referidas.

De acordo com dados oficiais do Censo Escolar, do ano de 2011, o Brasil possuía 76,2 mil escolas rurais, sendo que 42 mil destas eram multisseriadas, cerca de 15% sem o acesso à energia elétrica e 90% sem biblioteca. É a partir dessa da educação no campo que a educação à distância passou a ser ministrada sob a pandemia nos anos 2020 e 2021. Um quadro de miséria e abandono por todos os governos que o país já teve e por aqueles que se encontram no gerenciamento atual. Ainda, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PENAD de 2009, cerca de 2,5% das crianças e dos adolescentes com idade entre 7 e 14 anos que vivia no campo estava fora da escola. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, revela que aproximadamente 160 mil professores que ministravam aulas nas escolas do campo não possuíam o ensino superior, dado que confronta o que estabelece as normas legais e os discursos dos governos sobre “valorização da educação”.

Esse é um quadro histórico de longa duração no processo histórico de formação nacional. Alberto Passos Guimarães já o teria caracterizado como “os quatro séculos de latifúndio”, onde perdura subjacentes relações semifeudais que vão do campo à cidade, perpassam a indústria, atravessam o terreno da política, do conjunto das relações de poder na sociedade, determinam a cultura dominante, até o currículo das instituições de ensino em todos os níveis. Essa é a caracterização do capitalismo burocrático, desenvolvido e dominado pelo imperialismo em nosso país.

A questão da terra como parte da questão agrária ganha principalidade nos países de capitalismo burocrático como o Brasil. Daí que o golpe militar pró-imperialismo do USA tenha cometido a maior violência contra os camponeses que lutavam pelo justo direi-

to à terra para viver e trabalhar. As Ligas Camponesas que estariam avançando na defesa do direito à terra sob a perspectiva classista foram duramente castigadas, tendo as suas principais lideranças mortas, torturadas, ou presas e exiladas pelo regime militar pró-imperialismo *yankee* implantado no Brasil. Os camponeses seguiram lutando. Os camponeses nunca pararam de lutar. Lutam como sabem e como podem. A história do Brasil pode ser contada como a história das lutas camponesas. Como sustenta Ariovaldo Umbelino de Oliveira(2005) e (2020) que os camponeses são maiores do que todos os movimentos que existiram e que existem e se recriam contraditoriamente ao longo da história.

Na fase de decadência e desmoralização do regime militar importantes segmentos teriam se aproximado dos camponeses apoiando as suas lutas, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra – CPT, apoiada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Desse apoio deu-se origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, fundado em 1984, num encontro na cidade de Cascavel, no Paraná. A criação do MST fortalecia uma tendência política sob uma ideologia eclética, de caráter pequeno-burguês, já em operação com a criação do Partido dos Trabalhadores – PT e da Central Única dos Trabalhadores – CUT, desde 1981.

O MST soube capitanear as insatisfações e necessidades das lutas econômicas pelo direito à terra no período, impulsionando a mobilização de grandes contingentes de massas camponesas. Soube mobilizar e dirigir amplas massas no sentido da resistência, exprimindo importante linha que precisa ser estudada. Todavia, a exemplo do que teria ocorrido com a CUT¹, a sua direção passou de um plano importante da resistência e da luta na defesa da terra para quem nela vive e

¹ TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação, a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

trabalha, para um outro plano da negociação, do conformismo e da conciliação, a partir da execução de políticas públicas, abandonando as críticas ao latifúndio e passando a condenar o “agronegócio” e fazendo a defesa da agroecologia, além de reivindicar e acessar fundos públicos para o desenvolvimento dessas políticas, em parcerias com os governos, a exemplo da educação do campo. Esse movimento teria se principalmente durante o segundo mandato do governo da presidência de Fernando Henrique Cardoso e teria se intensificado com os gerenciamentos dos governos do PT, nos mandatos de presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Importante movimento dessa passagem teria se dado por meio da defesa e da educação do campo, desde o encontro realizado em 1994, em Belo Horizonte, passando pela primeira “Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luiziânia, Goiás, de 27 a 31 de junho de 1998, até a proposição e aprovação das “diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo”, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC, em 2002.

Os desafios para o desenvolvimento de uma educação do campo sob a perspectiva da educação popular

A historicidade, a contradição e a totalidade são categorias teóricas sem as quais não se pode compreender a realidade social no geral e a realidade do campo brasileiro de modo especial.

Partamos, portanto, da análise da constituição e do tipo de capitalismo brasileiro para a análise do modo de produção, das forças produtivas e das relações sociais de produção. Com base nesta análise devemos situar o desenvolvimento da educação popular de onde podemos discutir a natureza contraditória da concepção e do desen-

volvimento do ensino em geral e do ensino na educação do campo de modo especial.

Quais são as características do tipo de capitalismo brasileiro?

A história do Brasil é parte das mais tenebrosas, cruéis e sangrentas lutas de classes que marcaram a passagem do feudalismo ao capitalismo na Europa e de expansionismo marítimo-comercial entre os séculos XIV e XVI, para posterior afirmação do colonialismo, do neocolonialismo e do imperialismo como resultando da afirmação do capitalismo. Sendo o imperialismo a era da fusão do capital bancário com o capital industrial, dando origem ao capital financeiro, aos monopólios e, como conseqüências, e as lutas pela partilha do mundo entre os países sedes dos monopólios. Como exemplos das lutas pela partilha e re-partilha do mundo entre os países imperialistas tivemos a sua agudização desdobrada em grandes tragédias para a humanidade como a Primeira Guerra mundial, entre 1914 e 1918, e a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945. O Imperialismo nunca cessou suas guerras, são guerras de baixa, média e alta intensidades contra os povos, nações e países, segundo os seus interesses para seguir dominando. O imperialismo é a era da guerra total, “do parasitismo e da decomposição do capitalismo” como asseverou Lênin, em *O imperialismo, fase superior do capitalismo* (LÊNIN, 1982).

A conquista do continente americano é marcada pela história de genocídios de milhões de pessoas e extermínio de povos das “novas terras”. Sobre os povos indígenas da América foram despejados todos os tipos de ódios, violência ou indiferença pelos conquistadores, quer este viessem de origem católica (Portugal e Espanha), quer de origem protestante (Inglaterra) e de outras orientações político-religiosas. Sobre os povos conquistados foram projetadas imagens e ideias de outras populações, ou seja, os povos indígenas passaram

a ser vistos pelas regras, leis, normas e valores dos conquistadores. Nesse processo se registra o maior genocídio da história da humanidade. Cabe àqueles que têm compromisso com a verdade histórica estudá-lo e revelá-lo.

A formação social brasileira é parte desse processo de sangrentas batalhas, nas quais se inscreve a apropriação das riquezas naturais que dariam suportes necessários à *acumulação primitiva de capital*², sem a qual o capitalismo não se firmaria do modo como se estabeleceu como produção e comercialização mundial.

O processo de consolidação do capitalismo impôs um “caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países”, como afirmaram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. Para esses autores, as velhas indústrias nacionais foram destruídas, passando a sê-lo diariamente, sendo

suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. (...). Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. (MARX E ENGELS, 2008, p.28).

Não se trata, no entanto, de um intercâmbio dirigido pelos valores humanos de integração e trocas voltadas para a realização do progresso humano. Pelo contrário, é de um processo de imposição do

² Marx, Karl. O Capital: processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa, etc., associado com a exploração das colônias ultramarinas através de saques, especulação comercial, tráfico de escravos e monopólios mercantis.

modo burguês e da lógica de acumulação de capital, onde se “obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção”, constringendo-as a “abraçar” o que a burguesia chamou de civilização.

Com isso a burguesia

submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos, aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao ocidente. (MARX E ENGELS, 2008, p. 28-29).

O processo de mundialização do capital identificado pelos criadores do materialismo histórico e dialético não é o mesmo que os exegetas do capital denominam de “globalização”, ou por “nova ordem mundial” nos dias atuais. Trata-se de uma expansão da dominação do capital em escala mundial de modo desigual, de exploração e dominação. Para compreendermos o seu alcance no início do século XX, depois da Primeira Guerra Mundial, devemos estudar *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, de Lênin, escrito em 1916. De acordo com Lênin, que classifica o Imperialismo, como o capitalismo em “decomposição”, apresenta “cinco traços fundamentais”:

1. A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira;

3. A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e;
5. O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância à exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (1982, p.641-42).

Trata-se de um desenvolvimento desigual, marcado pelas contradições entre países de capitalismo avançado, sede dos monopólios e da oligarquia financeira mundial e, portanto, países imperialistas, de um lado, e, de outro lado, os países dominados, sob a forma de colônias e semicolônias, fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra barata, importadores de capital, das quais as tecnologias de ponta assumem primordial importância nos dias atuais.

O tipo de capitalismo que vai se desenvolver no Brasil, como continuidade da dominação, primeiro como colônia portuguesa, depois como semicolônia da Inglaterra – em ambas o país esteve submetido a uma situação escravocrata-colonial – depois de capitalismo atrasado subjugada à dominação imperialista, principalmente estadunidense que se tornou hegemônico na América do Sul após a Segunda Guerra Mundial, operando golpes militares para manter o interesse ianque contra os interesses dos povos da região. Trata-se de um capitalismo burocrático consubstanciado na submissão ao imperialismo e na manutenção da semifeudalidade. Este capitalis-

mo burocrático se caracteriza ainda pelo exercício do domínio da máquina estatal pelos representantes do imperialismo, mesmo que internamente estes se mostrem em pugna entre as classes e as frações de classes dominantes (burguesia burocrática, formada por grandes empresários; burguesia compradora, formada por banqueiros e agentes financeiros e atravessadores do comércio; latifundiários, de velho e de novo tipo, sendo este último envolvido pelo monocultivo e na produção de *commodities* para atender demandas do mercado mundial; e o oportunismo, que se curva a uma ou a outra fração da grande burguesia, seguindo a subjugação aos monopólios e à oligarquia financeira mundial e suas agências como o FMI, a OMC e o Banco Mundial, só para citar os principais).

A contradição entre imperialismo enação e povo dominado segue sendo a principal contradição a ser resolvida para a busca do desenvolvimento e da formação do povo brasileiro, enquanto nação e país independente. Essa contradição tem como aspecto interno principal a ser resolvido a contradição entre a classe dos latifundiários e a classe dos camponeses pobres, sem terra ou com pouca terra. A classe dos latifundiários constitui um sistema de poder que vai da terra à máquina estatal, gerando o atraso econômico baseado no monocultivo de culturas tipificadas como *commodities* para exportação. Por sua vez a classe dos camponeses pobres com mais de 40 milhões de trabalhadores brasileiros, representam o segmento mais explorado e mais oprimido nas relações de trabalho no Brasil, embora seja responsável pela produção de mais de 90% dos alimentos consumidos no país.

De acordo com pesquisa realizada pelo IPEA³, em 2009, 58% da nossa população, correspondendo a 106,9 milhões de brasileiros vivem com renda igual ou inferior a R\$465,00 por mês, sendo

³ O IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, é uma fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil.

os camponeses os mais afetados pela pobreza extrema no Brasil. O IPEA considera “extremamente pobres” as pessoas com renda per capita de até R\$ 67,00, representando, em 2009, 9 milhões de brasileiros, ou 4,8% da população brasileira.

A luta contra o latifúndio tem a sua materialidade concreta na luta entre duas classes, como luta de classes. De um lado, a classe latifundiária, tanto o de novo tipo denominado por “agronegócio”, quanto o do tipo tradicional marcado pela especulação da terra improdutiva; de outro, a classe dos camponeses pobres, sem terra ou com pouca terra. Essa luta é a base social da via das transformações sociais para aportar o desenvolvimento nacional soberano do país. Nela estão demarcados dois pólos antagônicos e inconciliáveis da luta de classes: Camponeses pobres *versus* Latifundiários. Não há nenhuma possibilidade da libertação do nosso país da dominação imperialista sem a completa destruição do sistema latifundiário. A destruição do sistema latifundiário se traduz na primeira etapa, necessária e imprescindível, da libertação do nosso país e do nosso povo da dominação imperialista. Trata-se da etapa da libertação das forças produtivas no campo, do ataque à espinha dorsal de sustentação do tipo de capitalismo que temos em nosso país, como capitalismo atrasado gerador da ruína da vida do povo brasileiro.

A destruição do latifúndio corresponde à primeira etapa da grande marcha de lutas libertárias, sem a qual não se pode falar em transformação da realidade social, em outro modo de produção, em emancipação humana ou em socialismo.

É sob essa compreensão das bases materiais de existência e das condições objetivas das classes em luta no campo brasileiro que deve ser concebida a educação do campo. Ou seja, a constituição de uma educação do campo de caráter classista, como eixo estruturante sob a perspectiva da educação popular. Essa é a educação do campo que

deve ser concebida no sob bases científicas do princípio educativo do trabalho, de caráter teórico e prático, compreendendo o ensino, a pesquisa e a extensão de modo inseparável, como forma de apoiar e desenvolver a organização das lutas das classes populares em nosso país. O princípio educativo do trabalho, cuja expressão material e ontológica exige de seus educadores o envolvimento direto na luta pela destruição do sistema latifundiário. Sem colocar como eixo estruturante do trabalho pedagógico a conscientização e a organização classistas pela libertação das forças produtiva no campo, o que implica na necessária destruição do latifúndio, não pode se quer dizer que é uma educação progressista.

A educação do campo deve se assumir como herdeira e sistematizadora das experiências das lutas sociais do povo brasileiro contra os sistemas de opressão e pela sua libertação, implementando ingente esforço pelas lutas unitárias dos trabalhadores do campo e da cidade, como lutas de classes. As lutas sociais ganham, à luz da categoria historicidade, o papel pedagógico fundamental para expressar a identidade na formação do povo brasileiro. Cada luta do povo acumula um processo pedagógico coletivo para a identidade e a formação classista.

Elencaremos, a seguir, um conjunto de lutas sociais que julgamos ser de fundamental importância e, como tal, a educação do campo deve primar pelo seu domínio e o seu aprofundamento por todos os educadores e educandos para que os mesmos se tornem efetivamente agentes ativos na formação científica da educação do campo. Elegemos 10 batalhas que marcam a história do país, todas elas diretamente ligadas à questão agrária que segue sem solução em nossa sociedade. Os apontamentos a seguir têm a intenção de estimular um plano de estudo pelo da educação do campo, de modo integrado, sobre a história e a historiografia das lutas pela terra em nosso

país. São acontecimentos marcantes que precisam ser analisados na esfera da questão agrária brasileira, fundamental para explicitação do modo de produção e da totalidade social da sociedade e da nossa formação social e, portanto, objeto de primordial valor para ser esclarecido pela educação do campo:

A Confederação dos Tamoios (1554-1567). (Tamuya = donos da terra). Luta contra a escravização dos índios pelos colonizadores plantadores de cana-de-açúcar na Capitania de São Vicente.

A República dos Palmares (1630-1695). Na região de Serra da Barriga, atualmente Alagoas. Lutas de resistência dos quilombolas pela libertação dos negros contra a escravidão e a classe dos escravagistas e o seu sistema de poder (o sistema colonialista, suas armas e sua justiça). Foram mais de 25 expedições do sistema opressor escravagista durante mais de 67 anos até a destruição dos quilombolas – uma imposição destruidora traduzida em ações de extermínio dos negros livres pela classe dos escravocratas.

A Cabanagem do Pará (1835 e 1840). A extrema miséria do povo paraense, com a sua maioria no campo, submetida à exploração pelos latifundiários (base de sustentação do sistema colonial) que exploravam o mercado de exportação de cacau, madeira, ervas, peles. Antes da independência esse mercado era feito sem o controle do governo central. Esses latifundiários buscaram atrair os cabanos (camponeses pobres, mateiros) para o seu lado contra o controle do governo central após a proclamação da independência (1822), mas logo se compuseram com o governo central e declararam guerra aos cabanos. A Cabanagem do Pará se transformou num movimento de guerra dos camponeses pobres contra a tirania dos latifundiários e o seu sistema de poder (o Estado, suas armas e sua justiça).

A Balaiada (1838 e 1841). No interior do Maranhão. Movimento de resistência realizada por pobres do campo formados por escravos, fugitivos, vaqueiros, sertanejos, prisioneiros, etc. (multi-

dões cansadas pelo sofrimento e contra as injustiças).

Guerra de Canudos (1896-1896). No interior do Nordeste brasileiro, estado da Bahia. Guerra entre camponeses pobres e sistema latifundiário representado pelo seu Estado. Uma guerra cruel que encerrou um dos maiores massacres da história da humanidade: um massacre de massas de pobres sertanejas pelo Estado brasileiro.

Guerra do Contestado (outubro de 1912 a agosto de 1916). Na região do Contestado, entre os Estados de Paraná e Santa Catarina. Conflito armado que envolveu cerca de 20 mil camponeses pobres que enfrentaram forças do sistema latifundiário e o seu Estado representado pelos poderes militares dos governos estaduais e do governo federal. A estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul estava sendo construída por uma empresa norte-americana, com o apoio dos coronéis (grandes proprietários rurais com força política) da região e do governo. Para a construção da estrada de ferro, milhares de famílias de camponeses perderam suas terras. Este fato gerou muito desemprego entre os camponeses da região, que ficaram sem terras para trabalhar.

Guerrilha de Porecatu (1940-1951). Na Região Norte do Estado do Paraná. Luta armada que começou com a instalação de cerca de 300 posseiros em 1940 e terminou com aproximadamente três mil em conflito em 1951. Foi um movimento de camponeses pobres que foram retirados das terras onde viviam para a expansão do café, uma espécie de *commodities* daquela época comercializadas no mercado internacional.

Guerra de Trombas e Formoso (1950-1957). No Estado de Goiás. Luta armada entre camponeses pobres, de um lado, e latifundiários-grileiros juntamente com os braços armados do seu Estado, do outro. Deu um passo importante para a organização do tipo sindical dos trabalhadores rurais, desdobrando posteriormente na Contag, Fetag's e STR's.

As Ligas Camponesas do Nordeste (1954-64). Em 1954 formou-se a primeira LIGA no engenho da Galileia, na cidade de Vitória de Santo Antão, a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco – SAPP, com três objetivos específicos: (1) auxiliar os camponeses com despesas funerárias, evitando que os falecidos fossem despejados em covas de indigentes (“caixão emprestado”); (2) prestar assistência médica, jurídica e educacional aos camponeses; (3) formar uma cooperativa de crédito capaz de livrar aos poucos o camponês do domínio latifundiário.

Revolta dos Possiões (1957). Região Sudoeste do Paraná. Um importante capítulo sobre os conflitos agrários no país. O início das disputas de terras se deu em 1940, perdurando por mais de 20 anos, culminando em luta armada em 1957, quando possiões e colonos se organizaram, tomaram as cidades e expulsaram as Companhias Grileiras de Terras e os jagunços por elas contratados.

Cada batalha proporciona novos aprendizados. O proletariado e o povo brasileiros aprendem com as suas vitórias e aprendem com as suas derrotas. Aprendem também com as vitórias e com as derrotas dos outros povos. Por isso devemos estudar a história de todos os povos, com ênfase no entendimento na formação do nosso povo. É dever da história crítica, a histórica sustentada cientificamente pelo materialismo histórico e dialético, resgatar as lições tiradas de cada luta: a história pedagógica é o eixo estruturante da educação popular.

Os riscos das tergiversações pós-modernas e multiculturalistas na educação do campo

A burguesia tem o seu projeto pedagógico. E ele faz parte da sua escola de reprodução social. A burguesia e os seus intelectuais nunca tiveram receio em expor qual é o seu verdadeiro projeto for-

mativo, tanto para formar dirigentes quanto para formar trabalhadores. Sobre essa questão perguntamos, o projeto pedagógico burguês interessa à classe trabalhadora para a formação dos seus filhos? A resposta é não. A classe trabalhadora precisa, por meio dos seus intelectuais desenvolver o seu projeto formativo, sem o qual perecerá sob a ideologia dos seus inimigos de classe. Interessa à burguesia disputar e condicionar a educação do campo segundo o seu modelo formativo e, portanto, de sociedade? A resposta é sim. Logo, a educação do campo, como qualquer programa educacional na sociedade sofre os reflexos das contradições sociais e, portanto, se tornam espaços de disputas entre as duas linhas: a linha da ideologia científico-proletária e a linha da ideologia não científica apregoada pela burguesia. Qual a contradição entre o projeto pedagógico burguês e a proposta pedagógica para formar intelectuais orgânicos da classe que vive do seu próprio trabalho pela educação do campo?.

Para Ribeiro (2013, p. 307) a escola projetada pela burguesia “é inseparável do modelo de sociedade burguesa”. Para essa autora a escola burguesa “contribui para amenizar os conflitos, incutir leis e normas, fazer cumprir a ordem, e, assim, para que os trabalhadores aceitem as relações sociais de exploração às quais estão submetidos.”

Respondendo, portanto, a questão política do projeto pedagógico, que seguramente à burguesia não só interessa que os trabalhadores desenvolvam a sua ideologia de base científica, isto é, o materialismo histórico dialético. Ao contrário, interessa à burguesia que os trabalhadores se submetam à escravidão mental da sua ideologia calcada no fetichismo da mercadoria. Essa é condição para ela se manter enquanto classe dominante: nunca se descuidar do controle dos espaços formadores. Por isso a burguesia utiliza-se da escola não só para formar os seus quadros dirigentes, mas também para reproduzir a força de trabalho que necessita para mover a economia e os

processos produtivos, como um todo, mas também para reproduzir a sua ideologia. Há uma farta sustentação, tanto teórica como a realidade social pode comprovar, de que a forma mais efetiva de controle do projeto pedagógico se dá pela concepção e pelo desenvolvimento do currículo. A burguesia utiliza-se de seus prepostos intelectuais para disputar e dominar o currículo, impondo a sua ideologia para as instituições de ensino em todos os níveis. Isso está comprovado pela história da educação tanto nas sociedades capitalistas de países mais desenvolvidos como nos países mais atrasados sob o domínio pelo imperialismo.

Importante comprovação dessa busca dos capitalistas pelo controle da educação para atender os seus fins de classe, está chamada “teoria do capital humano” (SCHULTZ, 1973). Uma ideologia desenvolvida final dos anos de 1950 e que ganhou moda na década de 1960 que tipificou o “conhecimento como forma de capital”, reduzindo a educação como um investimento para “aprimorar aptidões e habilidades”, capacitando o “fator humano”, tornando-o capaz de gerar incremento na produtividade do trabalhador.

Na década de 1990, a ideologia do capital humano ganhou novas roupagens, tornando-se estruturante nas políticas oficiais do Ministério da Educação, sob a chamada pedagogia das competências. Praticamente era como se fosse uma reedição do tecnicismo pedagógico imposto no MEC pelo regime ditatorial militar entre as décadas de 1960 e de 1970. Desta vez, porém, sob novas roupagens: da ideologia das “habilidades e das competências”. A pedagogia das competências ganhava os documentos do MEC como se se fossem “algo muito novo”, ou “a mais recente novidade”, em termos pedagógicos. A sua base discursiva de alinhou à ideologia denominada chamada “sociedade do conhecimento”. Essa ideologia foi traduzida para o campo da pedagogia sob a expressão do “aprender a aprender”, ou para “cons-

truir as competências desde a escola”, como está escrito no título do livro de Philippe Perrenoud (1999), reconhecido ideólogo propagador das diretrizes do Banco Mundial para a educação. Importante estudo a esse respeito pode ser encontrado em Newton Duarte (2008), com base na pesquisa intitulada “o construtivismo: suas muitas faces, suas filiações e suas interfaces com outros modismos”.

Evidencia-se que o multiculturalismo tem como alvo esvaziar o currículo dos conhecimentos científicos e culturais e dotar a escola das velhas práticas do localismo e do empirismo, que no início do século XX recebeu influência do pragmatismo e posteriormente foram traduzidas pelo modelo pedagógico da escola nova. Podemos, pois, assegurar que o multiculturalismo é uma ideologia classista, que se orienta por uma pedagogia classista burguesa, concebida, portanto, em articulação com o projeto conservador da sociedade capitalista.

Sobre a questão se seria possível conciliar multiculturalismo com classismo proletário, respondemos com toda a segurança que não é possível essa conciliação. O classismo proletário é uma categoria científica porque exprime uma verdade objetiva da realidade, caracterizando a organização da sociedade dividida em classes sociais. Essa divisão não é uma invenção. Ela existe objetivamente e tem a sua origem na propriedade privada dos meios de produção e sua decorrente divisão social e técnica do trabalho.

Diante dessa constatação não resta dúvida de que todo e qualquer projeto educativo na sociedade de classes representa os interesses de uma determinada classe. Os educadores do campo não podem entrar no engodo do multiculturalismo, cujos formuladores dessa ideologia tentam apresentá-la negando a existência das classes, quando na verdade representa o mais puro projeto classista da sociedade burguesa. Os ideólogos burgueses buscam com o multiculturalismo esconder as contradições políticas e econômicas que marcam

a sociedade de classes e ressaltar os aspectos fenomenológicos das representações culturais desgarrados da sua base material.

No entanto, é sabido pela comprovação material da existência concreta da educação do campo, que o multiculturalismo, como uma ideologia burguesa, busca influenciar e se apossar da Educação do Campo. A sua face mais cruel está presente na forma do relativismo e do ecletismo teórico como aborda as questões conceituais, desde os fundamentos pedagógicos, à caracterização da realidade social até à concepção de estado. O relativismo e o ecletismo são as formas mais toscas que os ideólogos das agências imperialistas como o Banco Mundial buscam empregar para quebrar a sustentação teórica do projeto pedagógico classista dos trabalhadores. Utilizam desses referenciais para se apoderar das discussões que deram origem às formulações da educação do campo, avolumadas após a conferência de 1998⁴, quando as forças sociais que a propuseram sustentavam dura luta de oposição às políticas governamentais do senhor Fernando Henrique Cardoso.

Após as eleições de 2002, que levaria ao governo do senhor Luís Inácio Lula da Silva, a Educação do Campo, como parte do conjunto das políticas governamentais, passou a uma nova situação política, transitando da condição de oposição/proposição para proposição/participação, sendo operada pelas *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*⁵, e tornando-se gradativamente institucionalizada pelas esferas governamentais.

⁴ A *I Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo*, realizada em Luziânia, Goiás, entre 27 e 31 de julho de 1998, é continuidade do *Encontro nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária*, realizado em julho de 1997, sob a direção do MST, UNB, UNESCO, UNICEF e CNBB. Carrega, por sua vez, relação com *Primeiro Encontro de Educadores dos Assentamentos*, realizado em 1994, em Belo Horizonte.

⁵ As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, foram instituídas pela Resolução Número 1, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, em 2 de abril de 2002.

A linha que separa o grau de institucionalização, e sua respectiva adesão aos discursos governamentais, e a autonomia político-pedagógica da educação do campo constitui importante objeto de investigação a ser desenvolvido pelos educadores comprometidos com a sua classe. A relação entre governismo e classismo certamente crivará o caminho daqueles que se propuserem a investigar o caráter político-pedagógico da educação do campo. Para esse tipo de investigação torna-se necessário situar a análise científica sobre a natureza do estado, como estado de classes, no caso específico brasileiro como sistema de poder das classes dos grandes burgueses e latifundiários e a concepção sobre sistema de governo, que não é a mesma coisa.

A luta de classes não é uma invenção. As classes sociais e os seus interesses em disputa, ora em luta encarniçada, ora disfarçada, é a marca de todo e qualquer modo de produção classista. Assim são as lutas de classes no capitalismo. A análise de um fenômeno social que não parta da natureza concreta das contradições que marcam as lutas de classes em nossa sociedade não passa de uma miserável bruxaria.

É assim que compreendemos as formulações apresentadas pelos teóricos do multiculturalismo, como uma formulação burguesa que busca esconder a luta de classes.

Ao invés da interpretação científica do fenômeno educativo, que compreenda a educação como uma relação socialmente determinada pela totalidade social que, portanto, carrega as mesmas contradições da sociedade na qual está inserida, podendo se tornar um agente de resistência ou de conformismo em relação à totalidade, o multiculturalismo desvia da teoria da contradição para a conciliação, passando da conciliação em termos teóricos para a conciliação em termos políticos, relativizando-se no universo das teorias burguesas.

A educação do campo, ao se estabelecer como formulação oriunda do movimento dos trabalhadores do campo não pode conciliar com o multiculturalismo e as demais teorias burguesas no cam-

po educacional. A educação do campo carrega em si uma dimensão classista. Expressa, portanto, uma dimensão pedagógica, política, organizativa e ideológica de caráter classista. Qual seria, portanto, a concepção teórica desse classismo? Já existe uma base teórica capaz de sustentar esse classismo, ou seria algo “novo” a ser “construído” juntando pedaços de várias teorias, relativizando em harmonia com o ecletismo teórico, como sugerem os agentes do multiculturalismo e demais ideologias burguesas para o campo educacional?

Buscando responder a essas questões este artigo avoca um debate franco e aberto em defesa da educação do campo de caráter classista, ou seja, uma educação socialmente referenciada com os interesses classísticos do proletariado brasileiro do qual o campesinato pobre sem terra ou com pouca terra é parte integrante e fundamental. Uma educação que vise contribuir com a formação, a politização, a mobilização e organização dos trabalhadores do campo, firmando o classismo como a ideologia que corresponda aos interesses dos camponeses pobres, sem terra ou com pouca terra.

Dirão os ideólogos do relativismo que não se preocupam com o rigor científico e que preferem reproduzir o discurso legitimado pela ordem burguesa, “mas o classismo é ultrapassado”, “é marxismo e o marxismo não dá conta de explicar a nossa realidade”, “a história é outra, por isso precisamos mudar os nossos métodos”, etc., etc., etc.. Para esses idólatras do capital, os educadores do campo comprometidos com a transformação da realidade social devem responder como afirmou Marx a respeito dos conhecimentos científicos na sociedade de classes, que o cientista só deixará de ser alcoviteiro das classes parasitárias do Estado na república do trabalho, portanto, é dever dos cientistas da educação conceber e desenvolver um projeto pedagógico organicamente articulado com o projeto de poder da classe que vive do próprio trabalho.

O desenvolvimento dessa formulação não pode ser sustentado sem uma clara interpretação da realidade do campo brasileiro no âmbito do tipo de capitalismo que foi engendrado em nosso país sob o domínio do imperialismo. Inquietação teórica que iniciamos na primeira parte deste trabalho.

Em defesa de uma educação do campo científica, popular e classista

Mas o que significa uma posição classista em termos educacionais numa sociedade caracterizada pelo tipo de capitalismo historicamente constituído no Brasil?

Para discutirmos essa questão devemos situar o caráter socialmente determinado da educação. Para isso perguntemos: quem educa os educadores? O ato educativo, compreendendo a concepção e o desenvolvimento da proposta pedagógica e do currículo que se desenvolve na organização do ensino, da educação infantil ao ensino superior de graduação ou de pós-graduação, é um ato “neutro”, dissociado da realidade na qual a instituição de ensino está inserida? Seguramente não. Não há nenhuma neutralidade nisso. As contradições que atravessam a sociedade igualmente atravessam a educação em todos os níveis e modalidades. As contradições de classes que estão presentes na sociedade atravessam a vida dos professores, dos alunos e, portanto, da construção da proposta pedagógica, do currículo, do que ensinar, do como ensinar, do para que ensina, do como avaliar e do como certificar. Tudo é contradição.

O educador, o professor, o engenheiro, o médico, o advogado, o historiador, o psicólogo, ou qualquer outra formação de nível superior são formações socialmente determinadas segundo uma dada

racionalidade. Essas formações são produtos de determinadas relações sociais historicamente estabelecidas. Para Marx:

A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. (MARX, 1982, p. 209).

A concepção teórica da educação do campo precisa levar em conta que as circunstâncias, tanto quanto a formação do educador e o ato de educar, são produtos das relações sociais e, que o que educa o educador na concepção da dialética do esclarecimento na sociedade de classes é a luta de classes. Sem compreender a luta de classes e sem se posicionar de modo orgânico com a classe mais avançada, a classe trabalhadora e o seu proletariado organizado, o educador se limitaria a exercer o papel animalesco de um papagaio ou de um macaco, repetindo ou imitando mecanicamente o currículo e a ideologia das classes dominantes. Lamentavelmente, ingenuamente ou por estranhamento e autonegação da sua condição de trabalhador da sua classe muitos professores e educadores se servem a esse papel.

Como vimos na primeira parte deste trabalho, a base para a formulação da educação popular são as lutas populares e, na caso específico da educação popular no campo são as lutas do campesinato. Tomar essas lutas e interpretá-las cientificamente, como base para os desdobramentos entre continuidades e rupturas das lutas de classes na sociedade atual, é parte fundamental para a formulação do projeto pedagógico de uma instituição pública comprometida com o entendimento e a transformação da realidade. A educação popular, como afirma Ribeiro (2013, p. 43), “carrega o sentido das

organizações populares do campo e da cidade que, na sua caminhada histórica, participam, realizam e sistematizam experiências de educação popular.”

Ao desenvolvimento dessas experiências corresponde um dos papéis, talvez o mais importante, a ser desenvolvido pelos educadores do campo na elaboração do projeto pedagógico: devendo tomar por base os princípios pedagógicos classistas, científicos, concebidos e desenvolvidos teórico e praticamente, a partir do princípio educativo do trabalho.

A produção da pedagogia classista elaborada pelo proletariado produziu significativos aportes para essa elaboração. Temos muito a aprender estudando Acácia Kuenzer, Álvaro Vieira Pinto, Aníbal Ponce, Anton Makarenko, Antônio Gramsci, Anísio Teixeira, Carlos Brandão, Dermeval Saviani, Moisey Pistrak, Newton Duarte, Paulo Freire, Viktor Shulgin, só para citar os que eu considero como sendo os mais importantes teóricos da área, sem, contudo, concordar com a plenitude da sua produção e do conjunto das obras desses autores, mas reconhecendo que cada um, ao seu tempo, oferece aportes importantes para a discussão da educação sob a perspectiva da classe trabalhadora e dos interesses do povo brasileiro.

De acordo com os princípios do classismo a formação teórica não se separa da formação prática do mundo do trabalho, nem da luta política para a destruição do velho poder das classes reacionárias e a construção no novo poder das classes populares, um novo poder das massas e para as massas. O princípio pedagógico da educação camponesa deve ser concebido, portanto, com base numa sólida formação teórica para a apreensão do método científico capaz fornecer os aportes para a análise, interpretação e transformação da realidade, associada a uma formação prática de acordo com a realidade objetiva, partindo da realidade concreta, das condições socioculturais das

massas, com o intuito de desenvolver a sua cultura, a sua ideologia, a sua linha política e a sua prática social e produtiva, rompendo com as condições de ignorância impostas pelo capitalismo.

Como asseverou o sábio Lênin, “não há prática evolucionária sem teoria revolucionária”. Da compreensão dialética materialista dessa máxima leninista compreendemos que não há prática sem teoria assim como não há teoria sem uma efetiva prática que a sustente. Sob esse mesmo entendimento da relação entre teoria e prática afirmou Marx, em suas *Teses sobre Feuerbach*:

O problema de se ao pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é um problema da teoria, e sim um problema prático. É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o caráter terreno de seu pensamento. O debate sobre a realidade ou a irrealidade de um pensamento isolado da prática é um problema puramente escolástico (MARX, 1982, p. 208).

Sustentado por esses aportes teóricos, concebe-se o papel da educação do campo a partir das três práticas:

- 1. Prática pela experimentação científica:** sem uma sólida compreensão científica pelos trabalhadores em geral e pelos trabalhadores do campo, em especial, os mesmos não se capacitarão para compreender, interpretar e transformar a realidade. Para transformar a realidade o trabalhador precisa de três coisas: ciências, ciências e ciências. Negar a apropriação das ciências pelos trabalhadores é o mesmo que negar a transformação social vivida por esses mesmos trabalhadores. Só a classe que deseja manter a tutela e a dominação e exploração dos trabalhadores busca impedir o acesso dos mesmos ao conhecimento científico.

2. **Prática produtiva, pelo trabalho:** a articulação entre conhecimento e produção é a base e o princípio segundo o qual se garante a politecnia, isto é, o conhecimento sobre os fundamentos da técnica empregada nos processos produtivos, condição para que o operário possa exercer o controle da produção. Sob o trabalho alienado à lógica do capital a politecnicidade só pode ser realizada como subversão, pois que a racionalidade da produção de mercadorias, subordinada ao capital, tem como essência alienação do trabalho. Nas formas de rupturas e organização da produção pelos próprios trabalhadores a politecnicidade ganha conteúdo de resistência e assume importante dimensão pedagógica para os trabalhadores na sua luta pela produção, a exemplo dos movimentos classistas na luta pela terra, como as mulheres camponesas, os grupos de ajuda mútua, as cooperativas e associações populares de produção no campo, entre outros.
3. **Prática política, desenvolvida enquanto luta de classes:** a participação em tomadas de decisão envolvendo os seus interesses, os enfrentamentos com o sistema de poder, a organização e a constituição de coletivos classistas em ação contra o sistema de poder e no exercício do poder local e em solidariedade classista e internacionalista são importantes avanços da prática política da educação popular. Mobilização, formação, organização e ação sob a orientação do classismo são as formas políticas que devem orientar as ações pedagógicas da educação do campo.

Considerações finais

Como síntese das discussões teóricas que formulei neste artigo, apresento **Os Quatro Não**, sobre o que não deve ser a educação

do campo; e **Os Quatro Sim**, apontando as bases para a construção teórica da educação do campo.

Os quatro não:

1. A educação do campo não é dogmatismo. A noção de dogma expressa pontos inquestionáveis, como verdade absoluta que deve ser ensinada. O dogmatismo de origem na crença religiosa influenciou as formulações positivistas, impondo uma noção de infalibilidade, sendo, portanto, anti-dialéticas. Não cabem na educação classista quaisquer posturas dogmáticas, a exemplo do dogma do dinheiro e dos dogmas do capital e da miséria assalariada que as teorias conservadoras se recusam a discutir.

2. A educação do campo não é misticismo. A educação do campo como construção social se apresenta crivada pelas contradições que estão presentes na sociedade. Não pode ser tomada como uma crença extrema ou como uma religião, como um conjunto de práticas religiosas e contemplação de atributos divinos ou de outros símbolos folclóricos. Na educação classista o fundamental é a formação científica e cultural que não pode ser reduzida pela valorização do folclore em detrimento da ciência. A forma classista de interpretar o mundo é pela ciência.

3. A educação do campo não é empirismo. O empirismo foi muito importante no processo de construção do conhecimento e do nascimento das ciências modernas. Todavia, o conhecimento humano não provém somente da “experiência sensorial” e da “evidência”. A epistemologia do conhecimento demonstra os limites do experimentalismo, demonstrando, pelo contrário, que a produção dialética do conhecimento vai da prática à teoria e da teoria à prática e não num único sentido.

4. A educação do campo não é idealismo. O idealismo é uma concepção burguesa de mundo que induz ao relativismo e nega o

materialismo. As formulações pós-modernas voltaram a valorizar o idealismo no final do século XX e início do século XXI ao idealismo, exprimindo pré-conceitos e ideais desgarrados da realidade como forma de negar a ciência. O relativismo é uma das expressões do idealismo, muito em voga na vida acadêmica.

Os quatro *sim*:

1. A Educação do Campo é Ciência. A exclusão dos trabalhadores ao acesso ao conhecimento científico elaborado pela humanidade expressa uma das formas de perpetuação do poder opressor do capital sobre o trabalho. O impedimento de o proletariado poder acessar os bens simbólicos e culturais elaborados pela humanidade, expressa uma estratégia para a manutenção do poder pelas classes exploradoras e opressoras da classe trabalhadora⁶. A educação do campo tem o dever de levar ao campesinato o que de mais avançado a humanidade logrou atingir em termos das ciências e do conhecimento científico sistematizado. Sem os aportes das ciências modernas, da física, da biologia, da química, da matemática, da história, da filosofia e das artes o campesinato não saberá interpretar e usar as técnicas e as tecnologias modernas sob o princípio da politecnicidade e da formação *omnilateral*. É necessário romper com o pré-conceito de que o campo “é atrasado” em relação à cidade. A correta socialização comum das ciências e das técnicas pelo sistema de ensino que sirva ao povo pode esclarecer o mito e as falácias sobre “o atraso do campo em relação à cidade” e propor um progresso verdadeiramente humano que integre campo e cidade sob a base da união de classes pela aliança operário-camponesa. Não há outra forma de se enfrentar a dualidade entre campo e cidade sem essa aliança.

2. A educação do campo é trabalho. O princípio educativo do trabalho. A politecnicidade e a *omnilateralidade* são os princípios que

⁶ PONCE, Aníbal. (2005)

devem orientar a formulação dos projetos pedagógicos da educação do campo. Trabalhar com honra e defender uma sociedade onde todos possam viver do seu próprio trabalho. Esse é o sentido da educação do campo: o fim da sociedade de classes. Quem defende a sociedade de classes é quem vive do parasitismo do trabalho alheio. Quem vive do próprio trabalho defende uma sociedade justa e igualitária, uma sociedade sem classes, onde a ninguém seja permitido viver da exploração do trabalho do outro.

3. A educação do campo é práxis. A separação entre trabalho prático e trabalho teórico sob o capitalismo assume um caráter de classe marcado por preconceito de um contra o outro, produzindo seres humanos cada vez mais unilaterais. A pedagogia de sustentação da educação do campo tem por base articulação entre teoria e prática e entre compreensão e transformação da realidade. Cabe aqui o sentido do “modo de ser do novo intelectual” tal como foi formulado por GRAMSCI (2004) marcado por uma “inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece um “especialista” e não se torna um ‘dirigente” (especialista + político”.

4. A Educação do campo é classismo. A educação do campo não é para afirmar a separação entre campo e cidade. Quem separa o campo e a cidade é o capitalismo pela lógica, racionalidade e funcionalidade do sistema de exploração-acumulação. Ao contrário dessa separação, a educação do campo, sob o caráter classista, busca a união entre os trabalhadores do campo e da cidade. Sem a aliança operário-camponesa o movimento operário, envolvendo as várias categorias dos trabalhadores urbanos, não pode dar um salto em suas lutas políticas, potencializando-as como luta de classes pela

destruição do sistema de poder opressor do capital e pela construção do poder das massas para as massas. Do mesmo modo, sem a aliança operário-camponesa o movimento camponês não potencializa a sua luta pela destruição do sistema de poder burguês-latifundiário servil do imperialismo. Um importante desafio da educação do campo está em estabelecer uma correta linha classista do seu projeto pedagógico apontando nessa direção. Isso implica em explicitar a natureza científico-pedagógica do currículo e dos atores envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem, articulando cada particularidade, como parte de uma totalidade contraditória e elegendo a contradição principal e o seu aspecto a ser enfrentado. A especificidade da educação do campo em termos classísticos requer, no entanto, que a sua pedagogia explicitamente a situação da luta de classes que se desenvolve no campo brasileiro. Repito, é luta de classes no campo. Não são “divergências entre sujeitos” como quer a insólita elaboração, tida como “novinha em folha”, ditada pelas mais vulgares formulações pós-modernas ou multiculturalistas. Sob a perspectiva do classismo a educação do campo tem o importante papel a partir do seu comprometimento com a transformação social, traduzido pela tarefa política de impulsionar a mobilização, a politização e a organização classista dos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, na sua luta pela destruição dos latifúndios e de todo o sistema latifundiário de poder em associação com a grande burguesia e o imperialismo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzales e FERNANDES, Bernardo Mançano, **A educação básica e o movimento social no campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

FIOREZE, Cristina; MARCON, Telmo. (Orgs.). **O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2009.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação popular e universidade: contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da Universidade Estadual de Campinas**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: os intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo. Vol 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KOLLING, Edgar Joreg; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (Orgs.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília-DF: Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2002.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LENINE, V. I. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LOSURDO, Domenico. **Democracia e bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Stalin: história crítica de uma lenda negra**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3a edição. São Paulo: Ciências Huma-

nas, 1982.

____ & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo. Belo Horizonte, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Coordenação da Educação do Campo. **II Caderno Temático da Educação do Campo**. Curitiba: SEED-PR, 2009.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do “vale de lágrimas”**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação, a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

SHULTZ, Theodore W. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

UNESCO. **Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas**. Brasília-DF: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

SOBRE OS AUTORES

Gracialino da Silva Dias

Doutor em Educação, História, Política e Sociedade (PUC-SP), mestre em Educação e Trabalho (UFPR). Professor na UFFS -Campus Laranjeiras do Sul, PR. E-mail: gracialino.dias@uffs.edu.br.

João Luciano Bandeira

Doutor em Geografia (UFSC). Mestre em geografia (UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão, PR). Licenciado em Geografia (UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão, PR). Professor no IFPR – Campus de Barracão, SC. E-mail: joao.bandeira@ifpr.edu.br.

Leandro Turmena

Doutor em Educação (UEM), mestre em Educação (UEPG), Graduado em Filosofia (Instituto Sapiência de Filosofia – ISF) e Pedagogia (Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS). Professor na UTFPR – Campus Dois Vizinhos, PR. Professor Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica (PPGFCET) da UTFPR - Campus Curitiba, PR. E-mail: leandroturmena@utfpr.edu.br.

Leomar Rippel

Doutor em História (UNIOESTE – Campus Marechal Cândido Rondon, PR). Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável

(UNIOESTE - Campus Marechal Cândido Rondon, PR). Mestre em História (UPF). Graduado em História (UNIPAR – Campus Francisco Beltrão, PR). Professor e Coordenador do Núcleo de Relações Internacionais do Centro de Ensino Superior de Francisco Beltrão (CESUL). E-mail: leomarrappel@hotmail.com; leomar@cesul.br.

Luiz Carlos de Freitas

Doutor de Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Mestre em Educação (UNIOESTE – Campus Cascavel, PR). Graduado em Filosofia (UNIOESTE- Campus Toledo, PR). Professor na UFFS – Campus Laranjeiras do Sul, PR. E-mail: luiz.freitas@uffs.edu.br.

Márcio Luiz Bernardim

Doutor e Mestre em Educação (UFPR). Graduado em Ciências Contábeis, Administração e Letras (UNICENTRO – Guarapuava, PR). Professor do Departamento de Administração do Campus Santa Cruz da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, PR. Pesquisador de temas como educação do trabalhador, mercado de trabalho, qualificação profissional e políticas públicas de emprego e renda. E-mail: marcio@unicentro.br.

Marcos Vinicius Pereira Ribeiro

Mestrando em Educação (UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão, PR). Graduado em Licenciatura em Educação do Campo - em Ciências da Natureza e Matemática (UTFPR-Campus Dois Vizinhos, PR). Trabalha com pesquisa na área de Educação e Ensino da Matemática. E-mail: vini.ribeiro8294@gmail.com.

Rosineide Fabricio

Mestre em Geografia (UNIOESTE – Campus Marechal Cândido Rondon, PR). Licenciatura Plena em Geografia (FECILCAM - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, PR). Professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná. E-mail: rosifabric@gmail.com.

Sidemar Presotto Nunes

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), mestre em Sociologia (UFPR), graduado em Agronomia (UTFPR). Professor da UTFPR - Campus Dois Vizinhos, PR. Email: Sidemarnunes@hotmail.com.

Vosnei da Silva

Mestre em Geografia (UNIOESTE - Campus Francisco Beltrão,PR). - Graduado em Serviço Social e História (UNIPAR, Campus Francisco Beltrão,PR). Servidor Técnico Administrativo em Educação - Assistente Social (IFSC – Campus Chapecó, SC). E-mail: vsilva.fb@hotmail.com.

O conjunto dos pesquisadores, de cujas pesquisas têm os seus artigos publicados nesta obra, parte da compreensão teórica de que o capitalismo, como modo de produção dividido em classes sociais antagônicas, se desenvolve de modo desigual. Esse desenvolvimento desigual gerou, desde o início do Século XX, de um lado, um conjunto de países de capitalismo avançado como países imperialistas, que se tornaram sede dos monopólios e, portanto, dominantes dos demais; e, do outro lado, gerou um grande número de países e povos dominados sob a forma de colônias ou semicolônias. Compreender, portanto, o caráter desigual do seu desenvolvimento, bem como os aspectos contraditórios marcados pela exploração do trabalho sob a forma de mercadoria do capitalismo, na era do imperialismo, são partes dos esforços teóricos dos autores no recortados seus objetos de pesquisa retratados pelos capítulos deste livro.

ISBN 978-658600085-6



9 786586 000856